galp energia

Energia em crescimento

RELATÓRIO & CONTAS **2011**

galp energia

Energia em crescimento

RELATÓRIO & CONTAS 2011

www.galpenergia.com

RELATÓRIO & CONTAS **2011**

01 • A GALP ENERGIA **6**

1.1 A GALP ENERGIA NO MUNDO 8

1.2 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 10

1.3 ESTRATÉGIA 14

1.4 PRINCIPAIS INDICADORES 16

02 • ATIVIDADES **18**

2.1 ENVOLVENTE DE MERCADO 19

2.2 EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO 22

2.3 REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO 35

2.4 GAS & POWER 42

03 • DESEMPENHO FINANCEIRO **46**

3.1 SUMÁRIO EXECUTIVO 47

3.2 ANÁLISE DE RESULTADOS 47

3.3 INVESTIMENTO 50

3.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL 50

04 • RISCOS PRINCIPAIS **52**

4.1 RISCOS ENFRENTADOS PELA GALP ENERGIA 53

4.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS 56

05 • COMPROMISSO COM A SOCIEDADE **58**

5.1 GOVERNO CORPORATIVO 59

5.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL 65

5.3 RECURSOS HUMANOS 66

5.4 SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE 69

5.5 QUALIDADE 71

5.6 INOVAÇÃO 72

06 • ANEXOS **74**

6.1 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 75

6.2 INFORMAÇÃO ADICIONAL 75

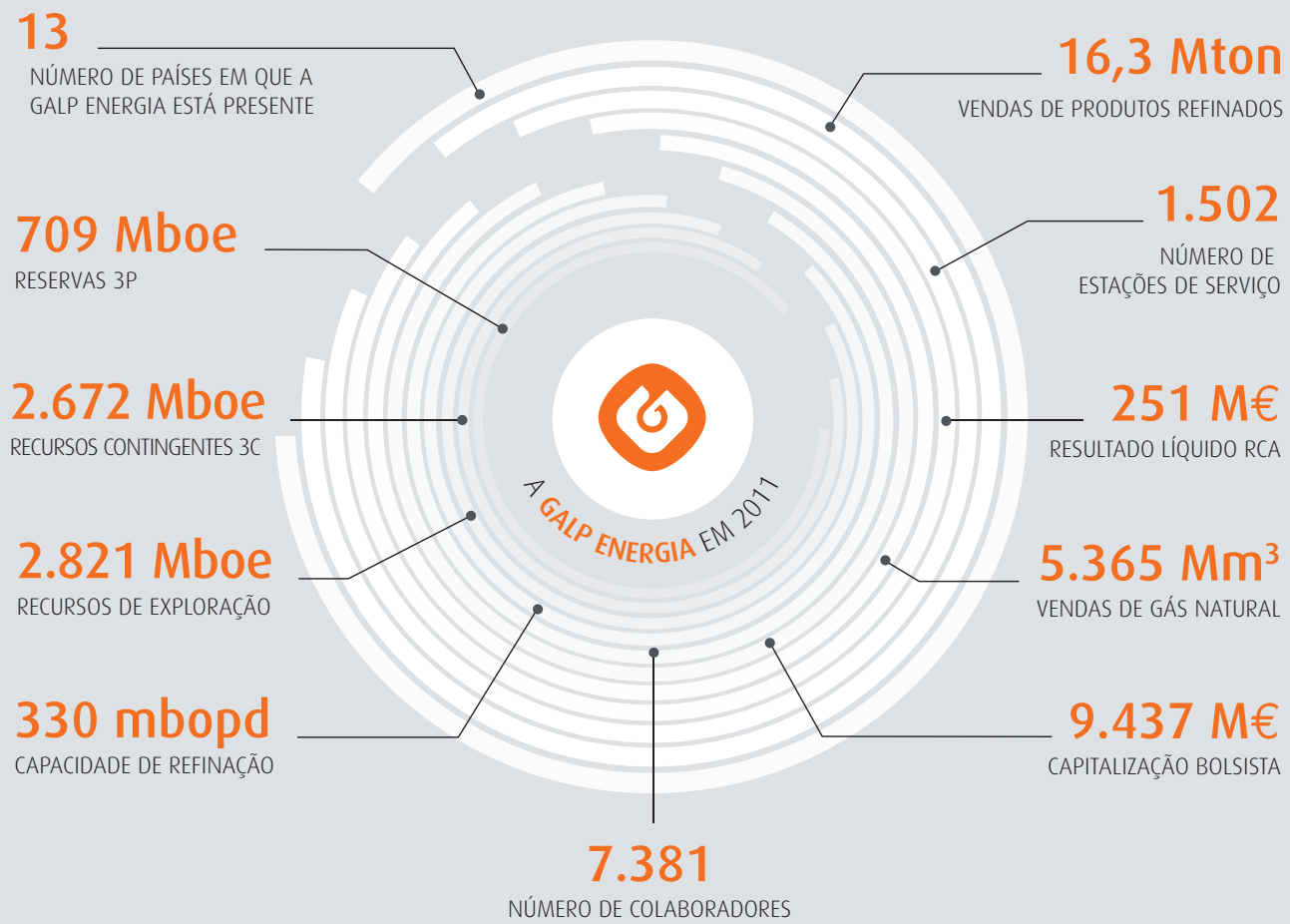
6.3 CONTAS CONSOLIDADAS 78

6.4 RELATÓRIOS E PARECERES 154

6.5 GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS 158

A **Galp Energia** é um operador integrado de energia cujas diversas atividades em vários países, no sector do petróleo e do gás natural, se encontram em fase de forte desenvolvimento e expansão. As atividades de refinação e distribuição de produtos petrolíferos e de gás natural estão centradas na Península Ibérica. A Galp Energia tem também uma presença forte no eixo de Exploração & Produção do Atlântico Sul, que inclui o pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e o *offshore* angolano. Na África Oriental, nomeadamente no *offshore* moçambicano, onde foram recentemente descobertos importantes reservatórios de gás natural, a Galp Energia tem igualmente uma posição relevante.

A expansão dos projetos de Exploração & Produção e o desenvolvimento das atividades da Galp Energia noutras áreas, como a distribuição de produtos petrolíferos e gás natural, sustentam o crescimento da Empresa, que está presente em 13 países: Portugal, Espanha, Brasil, Angola, Venezuela, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Suazilândia, Gâmbia, Timor-Leste, Uruguai e Guiné Equatorial.



01

01 • A GALP ENERGIA

1.1 A GALP ENERGIA NO MUNDO
1.2 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
1.3 ESTRATÉGIA
1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Exploração & Produção

A Galp Energia tem vindo a reforçar a aposta na atividade de Exploração & Produção, quer através do desenvolvimento de importantes descobertas, como o campo Lula, no Brasil, quer através da intensificação das atividades exploratórias. Estas atividades de exploração resultaram, em 2011, numa descoberta relevante de gás natural na bacia de Rovuma, no *offshore* de Moçambique.

Em 2011, a Galp Energia produziu 21 mil barris de petróleo equivalente por dia (mboepd), o que representa um aumento de 7% relativamente a 2010. Este aumento reflete o início da produção comercial no campo Lula.

A Empresa pretende atingir um nível de produção superior a 70 mboepd, em 2015, e superior a 300 mboepd, em 2020. Para tal contribuirão os 709 milhões de barris de petróleo equivalente (Mboe) que a Galp Energia tem contabilizados como reservas 3P, no final do ano de 2011, bem como os 2.672 Mboe de recursos contingentes 3C.

+40 projetos em carteira

Refinação & Distribuição

A Galp Energia tem uma posição relevante nas atividades de refinação e distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica e no continente africano.

No que respeita à atividade de refinação, a Empresa encontra-se na fase de conclusão do projeto de conversão que abrange as duas refinarias, em Sines e em Matosinhos, com uma capacidade de processamento conjunta de 330 mil barris de petróleo por dia (mbopd). O projeto de conversão tem uma enorme importância estratégica, uma vez que, por um lado, permitirá a maior adequação da produção da Galp Energia às necessidades de consumo de gasóleo da Península Ibérica e, por outro, melhorará consideravelmente o desempenho financeiro do negócio da refinação.

Relativamente à distribuição de produtos petrolíferos, a Galp Energia tem vindo a consolidar a sua posição competitiva, tendo atingido, em 2011, 10,5 milhões de toneladas (Mton) de vendas a clientes diretos. Contribuiu, para tal, a forte presença da Empresa em Portugal, em Espanha e em África, através de uma rede de 1.502 estações de serviço.

10,5 Mton de vendas a clientes diretos

Gas & Power

A Galp Energia tem vindo a consolidar as suas atividades de distribuição e comercialização de gás natural na Península Ibérica, ao mesmo tempo que tem intensificado a atividade no negócio de power.

A Empresa mantém a posição de liderança no negócio do gás natural em Portugal e tem vindo a expandir a sua atividade em Espanha, fornecendo 1,3 milhões de clientes, no ano de 2011. A Galp Energia é agora o segundo maior comercializador de gás natural na Península Ibérica.

No que respeita à atividade de power, a Empresa tem vindo a alargar a sua presença, nomeadamente através da construção de novas centrais de cogeração nas refinarias de Sines e de Matosinhos, assegurando, deste modo, um maior consumo de gás natural na geração de energia elétrica e integrando as atividades que desenvolve no segmento de Gas & Power. Após a conclusão da cogeração na refinaria de Matosinhos, prevista para 2012, a capacidade instalada da Galp Energia nesta tecnologia será de 245 megawatts (MW).

1,3 milhões de clientes de gás natural

A Galp Energia no mundo

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
31% DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS

Principal destino de exportação de produtos petrolíferos, com 0,6 Mton.

Sete projetos de exploração e produção em Portugal. Sistema de refinação constituído por duas refinarias integradas. Distribuição de produtos petrolíferos com uma rede de 1.394 estações de serviço na Península Ibérica. Segundo operador de gás natural.

PENÍNSULA IBÉRICA
12,9 Mton VENDAS DE PRODUTOS REFINADOS
5.365 Mm³ VENDAS DE GÁS NATURAL

VENEZUELA
2

Participação em dois projetos de exploração e produção.

BRASIL
+80% DAS RESERVAS E RECURSOS CONTINGENTES
20 PROJETOS

Presença em 20 projetos de exploração e produção. Representa mais de 80% do total de reservas e recursos contingentes da Galp Energia. Produção *working interest* de 4 mboepd em 2011.

OUTROS PAÍSES AFRICANOS
4

Distribuição de produtos petrolíferos com uma rede de 66 estações de serviço, em Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau e Suazilândia.

NIGÉRIA E ARGÉLIA
6 bcm

Contratos de fornecimento de 6 bcm de gás natural por ano.

GUINÉ EQUATORIAL
1

Presença num projeto de liquefação de gás natural.

URUGUAI
2

Participação em dois projetos de exploração e produção.

Energia em crescimento

Com um portefólio de 42 projetos de exploração e produção espalhados por quatro continentes, a Galp Energia ambiciona produzir mais de 300 mboepd em 2020, uma produção 15 vezes superior à de 2011.

A jusante, a Empresa conta com duas refinarias, com uma capacidade de processamento total de 330 mil barris de crude por dia.

A Galp Energia continuará a consolidar as suas atividades de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica e em África.

No negócio de Gas & Power, a Galp Energia continuará com as suas atividades de distribuição e comercialização de gás natural na Península Ibérica, onde é já o segundo maior comercializador.

16,9 mbopd
PRODUÇÃO *WORKING INTEREST* EM 2011
ANGOLA

Cinco projetos de exploração e produção.
Vendas anuais de produtos petrolíferos de 245 mton.

40 Tcf
DESCOBERTAS DE GÁS NATURAL
MOÇAMBIQUE

Um projeto de exploração e produção.
Distribuição de produtos petrolíferos com uma rede de 31 estações de serviço.

4
TIMOR-LESTE

Quatro projetos de exploração e produção.

Exploração & Produção

Refinação & Distribuição

Gas & Power

1.2 Mensagem do conselho de administração

Mensagem do presidente

Francisco Murteira Nabo • Presidente do conselho de administração da Galp Energia

Senhores acionistas

O ano de 2011 caracterizou-se pelo acentuar da conjuntura económica desfavorável e pelo agravamento das medidas de austeridade postas em prática, em Portugal e noutros países europeus, bem como pelo consequente impacto negativo tanto no consumo privado, quanto no investimento. Neste contexto difícil, agravado por margens de refinação negativas na Europa e pela diminuição do consumo de produtos petrolíferos na Península Ibérica, a Galp Energia apresentou, em 2011, um resultado operacional de 395 milhões de euros e um resultado líquido de 251 milhões de euros, ambos a custo de substituição ajustado.

Em 2011, a Galp Energia avançou com a execução da sua estratégia, ou seja, o desenvolvimento e expansão das suas atividades, nomeadamente na área de Exploração & Produção, com base numa estrutura de capital sólida, para a qual contribui o *cash-flow* sustentado das atividades de *downstream*.

Com efeito, o ano de 2011 foi decisivo para a finalização do projeto de conversão das refinarias de Sines e Matosinhos. Com a conclusão deste projeto, a Galp Energia passará a ter um aparelho refinador moderno e completamente adaptado às necessidades do mercado ibérico, e que permitirá aumentar a contribuição deste negócio para os nossos resultados já em 2012.

Na área de Exploração & Produção, a Galp Energia deu continuidade ao desenvolvimento do projeto Lula, no pré-sal brasileiro, sendo 2011 o primeiro ano de produção comercial proveniente do campo Lula, que será crucial para atingir o objetivo de produção de 300 mboepd em 2020.

Em 2011, com as descobertas em Moçambique, este país passou a representar uma das áreas com maior relevância para a execução da estratégia da Empresa no negócio de Exploração & Produção, concretizando a expectativa de produção futura de gás natural naquele país.

Sendo uma estrutura de capital sólida um dos nossos pilares estratégicos, é com satisfação que refiro o aumento de capital, concluído em março de 2012, na filial brasileira responsável pelos ativos de Exploração & Produção, a Petrogal Brasil, subscrito pela empresa chinesa Sinopec, que detém assim 30% do capital. Este acordo, que comportou um encaixe financeiro de 5,2 mil milhões de dólares, é crucial para a execução de projetos fundamentais nas atividades de *upstream*, ao mesmo tempo que dotou a Galp Energia de uma das estruturas de capital mais robustas do sector energético europeu.

Ao nível do capital humano, saliento que a Galp Energia tem sido uma referência no desenvolvimento das competências dos seus colaboradores, destacando-se o alargamento do âmbito da atividade da Academia Galp Energia, bem como o reforço dos recursos humanos no negócio de Exploração & Produção.

Destaco também o compromisso da Galp Energia em criar valor para os seus *stakeholders* de forma sustentável e tendo sempre como suporte a proteção de valores fundamentais nas áreas ambiental e social. De facto, em 2011, a Galp Energia continuou com o desenvolvimento de políticas e práticas no domínio da responsabilidade social e ambiental, que promovem o respeito pelos princípios da ética e da sustentabilidade, nas comunidades locais em que opera.

Acredito que a estratégia ambiciosa, mas realista, da Galp Energia continuará a ser executada com a colaboração de todos. Quero, por isso, agradecer aos *stakeholders* da Galp Energia, especialmente aos nossos acionistas, colaboradores, parceiros, clientes e fornecedores, pelo apoio e confiança demonstrados e que nos fazem avançar rumo ao futuro, com toda a energia.

Gostaria ainda de recordar a memória do eng. Henrique Bandeira Vieira, presidente do conselho de administração da Galp Energia entre 1999 e 2001. Como sabem, a construção de um grupo empresarial como a Galp Energia é obra de muitos, mas são os seus líderes o rosto visível desse esforço. O eng. Bandeira Vieira liderou a nossa Empresa num período de transição, com as inevitáveis dificuldades associadas, pelo que aqui fica registada a minha gratidão pela sua contribuição para o que é hoje a Galp Energia.

Francisco Murteira Nabo
Presidente do conselho de administração da Galp Energia

Mensagem do presidente executivo

Senhores acionistas

Durante o ano de 2011, demos continuidade ao programa de transformação da nossa Empresa, iniciado aquando da abertura do seu capital social em 2006, apesar do ambiente exógeno extremamente adverso. Atingimos um resultado líquido em IFRS (International Financial Reporting Standards) de 433 milhões de euros, ao qual correspondeu um resultado a custos de substituição ajustado (RCA) de 251 milhões de euros; o ebitda do exercício em IFRS foi de 1.090 milhões de euros, 3% acima do ano anterior, ao qual correspondeu um ebitda a RCA de 797 milhões de euros, 7% inferior ao de 2010.

Os resultados acima referidos corresponderam a um volume de vendas de 16.804 milhões de euros; a uma produção de 20,8 mboepd; a um processamento nas nossas refinarias de 11,2 Mton de crude e outras matérias-primas; à comercialização de 16,3 Mton de produtos petrolíferos, das quais 10,5 Mton vendidas a clientes da Galp Energia; a vendas de gás natural e eletricidade, as quais atingiram, respetivamente, 5.365 milhões de metros cúbicos (Mm^3) e 1.201 GWh.

O incremento de produção é atribuível à operação da unidade de *floating, production, storage and offloading* (FPSO) Cidade de Angra dos Reis, no campo Lula, a qual iniciou a sua produção em fins de 2010 e atingiu 80% da sua capacidade em dezembro 2011, prevendo-se que produza à sua plena carga a partir do segundo trimestre de 2012: um sucesso operacional reconhecido por todos.

Ao longo de 2011, muitos foram os eventos que contribuíram para o fortalecimento da nossa atividade de exploração. Numa mesma base, e tomando em consideração reservas (3P), recursos contingentes (3C) e recursos de exploração (*mean estimate risked*), os nossos recursos aumentaram 13%, tendo atingido um valor de 3.859 Mboe. Trata-se de uma base de recursos que, sem dispensar a continuação de investimentos em exploração, já assegura que atingiremos os nossos objetivos de produção a longo prazo.

A atividade da refinação foi afetada por margens que atingiram mínimos históricos, impossíveis de sustentar. Sabemos que temos pela frente ainda algumas dificuldades, mas acreditamos na recuperação do sector de refinação europeu, que esperamos se inicie no ano em curso. A entrada em operação das novas unidades de conversão nas nossas refinarias em muito contribuirá para a melhoria dos resultados desta atividade. O projeto de conversão da refinaria de Matosinhos foi concluído; o projeto de Sines, maior e mais complexo, será fisicamente concluído no primeiro trimestre de 2012, o que permitirá que, após a fase de arranque das novas unidades, a nova configuração do nosso sistema de refinação esteja operacional, em fins do segundo trimestre de 2012.

O mercado de produtos petrolíferos caiu, em Portugal, cerca de 7% e, em Espanha, 4%, ocorrendo as quedas mais

Manuel Ferreira De Oliveira · Presidente executivo da Galp Energia

significativas nas gasolinas e nos gasóleos. Apesar deste contexto, conseguimos manter a nossa quota de mercado na Ibéria e, através de um esforço significativo de redução de custos, conseguimos reduzir o impacto deste contexto nos resultados operacionais desta atividade. Ressalto os bons resultados da atividade de distribuição em África, cujos volumes vendidos ultrapassaram as 700 mil toneladas (mton), ou seja, um crescimento de 19%, o que se refletiu também nos correspondentes resultados operacionais.

NA BASE DO NOSSO PLANO ESTRATÉGICO, ISTO É, DO NOSSO CRESCIMENTO SUSTENTADO, ESTÁ A NECESSIDADE DE MANTER UMA FORTE ESTRUTURA DE CAPITAL. FOI ISSO QUE GARANTIMOS, EM 2011, COM O ANÚNCIO DA OPERAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL DA PETROGAL BRASIL, SUBSCRITA INTEGRALMENTE PELA SINOPEC.

Ao longo do ano de 2011, mais uma vez, muitos foram os eventos que contribuíram para os resultados apresentados neste relatório e que marcarão o futuro da nossa Empresa. Refiro-me, em particular, aos seguintes factos:

- comissionamento da unidade de cogeração associada à refinaria de Matosinhos;
- aumento da dimensão do mercado liberalizado de gás natural, o que permitiu que 78% das vendas de gás natural da Galp Energia em Portugal já tivessem ocorrido neste mercado;
- conclusão do projeto de conversão da refinaria de Matosinhos e execução de 98% da construção do projeto de conversão da refinaria de Sines;
- progresso excecional no desenvolvimento do campo Lula, no Brasil;

- descoberta de grande dimensão de gás natural na bacia do Rovuma em Moçambique;

- conclusão do processo de contratação do aumento de capital da Petrogal Brasil, subscrito integralmente pela Sinopec International.

A operação de aumento de capital acima referida, concretizada num contexto financeiro extremamente adverso, permite um encaixe aproximado de 5,2 mil milhões de dólares e traduziu-se numa participação de 30% da Sinopec na Petrogal Brasil. Trata-se de uma parceria estabelecida com uma empresa de prestígio e dimensão global, que todos esperamos venha a ser mais um exemplo de cooperação com uma grande empresa e que venha a contribuir, de uma forma relevante, para o crescimento sustentável das nossas atividades de exploração e produção.

O aumento de capital associado à nossa atividade no Brasil conduzirá ao fortalecimento do balanço consolidado da Galp Energia para níveis de dívida / capitais próprios entre os mais baixos do sector. Este balanço e a operação eficiente das nossas atividades de *downstream* dos negócios de petróleo e gás natural, asseguram-nos os recursos necessários para atingirmos os nossos objetivos de produção a longo prazo, mesmo considerando o contexto adverso que atualmente vivemos.

A Galp Energia conseguiu reunir as condições necessárias para assegurar o seu crescimento competitivo e sustentável, ao longo da presente década. Nestas condições incluo a solidez do seu balanço; a eficiência e qualidade das suas atividades de refinação e de distribuição de produtos petrolíferos e gás natural; a sua excecional exposição à bacia de Santos e, de um modo mais abrangente, ao Brasil, a Angola e a Moçambique; e o potencial exploratório de áreas concessionadas noutras regiões.

PRETENDEMOS AINDA, NO ÂMBITO DA NOSSA VISÃO ESTRATÉGICA, PROMOVER JUNTO DOS NOSSOS CLIENTES SOLUÇÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA QUE CONTRIBUAM DE FORMA RELEVANTE PARA A SUSTENTABILIDADE DA SUA ATIVIDADE.

Para conseguirmos desenvolver com sucesso o potencial de crescimento da nossa Empresa, teremos de aprofundar o esforço de qualificação e desenvolvimento do nosso capital humano, bem como continuar a promover políticas de melhoria contínua nas áreas de saúde, segurança, ambiente e sustentabilidade. Os bons resultados alcançados neste domínio e apresentados no nosso relatório de sustentabilidade são encorajadores. Os desafios tecnológicos e de inovação que teremos pela frente implicam a alocação de recursos a projetos de investigação e desenvolvimento e a múltiplos programas de formação avançada para os nossos profissionais.

Para concluir, resumo a seguir os objetivos a que nos propomos com os programas que, executados com rigor, competência e foco, poderão bem ser a garantia de um crescimento racional e sustentável a curto, médio e longo prazo para a nossa Empresa:

- desenvolver, a partir da base de recursos já descobertos, uma capacidade de produção de 300 mboepd para o final da presente década;

- incorporar, através de novos esforços de exploração, recursos adicionais que a longo prazo permitam atingir e manter um nível de produção de 400 mboepd;

- operar o nosso sistema de refinação com os mais altos níveis de segurança, eficiência e fiabilidade, atingindo sempre um posicionamento ao nível das melhores refinarias europeias;

- consolidar e desenvolver a atividade de *trading* de crude e produtos petrolíferos em coerência com as nossas capacidades de produção, refinação e distribuição;

- atingir e manter uma quota no mercado ibérico de produtos petrolíferos não inferior a 15%;

- crescer de uma forma sustentável no mercado africano de produtos petrolíferos com o objetivo de atingir, a longo prazo, um volume de vendas materialmente relevante;

- desenvolver uma capacidade de *trading* e *supply* de gás natural e gás natural liquefeito (GNL) consistente com as nossas posições *equity* gás e com a dimensão do mercado onde operamos;

- fazer crescer a nossa atividade comercial de gás natural no mercado ibérico, assegurando, pelo menos, a manutenção da atual quota de mercado;

- participar no mercado de biocombustíveis numa ótica de atividade verticalmente integrada;

- promover nas nossas operações e junto dos nossos clientes soluções de eficiência energética que contribuam de forma relevante para a sustentabilidade da nossa atividade e fidelização dos nossos clientes;

- assegurar a evolução do centro corporativo da Galp Energia, em termos de competências e responsabilidades, alinhada

com o crescimento e a diversificação geográfica das nossas atividades, e promover consistentemente políticas de inovação, sustentabilidade, saúde, segurança e ambiente, respondendo sempre com antecipação às exigências das nossas operações;

- consolidar um programa de formação avançada de recursos humanos capaz de dotar a Empresa do capital humano necessário para os desafios do futuro.

Em julho do ano que terminou, faleceu o eng. Bandeira Vieira, presidente da Galp Energia entre 1999 e 2001. A nossa Empresa, com raízes que remontam a 1846, é o fruto do trabalho e da dedicação de várias gerações de profissionais onde todas as lideranças deixaram sempre as suas marcas. É neste contexto que deixo aqui registado o nosso reconhecimento ao eng. Bandeira Vieira pelo que de bom fez pela Galp Energia.

Devo ainda uma palavra de reconhecimento aos membros dos órgãos sociais da nossa Empresa pelo apoio que sempre me ofereceram. Em particular, agradeço ao presidente do conselho de administração, dr. Murteira Nabo, e ao presidente do conselho fiscal, professor Daniel Bessa, a cortesia, colaboração e amizade que ao longo dos anos sempre caracterizou o nosso relacionamento profissional.

Aos nossos colaboradores, fornecedores de bens e serviços, parceiros de negócio e a todos os clientes, agradeço a sua valiosa contribuição para os resultados que aqui apresentamos. Aos nossos acionistas, agradeço o apoio e a confiança que me têm oferecido.

Manuel Ferreira De Oliveira
Presidente executivo da Galp Energia

FPSO Cidade de São Vicente

1.3 Estratégia

A estratégia da Galp Energia assenta na criação de valor sustentável para os seus acionistas, através do desenvolvimento e da expansão das suas atividades, nomeadamente na área de Exploração & Produção, com base numa estrutura de capital sólida, para a qual contribui o *cash-flow* sustentado das atividades de *downstream*.

Esta estratégia clara da Galp Energia é complementada pelo rigoroso cumprimento dos objetivos traçados, operacional e financeiramente.

Na execução da sua estratégia, a Galp Energia tem em consideração a importância que as envolventes social, ambiental e de segurança têm no cumprimento dos seus objetivos de uma forma responsável e sustentável, seguindo as melhores práticas da indústria e inovando, principalmente no âmbito da eficiência energética.

O ano de 2011 foi crucial para a execução da estratégia da Galp Energia. Sublinha-se o anúncio, em novembro, do acordo para o aumento de capital na filial brasileira de Exploração & Produção, a Petrogal Brasil, subscrito pela empresa chinesa Sinopec. Com a conclusão desta transação, que ocorreu em março de 2012, a Galp Energia passou a deter 70% da Petrogal Brasil, retendo o controlo desta empresa. O acordo comportou a injeção de um total de 5,2 mil milhões de dólares por parte da Sinopec, através da realização do aumento de capital e de um empréstimo acionista. Esta transação permite à Galp Energia ter uma das estruturas de capital mais robustas do sector energético europeu. Estes novos recursos financeiros permitirão desenvolver com maior flexibilidade projetos fundamentais, atuais e futuros, na área de Exploração & Produção, nomeadamente no pré-sal da bacia brasileira de Santos.

Durante o ano, foi importante, nesta bacia, o desenvolvimento do projeto Lula. Destaca-se, nomeadamente, o início das operações de dois poços produtores, totalizando três poços em operação no final do ano, e o início das operações relativas ao poço injetor de gás no campo Lula, este último contribuindo positivamente para o aumento do fluxo de produção. Destaca-se, também, a continuação da campanha de avaliação daquelas áreas, com o objetivo da aquisição de dados adicionais sobre os reservatórios, bem como o início, no mês de abril, do teste de longa duração (TLD) na área de Lula NE, que se estendeu até ao mês de novembro. O projeto Lula vai ser fundamental para o fortalecimento da posição da Galp Energia enquanto produtora de petróleo e gás natural, e dará um contributo importante para a geração de *cash-flow* na Empresa. Além da continuação a bom ritmo do desenvolvimento do projeto Lula, intensificaram-se as atividades de avaliação no pré-sal da bacia de Santos, nomeadamente na área de Iara.

A descoberta de gás natural em Moçambique, em 2011, permitirá à Galp Energia uma maior diversificação da produção, tanto no que respeita à produção de gás natural, quanto à produção em outras áreas geográficas. Os resultados da perfuração do primeiro poço exploratório no prospeto Mamba South e, no início de 2012, do poço Mamba North-1 e do poço Mamba North East-1 confirmaram que a área 4 da bacia de Rovuma, onde a Galp Energia tem uma participação de 10%, é uma província de gás natural de classe mundial.

Em 2012, a Galp Energia intensificará a campanha de exploração e avaliação na área 4, onde os jazigos descobertos contêm cerca de 40 biliões de pés cúbicos (Tcf) de gás natural. O êxito dos trabalhos de exploração transformou Moçambique numa área fundamental para o crescimento da produção de gás natural da Galp Energia.

Em Angola, a produção de petróleo provém, atualmente, do bloco 14, nos campos Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT), Kuito e Tômbua-Lândana (TL). As atividades de desenvolvimento dos

projetos no país continuaram em 2011 e deverão prosseguir, nos próximos anos, em novas áreas, não só nos blocos 14 e 14K, mas também nos blocos 32 e 33. Pretende-se, com isto, que a produção em Angola retome, em 2015, a sua trajetória ascendente, dado o grau de maturidade dos campos atualmente em produção no bloco 14.

De um modo geral, a continuação, em 2011, do programa de perfuração reduziu a incerteza sobre a extensão e o valor económico do portefólio de recursos da Galp Energia.

O crescimento da Galp Energia será sustentado pelo desenvolvimento dos projetos de Exploração & Produção, e traduzir-se-á no aumento da produção de petróleo e de gás natural para um total estimado superior a 300 mboepd, em 2020, ou seja, uma produção 15 vezes superior à verificada em 2011. Para este crescimento será crucial o desenvolvimento de projetos em áreas onde a Galp Energia tem já recursos petrolíferos, mas também a continuação dos trabalhos de exploração no Brasil, fora da bacia de Santos, e em projetos noutras áreas geográficas, como Portugal e Uruguai. Para a Galp Energia, a criação de valor sustentado depende da exploração dos projetos existentes e da prospeção contínua de novas áreas.

O acontecimento determinante no segmento de Refinação & Distribuição em 2011 foi a conclusão do investimento no projeto de conversão da refinaria de Matosinhos e a entrada na fase final do investimento no projeto de conversão da refinaria de Sines. O arranque das novas unidades está previsto para meados de 2012. Findo este projeto, a Galp Energia terá um aparelho refinador completamente integrado e adaptado às necessidades do mercado ibérico, nomeadamente no que respeita à procura de gasóleo. O incremento esperado na margem de refinação como consequência deste investimento deverá traduzir-se, a partir de 2012, num aumento do *cash-flow* desta atividade.

Como resposta à deterioração da envolvente económica, a Galp Energia continuou, em 2011, a tomar medidas para tornar mais eficiente a exploração do negócio de distribuição de produtos petrolíferos.

Já no segmento de Gas & Power, a Empresa continuou com a consolidação das suas atividades de comercialização de gás natural em Portugal e em Espanha. Destaca-se, em 2011, o primeiro ano completo de atividade após a aquisição do negócio de comercialização de gás natural na região de Madrid, determinante para posicionar a Empresa como o segundo maior comercializador de gás natural da Península Ibérica.

As atividades de *downstream* na Península Ibérica, que englobam a refinação e distribuição de produtos petrolíferos e a distribuição e comercialização de gás natural, geram um *cash-flow* estável que contribui significativamente para o financiamento do plano de investimentos da Galp Energia.

Após a conclusão do investimento no projeto de conversão, iniciar-se-á uma nova etapa na Galp Energia, quando o foco de investimento se concentrar, a partir de 2012, no segmento de Exploração & Produção, em especial nos projetos na bacia de Santos. Nesta altura, já todos os ativos do negócio de *downstream* estarão em exploração e em plena geração de *cash-flow*.

A Galp Energia assumiu o compromisso de criar valor de forma sustentável e responsável. Como tal, na execução da sua estratégia, tem em consideração o desenvolvimento do seu capital humano e a proteção de valores fundamentais nas áreas ambiental e social.

O desenvolvimento das competências dos colaboradores é crucial para o crescimento da Empresa, o que tem incentivado a aposta na formação e na qualificação dos mesmos, principalmente no segmento de negócio de Exploração & Produção.

Pelo facto de exercer a sua atividade num sector com riscos ambientais, a Galp Energia tem vindo a reforçar as suas políticas nas áreas do ambiente, da segurança e da eficiência energética, de modo a poder exercer as suas atividades com responsabilidade.

A Galp Energia considera que deve apoiar as comunidades onde está presente. Como tal, tem desenvolvido, e continuará a desenvolver, projetos que promovem o bem-estar das comunidades envolventes, nos planos da educação e da saúde, entre outros.

A estratégia da Galp Energia está, assim, assente em dois pilares fundamentais e interdependentes: uma estrutura de capital sólida, para a qual contribuirá o aumento de capital no Brasil anunciado em 2011, e o incremento de *cash-flow* decorrente da conversão das refinarias e do desenvolvimento dos projetos em Angola e no Brasil, nomeadamente o projeto Lula.

Paralelamente, o crescimento futuro da Empresa assentará no desenvolvimento de outros projetos no âmbito do negócio de Exploração & Produção, em especial, mas não exclusivamente, na bacia de Santos. Assentará, também, no *pipeline* de projetos com elevado potencial, ainda em fase de exploração, e na avaliação de novas oportunidades.

A Galp Energia considera que a sustentabilidade a longo prazo da execução da sua estratégia só será assegurada se esta assentar numa atitude socialmente responsável e, consequentemente, na adoção das melhores práticas nos planos do ambiente e da segurança.

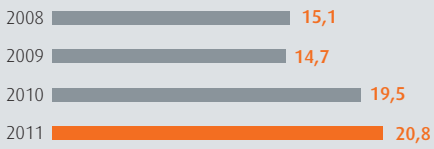
1.4 Principais indicadores

Indicadores operacionais

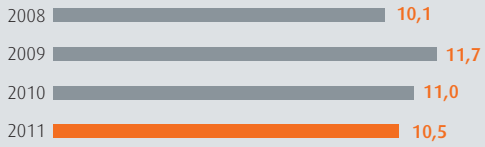
	2008	2009	2010	2011
Exploração & Produção				
Reservas 3P *net entitlement* (Mboe)	28	35	574	709
Recursos contingentes 3C (Mboe)	2.113	3.065	2.356	2.672
Produção média *working interest* (mboepd)	15,1	14,7	19,5	20,8
Produção média *net entitlement* (mboepd)	10,0	9,7	11,8	12,1
Refinação & Distribuição				
Matéria-prima processada (Mton)	13,1	11,5	12,3	11,2
Vendas de produtos refinados (Mton)	16,6	17,3	17,3	16,3
Vendas a clientes diretos (Mton)	10,1	11,7	11,0	10,5
Número de estações de serviço	1.605	1.549	1.539	1.502
Gas & Power				
Vendas de gás natural (Mm^3)	5.638	4.680	4.926	5.365
Rede de distribuição de gás natural (km)	10.462	11.028	11.342	11.655
Número de clientes de gás natural ('000)	868	915	1.327	1.301
Vendas de energia elétrica (GWh)	478	706	1.202	1.201

Reservas 3P *net entitlement* (Mboe)
2011: 709

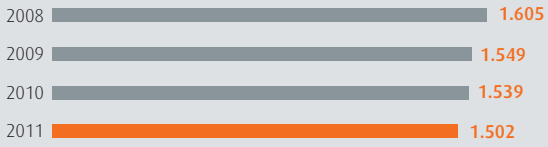
Produção média *working interest* (mboepd)
2011: 20,8



Vendas a clientes diretos (Mton)
2011: 10,5

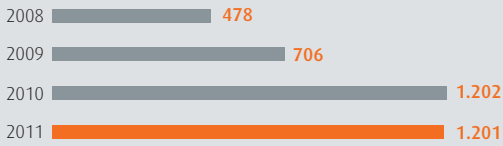


Número de estações de serviço
2011: 1.502



Vendas de gás natural (Mm^3)
2011: 5.365

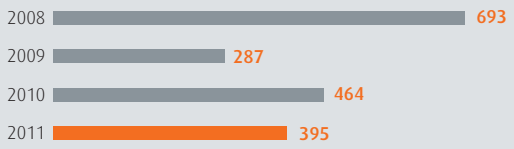
Vendas de energia elétrica (GWh)
2011: 1.201



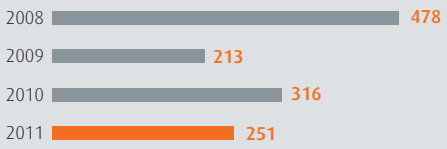
Indicadores financeiros

Milhões de euros (exceto indicação em contrário)	2008	2009	2010	2011
Vendas e prestações de serviços RCA	15.062	11.960	13.998	16.804
Ebitda IFRS	449	830	1.064	1.090
Ebitda RCA	975	630	864	797
Resultado operacional IFRS	167	459	649	642
Resultado operacional RCA	693	287	464	395
Resultados financeiros IFRS	(61)	(76)	(98)	(123)
Resultado líquido IFRS	117	347	452	433
Resultado líquido RCA	478	213	316	251
Free cash-flow	(1.129)	(63)	(912)	(667)
Investimento	1.560	730	1.233	1.000
Capital próprio[1]	2.219	2.389	2.645	6.805
Dívida líquida[1]	1.864	1.927	2.837	543
Divida líquida / Capital próprio[1]	84%	81%	107%	8%
Dívida líquida / Ebitda RCA[1]	1,9	3,1	3,3	0,7
ROACE RCA	13%	7%	8%	6%
Resultado por ação RC (€/ação)	0,57	0,22	0,36	0,28
Rácio de *payout*	56%	89%	56%	73%
Dividendo por ação (€/ação)	0,32	0,20	0,20	0,20
Capitalização bolsista a 31 de dezembro	5.954	10.017	11.891	9.437

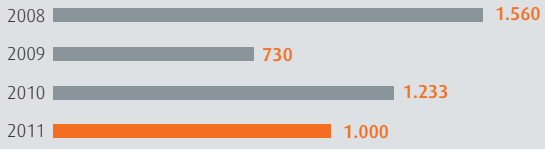
Resultado operacional RCA (M€)
2011: 395



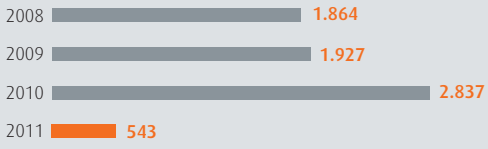
Resultado líquido RCA (M€)
2011: 251



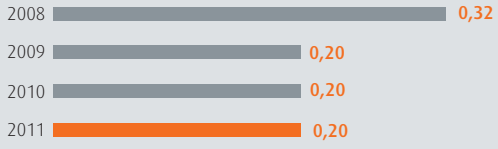
Investimento (M€)
2011: 1.000



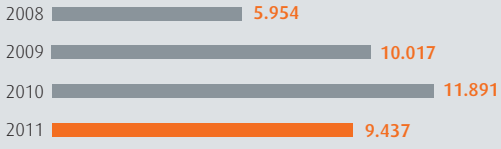
Dívida líquida[1] (M€)
2011: 543



Dividendo por ação (€/ação)
2011: 0,20



Capitalização bolsista a 31 de dezembro (M€)
2011: 9.437



Nota: os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost* ajustado (RCA) excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não-recorrentes ou, no caso de resultados *replacement cost* (RC), apenas o efeito *stock*. Estes resultados não foram sujeitos a auditoria.

[1] Valores relativos ao ano de 2011 numa base *pro forma*, ou seja, considerando o aumento de capital na Petrogal Brasil e subsequente empréstimo à Sinopec.

02

02 • ATIVIDADES

2.1 ENVOLVENTE DE MERCADO
2.2 EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO
2.3 REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO
2.4 GAS & POWER

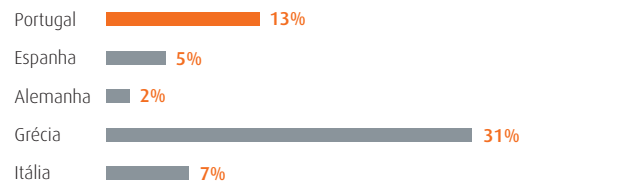
2.1 Envolvente de mercado

Em 2011, o sector do petróleo e do gás natural foi fortemente influenciado pela conjuntura internacional, o que se repercutiu no preço e no consumo destes produtos. Por um lado, a Primavera Árabe causou instabilidade no Norte de África, o que provocou uma redução da oferta de petróleo leve e, consequentemente, um aumento do preço desta matéria-prima. Por outro lado, as medidas de ajustamento das economias de vários países na sequência da crise da dívida soberana na zona do Euro provocaram um abrandamento da atividade económica. Este abrandamento levou a uma quebra da procura de produtos petrolíferos na Europa.

Crise da dívida soberana na zona do Euro

A acumulação de graves desequilíbrios orçamentais levou a um rápido aumento da dívida pública de países periféricos da zona do Euro, nomeadamente a Grécia, a Irlanda e Portugal, que tiveram de pedir auxílio externo para evitar o colapso financeiro. A falta de uma solução definitiva para a crise das dívidas soberanas levou a que outros países fossem contagiados, tais como a Espanha e a Itália, que viram as taxas de juro das respetivas dívidas soberanas subir até 7%, um custo de financiamento considerado insustentável.

Taxas de juro a dez anos das dívidas soberanas no final de 2011



Fonte: Bloomberg

Em abril, o governo português pediu ajuda externa, o que resultou na disponibilização de um pacote de financiamento de 78 mil milhões de euros pela União Europeia (UE), pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em contrapartida, Portugal viu-se obrigado a aplicar um conjunto de medidas de austeridade para conter o défice orçamental público e incutir competitividade à economia. As medidas de ajustamento tiveram um efeito depressivo na atividade económica, o que contribuiu para a quebra acentuada na procura de produtos petrolíferos.

Aumento da massa monetária na OCDE

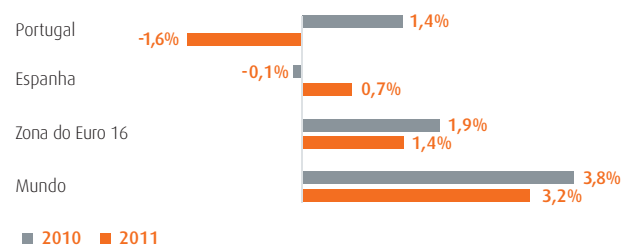
Para contrariar as tendências deflacionistas e estimular as economias anémicas de grande parte dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), as autoridades monetárias recorreram a injeções de liquidez depois de esgotado o recurso a reduções das taxas de juro diretoras, que atingiram níveis próximos do zero. Apesar destes estímulos, as taxas de inflação na zona do Euro, 1,4%, nos Estados Unidos da América (EUA), 2,1%, e no Japão, -1,5%, mantiveram-se abaixo dos níveis desejados.

Abrandamento do crescimento económico

As medidas de contenção orçamental que os estados-membros da zona do Euro foram obrigados a adotar contribuíram para que o crescimento do produto interno bruto (PIB) da zona do Euro não tivesse ido, em 2011, além dos 1,4%, o que representou uma quebra comparativamente aos 1,9% do ano anterior. Enquanto a economia dos EUA (Estados Unidos da América) cresceu 1,7%, a economia chinesa, destinada a ser brevemente a maior produtora mundial de bens e serviços, cresceu cerca de 9,3%, o que se refletiu no aumento do consumo de energia. A limitar o crescimento mundial esteve também o Japão, cujo crescimento económico desacelerou, tendo a economia deste país crescido 0,1%, devido às catástrofes naturais de março de 2011 e ao acidente nuclear que se lhe seguiu.

O facto de as economias da China e dos EUA terem demonstrado um crescimento real sensivelmente superior ao da zona do Euro contribuiu para que a economia mundial tivesse crescido aproximadamente 3,2% em 2011, um ritmo de crescimento que ficou, contudo, abaixo do de 2010.

Taxas de crescimento do PIB



Fonte: Eurostat e Banco Mundial

Deterioração das economias ibéricas

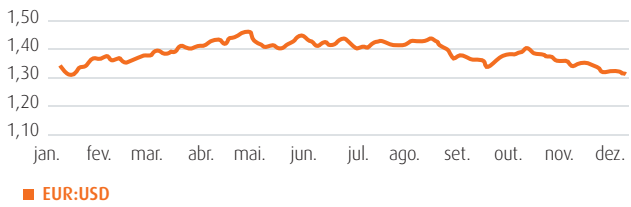
Em 2011, as economias portuguesa e espanhola sofreram as consequências da crise das dívidas soberanas na zona do Euro. O PIB (produto interno bruto) português diminuiu 1,6%, o que contrasta com o aumento de 1,4% verificado em 2010. Esta diminuição deveu-se às medidas de austeridade aplicadas pelo governo e à consequente diminuição do consumo.

Em Espanha, apesar da escalada dos juros da dívida soberana, a economia cresceu 0,7%, depois de ter contraído 0,1%, em 2010.

Desvalorização do Euro em relação ao Dólar

Em 2011, o valor médio de 1,39 do Euro / Dólar representou uma valorização de 5% relativamente a 2010. Verificou-se a valorização da moeda única no primeiro semestre de 2011 e seguiu-se uma tendência de desvalorização no segundo semestre. O mínimo de 1,29 foi atingido em janeiro, enquanto o máximo de 1,49 foi alcançado no início do mês de maio, quando ficaram decididos os moldes do pacote da assistência financeira a Portugal. A partir de agosto, depois de a Câmara dos Representantes dos EUA ter aprovado um aumento do limite da dívida pública para ajudar a colmatar os problemas financeiros do país, o Euro iniciou uma trajetória de desvalorização atribuída aos receios de alastramento da crise da dívida soberana a outras economias da zona do Euro, com a cotação de fecho do ano, 1,30, a ficar muito próxima dos mínimos de janeiro.

Evolução da taxa de câmbio do Euro / Dólar em 2011



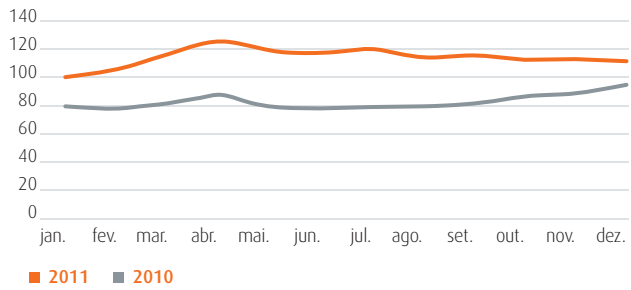
Fonte: Bloomberg

Estabilidade do preço do crude

A cotação do *dated* Brent foi, em 2011, influenciada pelos conflitos no Norte de África, com especial incidência no Egito e na Líbia. Foram vários os líderes que cederam às revoltas populares e que abandonaram os cargos que ocupavam há décadas. Estes países diminuíram temporariamente a oferta de petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que provocou um aumento do preço do *dated* Brent, apesar de essa produção ter sido reposta posteriormente pela Arábia Saudita.

A retoma gradual da economia mundial apoiou a cotação do crude, cujo valor médio se situou, em 2011, próximo dos 111 dólares por barril de petróleo (bbl), ou seja, mais 31,8 dólares/bbl do que em 2010.

Evolução da cotação do *dated* Brent (USD/bbl)



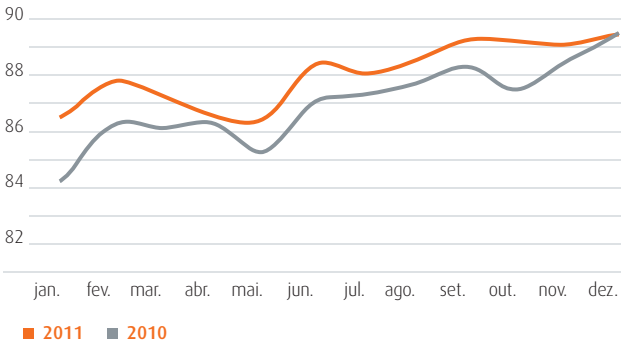
Fonte: Bloomberg

A procura mundial de petróleo também refletiu o abrandamento da atividade económica na Europa e nos EUA, tendo crescido apenas 1,2%, o que contrasta com o crescimento de 3,2% em 2010. A procura média diária foi, em 2011, de 88,1 milhões de barris (Mbbl), ou seja, mais 1,0 Mbbl do que em 2010.

Os países que mais contribuíram para o aumento da procura foram os não-pertencentes à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Estes representaram a maior fatia do incremento global, liderados pela China e pelas antigas repúblicas soviéticas, com crescimentos de 6,9% e 5,7%, respetivamente.

O consumo de petróleo nos países não-pertencentes à OCDE aumentou 3,6% em relação a 2010, uma tendência inversa à registada nos países pertencentes a esta organização. Nestes, o consumo de petróleo decresceu 0,9%, reflexo da quebra da procura registada, de 1,4% e de 1,6%, na Europa e nos EUA, respetivamente.

Evolução da procura mundial de petróleo (Mbopd)



Fonte: EIA

A diferença de preço entre crudes leves e pesados, em 2011, situou-se, em média, nos 2,1 dólares/bbl, ou seja, mais 0,9 dólares/bbl do que em 2010. Este diferencial foi causado pela redução da produção no Norte de África, nomeadamente na Líbia, que produz sobretudo crudes leves.

Desaceleração da procura de produtos

Em 2011, o crescimento da procura global de produtos petrolíferos nos países da OCDE abrandou 1,2% relativamente ao crescimento de 2,0% registado em 2010. O consumo mundial foi penalizado pela desaceleração económica na Europa e nos EUA, onde o consumo de produtos petrolíferos recuou 2,2% e 1,5%, respetivamente.

A procura de *diesel* na Europa foi impactada pelo contexto económico negativo, tendo decrescido 1,6%, em 2011, relativamente ao período homólogo. Já nos EUA, a procura de gasolina, que representa mais de 45% da procura total naquele país, decresceu -2,8%, não obstante o facto de a envolvente económica nos EUA ser, atualmente, mais favorável que a vivida na Europa.

Na Península Ibérica, o mercado de produtos petrolíferos contraiu 4,2%, atingindo 66 Mton. Tanto em Portugal como em Espanha, o consumo foi afetado pelo estado da economia, que resultou, em grande parte, das medidas de austeridade aplicadas pelos governos dos dois países. O mercado de produtos petrolíferos contraiu 7% em Portugal e 4% em Espanha. A contração na Península Ibérica deveu-se, principalmente, à diminuição, em 7%, do consumo de gasolina e do consumo de *diesel*, apesar do aumento de 6% do consumo de *jet*.

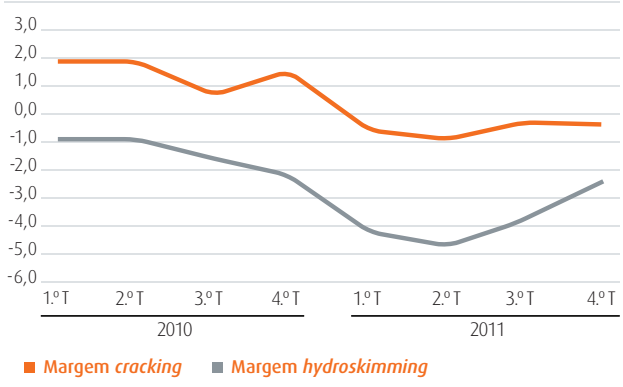
Margens de refinação sob pressão

Em 2011, as margens de *cracking* e *hydroskimming* evoluíram negativamente relativamente a 2010, sobretudo devido ao aumento do preço do *dated* Brent durante o ano e à quebra da procura de produtos petrolíferos.

A margem de *cracking* média foi, em 2011, de -0,6 dólares/bbl, menos 2,1 dólares/bbl do que em 2010. Esta evolução deveu-se, sobretudo, à redução do *crack* da gasolina relativamente ao período homólogo, resultado do aumento do preço do *dated* Brent no início do ano de 2011. Deveu-se, também, a uma menor procura daquele produto, ao longo do ano, e da acumulação de *stocks*, especialmente no final do ano. A margem de *hydroskimming* teve também uma evolução negativa em 2011, tendo-se situado nos -3,9 dólares/bbl, contrastando com os -1,5 dólares/bbl, em 2010. Esta descida resultou da diminuição em 3,5 dólares/bbl do *crack* do fuelóleo relativamente a 2010, resultado do aumento do preço do *dated* Brent em 2011.

Refinaria de Matosinhos

Evolução trimestral das margens de refinação *benchmark* (USD/bbl)



Fonte: Platts

Tendências divergentes no gás natural

O consumo mundial de gás natural tem vindo a aumentar nos últimos anos. Em 2011, o acidente na central nuclear de Fukushima, no Japão, deu origem a um aumento da procura de gás natural, em especial de GNL (gás natural liquefeito), e levou à elaboração de planos de substituição da geração elétrica através de energia nuclear por outras fontes que, a longo prazo, poderão ter impacto no consumo de gás natural. Em 2011, o consumo mundial de gás natural aumentou 1,3% relativamente a 2010.

Na Península Ibérica, no entanto, o consumo de gás natural registou uma redução de 6% em 2011, relativamente ao ano anterior. Em Portugal, o consumo de gás natural ficou em linha com o período homólogo, situando-se nos 4.886 Mm^3, impulsionado pelo aumento da procura do sector elétrico, nomeadamente pelo aumento do consumo da nova CCGT do Pego. Em Espanha, pelo contrário, o consumo de gás natural caiu 7% relativamente a 2010, principalmente por causa da quebra em 19% do segmento elétrico, que aumentou a geração de origem hídrica e eólica.

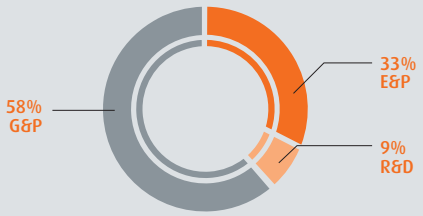
2.2 Exploração & Produção

Plataforma CPT Tômbua-Lândana

© Jan Berghuis

O segmento de negócio de Exploração & Produção é, atualmente, o principal pilar da criação de valor da Empresa, através da presença em algumas das bacias mais promissoras a nível mundial. A Galp Energia centra a sua atividade de Exploração & Produção no eixo Atlântico, em Angola e no Brasil, bem como na região da África Oriental, em Moçambique, onde a dimensão das descobertas de gás natural suportará o crescimento sustentado da produção nos próximos anos.

Resultado operacional RCA em 2011 por segmento



PRINCIPAIS INDICADORES

	2008	2009	2010	2011
Produção média *working interest* (mboepd)	15,1	14,7	19,5	20,8
Produção média *net entitlement* (mboepd)	10,0	9,7	11,8	12,1
Preço médio de venda (USD/boe)	96,9	59,8	75,3	107,1
Custos operacionais (USD/boe)	9,0	10,5	10,4	15,9
Amortizações (USD/boe)	24,0	17,3	29,5	34,0
Ebitda RCA (M€)	208	112	186	251
Resultado operacional RCA (M€)	141	67	61	130
Investimento (M€)	196	193	341	299

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

Reservas 3P net entitlement atingiram, no final de 2011, os 709 Mboe, mais 24% que no ano de 2010; também os recursos contingentes 3C e os recursos de exploração (mean estimate unrisked) registaram um aumento relativamente ao período hómologo, para os 2.672 Mboe e 2.821 Mboe, respetivamente.

Primeiro ano do desenvolvimento do campo Lula, no *offshore* brasileiro. Foram ligados mais dois poços produtores e um poço injetor de gás à unidade FPSO (*floating, production, storage and offloading*) Cidade de Angra dos Reis.

Início da comercialização de gás natural na sequência do arranque das operações do gasoduto Lula-Mexilhão, na bacia de Santos.

Descoberta de relevantes quantidades de gás natural na bacia de Rovuma, em Moçambique.

Portefólio

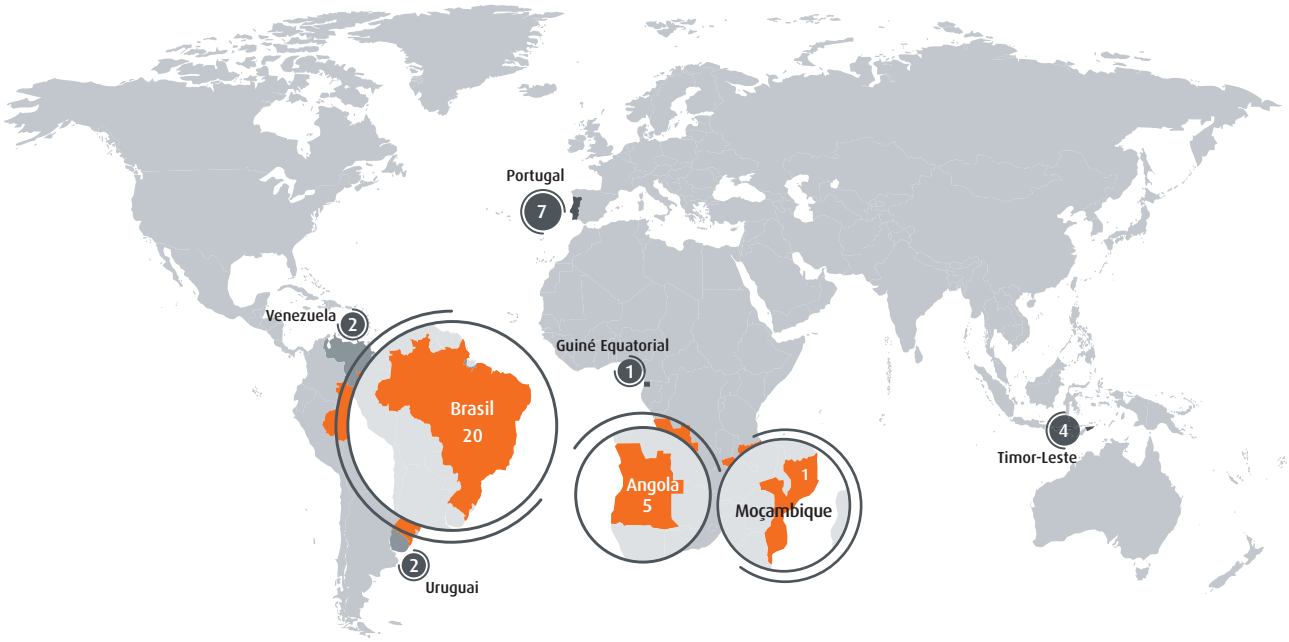
O portefólio de exploração e produção da Galp Energia engloba 42 projetos, em diferentes níveis de desenvolvimento, espalhados por quatro continentes. A Galp Energia centra a sua atividade em três áreas *core* – Brasil, Angola e Moçambique –, e tem, igualmente, projetos em Portugal, no Uruguai, em Timor-Leste, na Venezuela e na Guiné Equatorial. Os projetos atualmente em produção estão localizados no bloco 14, em Angola, no campo Lula, no bloco BM-S-11 do pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e, em menor escala, no *onshore* brasileiro.

O portefólio de exploração e produção da Galp Energia encontra-se em diferentes estádios de exploração e de desenvolvimento, estando os projetos mais promissores localizados no *offshore* do Brasil e de Moçambique. Com efeito, a atividade do segmento de Exploração & Produção estará centrada, nos próximos anos, no desenvolvimento das reservas e dos recursos do *cluster* do pré-sal da bacia de Santos. Centrar-se-á, igualmente, na exploração e no desenvolvimento das descobertas de gás natural em Moçambique, na exploração e no desenvolvimento de novos projetos no *offshore* angolano, bem como nas atividades de exploração de 112 prospetos e *leads* com potencial exploratório já identificado.

Em 2011, a Galp Energia teve uma produção média *working interest* de 20,8 mboepd, onde se destacou o aumento contínuo da produção do Brasil, que representou 19% do total. Este aumento terá tendência a acentuar-se com a expansão das atividades de desenvolvimento e produção no Brasil, nos próximos anos.

Produção *working interest* (mboepd)

Portefólio de exploração e produção da Galp Energia



■ Áreas *core* ■ Áreas potenciais # de projetos

Estratégia

A estratégia do segmento de negócio de Exploração & Produção consiste na exploração e no desenvolvimento de recursos petrolíferos relevantes para a produção de petróleo e gás natural da Galp Energia. A extensão dos projetos e a dimensão dos recursos de petróleo e gás natural são a base em que assenta o crescimento da produção e o suporte da estratégia a longo prazo da Empresa. O desenvolvimento dos recursos existentes permitirá à Galp Energia atingir uma produção superior a 70 mboepd, em 2015, e de mais de 300 mboepd, em 2020, ou seja, uma produção 15 vezes superior à de 2011. Para suportar estes níveis de produção no futuro, a Galp Energia considera essencial obter mais ativos em fase de exploração.

A Galp Energia pretende também diversificar o respetivo portefólio tanto com projetos de petróleo, quanto com projetos de gás natural, sendo a estratégia de crescimento predominantemente orgânica ou assente na entrada, na fase inicial, em projetos com potencial exploratório relevante.

Reservas e recursos

A base de recursos e reservas associada ao portefólio de Exploração & Produção da Galp Energia teve uma evolução significativa nos últimos anos, tendo aumentado quer em dimensão, quer na proporção entre reservas e recursos petrolíferos, o que se deveu ao êxito dos projetos de exploração e produção da Empresa. As reservas e os recursos petrolíferos foram objeto de uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

A base de reservas provadas, prováveis e possíveis 3P atingiu, no final de 2011, 709 Mboe, dos quais 695 Mboe respeitavam aos projetos em fase de desenvolvimento e produção no Brasil. Esta base de reservas 3P reflete um aumento de 24% relativamente a 2010, devido à evolução do projeto de desenvolvimento e produção do campo Lula. Com efeito, a declaração de comercialidade daqueles campos, entregue no final de 2010, transformou a base de reservas da Galp Energia. Ainda no que respeita ao Brasil, as reservas de gás natural representavam, no final de 2011, cerca de 14% das reservas totais, relativamente aos 11% registados no final de 2010, o que ilustra a tendência de diversificação de reservas neste país.

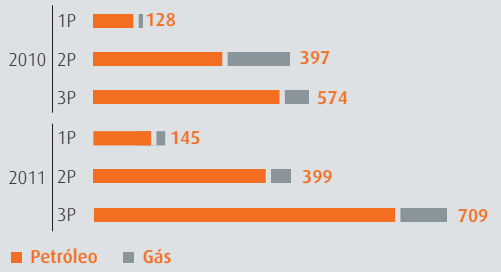
Em Angola, o volume de reservas 3P, numa base *net entitlement*, diminuiu para 14 Mbbl em consequência do aumento do preço de referência do petróleo para cálculo das reservas e da produção de 2011, que atingiu 3,0 Mbbl numa base *net entitlement*. Para o cálculo das reservas em Angola, foi utilizado um preço de referência do petróleo de 111 dólares/bbl; já em 2010, foi utilizado um preço de referência de 79,5 dólares/bbl.

No final de 2011, a base de recursos contingentes 3C era de 2.672 Mboe, o que contrasta com os 2.356 Mboe que a constituíam no final do ano anterior. Esta evolução deveu-se às atividades de exploração e avaliação em 2011, nomeadamente às descobertas relevantes de gás natural na área 4 da bacia de Rovuma, em Moçambique. O peso dos recursos de gás natural, no total de recursos contingentes, era de 34%, no final de 2011; no final de 2010, correspondia a 21%, o que testemunha a diversificação dos recursos contingentes da Empresa. Durante o ano, os ativos do pré-sal da bacia de Santos no Brasil mantiveram a sua elevada importância estratégica para a Empresa e representaram 78% do total de recursos contingentes 3C.

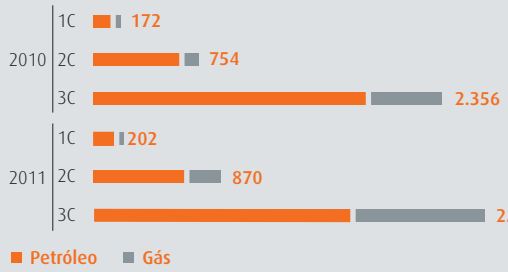
A estimativa (*mean unrisked*) de recursos de exploração atingiu, no final de 2011, 2.821 Mboe. A base de recursos de exploração encontra-se geograficamente diversificada em quatro continentes. Para este volume de recursos contribuem 112 prospetos e *leads* já identificados através de atividades de exploração, onde se inclui a aquisição, o processamento e a interpretação sísmica.

Em comparação com 2011, esta estimativa aumentou 271 Mboe, devido ao processo contínuo de valorização do portefólio da Galp Energia. No entanto, a evolução de alguns projetos de exploração, como o da área 4 de Moçambique, resultaram na incorporação de recursos na categoria de contingentes.

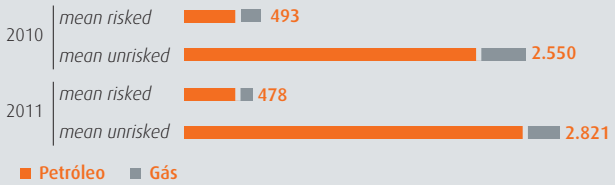
Reservas (Mboe)



Recursos contingentes (Mboe)



Recursos de exploração (Mboe)



Brasil

Bacias onde a Galp Energia está presente

As atividades de exploração e produção no Brasil representam, atualmente, a base principal do crescimento futuro da produção de petróleo e gás natural da Galp Energia. As atividades de desenvolvimento e produção estão já a decorrer no campo Lula, no pré-sal da bacia de Santos. As atividades de exploração, por sua vez, têm-se intensificado principalmente em áreas *offshore* com elevado potencial.

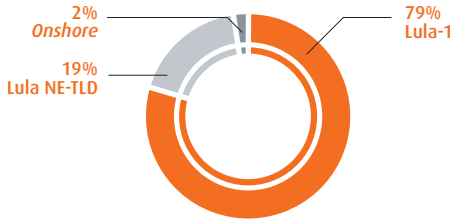
No final de 2011, a Galp Energia detinha participações entre 10% e 50% em 20 projetos de exploração e produção espalhados por sete bacias sedimentares. Destes projetos, 15 decorriam no *offshore* brasileiro e os restantes em projetos *onshore*. A Galp Energia está presente no Brasil desde o ano 2000, através da participação na segunda rodada de licitação de áreas, em parceria com a empresa brasileira Petrobras, que é a operadora em todos os blocos *offshore*.

A Galp Energia é operadora em vários projetos *onshore* nas bacias de Sergipe-Alagoas e Potiguar.

Atividades de produção

Em 2011, a Galp Energia produziu 4,0 mboepd no Brasil, uma produção superior em 2,2 mboepd à registada no ano anterior. Para este nível de produção, contribuiu decisivamente o desenvolvimento do projeto Lula-1, com a FPSO Cidade de Angra dos Reis, que corresponde à primeira unidade permanente de produção do campo Lula. O teste de longa duração (TLD) do campo Lula NE, que foi executado entre os meses de abril e novembro, contribuiu para esta evolução, com uma produção média anualizada de 0,8 mbopd. Os projetos *onshore* das bacias Potiguar e Sergipe-Alagoas, que se encontram em fase de desenvolvimento e produção, tiveram uma produção residual de cerca de 0,1 mbopd. Após a entrada em operação do gasoduto Lula-Mexilhão, no final de setembro de 2011, a Galp Energia comercializou as primeiras quantidades de gás natural produzidas, uma média de 1,1 mboepd no quarto trimestre de 2011.

Produção *working interest* por projeto em 2011



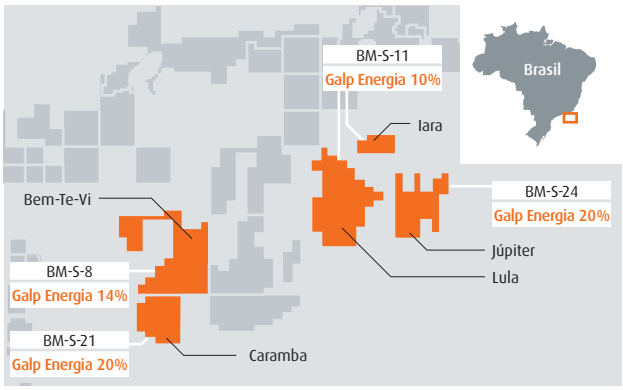
Projetos na bacia de Santos

A Galp Energia está presente, ao largo da costa brasileira, em quatro blocos de águas ultraprofundas, no denominado *cluster* do pré-sal da bacia de Santos.

As descobertas realizadas sucessivamente desde 2006 posicionaram esta bacia como uma província de classe mundial que detém, no seu conjunto, a maior acumulação conhecida de petróleo e gás natural em águas ultraprofundas. A Galp Energia está presente nesta área desde 2000, ou seja, desde a fase embrionária de exploração. É, atualmente, a segunda empresa com maior número de ativos nesta bacia.

Desenvolvimento do campo Lula

Bacia marítima de Santos



■ Blocos Galp Energia

No final de 2010, com a entrega da declaração de comercialidade do campo Lula, foram revistos os volumes de petróleo e gás natural recuperáveis para 8,3 mil Mboe, o que marcou o início formal do desenvolvimento desta área e da produção comercial na mesma.

O plano de desenvolvimento do campo Lula prevê a realização de atividades prévias para a maximização de dados sobre o reservatório nas localizações onde serão instaladas unidades de produção permanentes, incluindo a realização de poços de avaliação e testes de longa duração, através da FPSO Cidade de São Vicente.

As atividades operacionais no campo Lula concentraram-se, em 2011, na perfuração de poços produtores e injetores na área do projeto Lula-1 e na perfuração de poços de avaliação que serão mais tarde utilizados como produtores, com o objetivo da aquisição de dados adicionais sobre os reservatórios em ambas as áreas.

Apesar de já estar em desenvolvimento, foi concluída em 2011, no campo Lula, no bloco BM-S-11, a perfuração de cinco poços de avaliação, com o objetivo de caracterizar os reservatórios e definir parâmetros petrofísicos.

O plano de desenvolvimento do campo Lula prevê a instalação de nove FPSO, até ao final de 2017, o que representa uma capacidade acumulada de produção de 1.270 mbopd.

No final de 2011, já tinham sido contratadas três FPSO em regime de aluguer. A FPSO Cidade de Angra dos Reis, que tem uma capacidade de produção de 100 mbopd, está em produção desde o final de 2010. A FPSO Cidade de Paraty, que tem uma capacidade de produção de 120 mbopd, será alocada, em 2013, ao desenvolvimento da área de Lula NE. Em 2014, será instalada a FPSO Cidade de Mangaratiba na área de Iracema Sul, e terá uma capacidade de produção de 150 mbopd.

Além do aluguer destas três unidades, foram iniciados, no final de 2010, os procedimentos de contratação de seis FPSO adicionais, que serão construídas no Brasil, com uma capacidade de produção de 150 mbopd cada. Depois da adjudicação dos contratos de construção dos cascos das FPSO, em novembro de 2010, foram atribuídos vários contratos de equipamentos críticos para instalação dos *topsides*, durante o ano de 2011.

Estas unidades têm entrada prevista em produção entre 2015 e 2017. A construção deverá ser executada no estaleiro naval de Rio Grande, maximizando a componente de conteúdo local associado aos projetos de desenvolvimento do campo Lula, de acordo com a legislação em vigor no Brasil.

Projeto Lula-1

Em 2011, foram ligados dois poços produtores e um poço injetor de gás à FPSO Cidade de Angra dos Reis, a primeira FPSO de dimensão comercial do campo Lula. No final do ano, estavam em produção três poços produtores e um poço injetor de gás no projeto Lula-1.

A instalação do poço injetor de gás durante o mês de abril permitiu, por um lado, aumentar a produção de petróleo do poço produtor em operação e, por outro lado, melhorar a gestão do

FPSO Cidade de Angra dos Reis

reservatório através da injeção de gás. O primeiro poço produtor ligado à FPSO Cidade de Angra dos Reis atingiu uma elevada produtividade, de 28 mbopd, após a instalação do poço de injeção, acima das expectativas iniciais, sendo atualmente o poço com maior taxa de produção no Brasil.

No final de setembro de 2011, foi ainda ligado à FPSO Cidade de Angra dos Reis o gasoduto Lula-Mexilhão, que tem capacidade para escoar o gás produzido por três FPSO. Foi também iniciada a exportação de gás natural do campo Lula para a costa brasileira.

Estão atualmente a ser avaliadas outras opções para a evacuação e comercialização de gás natural proveniente da bacia de Santos. Destaca-se a construção de um segundo gasoduto que liga o bloco BM-S-11 à estação de Cabiúnas, a construção de uma unidade de liquefação de gás natural flutuante (FLNG) e a construção de gasodutos adicionais, com ligação à costa do Brasil.

Em 2011, o consórcio para o estudo do desenvolvimento do projeto FLNG, no qual a Galp Energia participa, recebeu os projetos de *front-end engineering and design* (FEED) das várias empresas contratadas (SBM Offshore, SAIPEM e TECHNIP). A decisão final de investimento, prevista para 2011, foi adiada. O consórcio tomará a decisão final de investimento, assim que a análise de todas as restantes opções seja concluída.

Na área do projeto Lula-1, foram perfurados, em 2011, um poço de produção de petróleo, que já se encontra em produção, e um poço para injeção alternada de água e gás (WAG) que será o segundo poço injetor do sistema de desenvolvimento do primeiro módulo de produção. Os poços atingiram profundidades de 5.510 metros e 5.354 metros, respetivamente, tendo o poço produtor demorado 77 dias a ser perfurado e o poço injetor 47 dias.

O desempenho inerente à perfuração destes poços testemunhou o progresso na técnica de perfuração de poços em águas ultraprofundas, que é agora a referência para a perfuração de novos poços. O objetivo do consórcio é diminuir, para 45 dias, o tempo médio de perfuração nesta área, o que baixará os custos de investimento associados à perfuração de novos poços.

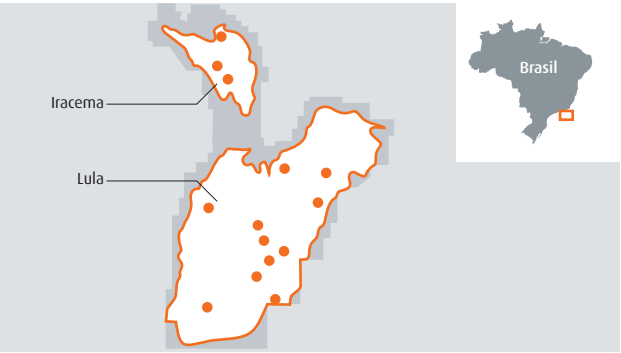
Durante o ano, foram também iniciados dois poços de desenvolvimento incluídos na área do projeto Lula-1, nomeadamente um poço produtor e um poço para injeção WAG (injeção alternada de água e gás), que ainda se encontravam em perfuração no final do ano.

No final de 2011, havia seis sondas em atividade permanente no bloco BM-S-11, um sinal da intensidade das operações em curso.

Teste de longa duração
No final do mês de abril, iniciou-se o TLD (teste de longa duração) na área de Lula NE, que se prolongou até ao mês de novembro. O TLD reforçou o conhecimento da área e produziu cerca de 1,0 mbopd, correspondente à participação da Galp Energia, num total de cerca de 0,3 Mbbl nos sete meses de atividade. O TLD foi realizado através da FPSO Cidade de São Vicente, a mesma plataforma que tinha realizado o primeiro TLD no pré-sal da bacia de Santos, no campo Lula.

Principais atividades exploratórias e de avaliação em 2011
O poço Lula Sul, iniciado no último trimestre de 2010, foi concluído no final do primeiro trimestre de 2011 e tem uma profundidade total de cerca de 5.180 metros. Este poço comprovou a existência de reservatórios carbonáticos microbiais idênticos aos que se desenvolvem ao longo da estrutura sudeste-nordeste do campo Lula. A proximidade ao limite sul da área de desenvolvimento permitiu ainda o reconhecimento e a caracterização do reservatório numa região adjacente à área denominada Sul de Tupi, incluída na cessão onerosa concessionada à Petrobras. Para 2012, está previsto um teste de formação neste poço para se caracterizar melhor o comportamento dinâmico do reservatório nesta área.

Campo Lula, no bloco BM-S-11



● Descoberta de petróleo

Na área de Lula NE, foi perfurado um poço para aquisição de dados do reservatório (ADR). Este atingiu uma profundidade de 5.400 metros.

No final de 2011, estava em perfuração, na área de Lula Alto, um novo poço para ADR (aquisição de dados do reservatório), que poderá ser utilizado posteriormente como poço de desenvolvimento.

Na área de Iracema, no campo Lula, o consórcio prosseguiu as atividades específicas de reconhecimento e de caracterização de reservatórios e fluidos, uma vez que as condições deposicionais que antecederam a formação dos reservatórios no campo e o relacionamento com os processos de geração, migração e retenção de hidrocarbonetos não são perfeitamente idênticos aos do campo Lula, apesar de serem semelhantes e estarem correlacionados.

Em 2011, foram também concluídos os poços Iracema Norte e Iracema Sul, iniciados em 2010. Após a perfuração dos poços, decidiu-se realizar um TLD na área de Iracema Sul, no campo Lula, que terá início no primeiro trimestre de 2012. Para este efeito, será utilizada a FPSO Cidade de São Vicente.

Com o objetivo de caracterizar o reservatório e os fluidos, foi perfurado o poço Iracema, que atingiu uma profundidade total de 5.328 metros.

Os resultados dos poços confirmaram que a área de Iracema é uma acumulação independente do campo Lula, ao mesmo tempo que comprovaram a existência de contactos petróleo/água, gradientes de pressão e composições de hidrocarbonetos diferentes.

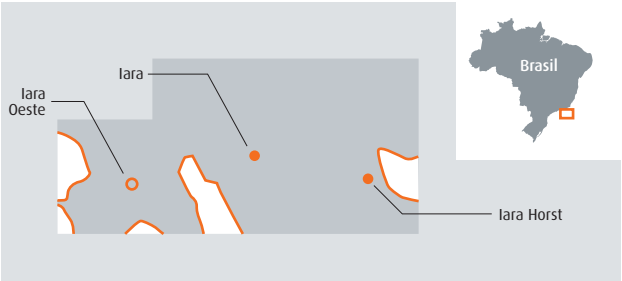
Para melhor definir as propriedades do reservatório da área noroeste da área de Iracema, o consórcio iniciou, em finais de novembro, a perfuração de um poço para ADR, cuja conclusão está prevista para o final do primeiro semestre de 2012.

Os trabalhos realizados na área têm confirmado as excelentes qualidades do reservatório e reforçado a confiança nos volumes recuperáveis estimados.

Na área de Iara, ainda no bloco BM-S-11, o consórcio prosseguiu as atividades previstas no plano de avaliação, cuja conclusão está prevista para dezembro de 2013.

Cumprindo o programa de avaliação, foi concluída, no mês de abril, a perfuração do poço Iara Horst, situado a cerca de 8 quilómetros (km) do poço Iara. Este atingiu uma profundidade de 5.973 metros numa lâmina de água de 2.279 metros. Os resultados obtidos confirmaram a presença de um reservatório compacto e de propriedades petrofísicas superiores às do poço pioneiro. A espessa coluna de petróleo encontrada tem uma densidade de 28° API, à semelhança do poço Iara.

Área de Iara, no bloco BM-S-11



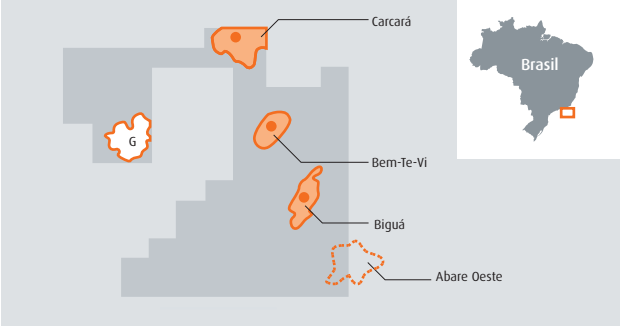
● Descoberta de petróleo ○ Poço a perfurar

No final de 2011, foi iniciado o segundo poço de avaliação, designado Iara Oeste. A perfuração deste poço tem o objetivo de investigar a continuidade do reservatório na parte ocidental da estrutura, numa área onde os reservatórios-alvo, por estarem no limite da estrutura, podem ter estado sujeitos a condições estruturais e deposicionais diversas, admitindo-se que o reservatório tenha melhores características. Este poço deverá estar concluído no segundo trimestre de 2012.

As atividades do plano de avaliação englobam ainda a perfuração de mais dois a três poços de avaliação, além da realização de um TLD.

No bloco BM-S-8, foi, em 2011, iniciada e concluída a perfuração do poço de exploração Biguá, que está localizado a 21 km do poço Bem-Te-Vi, numa área com uma lâmina de água de 2.200 metros e uma profundidade total de 6.175 metros. A amostragem e os testes levados a cabo permitiram a confirmação da presença de vestígios de petróleo de boa qualidade em carbonatos que podem estar estratigraficamente relacionados com o campo Lula.

Bloco BM-S-8

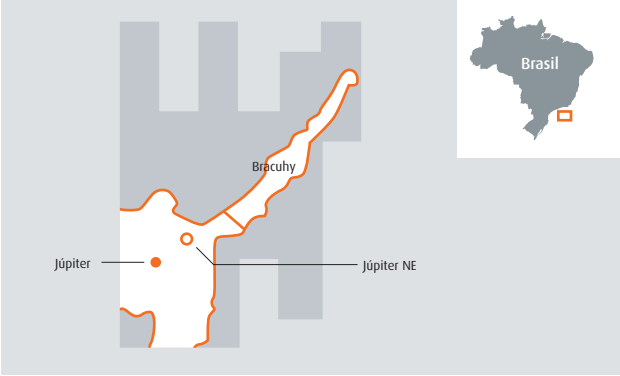


● Descoberta de petróleo

Após a perfuração deste poço, o consórcio deslocou a sonda para o prospeto Carcará, na zona norte do mesmo bloco. No final de 2011, o poço ainda se encontrava em perfuração, já que o objetivo seria o de alcançar uma profundidade de 7.300 metros. Após a análise dos resultados da perfuração deste poço, será ponderada a realização, no segundo semestre de 2012, do TLD previsto no plano de avaliação.

No bloco BM-S-24, situado igualmente em águas ultraprofundas da bacia de Santos, foi decidida, após o reprocessamento sísmico e a interpretação dos dados em 2010, a localização do próximo poço, denominado Júpiter NE. Apesar de a perfuração deste poço ter chegado a estar prevista para 2011, a limitação de sondas disponíveis para perfurar em águas ultraprofundas levou ao adiamento da mesma para 2012.

Bloco BM-S-24



● Descoberta de hidrocarbonetos ○ Poço a perfurar

No bloco BM-S-21, as atividades estiveram, em 2011, centradas no processamento e na interpretação da sísmica 3D adquirida em 2010, com o objetivo da identificação de novos prospetos para perfurar.

Outros projetos *offshore*

A Galp Energia detém uma participação de 20% num bloco *offshore* situado na bacia de Espírito Santo. Em 2010, foi perfurado neste bloco o poço Ambrósia, que atingiu reservatórios que não eram portadores de hidrocarbonetos. Em 2011, foi decidido exercer o direito de passagem ao segundo período exploratório e assumir o compromisso de perfurar mais um poço de exploração.

O início da perfuração deste poço, inicialmente previsto para 2011, foi adiado para 2012, beneficiando da prorrogação do prazo pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), que prolongou o período de exploração até dezembro de 2012. O segundo poço de exploração no bloco BM-ES-31, cujo objetivo é investigar o prospeto Boca Maldita, será perfurado no segundo trimestre de 2012.

Na bacia Potiguar *offshore*, a Galp Energia detém uma participação de 20% em dois consórcios operados pela Petrobras, com interesses em cinco blocos de águas profundas.

A perfuração do primeiro poço exploratório no bloco POT-M-760 esteve prevista para 2011, no entanto, só será iniciada no segundo semestre de 2012. Através deste poço, investigar-se-ia um prospeto denominado Arararauna e ter-se-ia como alvo reservatórios de natureza turbidítica, de idade albiano-cenomaniana.

Apesar de o consórcio ter a sonda contratada, o poço não foi perfurado em 2011, devido ao atraso na emissão de licença pelas autoridades ambientais. Devido a este constrangimento, o consórcio pediu o adiamento do termo do primeiro período exploratório do contrato BM-POT-16, inicialmente previsto para janeiro de 2012. O pedido foi atendido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível) e o termo do primeiro período exploratório está atualmente suspenso e sem data definida.

Bacia *offshore* de Potiguar

Poço a perfurar ■ BM-POT-16 ■ BM-POT-17

Depois de avaliar as oportunidades exploratórias do contrato BM-POT-17, o consórcio manifestou junto da ANP a disposição de passar ao segundo período exploratório, que se iniciará em janeiro de 2012 e terá a duração de dois anos. A perfuração desta estrutura está prevista para o ano de 2013.

Em março de 2011, o consórcio do bloco C-M-593, situado em águas rasas da bacia de Campos, onde a Galp Energia detém uma participação de 15%, exerceu a opção de passagem ao segundo período exploratório, assumindo o compromisso de perfurar, até março de 2013, um poço exploratório. No bloco, foram identificados diversos prospetos, sendo provável a perfuração de um poço exploratório sobre o prospeto Obsidiana. Este poço deverá ser perfurado no segundo semestre de 2012.

A Pernambuco-Paraíba é uma das bacias ao longo do *offshore* do Brasil sobre as quais ainda há pouco conhecimento. A Galp Energia detém participações de 20% em três blocos, em parceria com a Petrobras. A bacia está situada na parte norte do alinhamento de bacias de tipo *rift* associadas à abertura do Atlântico Sul. Em 2011, foram realizados trabalhos de processamento de dados da campanha sísmica 3D adquirida em 2010. Os resultados do primeiro processamento dos referidos dados não foram satisfatórios, estando em curso um novo reprocessamento que permitará visualizar melhor a secção profunda desta bacia onde, conceptualmente, se considera existir condições de ocorrência de um sistema petrolífero ativo e de estruturas com potencial para reterem hidrocarbonetos relevantes.

Nas águas rasas da bacia de Santos, o consórcio onde a Galp Energia detinha uma participação de 20% em três blocos, em parceria com a Petrobras e com a Queiroz Galvão, realizou a perfuração, em 2011, de um poço exploratório na estrutura Enseada, identificada no bloco BM-S-76. O poço atingiu a profundidade final de 4.254 metros, e, apesar de terem sido detetados indícios de hidrocarbonetos gasosos, não foram identificados reservatórios potencialmente produtores. Este resultado levou o consórcio a abandonar o projeto no final do primeiro período exploratório e a devolver os três blocos à ANP.

Projetos *onshore*

A Galp Energia está presente em projetos de exploração e produção de hidrocarbonetos em três bacias *onshore*: Sergipe-Alagoas, Potiguar e Amazonas. A Empresa é operadora de um campo e um plano de avaliação na bacia de Sergipe-Alagoas e de quatro campos e três blocos exploratórios na bacia Potiguar. A Empresa encara a participação nestes blocos *onshore* como uma forma de adquirir experiência como operadora.

Na bacia de Potiguar, prosseguiram, em 2011, as atividades de perfuração e a aquisição de novos dados sísmicos 3D. Nos campos Andorinha e Andorinha Sul, iniciou-se a produção de petróleo, que representou a primeira produção de um campo descoberto e operado pela Galp Energia. No final do ano, a produção acumulada a partir de três poços atingiu os 50 mil barris de petróleo. Os trabalhos de desenvolvimento do campo Sanhaçu, em blocos operados pela Petrobras, sofreram alguns atrasos, estando previsto o início da produção para o primeiro trimestre de 2012. Nas restantes áreas da bacia, está prevista a continuação das atividades de exploração e avaliação.

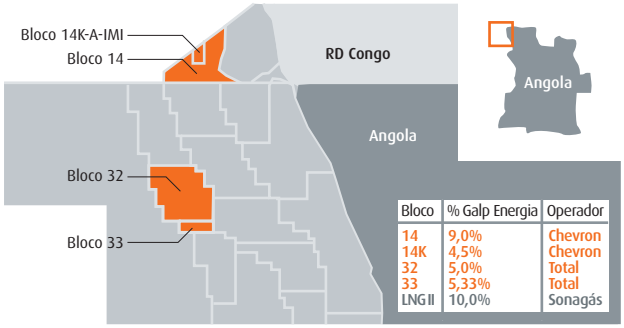
Na bacia de Sergipe-Alagoas, após a descoberta de Sati, uma pequena acumulação de gás que foi objeto de declaração de comercialidade e denominada campo Dó-Ré-Mi, foi aprovado, em 2011, o plano de desenvolvimento. Para o primeiro trimestre de 2012, está prevista a conclusão do poço para início da fase de produção. Entre outras atividades de exploração e avaliação de hidrocarbonetos, foi realizado um intensivo programa de aquisição de dados com o objetivo de definir o programa complementar de avaliação da estrutura Brahma. Ainda no âmbito da avaliação do potencial desta estrutura, foram projetadas e construídas as infraestruturas para o início, em 2012, do TLD nesta área. Caso se confirme a produção de gás natural nas quantidades previstas, está já concebida a solução para o gás produzido, que será utilizado na produção de energia elétrica.

Na bacia de Amazonas, onde a Galp Energia está presente através de participações de 40% em três blocos, iniciaram-se, em 2011, os trabalhos de aquisição sísmica, o que nesta região requer um processo logístico mais complexo devido aos impactos ambientais potenciais e às características do terreno. Para o final de 2012, está previsto o início da campanha de perfuração de poços exploratórios. O primeiro período exploratório termina em 2014, estando prevista, entre outras atividades, a perfuração de seis poços de exploração até ao final deste período.

Angola

A Galp Energia está presente em Angola, com atividades de exploração e produção, desde 1982, tendo inicialmente participado na exploração do campo Safueiro. Atualmente, a Empresa participa na exploração e na produção de petróleo em quatro blocos *offshore* – bloco 14, bloco 14K-A-IMI (Lianzi), bloco 32 e bloco 33 – e num projeto integrado de exploração e produção de gás natural com a Sonagás. A produção de petróleo da Galp Energia em Angola provém das suas atividades no bloco 14, tendo representado 81% do total de produção *working interest* da Empresa, no ano de 2011. Três campos estão atualmente em produção: a FPSO de Kuito, a plataforma de BBLT (Benguela-Belize-Lobito-Tomboco) e a *compliant piled tower* (CPT) de TL (Tômbua-Lândana).

Concessões de petróleo em Angola

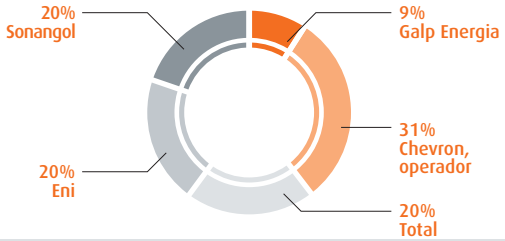


Bloco	% Galp Energia	Operador
14	9,0%	Chevron
14K	4,5%	Chevron
32	5,0%	Total
33	5,33%	Total
LNG II	10,0%	Sonagás

■ Blocos Galp Energia

O bloco 14 continua a ser o que mais contribui para a produção de petróleo por parte da Galp Energia, e é o único bloco da Empresa em produção no continente africano. Este bloco, onde a Galp Energia produz petróleo desde dezembro de 1999, é constituído por oito áreas de desenvolvimento: Kuito, BBLT, TL, Negage, Gabela, Malange, Lucapa e Menongue. As três primeiras áreas de desenvolvimento correspondem aos atuais campos em produção. A Galp Energia prossegue o programa de desenvolvimento das áreas de Negage, Gabela, Lucapa, Malange e Menongue.

Consórcio do bloco 14



No âmbito do desenvolvimento do portefólio de exploração e produção em Angola, a Galp Energia elaborou um plano exploratório e de desenvolvimento para 2012 que abrangerá as áreas do bloco 14, do bloco 32, do bloco 33 e do projeto Sonagás, num total de 16 poços de exploração, avaliação e desenvolvimento.

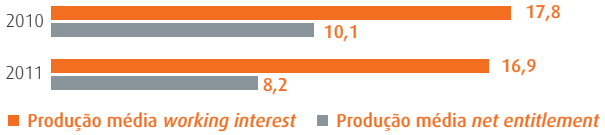
Produção e desenvolvimento

Em 2011, a Galp Energia teve uma produção média *working interest* de 16,9 mbopd, em Angola, ou seja, 5% abaixo da produção de 2010. Esta quebra deveu-se essencialmente ao declínio natural de produção dos campos mais maduros do bloco 14, que foi, no entanto, atenuado pelo aumento da produção do campo Tômbua-Lândana.

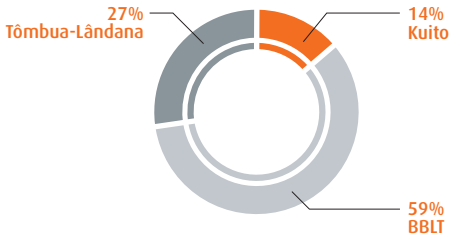
O campo BBLT teve uma produção de 9,9 mbopd, ou seja, 59% do total da produção *working interest* de Angola.

Em 2011, a produção média *net entitlement* atingiu os 8,2 mbopd, menos 19% do que em 2010. Este decréscimo seguiu a tendência da produção *working interest*, refletindo, por um lado, o declínio da produção nos campos de Kuito e BBLT, e, por outro, a redução das taxas de produção disponíveis, em especial, do *cost oil*, associada aos mecanismos de recuperação de custos do contrato de partilha de produção (PSA) dos campos Kuito e BBLT, com o aumento do preço do petróleo entre períodos.

Produção (mbopd)



Produção *working interest* por campo em 2011



Em 2011, foi executado o processamento de um levantamento sísmico 4D, cuja aquisição ocorreu em 2010, com o objetivo de estabelecer um plano de desenvolvimento complementar para o complexo BBLT. Neste âmbito, foi desenvolvido um novo portefólio de prospetos a partir dos dados obtidos.

Colaborador da Galp Energia na FPSO de Kuito

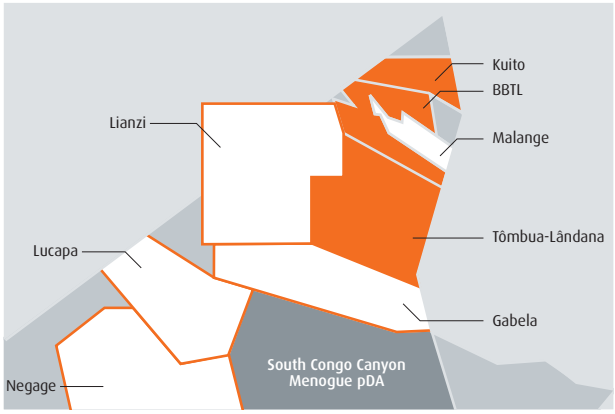
Em 2011, a sonda de perfuração incorporada na torre de BBLT foi submetida com êxito a trabalhos necessários ao processo de recertificação operacional. Foram também perfurados três poços de desenvolvimento, um dos quais na área de desenvolvimento do Kuito. A conclusão da interpretação da sísmica 4D vai permitir uma campanha de perfuração de novos poços de desenvolvimento em 2012.

Os estudos de viabilidade técnica e económica efetuados no âmbito do campo Kuito continuaram em 2011, para se identificar a solução mais adequada ao prolongamento da vida do campo. Foi decidido pelo consórcio manter em produção a mesma FPSO até 2014, altura em que se esgota o prazo viável de certificação operacional. No final do ano, conforme previsto no contrato de concessão, foi constituído o fundo para abandono do campo.

O campo de produção da CPT (*compliant piled tower*) do campo TL está situado a cerca de 80 km da costa, numa lâmina de água de aproximadamente 366 metros de profundidade. O pico de produção de 54 mbopd foi atingido em março de 2011. Durante o ano, foram perfurados três poços de produção e dois injetores de água constantes do plano de desenvolvimento. Prevê-se, para 2012, a perfuração de mais seis poços (três injetores e três produtores), bem como a aquisição e o processamento das sísmicas 3D e 4D, na área deste campo de produção, com o objetivo de refinar os modelos de gestão dos reservatórios.

No bloco 14, a Galp Energia prosseguiu também com as atividades que permitirão o desenvolvimento das áreas que ainda não estão em produção.

Principais áreas dos blocos 14 e 14K em Angola



Áreas em desenvolvimento ■ DA provisórios ■ Áreas em produção

Em Lucapa, prosseguiram-se os estudos sobre qual o conceito de desenvolvimento mais adequado para este campo. O resultado dos mesmos levou à seleção de uma FPSO para o desenvolvimento do campo. Em 2011, foram conduzidos os estudos que permitirão a aprovação de um contrato de FEED (*front-end engineering and design*), no primeiro trimestre de 2012.

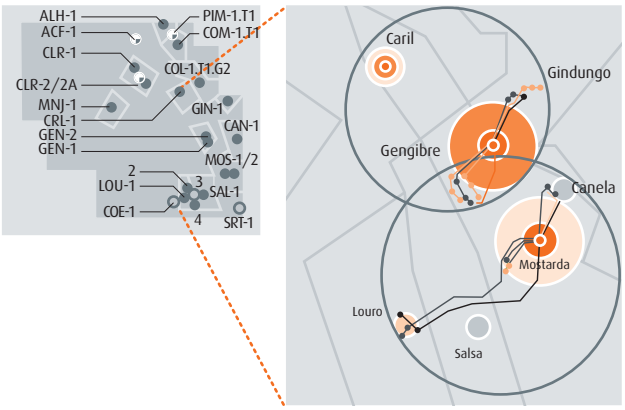
Na área de Malange, após a perfuração, em 2009 e 2010, do poço Malange-2, foi emitida a Declaração de Descoberta Comercial e foi apresentado o plano de desenvolvimento da descoberta. Está, neste momento, a ser estudada a definição da área de desenvolvimento. Para o ano de 2012, está previsto o início dos estudos de engenharia (pré-FEED e FEED).

No campo de Gabela, as avaliações técnicas realizadas em conjunto com a concessionária continuaram em 2011, com o propósito de se encontrar uma solução economicamente viável para o desenvolvimento daquela descoberta. Neste contexto, o operador do bloco 14 apresentou à concessionária um pedido de fusão entre a área de desenvolvimento de Gabela e a área de Tômbua-Lândana. Neste âmbito, foi aprovada pela concessionária uma prorrogação, até 2018, do prazo da primeira produção de petróleo nesta área de desenvolvimento.

Quanto ao campo de Negage e à descoberta de Menongue, a Galp Energia aguarda o resultado da negociação em curso com a concessionária, que representa os interesses dos governos da República Democrática do Congo e de Angola, sobre a zona de interesse comum (ZIC).

Em 2011, no bloco Lianzi (14K-A-IMI), foi concluída a elaboração de estudos sobre o plano de desenvolvimento da descoberta e do respetivo projeto de execução e contratação. O FEED do projeto de construção foi finalizado, e a opção técnica selecionada para o desenvolvimento do projeto foi a ligação daquela descoberta com a plataforma de BBLT. A decisão final de investimento está apenas dependente da ratificação pelas autoridades de Angola e do Congo dos acordos de partilha de produção e fiscais. O início da execução do projeto está previsto para 2012.

Bloco 32: principais descobertas e áreas de desenvolvimento



● Descoberta de petróleo

Em 2011, concluiu-se a perfuração do poço Mostarda-3, no bloco 32, com o objetivo de verificar a extensão do reservatório na região sudeste da área de desenvolvimento; o conceito de *split hub* para o desenvolvimento da área de Kaombo tinha sido aprovado em 2010. Ainda em 2011, prosseguiu o estudo

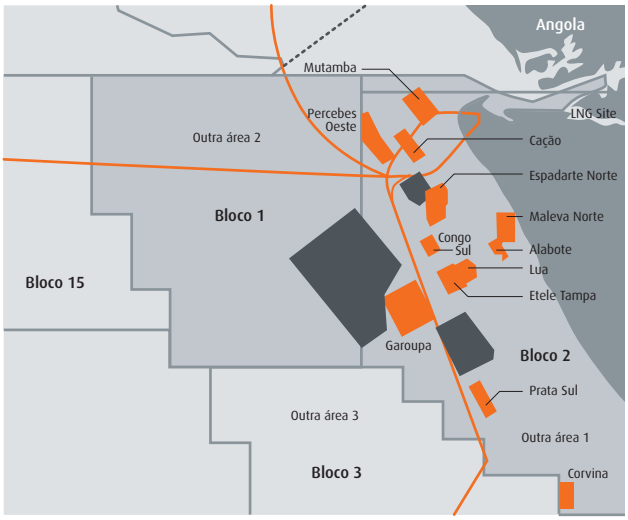
do *tie-back* das descobertas Alhos e Cominhos a um campo de produção de um bloco adjacente ao bloco 32. Para 2012, prevê-se a realização do FEED da área de Kaombo e a perfuração de mais um poço de avaliação. No final de 2011, a prorrogação da fase exploratória estava a ser negociada com a concessionária.

Exploração

Relativamente ao bloco 14, o consórcio pretende, dentro das áreas de desenvolvimento, lançar, em 2012, uma campanha de perfuração de, pelo menos, dois poços exploratórios. Esta perfuração visa a identificação de novas reservas associadas aos prospetos Pinda, semelhantes aos descobertos no campo Malange. Para o efeito, foram desenvolvidos, em 2011, vários estudos de geologia, geofísica e engenharia de poço, que serão o suporte desta campanha exploratória.

No que respeita ao bloco 33, foram concluídos, em 2011, estudos geológicos, bem como se concluiu o reprocessamento sísmico para apoiar um programa de aquisição sísmica em 2012. Com base nesses estudos e nas perspetivas para a área de Calulu, foi aprovada a perfuração de um novo poço exploratório, o prospeto Sumatê-1, que será perfurado no primeiro semestre de 2012.

Projeto integrado de gás em Angola



■ Outras áreas ■ Áreas abertas ■ Áreas excluídas — Potencial gasoduto
— Blocos --- Fronteira

A Galp Energia participa, desde o final de 2007, no consórcio para o desenvolvimento do primeiro projeto integrado de gás natural em Angola, detendo uma participação de 10%. Além da Galp Energia e da Sonagás, a empresa operadora do projeto, que detém uma participação de 40%, o consórcio integra ainda as empresas Eni (20%), Gas Natural (20%) e Exem (10%).

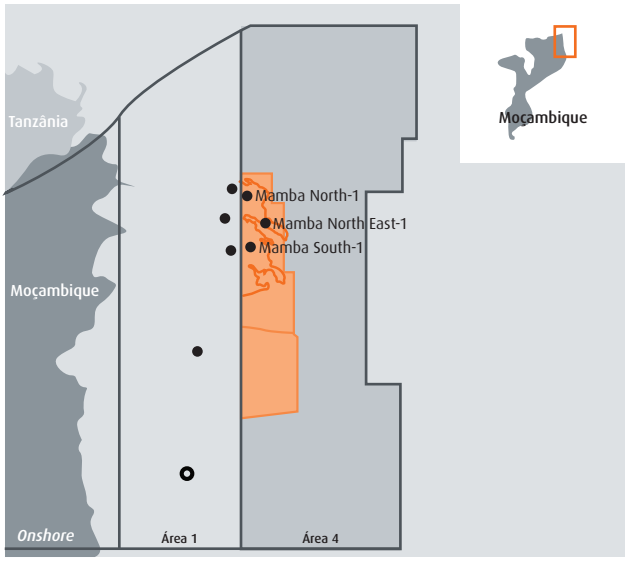
Em 2011, concluiu-se a perfuração do poço Garoupa-2A, que ainda se encontrava em perfuração no final de 2010 e que comprovou as expectativas iniciais de recursos de gás natural. No último trimestre do ano, foi perfurado o poço Garoupa Norte-1A e iniciado o poço Etele-Tampa-7. Em 2012, deverá prosseguir a atividade de perfuração de poços de exploração de recursos de gás natural.

Moçambique

Em 2011, o início dos trabalhos de perfuração na área 4 da bacia de Rovuma, no *offshore* de Moçambique, onde a Galp Energia detém uma participação de 10%, revelou várias descobertas de gás natural de grande dimensão, que excederam as expectativas existentes antes do início da perfuração. As elevadas quantidades de gás natural descobertas confirmaram que a bacia de Rovuma é uma província de gás natural de classe mundial.

O consórcio deu seguimento, em 2011, ao plano de exploração em curso. O plano incluía, entre outras atividades, as duas aquisições sísmicas 3D de 1.047 km² e 1.520 km², respetivamente. Através da interpretação sísmica realizada, foram identificados diversos prospetos, tendo sido selecionados em função do potencial e do risco os prospetos a serem perfurados.

Principais descobertas na área 4 da bacia de Rovuma



● Descoberta de gás ○ Evidência de petróleo ● Sísmica 3D

Em 2011, foram perfurados dois poços de exploração, o Mamba South-1 e o Mamba North-1. O poço Mamba South-1 foi perfurado numa lâmina de água de 1.585 metros, a cerca de 40 km da costa de Cabo Delgado, na parte norte da área 4, e atingiu uma profundidade total de cerca de 5.000 metros. Através do poço, encontrou-se um reservatório de gás natural de 212 metros em areias oligocénicas de elevada qualidade e um reservatório com 90 metros de *gross pay* em areias de boa qualidade do eocénico. Os volumes combinados de gás natural no reservatório são na ordem dos 22,5 Tcf. Os resultados deste poço excederam amplamente as expectativas existentes antes da perfuração, uma vez que esta se revelou uma das maiores descobertas de gás natural dos últimos anos.

As atividades de perfuração do poço Mamba North-1, localizado a 22 km a norte do poço Mamba South-1, ficaram concluídas no início do ano de 2012, com uma estimativa

de gás natural no reservatório de 7,5 Tcf. No início de 2012, foi perfurado o terceiro poço de exploração, o poço Mamba North East-1, que aumentou os recursos dos reservatórios da área 4 em 10 Tcf, dos quais 8 Tcf estão localizados exclusivamente em reservatórios desta área. Esta nova descoberta aumenta o potencial estimado de gás no complexo Mamba para, no mínimo, 40 Tcf de gás no jazigo.

Estes poços marcam o início de uma campanha intensa de perfuração para exploração e avaliação de hidrocarbonetos que se desenvolverá já em 2012, estando prevista a perfuração de quatro novos poços na região. Dois destes novos poços serão poços de avaliação na estrutura Mamba, e servirão para melhor compreender o potencial sem precedentes do *play* de idade terciária da área 4 da bacia de Rovuma.

Em paralelo com as atividades de exploração, foram iniciados estudos sobre potenciais soluções para a fase de desenvolvimento e produção dos recursos de gás natural, através de estudos de avaliação de vários cenários de desenvolvimento *multi-train*. Numa primeira fase, com início esperado em 2018, prevê-se o fornecimento à China, à Índia, ao Japão e a outros países do sudeste asiático, dada a posição geográfica da bacia.

Portugal

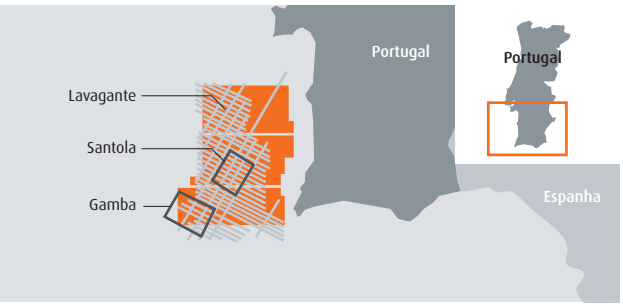
A Galp Energia detém uma participação de 30% em quatro blocos da bacia de Peniche e de 50% em três blocos da bacia do Alentejo. Em ambas as bacias, a Petrobras é a empresa operadora, com 50% de participação.

Barco de apoio à realização de sísmica

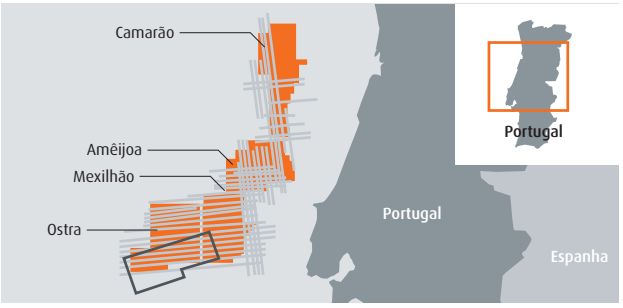
Em 2011, iniciou-se o processamento dos dados sísmicos adquiridos, estando a conclusão destes trabalhos prevista para 2012. Durante o primeiro trimestre de 2012, será realizada uma campanha de aquisição de *seabed coring*, amostras abaixo do fundo do mar (37 pontos no total), para auxiliar no estudo sobre a geração, a maturação e a migração de hidrocarbonetos na bacia.

Em 2012, após a interpretação de todos os dados recolhidos, o consórcio deverá estar em condições para tomar uma decisão sobre a passagem à fase seguinte de exploração, a qual implica a perfuração de um poço exploratório nesta área.

Aquisição sísmica 2D e 3D na bacia do Alentejo



Aquisição sísmica 2D e 3D na bacia de Peniche



A atividade na bacia do Alentejo centrou-se, em 2011, na aquisição sísmica 3D nas áreas mais prospetivas da concessão. O consórcio deu continuidade aos estudos geológicos e geofísicos dos dados já existentes. A aquisição sísmica 3D começou no bloco Gamba, em agosto de 2011, e terminou no final de setembro, tendo compreendido uma área de 986 km^2. No bloco Santola, a campanha da sísmica 3D planeada para uma área de 792 km^2 foi interrompida e ficou a 75% do planeado, devido ao estado do mar. A sua conclusão está prevista para 2012. Foi ainda realizada uma linha sísmica 2D de 32 km entre as duas áreas de aquisição sísmica 3D.

No que respeita à bacia de Peniche, após a conclusão da aquisição sísmica 3D no final de dezembro de 2010, os trabalhos realizados em 2011 consistiram, sobretudo, no processamento da sísmica 3D dos blocos Ostra e Mexilhão, enquanto se aguarda a finalização do reprocessamento em profundidade de 30 linhas 2D adquiridas em 2008 (1.875 km), nos blocos Camarão e Amêijoa. Os trabalhos incluíram ainda a realização de estudos geológicos com o objetivo de reforçar o conhecimento do modelo deposicional, de estratigrafia, de evolução tectónica e do sistema petrolífero. Prevê-se o prolongamento destas atividades durante o ano de 2012.

Para 2012, está prevista, também, a realização de uma campanha de aquisição de *seabed coring*, amostras abaixo do fundo do mar (55 pontos no total), para auxiliar no estudo sobre a geração, a maturação e a migração de hidrocarbonetos nesta área.

Os resultados da interpretação e integração de todos os dados existentes permitirão ao consórcio fazer a maturação dos prospetos identificados e decidir, em 2012, sobre a passagem à fase seguinte de exploração. Esta fase tem início em 2013 e implica a realização de um poço de exploração.

Timor-Leste

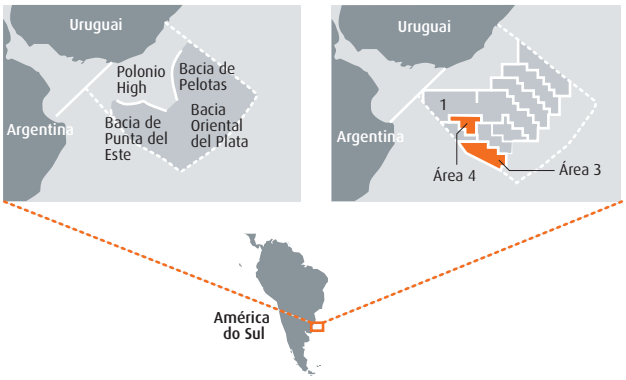
A Galp Energia tem uma participação de 10% nas atividades de Exploração & Produção em Timor-Leste, nos blocos *offshore* B, C, E e H.

O período de exploração destes blocos deverá estar concluído em novembro de 2013. No final de 2010, após a elaboração de diversos estudos geológicos, com colheita de amostras abaixo do fundo do mar, *seabed cores* e interpretação sísmica 2D e 3D, foi perfurado o primeiro poço de exploração, no bloco C. A avaliação efetuada durante 2011 concluiu que este foi um poço seco. No entanto, este poço foi fundamental para a recolha de informação que será importante para decidir as próximas atividades exploratórias nesta área.

Uruguai

A Galp Energia garantiu o acesso a duas áreas *offshore* da bacia de Punta del Este, no Uruguai, na sequência da primeira ronda de licitação de licenças *offshore* do país, realizada em 2009. As áreas 3 e 4 da bacia de Punta del Este foram atribuídas ao consórcio integrado pela Galp Energia. A Galp Energia tem uma participação de 20% em ambos os consórcios, que integram ainda as empresas Petrobras e YPF, com 40% cada, sendo a Petrobras a operadora da área 4 e a YPF a operadora da área 3.

Áreas 3 e 4 no *offshore* do Uruguai



Após a assinatura, em fevereiro de 2010, dos contratos de partilha de produção, os estudos têm-se concentrado na interpretação da sísmica 2D adquirida para os dois blocos. Como consequência, foram identificados vários *leads* que suportarão a realização, em 2012, de estudos geológicos sobre a modelação da bacia. Segundo o cronograma acordado, decidir-se-á, na segunda metade de 2012, sobre a realização de uma aquisição sísmica 3D.

Guiné Equatorial

A Galp Energia participa num projeto integrado de gás natural na Guiné Equatorial. Em 2011, a Galp Energia adquiriu parte da participação da E.ON Ruhrgas, aumentando a sua participação de 5% para 15%. O governo da Guiné Equatorial definiu ainda o enquadramento geral do projeto, e o estudo de viabilidade deverá estar concluído em 2012.

Venezuela

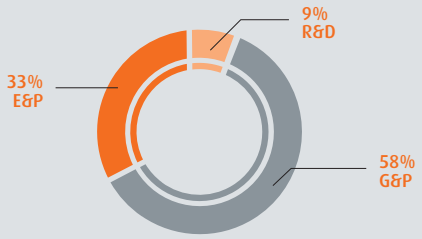
Em 2011, a Galp Energia manteve a parceria com a empresa estatal venezuelana PDVSA, quer no projeto de certificação de reservas do bloco Boyacá 6, quer nos projetos de GNL para aproveitamento do gás natural proveniente das plataformas Deltana e Mariscal Sucre. No final de 2011, estes projetos estavam em reavaliação.

2.3 Refinação & Distribuição

Refinaria de Matosinhos

No que respeita ao segmento de negócio de Refinação & Distribuição, a Galp Energia integra diversas componentes da cadeia de valor do petróleo, desde o aprovisionamento até à comercialização de produtos petrolíferos junto do cliente final. A Empresa tem duas refinarias em Portugal, e os respetivos produtos refinados são, sobretudo, comercializados na rede de distribuição da Galp Energia, que cobre a Península Ibérica, mas também parte do território africano.

Resultado operacional RCA em 2011 por segmento



PRINCIPAIS INDICADORES

	2008	2009	2010	2011
Crude processado (mbopd)	245	213	232	209
Margem de refinação Galp Energia (USD/bbl)	4,4	1,5	2,6	0,6
Custos operacionais líquidos das refinarias (USD/bbl)	2,2	2,1	2,1	2,3
Vendas de produtos refinados (Mton)	16,6	17,3	17,3	16,3
Vendas a clientes diretos (Mton)	10,1	11,7	11,0	10,5
Número de estações de serviço	1.605	1.549	1.539	1.502
Número de lojas de conveniência	493	536	589	595
Ebitda RCA (M€)	540	295	403	244
Resultado operacional RCA (M€)	373	79	210	23
Investimento (M€)	1.245	456	800	641

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

Arranque das novas unidades na refinaria de Matosinhos e entrada na fase final do investimento total de 1,4 mil milhões de euros alocados ao projeto de conversão das duas refinarias.

Continuação da integração da atividade de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica e da expansão desta atividade em África.

Implementação de medidas de racionalização na atividade de distribuição de produtos petrolíferos, para maior eficiência deste negócio num contexto económico adverso.

Estratégia

A execução da estratégia no segmento de negócio de Refinação & Distribuição assenta na maior adequação do sistema de refinação da Empresa ao padrão de procura do mercado ibérico. Para tal, é determinante o projeto de conversão de ambas as refinarias. A estratégia relativa a este segmento assenta também na otimização das atividades de distribuição de produtos petrolíferos, através da racionalização das operações, para assim alcançar uma maior eficácia e um maior retorno do capital investido.

A estabilidade dos proveitos e do *cash-flow* do negócio de Refinação & Distribuição é um dos pilares da estratégia da Empresa e contribui para o financiamento e para a expansão das atividades da Empresa nos diversos segmentos de negócio em que atua.

O ano de 2011 foi determinante para a consecução dos objetivos da Galp Energia para este segmento de negócio. O investimento no projeto de conversão da refinaria de Matosinhos foi concluído e o da refinaria de Sines atingiu a fase final, ao mesmo tempo que foram implementadas importantes medidas de racionalização de recursos. O arranque do projeto está previsto para meados de 2012, quando se iniciarem as operações em Sines. Após o arranque do projeto, a Galp Energia estará munida de um aparelho refinador moderno e integrado.

Aprovisionamento e refinação

A Galp Energia tem um sistema de refinação composto por duas refinarias no litoral português, com uma capacidade de processamento total de 330 mbopd. A refinaria de Sines tem uma capacidade de processamento de 220 mbopd, enquanto a refinaria de Matosinhos tem capacidade para processar 110 mbopd.

Em 2011, foi consolidada a atividade de *trading* de petróleo bruto, de produtos petrolíferos e de produtos químicos através da abertura de uma filial em Genebra. Esta veio reforçar a adequação das competências da Galp Energia à interação crescente com os mercados internacionais.

Aprovisionamento

A Galp Energia importa crudes de 12 países, os quais refina para a produção dos diversos produtos que comercializa, destacando-se as gasolinas e os destilados médios.

Em 2011, a Galp Energia adquiriu 76,9 milhões de barris de crude. As ramas *sweet*, caracterizadas por um baixo teor de enxofre, representaram 65% do total de crude adquirido. O *mix* de crudes foi calculado aplicando o modelo que otimiza a produção para maximização da margem de refinação.

A diversidade das fontes de fornecimento da Galp Energia manteve-se, e a costa ocidental africana – Angola, Nigéria, Guiné Equatorial e Camarões – manteve a posição de liderança, com 37% do crude importado. Apesar de os fornecimentos da Líbia terem estado sujeitos a interrupções em 2011, o aprovisionamento de crudes por parte da Galp Energia não foi afetado. De facto, a diversidade de fontes de crude no mercado permitiu que a falta de produção líbia fosse compensada,

Origem do crude em 2011

nomeadamente pelo aumento da produção na Arábia Saudita. O equilíbrio entre o perfil de produção e o padrão da procura nos mercados naturais da Galp Energia requer a importação de produtos petrolíferos para o normal abastecimento do mercado, destacando-se as importações de gasóleo, que, no ano de 2011, atingiram 319 mton. Após a conclusão do projeto de conversão das refinarias, a Galp Energia não terá necessidade de recorrer à importação de gasóleo, uma vez que aumentará consideravelmente a produção deste produto.

Refinação

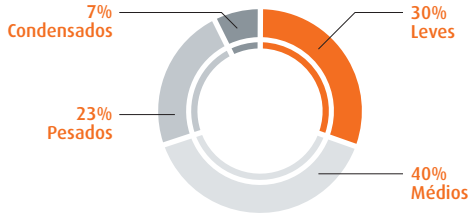
Em 2011, a indústria de refinação esteve sujeita a um longo período de margens *benchmark* de refinação negativas, mesmo em épocas que beneficiaram tradicionalmente de efeitos sazonais. Tal deveu-se não só ao preço mais elevado do petróleo relativamente a anos anteriores, mas também à atual situação de desequilíbrio estrutural no sector da refinação, em consequência da disparidade entre oferta e procura.

Para fazer face a este contexto adverso, a Galp Energia implementou, em 2011, importantes medidas para tornar mais eficiente o seu negócio de refinação. Exemplo destas medidas foi a redução da taxa de utilização das refinarias para otimização do plano de produção e a renovação de unidades nas refinarias de Sines e de Matosinhos, para maior eficiência energética.

A taxa de utilização das refinarias em 2011 foi inferior à do ano anterior e situou-se nos 63%. Para este facto contribuíram também as paragens programadas e não programadas em ambas as refinarias, em consequência das atividades relacionadas com o projeto de conversão. Após a paragem geral na refinaria de Sines, prevista para 2013, estão apenas planeadas paragens parciais das refinarias, que cobrirão unidades específicas. Esta realização esporádica estará relacionada com operações de manutenção. A programação indicada reflete a necessidade de manter os equipamentos das principais unidades através de técnicas avançadas de engenharia *Reliability Centered Maintenance* (RCM), que permitem uma maior eficiência operacional das refinarias, diminuindo os tempos de paragem das diversas unidades.

Durante o ano de 2011, foram processados 76,2 Mbbl, dos quais 63% corresponderam a crudes médios e pesados, mais 3 p. p. que em 2010. Este aumento refletiu a entrada em funcionamento das novas unidades na refinaria de Matosinhos, as quais permitem processar crudes mais pesados e, assim, aproveitar a diferença de preço entre crudes leves e pesados.

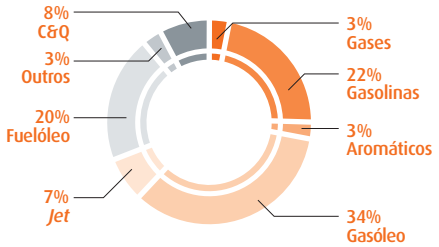
Tipos de crudes processados em 2011



Em 2011, o crude representou 92% do total de 11,2 Mton de matérias-primas processadas, nas quais se incluem também a nafta e o gasóleo pesado.

Relativamente ao perfil de produção, o gasóleo e a gasolina continuam a ser os produtos que mais peso têm na estrutura de produção da Galp Energia, com 34% e 22%, respetivamente. Com a conversão do aparelho refinador, é esperado um aumento do peso relativo da produção de gasóleo, já a partir de 2012.

Perfil de produção em 2011



Os consumos e as quebras ao longo do processo de produção situaram-se nos 8%, em linha com o verificado em 2010. Apesar da entrada em operação das novas unidades da refinaria de Matosinhos, as medidas de otimização das operações, nomeadamente no plano da eficiência energética, permitiram manter o mesmo nível de consumos e quebras.

Um aparelho refinador mais sofisticado e mais eficiente
O fenómeno de dieselização do mercado europeu e, mais concretamente, do mercado ibérico, levou a Galp Energia a reconfigurar o aparelho refinador adaptando-o às novas necessidades. O projeto de conversão, que surge neste contexto, visa aumentar a produção de gasóleo em detrimento da produção de fuelóleo, cujo valor de mercado é inferior. O projeto de conversão permitirá ainda que a Galp Energia tire partido da diferença de preço entre os crudes leves e pesados. Com efeito, a Empresa conseguirá processar estes últimos em maior quantidade, após a conclusão do projeto.

Num cenário de excesso de capacidade de refinação na Europa, a conversão de refinarias para um maior nível de complexidade é um fator determinante para a competitividade. Relativamente ao índice de complexidade de Nelson, que mede a capacidade de conversão de uma refinaria relativamente à capacidade de destilação primária, tendo em conta o investimento nessa capacidade e o potencial de adição de valor pela refinação, a refinaria de Matosinhos tem atualmente um índice de 10,7 que contrasta com os anteriores 9,4, enquanto a refinaria de Sines terá um índice de complexidade de 7,7, contrastando com os 6,3 antes do início do projeto de conversão.

Em 2011, a Galp Energia concluiu importantes etapas a que se tinha proposto atingir, nomeadamente a conclusão do projeto de conversão da refinaria de Matosinhos e a instalação de todas as novas unidades na refinaria de Sines.

Na refinaria de Matosinhos, a unidade de destilação atmosférica iniciou, em junho de 2011, o tratamento de crude pesado sob as novas condições de operação. Foram recolhidas as primeiras amostras de gasóleo de vácuo (VGO), provenientes das novas unidades de destilação de vácuo e *visbreaker*. A entrada em funcionamento destas novas unidades é determinante para a alteração do perfil de produção da Galp Energia, que produzirá mais gasóleo em detrimento de fuelóleo.

Na refinaria de Sines, os trabalhos relacionados com o projeto de conversão intensificaram-se com a construção da unidade de *steam reformer*, para produção de hidrogénio, e de uma unidade de recuperação de enxofre dos gases produzidos, ambas necessárias para o funcionamento do *hydrocracker*. No final de 2011, todas as novas unidades estavam instaladas e as respetivas interligações concluídas. No entanto, a fase de testes prolongar-se-á durante o primeiro trimestre de 2012, esperando-se o início das operações do projeto a partir de meados de 2012, altura em que a Galp Energia terá um aparelho refinador completamente integrado, fiável, robusto e com um elevado nível de complexidade.

Depois do arranque das novas unidades na refinaria de Sines, espera-se um efeito positivo na margem de refinação da Galp Energia através do aumento:

(i) da taxa de utilização das refinarias;

(ii) do processamento de crudes médios e pesados, que deverão representar mais de 70% do total de crude processado;

(iii) da produção de destilados médios, nomeadamente gasóleo, sobretudo em detrimento da produção de fuelóleo, cujo valor de mercado é reconhecidamente inferior.

A par do projeto de conversão das duas refinarias, a Galp Energia prosseguiu, em 2011, o projeto de aumento da eficiência energética no aparelho refinador, que engloba um conjunto amplo de projetos cujo principal objetivo é a poupança nos consumos específicos de diversas unidades das refinarias. Estes projetos contemplam não só a melhoria de eficiência de algumas unidades fundamentais, como as unidades de destilação, mas também intervenções típicas, como sejam os isolamentos térmicos ou mesmo a implementação de novas rotinas.

De entre estes projetos, destacam-se a construção de duas cogerações: uma, na refinaria de Sines, a operar desde outubro de 2009, e, outra, na refinaria de Matosinhos, que deverá entrar em funcionamento em 2012.

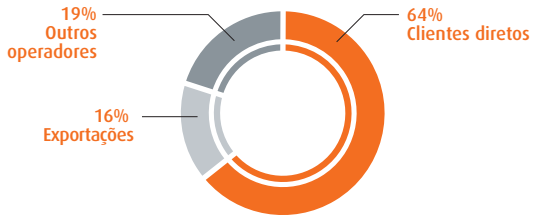
Estação de serviço em Portugal

O ano de 2011 representou, assim, um ponto de viragem na história da Galp Energia, uma vez que marcou a conclusão de investimentos relevantes no negócio de *downstream*, nomeadamente através da entrada na fase final do investimento de 1,4 mil milhões de euros relativos ao projeto de conversão das duas refinarias.

Venda de produtos petrolíferos

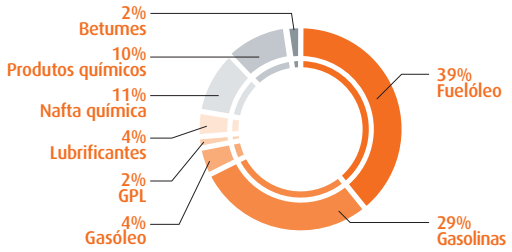
No ano de 2011, foram vendidos 16,3 Mton de produtos petrolíferos, menos 6% que em 2010. Este decréscimo deveu-se, sobretudo, à envolvente económica adversa, que levou, por um lado, à menor procura daqueles produtos e, por outro, à menor quantidade de crude processado nas refinarias, no seguimento da otimização do processo produtivo. Também as paragens nas refinarias, que ocorreram principalmente na sequência da execução de atividades relacionadas com o projeto de conversão em curso, contribuíram para um menor nível de crude processado. As vendas a clientes diretos representaram 64% do total das vendas de produtos refinados.

Vendas de produtos refinados por segmentos em 2011



O volume de produtos refinados exportados situou-se nos 2,7 Mton, menos 4% que em 2010. Esta diminuição deveu-se sobretudo à menor produção durante o ano de 2011, reflexo direto da menor quantidade de crude processado nas refinarias. No entanto, é importante salientar que os principais mercados de destino das exportações da Galp Energia, a Europa e os EUA, foram também impactados pela menor procura de produtos petrolíferos. De facto, as exportações de gasolina, que têm como destino principal o México e os EUA, e as de nafta química, produto que é maioritariamente exportado para os EUA, foram reduzidas em cerca de 23%.

Exportações por produto em 2011



Exportações por país em 2011

Distribuição de produtos petrolíferos

Na qualidade de operador integrado de energia, a Galp Energia assegura a distribuição de produtos petrolíferos, quer na Península Ibérica, quer em mercados selecionados em África. A atividade de distribuição tem o principal objetivo de comercializar produtos petrolíferos sob a marca Galp Energia, bem como comercializar produtos *non-fuel*, aproveitando sinergias operacionais para maximizar a rendibilidade dos ativos, nomeadamente da rede de estações de serviço.

As vendas de produtos petrolíferos a clientes diretos situaram-se nos 10,5 Mton, menos 5% do que em 2010. Esta diminuição resulta da envolvente económica, que continuou a deteriorar-se no ano de 2011 e que afetou negativamente a procura de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

Em 2011, prosseguiu a implementação de diversos projetos destinados a otimizar o negócio de distribuição de produtos petrolíferos através de uma política de racionalização de ativos e do incentivo à inovação tecnológica, nomeadamente para a obtenção de ganhos em eficiência.

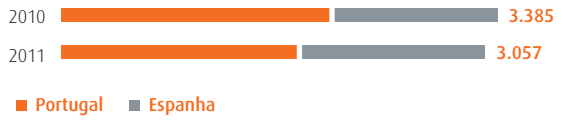
Vendas totais a clientes diretos (mton)

Vendas por segmento em 2011

Retalho na Península Ibérica

O segmento de retalho foi afetado pela deterioração do mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica, tendo os volumes vendidos diminuído 11%, em Portugal, e 8%, em Espanha. A par desta contração, foi notório o aumento do peso relativo do mercado espanhol, com os volumes vendidos em Espanha a representarem 43% do total de volumes vendidos pela Empresa em 2011.

Vendas do segmento de retalho (mton)



Apesar do clima recessivo que caracterizou o ano de 2011, a Galp Energia reforçou a liderança do mercado português de retalho de combustíveis, com uma quota de 33%, no final de 2011. Em Espanha, os esforços envidados durante o ano traduziram-se na manutenção da quota de mercado, que se situou nos 6%. Entre as ações empreendidas no ano, destacam-se a intensificação de campanhas promocionais, o estabelecimento de novas parcerias e o reforço das existentes, bem como a continuação da expansão da rede de lojas de conveniência sob um conceito inovador e mais adequado às expectativas dos clientes.

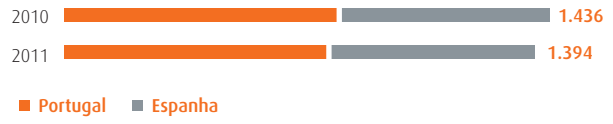
Relativamente ao projeto de renovação da oferta de conveniência na rede própria, foram remodeladas 22 lojas e abertas três novas lojas em 2011. No final do ano, a Empresa tinha 68 lojas sob gestão direta com o novo conceito de oferta, estando prevista a remodelação de 21 lojas em 2012.

Além desta aposta na área comercial, foram também efetuados esforços para aumentar a rendibilidade por via da racionalização de ativos e da otimização de processos, quer através do redimensionamento da rede de postos de abastecimento, quer através da implementação de diversas medidas para uma maior eficiência, nomeadamente no plano da poupança energética.

No seguimento das medidas de racionalização e de aumento da eficiência, foram encerradas 29 estações de serviço em Portugal, em 2011. Em Espanha, estas medidas levaram ao encerramento de 13 estações de serviço durante o ano.

O regime de propriedade e de exploração das estações de serviço manteve-se estável em Portugal relativamente a 2010. As estações exploradas por revendedores (*dealer operated*), algumas das quais são propriedade da Empresa, representavam, no final de 2011, 82% do total das estações de serviço em Portugal. Em Espanha, o número de estações de serviço exploradas por revendedores representava 50% do total, em 2011, sendo de destacar a maior rendibilidade destes ativos explorados por terceiros, conseguida, nomeadamente, através da redução dos custos de gestão a cargo da Empresa.

Número de estações de serviço na Península Ibérica



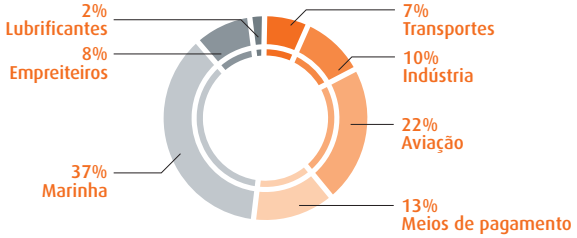
Wholesale na Península Ibérica

Em 2011, as vendas do segmento de *wholesale* em Portugal registaram uma quebra de 4%, resultado sobretudo da menor procura pelo segmento industrial, reflexo do contexto económico adverso no país. Em Espanha, a aposta da Empresa neste segmento, apesar da contração da atividade económica, veio reforçar a posição competitiva no país.

Vendas do segmento de *wholesale* (mton)

Em Portugal, os subsegmentos que mais contribuíram para a manutenção da posição de liderança da Galp Energia foram os da marinha e da aviação, os quais representaram 59% do total de volumes vendidos neste segmento de mercado.

Vendas por subsegmento em 2011 (Portugal)



Relativamente ao subsegmento da aviação, a Empresa conseguiu manter a posição de líder, tendo as vendas crescido 2% em 2011, o que representa um aumento superior ao verificado no mercado. Durante o ano, entraram em funcionamento a nova infraestrutura de hidrantes (sistema de abastecimento de combustíveis), no aeroporto de Ponta Delgada, e as extensões de redes de hidrantes existentes nos aeroportos de Lisboa e Faro.

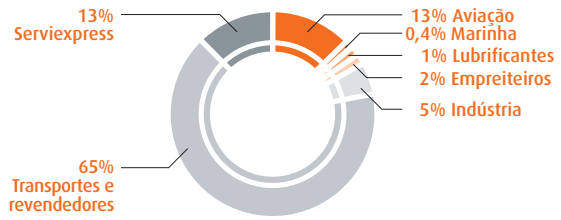
No que respeita ao subsegmento da marinha, a Galp Energia consolidou também a sua posição competitiva, tendo conseguido aumentar a sua quota num mercado que cresceu mais de 10%. De facto, este subsegmento foi aquele que mais contribuiu para o total de volumes vendidos no segmento de *wholesale*, representando 37% das vendas totais. No final de 2011, entrou em funcionamento um novo navio, com capacidade para 2.500 m^3 de combustível marítimo, que se destina essencialmente ao serviço de bancas no porto de Lisboa e permitirá fazer face ao crescimento esperado deste mercado.

O subsegmento industrial refletiu o contexto económico português, tendo contribuído com 10% para o total das vendas. Num mercado extremamente competitivo, a Galp Energia conseguiu fortalecer a sua posição de liderança, quer através da consolidação da base de clientes, quer através do desenvolvimento do serviço de atendimento a clientes, em Portugal e em Espanha.

A Empresa conseguiu manter a liderança no subsegmento dos empreiteiros, apesar de este ter sido afetado negativamente pela conjuntura desfavorável no sector da construção e das obras públicas. Salientam-se, neste negócio, as exportações de betume embalado, nomeadamente para o mercado africano. A Galp Energia é pioneira, a nível mundial, na implementação de duas soluções para exportação de betume a frio, a utilização de *big bags* e a utilização de *polycubes*.

Em Espanha, as vendas no mercado de *wholesale* foram afetadas pela contração da atividade económica naquele país, o que se refletiu numa quebra das vendas em diversos subsegmentos, não obstante o crescimento verificado nos subsegmentos da aviação e da marinha.

Vendas por subsegmento em 2011 (Espanha)



No subsegmento da aviação, a consolidação da posição da Galp Energia como fornecedora de aeroportos em Espanha, através do aumento do número de clientes fornecidos, contribuiu para um aumento de 5% nas vendas neste subsegmento.

No subsegmento da marinha, as vendas quase duplicaram relativamente ao ano anterior, consequência da abertura do centro de Ribeira, no noroeste de Espanha, um novo ponto de abastecimento de rotas internacionais a que a Galp Energia teve acesso, e do reforço da política comercial, que em 2011 se focou no alargamento da carteira de clientes, nomeadamente a embarcações de pesca e à marinha mercante.

Por outro lado, o mercado espanhol registou uma quebra dos volumes de combustíveis vendidos no subsegmento industrial e no subsegmento de transportes e revendedores, tendo o decréscimo anual sido de 12% e 7%, respetivamente. As vendas nestes segmentos foram também afetadas negativamente pela intensificação da concorrência em Espanha.

Também no subsegmento de empreiteiros, as medidas de austeridade aplicadas em Espanha levaram à contração do mercado, tendo os volumes vendidos diminuído 36%.

As vendas da Serviexpress, insígnia da Galp Energia para a comercialização de gasóleo para a indústria, agricultura e clientes domésticos, representaram 13% do total de vendas no segmento de *wholesale*. Em 2011, foi finalizada a reestruturação e a racionalização das áreas em que este negócio opera.

GPL na Península Ibérica

O mercado de gás de petróleo liquefeito (GPL) continuou, em 2011, a tendência de contração, resultado não só da conjuntura económica adversa, mas também de uma temperatura média anual mais elevada.

No entanto, a Galp Energia conseguiu manter a sua quota de mercado, resultado da sua aposta na vertente comercial e na inovação, onde se destaca a consolidação do produto Hotspot. Este tornou-se, em 2011, o produto líder na gama de aquecedores de interiores, tendo as vendas acumuladas ultrapassado as 25 mil unidades, desde o seu lançamento. Refira-se que este produto, que se destinava somente ao mercado ibérico, é agora comercializado em diversos países europeus, como a Alemanha, a França, a Noruega, entre outros.

No mercado português, as vendas de GPL (gás de petróleo liquefeito) em garrafa representaram 64% das vendas totais, tendo esta posição relevante sido mantida, em parte, devido à notoriedade da garrafa Pluma.

O alinhamento fiscal em 2011 do imposto sobre o consumo de gás natural e de eletricidade com o que incide sobre o consumo de GPL nivelou a concorrência entre estes produtos. Com efeito, o regime fiscal anterior penalizou, até outubro de 2011, o consumo de GPL.

No mercado espanhol, a atividade comercial continuou a focar-se na venda de GPL a granel, que representou 39% das vendas totais no país.

Vendas do segmento de GPL (mton)

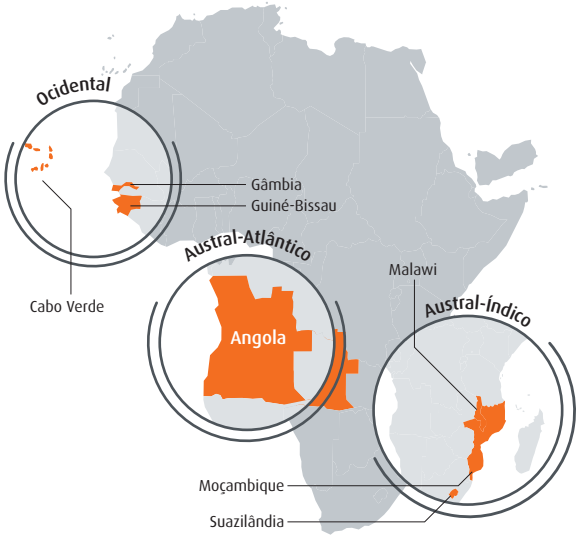
Distribuição de produtos petrolíferos no mercado africano

Estação de serviço em Moçambique

A Galp Energia está presente em África nos segmentos de retalho, *wholesale* (lubrificantes, marinha e aviação) e GPL, tendo a Empresa vindo a expandir as suas atividades neste continente. Neste sentido, em 2011, a Galp Energia alargou a sua presença ao Malawi, país onde iniciou a venda de lubrificantes.

A Galp Energia conta com três polos de desenvolvimento relativos à atividade de distribuição de produtos petrolíferos no mercado africano: a África Ocidental, composta pela Guiné-Bissau, pela Gâmbia e por Cabo Verde; a África Austral-Índico, composta por Moçambique, Suazilândia e Malawi, e a África Austral-Atlântico, centrada em Angola.

Eixos de crescimento em África



A estratégia da Galp Energia em África assenta em duas grandes linhas de orientação: por um lado, o fortalecimento sustentado da posição da Empresa, identificando oportunidades de crescimento orgânico e aproveitando o crescimento e desenvolvimento das respetivas economias; por outro lado, a expansão para outros países e mercados, por via, nomeadamente, de exportações de produtos petrolíferos, onde a Galp Energia apresente vantagens competitivas nas vertentes de aprovisionamento, logística e gestão das operações.

A presença no mercado africano permite à Galp Energia aproveitar as boas relações que mantém com diversos países, mercê dos laços culturais existentes, e potenciar investimentos em outras áreas de negócio no continente, nomeadamente no negócio de Exploração & Produção e no negócio de Biocombustíveis. Permite, igualmente, desenvolver o negócio da Galp Energia em Portugal por via das exportações de combustíveis, lubrificantes e betumes.

A Galp Energia considera que a notoriedade resultante quer das campanhas publicitárias e promocionais, quer das ações de desenvolvimento social, assim como a satisfação dos clientes, são os principais fatores diferenciadores da Empresa. Este último fator, que se verifica sobretudo na componente logística e na relação comercial com os clientes, tem permitido a constante angariação e fidelização de clientes.

Em 2011, o volume de produtos petrolíferos vendidos em África aumentou 19% relativamente a 2010, tendo sido vendidas 713 mton neste mercado. Destas, 62% correspondem ao segmento de *wholesale*. O aumento nas vendas refletiu o contributo de todos os países onde a Empresa está presente, sendo de destacar a Guiné-Bissau e Cabo Verde, ambos com aumentos de vendas na ordem dos 30% relativamente a 2010.

Em Cabo Verde, foram positivos os resultados da estratégia de crescimento baseada na aposta no subsegmento da marinha e na atividade comercial intensa junto do subsegmento de aviação. Na Guiné-Bissau, o aumento do volume de vendas deveu-se não só à angariação de novos clientes, mas também, e principalmente, à estratégia de aprovisionamento daquele país. De facto, a Galp Energia é dos principais fornecedores de gasóleo no país e a única empresa que importa gasolina por via marítima, o que lhe garante uma posição competitiva de relevo.

No final de 2011, a rede de estações de serviço em África tinha 108 unidades, depois da abertura de cinco estações de serviço durante o ano, três das quais em Moçambique, onde foi lançado um cartão pré-pago como novo meio de pagamento.

Vendas e ativos no mercado africano em 2011

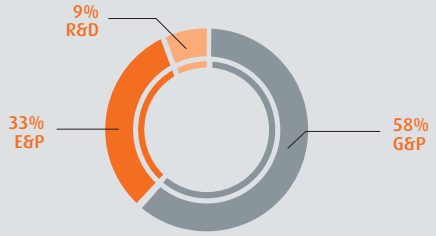
País	Vendas (mton)	Variação anual (%)	# estações de serviço
Angola	245	18%	11
Cabo Verde	219	29%	24
Gâmbia	33	21%	10
Guiné-Bissau	32	33%	9
Moçambique	105	17%	31
Suazilândia	79	0%	23
Total	**713**	**19%**	**108**

2.4 Gas & Power

Unidade autónoma de gás

O segmento de negócio de Gas & Power é composto pelas atividades de aprovisionamento, de distribuição e de comercialização de gás natural, bem como pelas atividades de multigeração e comercialização de eletricidade, que estão centradas na Península Ibérica. Para otimizar este segmento de negócio, a Empresa pretende aumentar o grau de integração das atividades ligadas ao gás natural nas atividades ligadas à eletricidade. A Galp Energia pretende também desenvolver ofertas duais de gás natural e eletricidade, complementadas por uma oferta variada de serviços adicionais, a partir de um só fornecedor.

Resultado operacional RCA em 2011 por segmento



PRINCIPAIS INDICADORES

	2008	2009	2010	2011
Vendas de gás natural (Mm^3)	5.638	4.680	4.926	5.365
Número de clientes de gás natural ('000)	868	915	1.327	1.301
Capacidade instalada (MW)	163	163	163	175
Eletricidade vendida (GWh)	478	706	1.202	1.201
Ativo fixo líquido de gás natural (M€)	755	1.036	1.045	1.063
Ebitda RCA (M€)	223	216	263	287
Resultado operacional RCA (M€)	176	135	184	230
Investimento (M€)	116	77	87	55

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2011

Venda de mais de cinco bcm de gás natural na Península Ibérica.

Primeiro ano completo após a aquisição do negócio de comercialização de gás natural na região de Madrid com vendas superiores a 282 Mm^3 de gás natural a mais de 311 mil clientes.

Primeira ligação à rede da cogeração da refinaria de Matosinhos.

Entrada em produção do parque eólico de Vale Grande com 12 MW de capacidade.

Estratégia

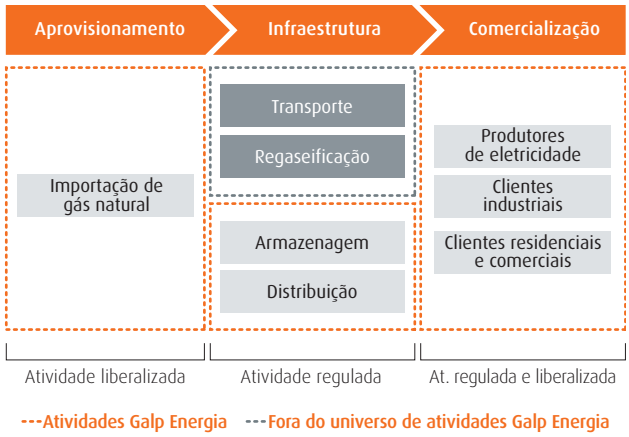
O segmento de negócio de Gas & Power visa maximizar a integração das atividades do negócio do gás natural com as do negócio do power. Além disto, a Galp Energia pretende aumentar a sua presença na comercialização de gás natural e eletricidade no mercado ibérico, tendo vindo a implementar uma oferta dual, que prevê o fornecimento conjunto de gás natural e eletricidade com diferenciação do serviço prestado.

No que respeita ao negócio do power, a Empresa tem vindo a apostar não só na comercialização, mas também na multigeração de energia, quer através do aumento da capacidade de produção de eletricidade por via eólica, quer através da construção de centrais de cogeração, que induzam a procura de gás natural.

Gás natural

O gás natural foi introduzido em Portugal com o objetivo de se disponibilizar uma energia competitiva, cómoda e ecológica que permitisse uma diversificação dos recursos energéticos do País e o aumento da competitividade da indústria. Este sector é composto por atividades tanto reguladas como liberalizadas, desde o aprovisionamento em regime liberalizado, passando pela exploração das infraestruturas em regime regulado até à comercialização ao cliente final em regime livre e regulado.

Sector do gás natural em Portugal



Aprovisionamento

Em 2011, a Galp Energia comprou 5.622 Mm^3 de gás natural, mais 12% do que em 2010. Deste total, 2.074 Mm^3 vieram da Argélia, através dos gasodutos EMPL, Al-Andalus e Extremadura, e 3.025 Mm^3 de GNL foram adquiridos à Nigéria LNG (NLNG), da Nigéria, para a regaseificação em Sines.

Apesar da quebra da procura em Portugal, a Galp Energia cumpriu as suas obrigações de *take-or-pay* ao abrigo dos contratos de aprovisionamento a longo prazo em vigor.

Fontes de aprovisionamento de gás natural em 2011

Participações em gasodutos internacionais

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	Galp Energia (%)
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	27
Al-Andalus	Espanha	7,8	33
Extremadura	Espanha	6,1	49

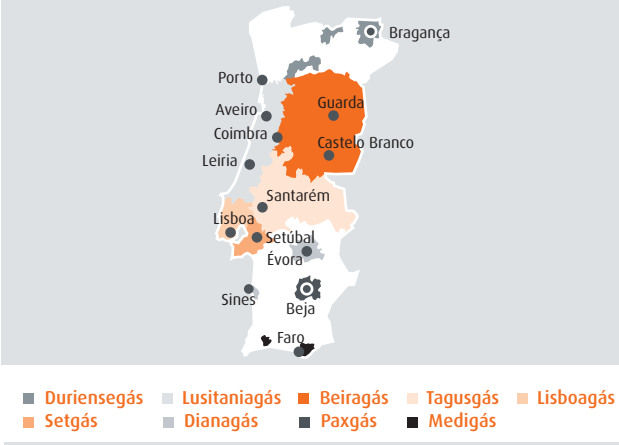
Infraestrutura regulada

Distribuição

A atividade regulada de distribuição de gás natural em Portugal é assegurada por seis distribuidoras de gás natural – cinco das quais participadas pela Galp Energia – que exercem a sua atividade ao abrigo de contratos de concessão com uma duração de 40 anos, e por quatro distribuidoras locais, também participadas pela Galp Energia e que operam ao abrigo de licenças com um período de exploração de 20 anos. Estas empresas, que abastecem as zonas afastadas da rede de transporte, utilizam unidades autónomas de gás (UAG) para a sua atividade.

Em 2011, a Galp Energia concentrou-se na obtenção de ganhos em eficiência na atividade de infraestrutura. Neste âmbito, destaca-se a ligação de novos clientes, em que foi dada prioridade a áreas geográficas onde já existia uma rede de distribuição, e a criação de infraestruturas em áreas com polos de consumo, em que as instalações de utilização estão já preparadas para o gás natural. As empresas participadas pela Galp Energia distribuíram, em 2011, 1,5 bcm de gás natural. Com um investimento de 47 milhões de euros, a rede de distribuição aumentou 313 km atingindo um total de 11.655 km.

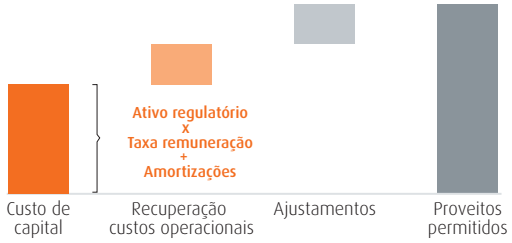
Distribuidoras de gás natural participadas pela Galp Energia



Modelo de remuneração dos ativos regulados

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a entidade reguladora do mercado da energia em Portugal, estabelece as regras de remuneração de todas as atividades reguladas no sector da energia. Os proveitos permitidos, que servem de base ao cálculo das tarifas da atividade de distribuição de gás natural, resultam da soma do custo de capital, da recuperação dos custos operacionais e de ajustamentos, nomeadamente o desvio tarifário. O custo de capital é calculado como o produto da base de ativos regulados pela taxa de remuneração fixada pelo regulador, que é de 9% até junho de 2013, acrescido das amortizações dos ativos. O desvio tarifário é definido como a diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 e os proveitos reais no mesmo período.

Cálculo dos proveitos permitidos



Armazenamento

A Galp Energia opera a atividade regulada de armazenamento subterrâneo de gás natural por um período de concessão de 40 anos com termo em 2046, com uma capacidade atual de armazenamento de cerca de 40 Mm^3. Os ativos regulados estão avaliados em 17 milhões de euros e são remunerados a uma taxa de 8%. Dada a sua importância para a segurança energética do País e para a continuidade do abastecimento do território, as cavernas de armazenamento subterrâneo de gás natural são operadas em regime de concessão de serviço público.

No exercício de 2011, foi concluída a lixiviação da caverna designada TGC-2, tendo-se atingido um volume geométrico de aproximadamente 748.000 m^3, o que incluiu esta caverna no grupo das grandes cavernas europeias. Quando esta caverna iniciar operações, em 2013, a capacidade total de armazenamento da Galp Energia será de cerca de 100 Mm^3. Entretanto, os trabalhos de engenharia continuaram em duas novas cavernas, com uma capacidade total de 118 Mm^3, as quais se espera que iniciem operações até 2020.

Comercialização de gás natural

Em 2011, as vendas de gás natural totalizaram 5.365 Mm^3, um aumento de 9% relativamente ao ano anterior para o qual contribuiu positivamente o segmento residencial e o segmento de *trading*. O segmento residencial beneficiou do primeiro ano completo após a aquisição do negócio de comercialização de gás natural na região de Madrid e o segmento de *trading* beneficiou das oportunidades de venda de gás natural no mercado internacional.

A Galp Energia é um operador de referência: conta com 1,3 milhões de clientes e ocupa a segunda posição na Península Ibérica.

Vendas de gás natural por segmento

Segmento elétrico

Durante o ano 2011, o consumo de gás natural pelas centrais elétricas abastecidas pela Galp Energia diminuiu 4% em relação a 2010, o que se deveu à contração do mercado de geração de eletricidade, devido, sobretudo, às temperaturas mais amenas que influenciaram o consumo de eletricidade. Em relação ao ano anterior, a produção de eletricidade proveniente de todas as fontes de energia teve uma quebra de 4%.

Segmento industrial

As vendas no segmento industrial aumentaram 7% relativamente a 2010, atingindo os 2.001 Mm^3. O aumento deveu-se à reorientação estratégica em Espanha, que deu origem a um aumento do número de clientes industriais e a um aumento do volume de vendas neste país para 163 Mm^3. Em Portugal, as vendas estiveram em linha com o período homólogo, situando-se nos 1.838 Mm^3, não obstante o menor consumo da cogeração da refinaria de Sines, na sequência da paragem técnica da refinaria no primeiro trimestre de 2011.

Em Portugal, a Empresa consolidou a oferta de diversos serviços técnicos, de modo a fomentar uma parceria entre o cliente e a Galp Energia. A partir de um único fornecedor, a Galp Energia disponibiliza aos seus clientes industriais uma oferta completa de energia (produtos petrolíferos, gás natural e energia elétrica).

Segmento residencial

O segmento residencial representou um volume de 635 Mm^3, um aumento de 47% relativamente a 2010. Este aumento deveu-se ao facto de 2011 ter sido o primeiro ano completo das atividades de comercialização de gás natural na região de Madrid.

Em Portugal, em 2011, o volume de vendas neste segmento atingiu 312 Mm^3, mais 36 Mm^3 do que no ano anterior. De facto, a Galp Energia reforçou a sua posição de líder no mercado livre de gás natural, apresentando aos seus clientes propostas comerciais compostas por gás natural, eletricidade e um serviço de assistência denominado Galp Comfort, como forma de diferenciar o seu produto, gerar valor acrescentado para os seus clientes e, ao mesmo tempo, distinguir-se dos seus concorrentes.

Apesar de, no final de 2011, o mercado regulado ter ainda um peso importante neste segmento, a partir de 1 de julho de 2012, os clientes com um consumo anual superior a 500 m^3 terão de mudar para o mercado livre. A partir de 1 de janeiro de 2013, todos os clientes passarão para o mercado livre, ficando sujeitos a uma tarifa transitória durante dois anos.

Outros segmentos
As vendas em *trading* e as vendas a outras comercializadoras atingiram, em 2011, 862 Mm^3, um aumento de 27% relativamente a 2010. Este incremento deveu-se ao aumento da atividade de *trading* que vendeu 738 Mm^3 na sequência de novas oportunidades de venda no mercado internacional, nomeadamente as primeiras vendas de GNL ao mercado japonês.

Power
A Galp Energia pretende desenvolver uma carteira competitiva de unidades de produção de energia, na qual se incluem centrais de cogeração e energia eólica. Além da produção de energia, a Galp Energia pretende fortalecer o negócio de comercialização de eletricidade, de modo a poder fornecer aos seus clientes uma oferta conjunta de eletricidade e gás natural.

Cogerações
As centrais de cogeração são um meio de produção de energia, elétrica e térmica. Estas centrais caracterizam-se por serem especialmente eficientes na redução de emissões de CO_2 em comparação com a produção de eletricidade por métodos convencionais e na poupança de energia primária consumida, contribuindo, assim, em grande medida, para a segurança de abastecimento energético. Em Portugal, estas centrais têm vantagens para os complexos industriais onde estão implantadas. No sector exportador, por exemplo, a poupança de energia reduz os custos de produção, tornando as indústrias mais competitivas. Como otimizam o consumo de energia primária, as cogerações permitem reduzir as importações deste tipo de energia.

Por estas centrais se encontrarem próximas dos pontos de consumo, as perdas na rede elétrica sucedem em menor escala do que no caso da utilização de outras tecnologias, chegando a ter uma eficiência que pode ser superior aos 80% e possibilitando a modulação da produção em função do nível da procura.

A Galp Energia tem uma capacidade instalada de 163 MW, que passará, em 2012, para 245 MW, quando entrar em funcionamento a cogeração da refinaria de Matosinhos. Esta cogeração e a de Sines desempenham um papel importante na integração dos negócios de gás natural e power, e deverão representar, no futuro, um consumo agregado de 500 Mm^3 de gás natural, ou seja, 25% do segmento industrial.

Em 2011, as cogerações consumiram um total de 399 Mm^3 de gás natural e produziram 1.192 GWh de eletricidade.

Cogeração da refinaria de Sines
Em 2011, a cogeração da refinaria de Sines produziu 608 GWh de eletricidade e 1,8 toneladas de vapor. A produção de energia baixou na sequência da paragem técnica da refinaria no primeiro trimestre de 2011, o que representou uma redução de 8% na produção de eletricidade e de 8% na produção de vapor. Ao longo do ano, a central de cogeração consumiu 226 Mm^3 de gás natural.

Excluindo o período de paragem da refinaria, a cogeração de Sines funcionou, em 2011, com uma disponibilidade de 99%.

Carriço, Powercer e Energin
A Galp Energia tem uma participação nas seguintes centrais de cogeração: a Carriço cogeração, a Powercer e a Energin, que têm uma capacidade conjunta de 81 MW. Em 2011, as três cogerações produziram 584 GWh e consumiram 173 Mm^3 de gás natural.

Cogeração da refinaria de Matosinhos
A cogeração da refinaria de Matosinhos, que está na fase final de conclusão, efetuou, no final de 2011, a primeira sincronização com a rede elétrica. Esta cogeração deverá entrar em funcionamento durante o ano de 2012.

A cogeração da refinaria de Matosinhos tem uma capacidade instalada de 82 MW e produzirá, quando iniciar a sua operação, o equivalente a cerca de 70% do consumo de energia elétrica do município de Matosinhos, onde está localizada.

Energia eólica
Em 2011, entrou em funcionamento o parque eólico de Vale Grande, o primeiro do consórcio Ventinveste, onde a Galp Energia tem uma participação de 49%. Este parque tem uma potência instalada de 12 MW e faz parte de um projeto para o desenvolvimento de 400 MW de energia eólica. Durante o ano, o parque eólico gerou 11 GWh, com um *load factor* de cerca de 30%, tendo a eletricidade produzida sido injetada na rede.

Comercialização de eletricidade
Para cumprir o objetivo de ser um fornecedor multienergia, a Galp Energia tem vindo a posicionar-se na atividade de comercialização de energia elétrica. Para firmar contratos multiproduto, a Empresa concentra, neste momento, a sua atuação comercial nos clientes industriais e empresariais, especialmente nos que já são seus clientes de gás natural.

A Empresa fornece atualmente energia elétrica a clientes em alta e muito alta tensão, média tensão e baixa tensão especial, os quais pertencem na sua maioria aos sectores secundário e terciário. Em 2011, foram comercializados 219 GWh de energia elétrica, quando, no ano anterior, foram comercializados 69 GWh.

No futuro, o objetivo é alargar a carteira de clientes e fornecer eletricidade a clientes em todos os níveis de tensão.

Trading de eletricidade
A Galp Energia está presente no mercado de eletricidade através do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), tanto no mercado *spot* (OMEL) como no mercado a prazo (OMIP). Esta atividade visa sobretudo a aquisição de eletricidade em mercado, a qual é vendida através da atividade de comercialização.

03

03 · DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1 SUMÁRIO EXECUTIVO
3.2 ANÁLISE DE RESULTADOS
3.3 INVESTIMENTO
3.4 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Sumário executivo

No ano de 2011, o resultado líquido RCA (*replacement cost* ajustado) da Galp Energia foi de 251 milhões de euros, menos 65 milhões de euros do que no ano de 2010, na sequência de um desempenho pior do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

Os factos mais relevantes do desempenho operacional e financeiro da Galp Energia, em 2011, foram os seguintes:

- a produção *net entitlement* de crude e gás natural, em 2011, foi de 12,1 mboepd, 33% dos quais provenientes do Brasil;
- a margem de refinação da Galp Energia foi de 0,6 dólares/bbl, no ano de 2011, tendo sido de 2,6 dólares/bbl, em 2010, influenciada pela evolução negativa das margens de refinação nos mercados internacionais;
- o negócio de distribuição de produtos petrolíferos foi, em 2011, afetado negativamente pelo contexto económico adverso na Península Ibérica;
- em 2011, o volume vendido de gás natural aumentou 9% relativamente a 2010, para 5.365 Mm^3, para o que contribuíram as vendas em Espanha e as vendas do segmento de *trading*;
- o resultado operacional RCA, em 2011, foi de 395 milhões de euros, menos 15% que em 2010;
- o resultado líquido RCA, em 2011, de 251 milhões de euros correspondeu a 0,30 euros por ação;
- em 2011, aproximadamente 45% do investimento total de 1.000 milhões de euros foi canalizado para o projeto de conversão das refinarias;
- no final de 2011, o rácio *net debt to equity* atingiu os 119%. Numa base *pro forma*, isto é, incorporando o efeito do aumento de capital no Brasil, o rácio *net debt to equity* seria de 8%.

3.2 Análise de resultados

Demonstração de resultados RCA (M€)

	2010	2011	Var.	Var. %
Vendas e prestações de serviços	13.998	16.804	2.806	20%
Custos operacionais	(13.243)	(16.089)	2.846	21%
Outros proveitos operacionais líquidos	109	82	(27)	(25%)
Ebitda	**864**	**797**	**(67)**	**(8%)**
D&A e provisões	(400)	(402)	2	1%
Resultado operacional	**464**	**395**	**(70)**	**(15%)**
Resultados de empresas associadas	74	73	(1)	(1%)
Resultados de investimentos	0	0	0	s. s.
Resultados financeiros	(98)	(123)	(24)	(25%)
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	440	345	(95)	(22%)
Imposto sobre o rendimento	(117)	(84)	(33)	(28%)
Interesses minoritários	(6)	(9)	3	47%
Resultado líquido	**316**	**251**	**(65)**	**(21%)**
Eventos não-recorrentes	(21)	(23)	2	11%
Resultado líquido RC	**295**	**228**	**(67)**	**(23%)**
Efeito *stock*	156	204	48	31%
Resultado líquido IFRS	**452**	**433**	**(19)**	**(4%)**

Vendas e prestações de serviços

Em 2011, as vendas e prestações de serviços ajustadas aumentaram 20%, para 16.804 milhões de euros, em relação ao período homólogo de 2010. Para tal, contribuíram todos os segmentos de negócios, na sequência do aumento dos preços do crude, dos produtos petrolíferos e do gás natural nos mercados internacionais, bem como do aumento dos volumes vendidos de crude e de gás natural.

Custos operacionais

Em 2011, os custos operacionais líquidos RCA foram de 16,1 mil milhões de euros, mais 21% que em 2010. Este aumento deveu-se essencialmente ao custo das mercadorias vendidas.

Custos operacionais líquidos RCA (M€)

	2010	2011	Var.	Var. %
Custos operacionais *cash*				
Custo das mercadorias vendidas	12.142	14.855	2.712	22%
Fornecimentos e serviços externos	777	914	138	18%
Custos com pessoal	324	320	(4)	(1%)
Custos operacionais *non cash*				
Depreciações e amortizações	325	358	33	10%
Provisões	75	44	(31)	(41%)
Total	**13.643**	**16.491**	**2.849**	**21%**

Resultado operacional (M€)

	2010	2011	Var.	Var. %
Resultado operacional	**649**	**642**	**(7)**	**(1%)**
Efeito *stock*	(212)	(285)	73	35%
Resultado operacional RC	**437**	**357**	**(81)**	**(18%)**
Eventos não-recorrentes	27	38	11	42%
Resultado operacional RCA	**464**	**395**	**(70)**	**(15%)**
Exploração & Produção	61	130	69	113%
Refinação & Distribuição	210	23	(187)	(89%)
Gas & Power	184	230	47	25%
Outros	10	11	2	20%

O aumento de 22% no custo das mercadorias vendidas resultou sobretudo da subida dos preços do crude e do gás natural nos mercados internacionais. Os custos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 18% em 2011, para 914 milhões de euros, para o que contribuiu a consolidação da empresa Madrileña Gas, a partir de maio de 2010, e da Enacol, em 2011. Excluindo estes efeitos, os custos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 5% em comparação com o período homólogo, na sequência do aumento dos custos associados a uma maior atividade de produção no Brasil, ao aumento dos custos operacionais relacionados com a atividade de produção em Angola e ao aumento dos custos com as novas unidades do projeto de conversão da refinaria de Matosinhos.

No ano de 2011, os custos com pessoal diminuíram 1% relativamente ao período homólogo de 2010, para 320 milhões de euros, principalmente devido à diminuição no período de especializações relativas a remunerações variáveis.

No ano de 2011, as depreciações e amortizações ajustadas foram de 358 milhões de euros, um aumento de 33 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2010, para o que contribuiu principalmente o aumento nos segmentos de negócio de Exploração & Produção e de Refinação & Distribuição. O aumento de depreciações neste segmento de negócio deveu-se, sobretudo, ao início da depreciação das novas unidades do projeto de conversão da refinaria de Matosinhos.

No ano de 2011, as provisões ajustadas foram de 44 milhões de euros, dos quais 25 milhões de euros foram relativos a provisões constituídas no segmento de negócio de Refinação & Distribuição, e deveram-se essencialmente a clientes de cobrança duvidosa. Também o segmento de Exploração & Produção contribuiu com 13 milhões de euros para o total de provisões ajustadas, as quais respeitam sobretudo a provisões para abandono do bloco 14, em Angola.

Resultado operacional

O resultado operacional RCA, em 2011, foi de 395 milhões de euros, uma descida de 15% relativamente a 2010, na sequência de um pior desempenho do segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

Exploração & Produção

O resultado operacional RCA do ano de 2011 foi de 130 milhões de euros, relativamente aos 61 milhões de euros do ano de 2010, um incremento de 69 milhões de euros que se deveu ao aumento da produção *net entitlement* e ao aumento do preço médio de venda do crude.

A contribuição do Brasil para o resultado operacional RCA do segmento, em 2011, foi de 47%, relativamente a 32%, em 2010, devido essencialmente aos resultados do início do projeto Lula-1 durante o ano de 2011, que confirmaram a importância crescente deste país no portefólio de atividades da Galp Energia.

Os custos de produção atingiram os 51 milhões de euros, face a 34 milhões de euros em 2010, devido ao arranque do projeto Lula-1 no Brasil e a trabalhos de manutenção realizados durante o ano nos poços dos campos BBLT e CPT Tômbua-Lândana, em Angola. Numa base *net entitlement*, o custo unitário subiu para 15,9 dólares/bbl, relativamente aos 10,4 dólares/bbl, em 2010.

As depreciações aumentaram para 109 milhões de euros, devido às amortizações decorrentes do arranque do primeiro projeto comercial do campo Lula, que compensou a diminuição das amortizações em Angola. Em termos unitários, com base na produção *net entitlement*, as amortizações atingiram os 34,0 dólares/bbl, relativamente aos 29,5 dólares/bbl, em 2010.

Refinação & Distribuição

Em 2011, o resultado operacional RCA foi de 23 milhões de euros, relativamente aos 210 milhões de euros, em 2010, consequência da forte diminuição da margem de refinação e dos volumes de produtos petrolíferos vendidos na Península Ibérica.

A margem de refinação da Galp Energia no período foi de 0,6 dólares/bbl, relativamente aos 2,6 dólares/bbl registados no período homólogo de 2010, tendo sido influenciada negativamente pelo contexto internacional do sector da refinação.

Em 2011, os custos *cash* operacionais das refinarias foram de 126 milhões de euros, ou seja, de 2,3 dólares/bbl em termos unitários, o que esteve acima de 2010, na sequência da menor quantidade de crude processado em 2011 e, consequentemente, da menor diluição dos custos fixos.

O contexto económico adverso e a execução das medidas de austeridade que afetaram negativamente o mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica refletiram-se nos volumes vendidos, cuja quebra implicou uma menor contribuição para resultados do negócio de distribuição de produtos petrolíferos, em 2011, relativamente a 2010, apesar de um melhor desempenho do negócio em África.

Gas & Power

Em 2011, o resultado operacional RCA foi de 230 milhões de euros, um aumento de 25% relativamente ao período homólogo de 2010. Este aumento deveu-se à melhoria dos resultados de todas as atividades, com especial relevo para as atividades de infraestruturas e power.

No negócio de comercialização, o resultado operacional RCA aumentou 7 milhões de euros, para os 86 milhões de euros, o que se deveu sobretudo ao aumento dos volumes vendidos e ao aumento das margens de comercialização que resultou da otimização das compras de gás natural.

Cogeração da refinaria de Sines

O negócio de infraestruturas gerou um resultado operacional RCA de 116 milhões de euros, mais 25% do que no período homólogo de 2010. Para este aumento, contribuíram essencialmente a extinção do efeito de alisamento dos proveitos permitidos a partir de julho de 2010 e a recuperação, contabilizada em 2011, de parte do diferencial entre os métodos com e sem alisamento, relativamente aos anos 2008/2009 e 2009/2010.

O resultado operacional RCA do negócio do power foi de 29 milhões de euros, superior aos 11 milhões de euros do ano de 2010.

Resultados de empresas associadas

Os resultados de empresas associadas em 2011 fixaram-se nos 73 milhões de euros, dos quais 51 milhões de euros corresponderam à contribuição dos gasodutos internacionais EMPL, Gasoducto Al-Andalus e Gasoducto Extremadura.

Resultados financeiros

Os resultados financeiros agravaram-se 24 milhões de euros na sequência dos custos financeiros incrementais que resultaram tanto do aumento da dívida média como do seu custo médio. O custo médio da dívida em 2011 foi de 4,3%, mais 80 pontos-base do que no período homólogo de 2010, seguindo a tendência de subida das taxas de juro de referência e de encarecimento do crédito a nível europeu.

Imposto

O imposto sobre o rendimento RCA foi de 84 milhões de euros, o que correspondeu a uma taxa efetiva de imposto de 24%. Em 2011, o imposto referente a Angola foi de 35 milhões de euros, incluindo uma reversão do excesso de estimativa de cerca de 10 milhões de euros de imposto sobre o rendimento de petróleo contabilizada no início do ano, relativa a anos anteriores.

Impostos (M€)

	2010	2011	Var.	Var. %
Imposto sobre o rendimento em IFRS[1]	**166**	**149**	**(17)**	**(10%)**
Taxa efetiva de imposto	27%	25%	1 p. p.	s. s.
Efeito *stock*	(55)	(81)	25	46%
Imposto sobre o rendimento RC[1]	**111**	**69**	**(43)**	**(38%)**
Eventos não-recorrentes	6	16	10	s. s.
Imposto sobre o rendimento RCA[1]	**117**	**84**	**(33)**	**(28%)**
Taxa efetiva de imposto	27%	24%	2 p. p.	s. s.

[1] Inclui imposto sobre o rendimento de petróleo a pagar em Angola

Resultado líquido

Em 2011, o resultado líquido RCA foi de 251 milhões de euros, menos 65 milhões de euros do que em 2010, o que se deveu a um pior desempenho do segmento de negócio de Refinação & Distribuição na sequência da diminuição das margens de refinação e de menores volumes vendidos de produtos petrolíferos na Península Ibérica.

O resultado líquido IFRS, em 2011, foi de 433 milhões de euros, incluindo um efeito *stock* positivo de 204 milhões de euros, na sequência da subida durante o período dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais.

3.3 Investimento

Investimento (M€)

	2010	2011	Var.	Var. %
Exploração & Produção	341	299	(42)	(12%)
Refinação & Distribuição	800	641	(159)	(20%)
Gas & Power	87	55	(32)	(37%)
Outros	5	5	0	7%
Total	**1.233**	**1.000**	**(233)**	**(19%)**

O investimento no ano de 2011 foi de 1.000 milhões de euros, dos quais o segmento de negócio de Refinação & Distribuição representou cerca de 64%.

No segmento de negócio de Exploração & Produção, o investimento foi principalmente canalizado para o Brasil, que absorveu cerca de 212 milhões de euros. No bloco BM-S-11, foram investidos cerca de 144 milhões de euros, principalmente direcionados a atividades de desenvolvimento, nas quais se incluem a perfuração de poços produtores e injetores ao longo de 2011. Em Angola, o investimento de cerca de 54 milhões de euros foi principalmente afeto às atividades de desenvolvimento no bloco 14, das quais se salienta a ligação de novos poços de desenvolvimento.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição, o investimento em 2011 foi de 641 milhões de euros, dos quais 452 milhões de euros foram canalizados para o projeto de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos.

No negócio de Gas & Power, o investimento foi de 55 milhões de euros e refletiu sobretudo o investimento na rede de distribuição de gás natural.

3.4 Análise da estrutura de capital

Situação financeira consolidada (M€, exceto indicação em contrário)

	31 dezembro 2010	31 dezembro 2011	31 dezembro 2011 *pro forma*
Ativo fixo	5.426	6.002	6.002
Imobilizado em curso	1.981	2.174	2.174
Stock estratégico	792	996	996
Outros ativos (passivos)	(402)	(407)	495
Fundo de maneio	(333)	(146)	(146)
Dívida de curto prazo	616	1.528	1.528
Dívida de longo prazo	2.412	2.274	2.274
Dívida total	**3.028**	**3.803**	**3.803**
Caixa e equivalentes	191	298	3.260
Dívida líquida	**2.837**	**3.504**	**543**
Total do capital próprio	**2.645**	**2.941**	**6.805**
Capital empregue	**5.482**	**6.446**	**7.347**
Net debt to equity	**107%**	**119%**	**8%**
***Net debt to* ebitda RCA**	**3,3**	**4,4**	**0,7**

O ativo fixo a 31 de dezembro de 2011 era de 6.002 milhões de euros, mais 576 milhões de euros do que no final de dezembro de 2010, na sequência do investimento realizado no período, nomeadamente no projeto de conversão das refinarias. As necessidades de fundo de maneio aumentaram 187 milhões de euros relativamente ao final de 2010, resultado, sobretudo, da diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

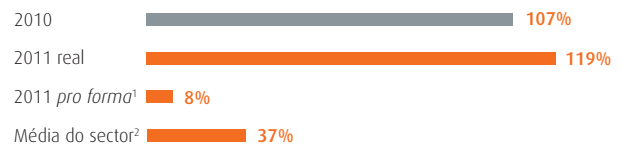
A dívida líquida a 31 de dezembro de 2011 era de 3.504 milhões de euros, o que representa um aumento de 667 milhões de euros relativamente ao final de dezembro de 2010. O rácio *net debt to equity* situava-se, no final do período, em 119%.

Importa salientar que, no ano de 2011, foi anunciado o aumento de capital na filial brasileira de exploração e produção, a Petrogal Brasil, subscrito pela empresa chinesa Sinopec. Esta transação ficou concluída em março de 2012, após a qual a Galp Energia passou a deter 70% da Petrogal Brasil, retendo o controlo desta empresa. O acordo permitiu a injeção de um total de 5,2 mil milhões de dólares por parte da Sinopec, através da realização do aumento de capital no montante de 4,8 mil milhões de dólares e de um empréstimo acionista no montante de 0,36 mil milhões de dólares.

A execução desta transação permite à Galp Energia ter uma das estruturas de capital mais robustas do sector energético europeu.

Numa base *pro forma*, ou seja, considerando a realização do aumento de capital no final do ano de 2011, o rácio *net debt to equity* situar-se-ia nos 8%, um valor inferior aos 37% da média das empresas comparáveis do sector de Oil & Gas.

Evolução do rácio *net debt to equity* (%)



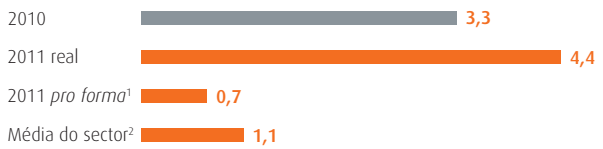
[1] Assume empréstimo à Sinopec.

[2] Média do sector calculada com base no reportado pela Eni, BG Group, Repsol, OMV, Total, BP, Royal Dutch Shell e Petrobras, no final de dezembro de 2011.

Novas unidades da refinaria de Matosinhos

Também numa base *pro forma*, é notório o impacto positivo do aumento de capital na Petrogal Brasil no rácio *net debt to* ebitda, que passaria de 3,3 em 2010 para os 0,7 em 2011, claramente um valor inferior à média do sector.

Evolução do rácio *net debt to* ebitda RCA

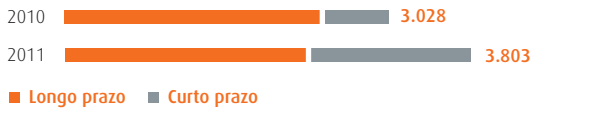


[1] Assume empréstimo à Sinopec.

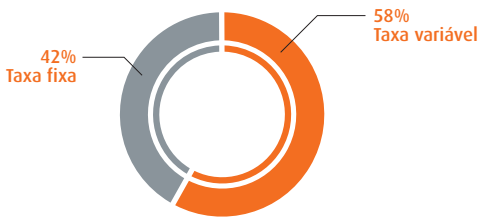
[2] Média do sector calculada com base no reportado pela BG Group, BP, Eni, OMV, Repsol e Total no final de dezembro de 2011

No final de dezembro de 2011, a dívida de longo prazo representava 60% do total, em comparação com 80%, no final de dezembro de 2010. Do total da dívida de médio e longo prazo, 42% estava contratada a taxa fixa, em comparação com 35%, no final de dezembro de 2010.

Dívida por tipo de prazo (M€)

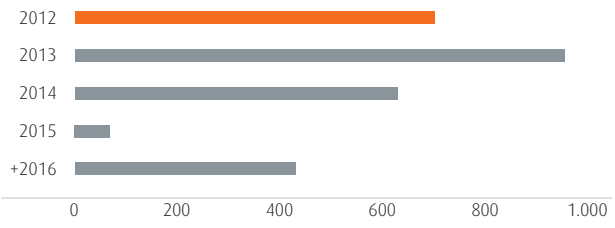


Dívida por tipo de taxa em 2011



O prazo médio da dívida era de 2,1 anos, no final de dezembro de 2011, e 79% da dívida de médio e longo prazo tinha o seu vencimento concentrado entre 2012 e 2014.

Perfil de reembolso da dívida (M€)



A 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era de 22 milhões de euros.

No final do ano de 2011, a Galp Energia tinha linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas, de 900 milhões de euros. Deste montante, 40% estava firmado com bancos internacionais e 60% estava contratualmente garantido.

04

04 · RISCOS PRINCIPAIS

4.1 RISCOS ENFRENTADOS PELA GALP ENERGIA
4.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

4.1 Riscos enfrentados pela Galp Energia

As atividades e os resultados da Galp Energia estão sujeitos a alterações concorrenciais, económicas, políticas, jurídicas, regulamentares, sociais, sectoriais e financeiras. Os investidores devem ponderar os riscos implícitos nestas alterações, nomeadamente as consequências que estas poderão ter nos resultados das atividades da Galp Energia ou na respetiva situação financeira.

As medidas tomadas pelo conselho de administração da Empresa para mitigar alguns destes riscos serão aqui identificadas, e são divulgadas, sempre que tal for apropriado. Entre os riscos que podem afetar as atividades ou a situação financeira da Galp Energia, destacam-se os que se seguem, sem prejuízo de outros, que aqui não estejam discriminados, terem uma importância equivalente ou superior.

Riscos de mercado

A atividade da Galp Energia está sujeita a vários riscos de mercado, nomeadamente os que respeitam à flutuação dos preços de matérias-primas e de produtos, bem como à variação das taxas de câmbio.

Flutuações dos preços de matérias-primas e produtos

Os preços do petróleo, do gás natural, do gás natural liquefeito e dos produtos petrolíferos são afetados pelas circunstâncias de oferta e procura que, num dado momento, caracterizem o mercado. Por sua vez, estas são condicionadas por fatores de várias ordens, como fatores económicos e operacionais, desastres naturais, condições climatéricas, instabilidade política, conflitos armados ou ações de condicionamento da oferta por parte dos países exportadores de petróleo.

Embora, a longo prazo, os custos operacionais do sector tenham tendência a alinhar-se com as subidas e descidas dos preços das matérias-primas e dos produtos, a curto prazo não existe garantia de que isto aconteça.

Assim, uma descida do preço do petróleo ou do gás natural que não seja acompanhada por uma diminuição da estrutura de custos operacionais pode dificultar a recuperação económica de reservas descobertas ou diminuir os preços de venda da produção, podendo mesmo inviabilizar projetos planeados ou em desenvolvimento.

Por outro lado, um aumento do preço do petróleo ou do gás natural também pode prejudicar a Empresa, uma vez que encarece as compras destes produtos. Embora os preços que a Galp Energia cobra aos seus clientes reflitam os preços de mercado, podem não ser passíveis de um ajustamento imediato que reflita inteiramente a variação dos preços de mercado, especialmente no mercado regulado do gás natural. As alterações significativas de preços que ocorram entre a compra de matéria-prima e a venda de produtos refinados podem, assim, prejudicar os resultados da Galp Energia.

Flutuação nas taxas de câmbio

Os preços do petróleo, do gás natural e da maior parte dos produtos refinados e, por conseguinte, uma parcela significativa dos custos e proveitos da Galp Energia são expressos em dólares ou indexados a esta divisa. Como as demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas em euros, uma desvalorização do Dólar em relação ao Euro pode prejudicar os resultados da Empresa, uma vez que diminui o valor em euros dos proveitos em dólares ou indexados ao Dólar.

As variações da cotação do Euro-Dólar podem também influenciar o valor dos *stocks* de petróleo e dos produtos petrolíferos, assim como o valor de empréstimos contraídos em dólares.

Riscos operacionais

Entre os riscos operacionais a que a Galp Energia está sujeita, contam-se os riscos de não-conclusão de projetos, do não-desenvolvimento de reservas e da dependência de terceiros.

Conclusão de projetos

A execução da estratégia da Galp Energia, os seus resultados e a sua situação financeira estão dependentes da conclusão de projetos dentro do orçamento, do tempo previsto e em conformidade com as especificações previamente definidas. Estes projetos estão sujeitos a riscos de segurança e de ambiente, a riscos técnicos, comerciais, jurídicos, económicos e de construção. Os projetos podem não se desenvolver como previsto, por diversas razões: desde derrapagens de custos, a questões jurídicas ou tecnológicas, passando por atrasos na execução.

Descoberta, estimativa e desenvolvimento de reservas e recursos

A produção futura de petróleo e de gás natural da Galp Energia depende da aquisição, da descoberta e do desenvolvimento, com regularidade e eficiência de custos, de novas reservas que substituam aquelas que se esgotam por via da produção.

A concorrência por direitos de exploração e desenvolvimento e pelo acesso a recursos de petróleo e gás natural é intensa. Acresce o facto de não ser certo que as atividades de exploração e desenvolvimento tenham êxito nem que, caso o tenham, as descobertas sejam suficientes para repor as reservas atuais ou para cobrir os custos de exploração.

Se não tiver êxito nesta atividade, a Galp Energia não cumprirá os objetivos de produção que tem estabelecidos a longo prazo, e as reservas totais diminuirão, o que terá um efeito negativo nos resultados futuros das suas atividades e na sua situação financeira.

A estimativa de reservas de petróleo e de gás natural baseia-se na informação geológica, técnica e económica disponível, pelo que se reveste de inúmeras incertezas. O processo de estimação comporta juízos informados, e as estimativas de reservas estão, por isso, sujeitas a revisão.

Após a identificação de oportunidades de exploração, a decisão de investir no desenvolvimento das reservas é precedida de um conjunto de atividades, como o estudo das opções de comercialização, estudos de viabilidade económica, bem como a seleção e definição do conceito de desenvolvimento mais adequado.

Durante as fases de pré-sanção, os projetos podem ficar expostos a riscos e custos adicionais, como ao risco de incapacidade de negociar acordos apropriados com governos locais, de insuficiente entendimento da estrutura regulamentar do país e de incapacidade para obter das autoridades locais competentes as licenças relevantes para a execução ou a exploração de certos projetos.

Dependência de terceiros

A Galp Energia está, no que se refere a parte substancial das suas atividades, dependente do acesso regular a petróleo, gás natural e outras matérias-primas, bem como do seu fornecimento a preços apropriados. Em especial, a Galp Energia está, em larga medida, dependente do aprovisionamento de gás natural pela Sonatrach, da Argélia, e de GNL pela NLNG, da Nigéria.

De um modo geral, o acesso pela Empresa a fontes de petróleo, gás natural e outras matérias-primas está sujeito a interrupções causadas por acontecimentos políticos com efeitos estruturais no sector, pela capacidade limitada de gasodutos ou por outros problemas no transporte de petróleo e gás natural, que poderão agravar os custos de aprovisionamento e, assim, ter um efeito negativo nas condições de exploração da Empresa.

Saúde, segurança e ambiente

Dadas a amplitude e a complexidade das atividades da Galp Energia, nomeadamente na exploração e produção em águas ultraprofundas, os riscos potenciais nesta área são vastos. Incluem-se os de incidentes importantes no âmbito da segurança dos processos e das instalações, de incapacidade para cumprir políticas aprovadas, de desastres naturais, de instabilidade social, de guerra civil e de terrorismo. Incluem-se também os de exposição a riscos operacionais genéricos, de saúde e segurança pessoal, e de atividades criminosas.

Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos ou a perda de vida, danos no ambiente ou a destruição de instalações; conforme a causa e a gravidade, poderá afetar a reputação, o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia. As emissões de gases com efeito de estufa e as alterações climáticas associadas são riscos reais para a Empresa e para a sociedade em geral. Se a Galp Energia não encontrar soluções para mitigar a emissão de CO_2 no âmbito de projetos novos e existentes, a regulamentação e as críticas da sociedade poderão levar a demoras nos projetos e a custos adicionais, com consequências no desempenho operacional e na situação financeira da Galp Energia.

Recursos humanos

A boa execução da estratégia de negócio da Galp Energia depende das qualificações e do empenho dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. Na indústria do petróleo e do gás, em especial, é intensa a concorrência por gestores e colaboradores com qualificações e experiência relevantes. O êxito futuro da Empresa depende da sua capacidade de atrair, reter, motivar e organizar pessoal qualificado.

Riscos de conformidade

Estes riscos incluem a possibilidade de alterações de impostos e tarifas a que a Empresa está sujeita, ou das políticas e dos regulamentos em vigor nos países onde a Galp Energia opera, assim como as obrigações de responsabilidade empresarial.

Impostos e tarifas

A Galp Energia desenvolve a sua atividade em vários países cuja legislação fiscal pode ser alterada a todo o momento. A concretizar-se, esta alteração terá efeitos potencialmente negativos para a Empresa no respeitante ao pagamento de impostos sobre o rendimento das sociedades, sobre a energia, sobre o rendimento do petróleo, além de sobretaxas alfandegárias e outros impostos indiretos, que podem afetar os proveitos e os resultados líquidos.

A Galp Energia está também exposta a alterações dos regimes fiscais relativos a *royalties* e impostos sobre a produção de petróleo e de gás. Alterações significativas nos regimes fiscais de países em que a Empresa exerce a sua atividade poderão ter um efeito negativo no desempenho operacional e na situação financeira da Galp Energia.

Enquadramento político e regulamentar

As principais atividades de exploração e de produção da Galp Energia estão localizadas em países fora da Europa, cujas economias em desenvolvimento ou envolventes políticas e regulamentares têm um historial de instabilidade.

A Galp Energia abastece-se de gás natural na Argélia e na Nigéria para o seu negócio de comercialização de gás natural, e vende produtos petrolíferos noutros países africanos. Por conseguinte, uma parcela dos proveitos da Empresa provém e provirá cada vez mais, ou estará dependente, de países com risco económico e político, incluindo expropriação e nacionalização de bens, aumento de impostos e de *royalties*.

A Galp Energia considera que respeita as normas internacionais em todos os países em que exerce a sua atividade. No entanto, quaisquer irregularidades que possam ser detetadas ou alegadas terão eventualmente um efeito negativo substancial na capacidade de a Galp Energia conduzir os seus negócios ou na cotação das suas ações.

Alterações climáticas

A Galp Energia está sujeita aos efeitos das políticas públicas tendentes a minorar as alterações climáticas. Estas iniciativas poderão afetar as condições em que a Empresa conduz os seus negócios, nomeadamente nas áreas de Exploração & Produção, e de Refinação.

Apesar de a Empresa também participar no desenvolvimento de energias renováveis, a adoção de políticas que promovam a

utilização destas formas de energia poderá afetar a procura de energia proveniente de hidrocarbonetos, em cuja produção se concentra a atividade da Empresa. Paralelamente, os custos de produção deste tipo de energia poderão ser significativamente afetados por medidas gravosas no domínio das licenças de emissão de CO_2.

Do mesmo modo, o acesso a reservas de petróleo e de gás natural para o aproveitamento de oportunidades estratégicas de crescimento poderá ser restringido, na sequência de iniciativas destinadas a proteger a integridade de *habitats* naturais. Neste contexto, a Galp Energia segue atentamente a evolução das políticas públicas no campo da proteção ambiental e adapta a sua estratégia em função dos desenvolvimentos nesta área.

Interação com as partes interessadas

Um conjunto de partes interessadas, que inclui colaboradores, investidores, meios de comunicação social, governos, grupos da sociedade civil, organizações não-governamentais e os residentes nas comunidades locais afetadas pelas atividades da Galp Energia, tem interesses legítimos no negócio da Empresa.

A reputação da Empresa ou a cotação das suas ações poderão ser afetadas por uma interação inadequada com as suas partes interessadas, no que respeita, por exemplo, à comunicação dos objetivos e da estratégia de negócio da Empresa, à incapacidade de explicar de modo satisfatório o facto de metas traçadas não terem sido atingidas ou de o desempenho da Empresa ser entendido como fraco, relativamente ao dos concorrentes.

Responsabilidade empresarial

A possibilidade, ainda que remota, de a Galp Energia não corresponder às expectativas elevadas das suas partes interessadas em matéria de responsabilidade empresarial pode prejudicar a reputação da Empresa ou a cotação das suas ações.

Neste contexto, representam um risco especial: a incapacidade de a Empresa gerir eventuais impactos ambientais, a formulação de respostas inadequadas às expectativas das partes interessadas, a ausência de controlos internos eficazes e a implementação insuficiente de políticas anticorrupção.

Riscos financeiros

Os riscos financeiros incluem os riscos de variação das taxas de juro, de alteração das condições de acesso ao crédito e de incumprimento de contraparte, assim como os associados ao aprovisionamento dos planos de reforma e à não-contratação de apólices de seguro para cobertura das diversas atividades da Empresa.

Variação das taxas de juro

Apesar da possibilidade de acesso ao mercado de instrumentos de cobertura contra o risco de taxa de juro, os custos de financiamento da Galp Energia podem ser afetados pela volatilidade das taxas de mercado, com eventuais repercussões negativas nos seus resultados.

Acesso a crédito

Uma vez que os empréstimos contraídos têm de ser refinanciados à medida que se vencem, a Galp Energia está exposta ao risco de não haver linhas de crédito disponíveis para refinanciar empréstimos existentes ou para fazer face a necessidades de tesouraria.

Incumprimento de contraparte

O risco de incumprimento da contraparte decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento contratuais, pelo que a dimensão do risco depende da credibilidade da contraparte. Este risco corresponde também à possibilidade de uma contraparte da Galp Energia incumprir as obrigações de pagamento assumidas pela celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura, mas decorre igualmente da relação contratual comercial com os seus clientes.

Provisionamento de planos de reforma

A Galp Energia tem planos de reforma de benefício definido para uma parte do seu quadro ativo. Estes planos preveem, com base nos anos de serviço e no salário final, o pagamento de um complemento à reforma da Segurança Social.

Os riscos mais críticos relacionados com a contabilização destas responsabilidades de pagamento estão associados ao rendimento dos ativos investidos no plano de reforma e à taxa de desconto utilizada para determinar o valor atualizado dos pagamentos futuros.

As responsabilidades com reformas podem pressionar os fluxos financeiros, especialmente se os fundos de pensões não estiverem devidamente provisionados. Neste caso, a Galp Energia pode ser chamada a fazer novas contribuições para os fundos, o que poderá afetar negativamente o seu *cash-flow*, os seus resultados e a sua situação financeira.

Coberturas de seguro

A Galp Energia, em linha com as melhores práticas do sector, contrata seguros contra os riscos inerentes ao negócio. Os riscos previstos pelos seguros contratados incluem, entre outros, os de prejuízos em imóveis e em equipamentos, responsabilidade civil, responsabilidade pelo transporte marítimo de petróleo em bruto e outras mercadorias, poluição e contaminação, responsabilidade civil dos administradores e dos funcionários, e acidentes de trabalho.

No entanto, contra certos riscos não se pode contratar um seguro que, do ponto de vista económico, seja razoável. Em condições extremas, a Galp Energia pode, pois, incorrer em perdas avultadas resultantes de eventos que não estejam cobertos.

4.2 Política de gestão de riscos

A Galp Energia está exposta aos vários tipos de riscos descritos na primeira parte deste capítulo. A Empresa definiu políticas e processos para acompanhar, medir e gerir a sua exposição a estes riscos. O objetivo da política de gestão de riscos da Empresa é ajudar os segmentos de negócio a alcançarem as suas metas e acompanharem o impacto potencial dos riscos nos seus resultados.

Equipa de combate a incêndios

O mecanismo de execução da política de gestão de riscos é definido pelo comité de gestão de riscos, que o submete à aprovação da comissão executiva. Os resultados são avaliados pelas unidades de negócio.

O risco do preço das matérias-primas é gerido ao nível da unidade de negócio, através do acompanhamento da posição global líquida de matérias-primas da Empresa, equilibrando as obrigações de compra com as de fornecimento. Em especial, a Galp Energia gere o período de fixação do preço, de modo a obter, no final de cada mês, o preço médio do *dated* Brent desse mês, independentemente dos preços fixados diariamente.

Para este efeito, a Empresa compra e vende diariamente na Intercontinental Exchange (ICE) futuros de petróleo, com base na diferença entre o preço atual e a média do *dated* Brent de cada mês. As compras são repartidas pelo mês, de acordo com os preços de mercado, sem que tal afete o padrão de compras físicas.

Para se proteger das diferenças entre os preços dos produtos exportados e os do petróleo ou os dos produtos petrolíferos adquiridos, a Galp Energia fixa mensalmente a margem de parte das exportações. Estas coberturas são realizadas através de *swaps* e de contratos de futuros.

No negócio do gás natural, devido à liberalização dos preços, a Galp Energia recorre ao mercado *over-the-counter* (OTC), de modo a oferecer aos seus clientes as estruturas de preços que estes solicitam, conseguindo, desta forma, não alterar a sua posição de risco final.

Os riscos de taxa de juro, os riscos cambiais e outros riscos financeiros são geridos de forma transversal em toda a Empresa. A posição total de taxa de juro da Galp Energia, incluindo aplicações financeiras e dívida, é acompanhada pela unidade central responsável pelas unidades de negócio. A exposição ao risco de taxa de juro está principalmente relacionada com a dívida remunerada no balanço e com derivados de taxa de juro.

O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é reduzir a volatilidade dos encargos financeiros. A política de gestão do risco de taxa de juro da Galp Energia visa reduzir a exposição às taxas variáveis, através da fixação da taxa de juro de parte da dívida (incluindo a fração da dívida de longo prazo, classificada como dívida de curto prazo), por utilização de instrumentos derivados simples como *swaps*.

A Galp Energia gere o risco de liquidez através da manutenção de linhas disponíveis de crédito para fazer face a necessidades de tesouraria em qualquer momento e independentemente das condições do mercado.

O risco de crédito é gerido ao nível das unidades de negócio, seguindo as determinações da comissão executiva, nomeadamente quanto a limites de crédito e às ações a desenvolver para minimização ou eliminação do risco.

O aumento de capital na subsidiária da Galp Energia no Brasil, que foi anunciado no ano de 2011, irá reduzir significativamente o risco de execução de importantes projetos transformacionais, nomeadamente no negócio de Exploração & Produção, a serem realizados nos próximos anos. Além disto, ao potenciar que a Galp Energia tenha uma das estruturas de capital mais sólidas do sector, esta transação minimiza o risco do não-acesso ao crédito por parte da Empresa, reduzindo também a dependência da Galp Energia da conclusão dos atuais projetos transformacionais em curso.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos cujo propósito é garantir, com uma probabilidade razoável de êxito, que serão atingidos os objetivos estabelecidos pela Empresa de condução ordenada e eficiente dos seus negócios, de salvaguarda dos seus ativos, de prevenção e de deteção de fraudes e erros, de cumprimento de leis e regulamentos, e de fiabilidade do relato financeiro.

Este sistema assenta nas orientações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) relativamente aos principais aspetos do controlo interno da Galp Energia: ambiente de controlo, avaliação do risco, monitorização, informação e comunicação.

Ambiente de controlo

O ambiente de controlo é o ponto de partida para as restantes componentes do controlo interno e compreende a atitude geral, a consciencialização ética e as ações da comissão executiva, que servem de exemplo aos colaboradores e às restantes partes interessadas.

A implementação de um código de ética capaz de orientar a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores contribuiu para concretizar a missão, a visão e os valores da Empresa. O código de ética da Galp Energia está disponível na página da Internet da Empresa.

O ambiente de controlo da Galp Energia compreende também as normas e os procedimentos internos de delegação de poderes de autorização, que garantem o escrutínio dos diferentes atos de gestão, de acordo com a respetiva natureza e substancialidade.

Ao conselho fiscal cabe vigiar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna. Cabe também a este conselho avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e dos respetivos procedimentos internos, fortalecendo assim o ambiente de controlo interno. As recomendações do conselho fiscal são enviadas à comissão executiva.

Avaliação do risco

A comissão executiva, auxiliada por várias entidades internas, é responsável por instituir, no grupo Galp Energia, um mecanismo de identificação e avaliação dos riscos internos e externos que podem afetar o desempenho da Empresa.

A Galp Energia tem promovido a sistematização da avaliação dos riscos e dos sistemas de controlo interno nas diferentes unidades de negócio. Estas iniciativas abrangem os riscos identificados por cada unidade de negócio, que também é responsável pela sua gestão.

Como os riscos inerentes e a eficácia dos controlos internos dependem de variáveis endógenas e exógenas, o processo de avaliação não é estático. Assim, são efetuadas reavaliações periódicas do risco dos principais negócios do Grupo, para que seja garantido o alinhamento entre o perfil de risco decidido pela comissão executiva e a resposta aos riscos pelas unidades de negócio.

Genericamente, as avaliações da análise de risco e controlo interno começam por identificar e classificar os principais riscos que comprometem os objetivos das unidades de negócio, bem como os sistemas de controlo criados para os mitigar. Para avaliar a eficácia dos controlos implementados, aferem-se os riscos residuais e, em seguida, verifica-se a existência de eventuais desvios em relação à apetência para o risco, definida para a unidade.

Por fim, as unidades de negócio pronunciam-se quanto ao risco residual, comprometendo-se com um plano de resposta ao risco desenhado, com vista a minorar, transferir, evitar ou aceitar o risco residual. Este processo está de acordo com o método ilustrado no gráfico que se segue, onde se apresenta a sequência e as dependências das diversas atividades nele previstas.

Metodologia de avaliação de riscos do grupo Galp Energia

As avaliações de risco e o controlo interno feitos pelas unidades de negócio, assim como os respetivos planos de resposta ao risco são submetidos ao presidente do conselho de administração e a todos os membros da comissão executiva. Deste modo, é garantida uma comunicação adequada aos órgãos de topo da Empresa do nível de risco assumido pelos gestores das várias unidades de negócio.

Monitorização, informação e comunicação

Cabe ao conselho fiscal supervisionar a adoção pela Empresa dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp Energia, bem como acompanhar as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

São realizadas auditorias às operações, auditorias de conformidade e auditorias financeiras, assim como revisões ao sistema de informação, que visam testar a eficácia dos controlos internos instituídos. É definido anualmente um plano de auditoria baseado nos resultados da avaliação do risco residual dos diferentes processos e das várias unidades de negócio, que é aprovado pelo presidente do conselho de administração.

05 · COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

5.1 GOVERNO CORPORATIVO
5.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL
5.3 RECURSOS HUMANOS
5.4 SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE
5.5 QUALIDADE
5.6 INOVAÇÃO

5.1 Governo corporativo

Estrutura acionista

A estrutura acionista da Galp Energia manteve-se estável em 2011, e as participações dos acionistas de referência não se alteraram. Estes acionistas, nomeadamente a Amorim Energia, a Eni e a Caixa Geral de Depósitos (CGD), são partes de um acordo parassocial cujas disposições são descritas sucintamente neste capítulo. A estabilidade acionista permitiu à Galp Energia focar-se exclusivamente no desenvolvimento da sua atividade, bem como permitiu o cumprimento da estratégia e dos objetivos delineados.

A Amorim Energia está sediada nos Países Baixos, e os seus acionistas são a Power, Oil & Gas Investments, B. V. (30%), a Amorim Investimentos Energéticos SGPS, S. A. (20%), a Oil Investments, B. V. (5%), e a Esperaza Holding, B. V. (45%). As três primeiras sociedades são controladas, direta ou indiretamente, pelo comendador Américo Amorim, e a última é controlada pela Sonangol, E. P., empresa estatal angolana do sector petrolífero.

A Eni é uma empresa italiana de energia que está cotada na Bolsa de Milão e na NYSE, em Nova Iorque. A atividade da Eni desenvolve-se em mais de 75 países na exploração e produção, na refinação e distribuição, no gás e power, na petroquímica e serviços de engenharia e na construção e perfuração. A 31 de dezembro de 2011, a Eni tinha uma capitalização bolsista de aproximadamente 64 mil milhões de euros.

A CGD (Caixa Geral de Depósitos) é a maior instituição de crédito portuguesa e é participada a 100% pelo Estado português.

A Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A. (Parpública), é uma entidade estatal que gere participações financeiras do Estado português em várias empresas. Em setembro de 2010, a Parpública emitiu obrigações a sete anos com um cupão fixo de 5,25%, permutáveis por ações da Galp Energia a partir de março de 2013. Esta operação fez parte da privatização da participação de 7% que aquela entidade detém no capital da Galp Energia.

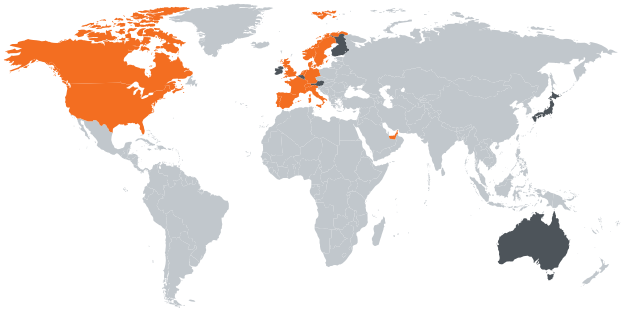
Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2011

No final de 2011, cerca de 25% das ações da Galp Energia eram transacionadas livremente no mercado. A maior fatia deste *free float* – cerca de 82%, ou seja 20% do total – cabia aos investidores institucionais. Os investidores particulares representavam o remanescente, ou seja, 5% do capital social da Galp Energia. Esta divisão entre investidores institucionais e particulares tem-se mantido estável desde 2008.

A base acionista incluía, no final do ano, investidores de 28 países, e a visibilidade da Galp Energia no mercado internacional era comprovada pela dispersão de mais de 80% da base institucional fora do país de origem.

Os investidores institucionais britânicos reforçaram a sua posição de liderança, tendo a sua quota desta categoria de investidores subido de 34%, em 2010, para 40%, no final de 2011. Os investidores institucionais portugueses representaram 16% e os franceses 11%. Recentemente, assistiu-se também ao aumento do investimento proveniente de fundos soberanos do Médio Oriente, nomeadamente dos Emirados Árabes Unidos e do Kuwait.

Dispersão geográfica dos investidores institucionais



■ Concentração elevada ■ Concentração reduzida

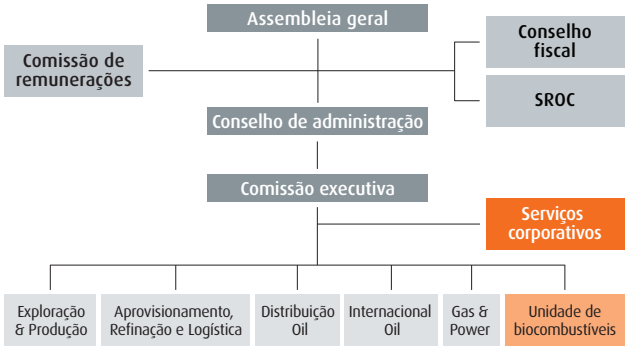
Modelo de governo

O modelo de governo da Galp Energia assenta numa relação responsável e transparente entre acionistas, conselho de administração e órgãos de fiscalização. A confiança e a eficácia são promovidas por uma separação clara de poderes entre o conselho de administração e a comissão executiva.

Do ponto de vista orgânico, a independência do conselho de administração em relação à comissão executiva é assegurada pelo facto de cada um destes dois órgãos ter o seu presidente.

Ao conselho de administração compete a elaboração da estratégia da Empresa e o acompanhamento da execução da mesma. À comissão executiva, por sua vez, estão delegadas tarefas pelo conselho de administração que são do foro operacional e se referem à gestão corrente das unidades de negócio e serviços. Esta distribuição de poderes não impede, no entanto, que a comissão executiva tenha um papel importante na elaboração da estratégia da Empresa.

Estrutura orgânica e funcional



Acordo parassocial

A Amorim Energia, a CGD e a Eni são partes de um acordo parassocial – descrito em pormenor no relatório sobre o governo da sociedade – que rege um conjunto de aspetos relativos às condições de alienação das ações da Galp Energia detidas por aquelas entidades, e que está em vigor até março de 2014.

Desde 1 de janeiro de 2011, qualquer uma das partes pode vender a sua participação em bloco. Neste caso, as outras partes têm, alternativamente, direito de preferência na aquisição ou direito de obtenção das mesmas condições no caso de venda a terceiros. Se a parte vendedora for a Amorim Energia, a CGD tem o direito preferencial de adquirir todas as ações da primeira, ou parte das mesmas, ou de nomear um terceiro para aquele efeito.

Nas restantes vendas, ou se a CGD não exercer o seu direito preferencial no caso de venda pela Amorim Energia, as ações da parte vendedora serão distribuídas igualmente pelas partes que exercerem o seu direito de preferência, independentemente da sua participação no capital da Galp Energia. Exceto no caso de venda pela Eni, o exercício pela CGD dos seus direitos de preferência não poderá ter como consequência que o Estado ou uma entidade estatal detenham mais de 33,34% do capital social da Galp Energia.

Caso ocorra uma mudança de controlo acionista nalguma das partes, as restantes terão o direito de adquirir a participação social daquela em partes iguais, sem prejuízo do direito de preferência da CGD.

Outras disposições do acordo parassocial dizem respeito à nomeação e à destituição de administradores e de membros do conselho fiscal e à necessidade de uma maioria qualificada, superior a dois terços, para certas deliberações como as relativas à aprovação de planos de negócio e orçamentos, investimentos estratégicos e respetivo financiamento, nomeações de quadros superiores ou emissões de títulos, designadamente de dívida.

Conselho de administração

No final de 2011, o conselho de administração da Galp Energia era composto por 17 administradores, dos quais seis eram executivos e 11 não-executivos. Destes últimos, dois, um dos quais o presidente, eram considerados independentes.

Em conformidade com o acordo parassocial, sete administradores são indicados pela Amorim Energia, sete pela Eni, e um, o presidente do conselho de administração, pela CGD. O presidente executivo é indicado, em conjunto, pela Amorim Energia e pela Eni, sujeito ao parecer favorável da CGD. O 17.º administrador é indicado, por comum acordo, pelos três acionistas. A lista de administradores, proposta conjuntamente pelos signatários do acordo parassocial, é submetida à aprovação da assembleia geral.

Ao conselho de administração compete, além de elaborar a estratégia da Empresa, definir a sua estrutura organizativa e a carteira de negócios, assim como aprovar investimentos de risco ou de custo elevado e acompanhar a sua execução.

As deliberações do conselho de administração são tomadas, de um modo geral, por maioria simples, exceto relativamente a certas matérias previstas no acordo parassocial, que exigem uma maioria de dois terços. As matérias sujeitas às diversas maiorias estão descritas em pormenor no relatório sobre o governo da sociedade.

Em 2011, os administradores não-executivos participaram não só no acompanhamento da execução da estratégia da Galp Energia, como também na avaliação do desempenho da comissão executiva na consecução das metas e dos objetivos traçados. Também fez parte do seu trabalho garantir o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Durante o ano, realizaram-se 15 reuniões do conselho de administração, em que todos os administradores estiveram presentes ou devidamente representados. O voto eletrónico foi utilizado em três dessas reuniões.

Os atuais administradores foram eleitos para um mandato que se iniciou em 2008 e terminou no final de 2010, embora se mantenham em exercício de funções até à nomeação do próximo conselho de administração.

Composição do conselho de administração

Nome	Cargo
Francisco Luís Murteira Nabo	Presidente, administrador não-executivo
Manuel Ferreira De Oliveira	Vice-presidente, presidente executivo
Manuel Domingos Vicente	Administrador não-executivo
Fernando Manuel dos Santos Gomes	Administrador executivo
José António Marques Gonçalves	Administrador não-executivo
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	Administrador executivo
Carlos Nuno Gomes da Silva	Administrador executivo
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	Administrador não-executivo
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	Administrador não-executivo
Claudio De Marco	Administrador executivo (CFO)
Paolo Grossi	Administrador não-executivo
Fabrizio Dassogno	Administrador executivo
Giuseppe Ricci	Administrador não-executivo
Joaquim José Borges Gouveia	Administrador não-executivo
Luigi Spelli	Administrador não-executivo
Maria Rita Galli	Administradora não-executiva
Luca Bertelli	Administrador não-executivo

Comissão executiva

A comissão executiva é composta por seis administradores nomeados pelo conselho de administração por um período de três anos, que se mantêm em funções até à nomeação de nova comissão executiva.

A comissão executiva está encarregada de assegurar a gestão corrente da Empresa, de acordo com a estratégia definida pelo conselho de administração. No desempenho das suas funções – descritas no relatório sobre o governo da sociedade –, a comissão executiva gere as unidades de negócio, afeta recursos, promove sinergias e acompanha a execução das políticas definidas para as diversas áreas.

Os poderes delegados à comissão executiva pelo conselho de administração exigem que aquele órgão se reúna com regularidade. Em 2011, a comissão executiva realizou 45 reuniões.

Os trabalhos do conselho de administração e da comissão executiva obedecem aos regulamentos criados para formalizar o funcionamento destes dois órgãos sociais, que podem ser consultados em www.galpenergia.com.

Composição da comissão executiva

MANUEL FERREIRA DE OLIVEIRA

Presidente executivo (CEO).

Presidente executivo, desde janeiro de 2007, e administrador da Galp Energia, desde abril de 2006.

Mais de 20 anos de experiência internacional e na indústria petrolífera.

CLAUDIO DE MARCO

Administrador financeiro (CFO).

Administrador da Galp Energia, desde maio de 2008.

Experiência na área financeira através de cargos de administrador financeiro na Italgas, S. p. A., e na Snam Rete Gas, S. p. A.

ANDRÉ FREIRE DE ALMEIDA PALMEIRO RIBEIRO

Responsável pela unidade de negócio Aprovisionamento, Refinação e Logística.

Administrador da Galp Energia, desde maio de 2005.

Experiência internacional na banca de investimento.

CARLOS NUNO GOMES DA SILVA

Responsável pela unidade de negócio Distribuição Oil.

Administrador da Galp Energia, desde abril de 2007.

Diversos cargos de administração, desde 2002.

FERNANDO DOS SANTOS GOMES

Responsável pelas unidades de negócio Exploração & Produção, Internacional Oil e Biocombustíveis.

Administrador da Galp Energia, desde maio de 2005.

Ex-ministro da Administração Interna de Portugal e diversos cargos de administração.

FABRIZIO DASSOGNO

Responsável pela unidade de negócio Gas & Power.

Administrador da Galp Energia, desde maio 2008.

Experiência profissional na área de gás e *power* na Eni.

Órgãos de fiscalização

A função de fiscalização é exercida por um conselho fiscal e por uma sociedade de revisores oficiais de contas (SROC).

O conselho fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, todos independentes e eleitos pela assembleia geral de acionistas, em conformidade com as regras definidas no acordo parassocial.

Na assembleia geral de 30 de maio de 2011, foram eleitos os novos representantes do conselho fiscal para o mandato 2011-2013.

Composição do conselho fiscal

Nome	Cargo
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Presidente
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	Vogal
Manuel Nunes Agria	Vogal
Amável Alberto Freixo Calhau	Suplente

Também naquela assembleia geral foi eleito o revisor oficial de contas para o mandato 2011-2013, tendo sido nomeado Pedro João Reis de Matos Silva e, como suplente, António Campos Pires Caiado, representantes da P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC.

Compete ao conselho fiscal acompanhar a elaboração e a divulgação da informação financeira da Galp Energia. Compete, ainda, ao conselho fiscal nomear, avaliar e destituir, se e quando for necessário, o auditor externo independente, fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas e propor à assembleia geral a nomeação de uma SROC ou de um revisor oficial de contas, cuja independência deverá fiscalizar, nomeadamente na prestação de serviços adicionais. Os regulamentos orientadores da atividade do conselho fiscal podem ser consultados em www.galpenergia.com.

Em junho de 2011, o conselho fiscal determinou a rotação do auditor externo, tal como ditam as melhores práticas, e designou, após concurso, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., como auditor externo da Galp Energia para o triénio 2011-2013.

Em 2011, realizaram-se 14 reuniões do conselho fiscal, e as conclusões das suas ações de fiscalização e de verificação foram transmitidas ao conselho de administração e à assembleia geral. Um resumo destas conclusões encontra-se no parecer do conselho fiscal apenso a este relatório.

Política de remuneração

A política de remuneração da Galp Energia reflete o objetivo da criação sustentada de valor para o acionista.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada por uma comissão de remunerações composta por três acionistas – a CGD, que preside à comissão, a Amorim Energia e a Eni –, eleitos pela assembleia geral de acionistas de 30 de maio de 2011, por um prazo de três anos (até ao final de 2013). Os membros da comissão de remunerações não podem ser administradores nem membros do conselho fiscal. Os critérios que definem a política de remunerações são aprovados em assembleia geral de acionistas.

Os administradores executivos recebem uma remuneração mensal fixa, acrescida de uma remuneração anual variável em função do seu desempenho individual e coletivo. A remuneração dos administradores executivos é reavaliada anualmente, de modo a assegurar que as condições oferecidas são competitivas tendo em conta as praticadas no mercado, relativas a cargos de complexidade e responsabilidade equivalentes.

A remuneração variável pode alternar entre 0% e 60% da remuneração fixa anual, e é determinada em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais, com base na evolução da cotação das ações da Galp Energia no mercado relativamente a um grupo de empresas comparáveis. Pretende-se, desta forma, a criação de um quadro remuneratório competitivo e a concretização de um sistema de incentivo que assegure o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses dos acionistas e de outros *stakeholders* da Empresa.

A remuneração total tem uma componente predominantemente pecuniária, acrescida de um plano complementar de reforma sob a forma de plano de poupança-reforma. A política de remunerações dos órgãos sociais tem ainda subjacente a preocupação de atrair e motivar os melhores profissionais para as funções a desempenhar na Empresa e a estabilidade no exercício das respetivas funções.

Em 2011, foi atribuída aos administradores não-executivos, e que não exercem funções executivas noutras empresas do Grupo, uma remuneração total, e exclusivamente fixa, de 0,5 milhões de euros, com base na política de remuneração definida pela comissão de remunerações e aprovada na reunião da assembleia geral de 30 de maio de 2011. Nesta reunião, foram definidos os critérios atualmente em vigor para recompensar o desempenho do conselho de administração da Empresa.

Já aos administradores não-executivos que desempenham funções executivas em empresas pertencentes ao Grupo, foi atribuída uma remuneração total de 1,6 milhões de euros. Destes, 1,1 milhões de euros são a título de remuneração fixa, 0,2 milhões de euros são a título de remuneração variável e 0,3 milhões de euros destinaram-se à constituição de um plano complementar de reforma.

Aos membros da comissão executiva da Galp Energia foi atribuída uma remuneração total de 4,3 milhões de euros. Destes, 2,8 milhões de euros são a título de remuneração fixa, 0,8 milhões de euros são a título de remuneração variável e 0,7 milhões de euros destinaram-se à constituição de um plano complementar de reforma.

A remuneração individual dos administradores consta do relatório sobre o governo da sociedade.

Os membros do conselho fiscal auferiram uma remuneração total de 98 mil euros, tal como definido pela comissão de remunerações.

Informação ao acionista

Participação na assembleia geral

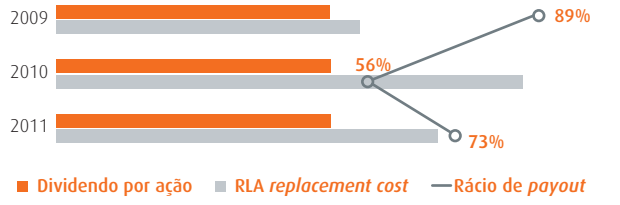
Em 2011, a assembleia geral da Galp Energia reuniu por três vezes, duas das quais em sessão extraordinária. A assembleia geral anual de 30 de maio teve como principal objetivo aprovar o relatório e contas do exercício de 2010 e contou com a presença de 75 acionistas, em representação de 72% do capital social. A reunião extraordinária da assembleia geral de 28 de março analisou uma proposta de revisão dos estatutos, que não foi aprovada, e a assembleia extraordinária de 3 de agosto aprovou a proposta de revisão de estatutos que aprovou a extinção dos direitos especiais anteriormente inerentes às ações do tipo A. As ações do tipo A eram detidas pela Parpública, e a extinção dos seus direitos especiais correspondem à cessação dos direitos especiais do Estado na Sociedade.

Política de distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Galp Energia prevê o pagamento de 0,20 euros por ação a título de dividendo anual, sujeito à aprovação da assembleia geral. Em 2011, foi pago o dividendo final de 0,14 euros por ação relativo ao exercício de 2010, uma vez que os restantes 0,06 euros já haviam sido pagos em 2010.

Em 2012, o conselho de administração da Empresa irá propor à assembleia geral anual, agendada para o dia 7 de maio, um dividendo de 0,20 euros por ação, relativo ao exercício de 2011, a que corresponde uma *dividend yield* de 2%, com base na cotação de 30 de dezembro de 2011.

Dividendo e resultado líquido por ação (€/ação)



Fonte: Galp Energia

Informação ao mercado de capitais

A política de comunicação da Galp Energia com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie, junto dos investidores, dos acionistas, dos analistas e do público em geral, uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Empresa.

A informação é divulgada em português e em inglês, preferencialmente antes da abertura ou depois do fecho da NYSE Euronext Lisbon, com publicação no sistema de divulgação da CMVM, no canal de investidores do sítio da Empresa na Internet e com envio a assinantes por correio eletrónico, independentemente de serem acionistas. Desde 2008, a Galp Energia utiliza também uma plataforma externa para difundir informação privilegiada na Europa. Esta plataforma permite aos investidores da União Europeia o acesso rápido à informação, sem discriminação nem custos adicionais.

Negociação das ações

Com exceção das ações detidas pela Parpública, as ações da Galp Energia são livremente negociáveis no mercado.

Das 829.250.635 ações que compõem o capital social da Galp Energia, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública, e não estão admitidas à negociação, embora estejam registadas na Eurolist by Euronext Lisbon. Em setembro de 2010, a Parpública colocou no mercado obrigações sobre as ações que detém, podendo os obrigacionistas permutar, a partir de março de 2013, aqueles títulos de dívida, que vencem em setembro de 2017, por ações da Galp Energia.

A assembleia geral extraordinária de 3 de agosto de 2011 deliberou sobre o fim da diferenciação entre as ações de tipo A e tipo B da Galp Energia, tendo sido aprovada a extinção dos direitos especiais anteriormente inerentes às ações do tipo A.

A 31 de dezembro de 2011, a Galp Energia não tinha ações próprias em carteira.

A ação da Galp Energia faz parte de vários índices: PSI-20, Dow Jones STOXX 600 (SXXP), Dow Jones Europe STOXX Oil & Gas (SXEP), Euronext 100, FTSE World Oil & Gas, MSCI Euro Index e NYSE Euronext Iberian Index.

Códigos e *tickers* da ação da Galp Energia

ISIN	
Símbolo: GALP	PTGAL0AM0009
Ações do Estado sujeitas a processo de privatização	PTGALSAM0003
Ações do Estado sujeitas a processo de privatização	PTGALXAM0006
Sedol	B1FW751
WKN	A0LB24
Bloomberg	GALP PL
Reuters	GALP.LS

Desempenho da ação da Galp Energia

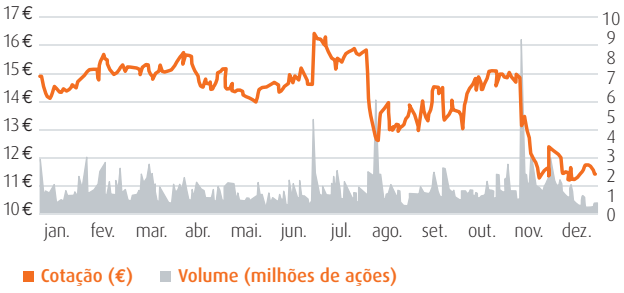
A 31 de dezembro de 2011, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de 9.437 milhões de euros, ou seja, menos 21% do que no final do ano anterior. Este desempenho, ainda que negativo, foi superior ao do PSI-20, índice de referência do mercado acionista português, que desvalorizou 28%, em 2011. Em comparação com o índice europeu para o sector de Oil & Gas, a Galp Energia teve um desempenho inferior, com este índice a valorizar 1% em 2011.

Durante 2011, foram transacionados 341 milhões de ações, o que correspondeu a 41% do capital social da Empresa ou, mais importante ainda, a quase duas vezes o *free float* desta. Este volume demonstra a elevada liquidez da ação na Euronext Lisbon, uma das mais elevadas do índice PSI-20. O volume médio transacionado diariamente foi de 1,3 milhões de ações, e o número total de ações transacionadas diminuiu 20%. A ação da Galp Energia atingiu o preço mais elevado do ano, 16,97 euros, no dia 30 de junho; e a cotação mínima, 11,26 euros, foi atingida a 12 de dezembro.

Principais acontecimentos em 2011

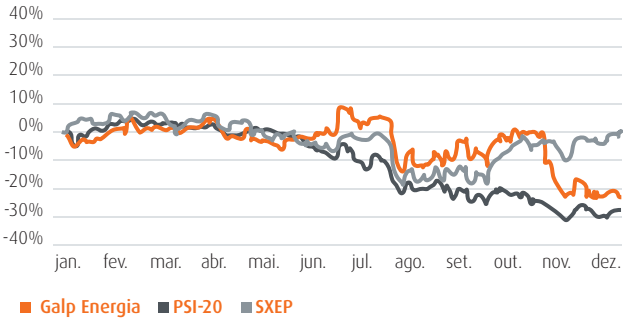
Data	Evento
7 de janeiro	Anúncio do aluguer de uma nova unidade FPSO para o bloco BM-S-11 no *offshore* brasileiro
11 de fevereiro	Divulgação dos resultados referentes ao quarto trimestre e aos 12 meses de 2010
1 de março	Teste no Iara confirma petróleo de boa qualidade
14 de março	Realização do Capital Markets Day 2011
28 de março	Realização da assembleia geral extraordinária de acionistas
29 de abril	Divulgação dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2011
30 de maio	Realização da assembleia geral anual de acionistas
6 de junho	Nomeação de órgãos sociais da Galp Energia
23 de junho	Data de ex-dividendo para o pagamento do dividendo final relativo ao exercício de 2010, no valor ilíquido de 0,14 euros
7 de julho	Primeiro poço de produção do campo de Lula revela elevado potencial
29 de julho	Divulgação dos resultados referentes ao segundo trimestre e aos seis meses de 2011
3 de agosto	Emissão de obrigações no montante de 185 milhões de euros
	Realização da assembleia geral extraordinária de acionistas
16 de setembro	Gasoduto Lula-Mexilhão inicia operações na bacia de Santos
20 de outubro	Anúncio de descoberta de gás natural em Moçambique no prospeto Mamba South
27 de outubro	Anúncio da extensão da descoberta de gás natural em Moçambique no prospeto Mamba South
28 de outubro	Divulgação dos resultados referentes ao terceiro trimestre e aos nove meses de 2011
11 de novembro	Anúncio do aumento de capital na Petrogal Brasil
29 de novembro	Novo poço verifica presença de petróleo no bloco BM-S-8, no Brasil

Evolução da cotação da ação da Galp Energia em 2011



Fonte: Bloomberg

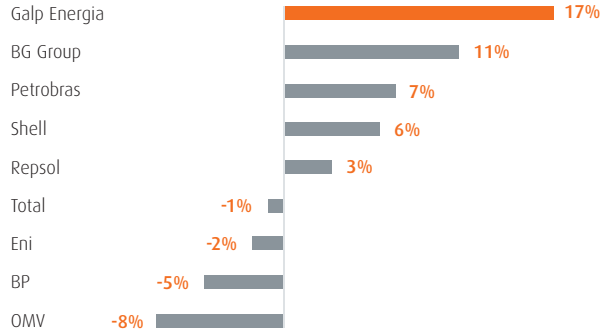
Comparação da cotação da ação da Galp Energia com o índice SXEP e o índice PSI-20 em 2011



Fonte: Bloomberg

No final do ano, a valorização da ação da Galp Energia relativamente ao preço de oferta ao mercado em outubro de 2006 era de 96%. A ação da Galp Energia teve um retorno anualizado de 17%, neste período, relativamente a um grupo de empresas comparáveis.

Rendibilidade anualizada entre 23 de outubro de 2006 e 31 de dezembro de 2011



Fonte: Bloomberg
Nota: cotação-base em euros, inclui dividendos pagos pelas empresas

Acompanhamento da ação pelos analistas

No final de 2011, 28 analistas seguiam a ação da Galp Energia, mais quatro do que no final do ano anterior, nomeadamente com o início da cobertura pela Investec, pelo Citigroup, pelo BBVA e pela Tudor, Pickering, Holt & Co.

A 31 de dezembro de 2011, o preço-alvo médio dos 28 analistas era de 17,01 euros, com 68% dos analistas a recomendarem a compra da ação, 29% a recomendarem a sua manutenção e um analista, ou seja, 4%, a recomendar a venda.

Calendário financeiro de 2012

Seguindo as melhores práticas, a Galp Energia divulga as datas de eventos previstos para 2012 que sejam relevantes para o acionista. Os documentos de divulgação de indicadores operacionais e de resultados serão divulgados antes da abertura do mercado, a NYSE Euronext Lisbon. Estas datas estão sujeitas a alteração.

Calendário financeiro de 2012

Data	Evento
27 de janeiro	*Trading update* do quarto trimestre de 2011
10 de fevereiro	Relatório do quarto trimestre e dos 12 meses de 2011
6 de março	Capital Markets Day 2012
4 de abril	Relatório e contas de 2011 (auditado)
13 de abril	*Trading update* do primeiro trimestre de 2012
27 de abril	Relatório do primeiro trimestre de 2012
7 de maio	Assembleia geral
13 de julho	*Trading update* do segundo trimestre de 2012
27 de julho	Relatório do segundo trimestre e primeiro semestre de 2012
12 de outubro	*Trading update* do terceiro trimestre de 2012
26 de outubro	Relatório do terceiro trimestre e dos nove meses de 2012

Realizados Por realizar

Escola Primária Completa 1 de Junho, no Buzi (Moçambique)

5.2 Responsabilidade social

A responsabilidade social da Galp Energia desenvolve-se em quatro eixos: educação, ambiente e eficiência energética, saúde e bem-estar, e prevenção e segurança rodoviária. A Galp Energia é promotora de projetos socialmente responsáveis de cariz educativo, solidário e social, que visam o desenvolvimento das comunidades locais nos diversos países em que está presente.

Como operador integrado de energia, a Empresa considera essencial desenvolver projetos educativos que promovam uma maior eficiência energética e que assim contribuam para melhorias significativas nos planos ambiental e ecológico. Neste sentido, a Galp Energia promoveu um projeto dirigido a alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, a *Missão UP | Unidos pelo Planeta*. O projeto pretende sensibilizar a comunidade escolar para os novos desafios ecológicos. Na sua primeira edição, no ano letivo 2010-2011, o projeto teve uma adesão de 1.720 escolas e 386 mil alunos, tendo sido lecionadas 200 aulas sobre eficiência energética por mais de 50 colaboradores da Empresa.

A fim de facilitar, concretizar e potenciar iniciativas de voluntariado, a Empresa criou, em 2010, a Galp Voluntária, disponibilizando 48 horas de trabalho anuais por colaborador. Através de ações de voluntariado empresarial, a Galp Energia promove o bem-estar, não só das comunidades locais com que interage, mas também da sociedade em geral, através de atividades alinhadas com os negócios e com a identidade corporativa. No final do seu primeiro ano de atividade, já cerca de 800 colaboradores se haviam inscrito como voluntários. A Galp Voluntária tem em curso 15 projetos e conta já com oito entidades envolvidas e mais de 2.500 horas de voluntariado empresarial.

Entre os vários projetos em curso, destaca-se a participação da Galp Voluntária no projeto REPARAR, que visou a promoção do bem-estar da população idosa ou em grandes dificuldades, através da reparação das respetivas habitações. O projeto, desenvolvido em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, compreendeu a reparação de dez habitações, tendo contado com a colaboração de 116 voluntários.

Também no continente africano, onde a Galp Energia tem vindo a expandir as suas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como de distribuição de produtos petrolíferos, a Empresa envidou esforços para a melhoria significativa da qualidade de vida das comunidades locais, tendo realizado importantes iniciativas educativas, sociais e outras promotoras da saúde e bem-estar das populações.

No plano educativo, destacam-se as ações promovidas pela Empresa em Angola e na Guiné-Bissau. Em Angola, a Galp Energia atribuiu bolsas de estudo a filhos de colaboradores da Empresa para assim assegurar a continuidade e estabilidade no sistema educativo. Na Guiné-Bissau, a Empresa renovou o protocolo com o Instituto Camões para a formação contínua de professores de língua portuguesa do ensino básico e secundário. No ano letivo 2010-2011, o projeto abrangeu 1.768 professores, estimando-se que mais de 107 mil alunos tenham já beneficiado deste programa de formação.

A Galp Energia tem também vindo a promover a implementação de importantes medidas contra a exclusão social. Em 2011, a Empresa renovou o apoio aos atletas paralímpicos cabo-verdianos e assinou um protocolo com o Comité Paralímpico de Cabo Verde, que promove a participação destes atletas em competições regionais e internacionais. Ainda em Cabo Verde, salienta-se a divulgação de mensagens relativas à importância da mulher na sociedade, com vista ao fim da discriminação de género.

A Galp Energia tem vindo a empreender iniciativas que considera essenciais para minorar as necessidades das comunidades locais nos serviços de saúde. Em Angola, além de ter

promovido uma campanha de prevenção da infeção pelo HIV, a Empresa apoiou o Hospital Pediátrico de Luanda. Também na Suazilândia, a Galp Energia envidou esforços humanitários, tendo apoiado diversas organizações, entre as quais a Swaziland Hospice at Home, que presta apoio a pessoas com doenças terminais, e o National Emergency Response Council on HIV and AIDS (NERCHA), que constitui o conselho nacional de resposta de emergência ao HIV e à sida. Foi também prestado apoio à Hope House, instituição que se dedica ao acolhimento de crianças órfãs ou em risco, que presta também importantes serviços de educação e aconselhamento.

Fundação Galp Energia

A Fundação Galp Energia está vocacionada para a atividade mecenática, dentro do seu objetivo de promover e aprofundar a intervenção da Empresa na sociedade. A ação da Fundação incide principalmente na sociedade portuguesa, onde são desenvolvidos projetos de carácter ambiental, social e cultural.

A Fundação prosseguiu, em 2011, as atividades decorrentes de protocolos plurianuais com outras instituições, nomeadamente a construção da Casa dos Marcos, em parceria com a associação Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais, e o apoio prestado à campanha *100 Mecenas Unidos pela Diabetes*.

Durante o ano, a Fundação continuou a desenvolver o projeto integrado de mobilidade sustentável e eficiência energética e ambiental em Lisboa, que prevê a construção de uma ponte pedonal e ciclável, que deverá estar concluída em 2012, bem como outras obras complementares.

Ainda no domínio da mobilidade, a Fundação Galp Energia estabeleceu, em 2011, um protocolo com a Associação Salvador para promover o serviço de atendimento assistido a pessoas com mobilidade reduzida. Através da distribuição de 500 dispositivos eletrónicos, este serviço permite que os seus utilizadores beneficiem de um atendimento personalizado quer no abastecimento de combustíveis, quer na compra de produtos disponíveis nas lojas de conveniência da Galp Energia.

Num contexto de inclusão social e para a promoção de valores de excelência, a Fundação Galp Energia associou-se ao Comité Paralímpico de Portugal, tornando-se no seu patrocinador exclusivo. O protocolo estabelecido prevê a otimização da preparação dos atletas paralímpicos, através da criação de melhores condições desportivas.

5.3 Recursos humanos

Estratégia

O desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos da Galp Energia estão orientados para o reforço das competências técnicas e comportamentais dos colaboradores, bem como para a retenção e o desenvolvimento de talentos. Estão também orientados para o incentivo à iniciativa e à capacidade de empreender, para a flexibilidade profissional, para a aprendizagem contínua, para a mobilidade funcional e geográfica e para uma forte articulação entre as necessidades da Empresa e as qualificações dos seus quadros.

Para atingir estes objetivos, a Galp Energia pôs em prática programas de formação para o desenvolvimento das competências e do potencial dos seus colaboradores, de modo a obter as competências técnicas e comportamentais necessárias ao crescimento sustentável da Empresa. Além disto, a Galp Energia mede regularmente a satisfação e a motivação dos seus colaboradores para avaliar o clima da organização e tomar as medidas necessárias para melhorar os resultados.

Formação

A Galp Energia atribui a mais elevada importância à sua política de segurança. Com o objetivo de acautelar a segurança de todos os seus colaboradores e de contribuir para um desenvolvimento sustentável, a Empresa investe permanentemente na formação em Ambiente, Qualidade e Segurança e na formação de técnicos superiores de Saúde e Higiene no Trabalho.

Aula de Geo-Engenharia

Em 2011, prosseguiu a formação orientada para o desenvolvimento das competências comportamentais dos colaboradores.

No total, realizaram-se, em 2011, mais de 141 mil horas de formação, verificando-se mais de 14 mil presenças ao longo dessas horas.

Academia Galp Energia

Em 2011, a Galp Energia continuou a apostar no desenvolvimento das atividades da Academia Galp Energia, um centro de formação de excelência cujo objetivo é reforçar as competências do capital humano da Empresa, de modo a preparar e formar os futuros líderes.

A Academia Galp Energia inclui o curso de formação avançada em Gestão, incluindo seminários, *workshops* e conferências, o EngIQ, programa de doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química em meio empresarial, e o programa de formação avançada e de investigação conjunta em Geo-Engenharia de Reservatórios.

O curso de formação avançada em Gestão é constituído por três níveis e estende-se por um período de nove anos (para os colaboradores que iniciem o curso no nível 1), tendo sido constituído e lançado em parceria com quatro instituições de referência do meio universitário português. Desde o seu início em 2010, e até ao final de 2011, aquele curso representou 18.400 horas de formação e 179 formandos, agrupados em nove turmas. A Galp Energia pretende que todos os seus quadros superiores frequentem o curso, num total aproximado de 600 colaboradores, bem como os colaboradores de alto potencial, num número superior a 100, tendo também o objetivo de que todos os novos quadros da Galp Energia frequentem este curso.

Em outubro de 2011, iniciou-se a terceira edição do programa de doutoramento em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química, EngIQ, o qual está associado às mais conceituadas escolas de engenharia química do País em parceria com as empresas associadas da AIPQR (Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação).

Desde o seu início em 2009 até ao final de 2011, este programa abrangeu 36 alunos, dos quais 20 eram quadros técnicos da Galp Energia. Este programa tem também como objetivo que os projetos de investigação e desenvolvimento conducentes a doutoramento sejam realizados em ambiente empresarial. Em 2011, estavam oito projetos em curso nas refinarias da Galp Energia e sete projetos em curso em outras empresas participantes.

Também em 2011, a Galp Energia e a Petrobras assinaram um acordo para o lançamento do programa de formação avançada e de investigação conjunta na área da exploração e produção de hidrocarbonetos em águas profundas. O primeiro passo deste programa consistiu na aprovação do curso de estudos avançados em Geo-Engenharia de Reservatórios Carbonatados, em colaboração com cinco universidades de referência do sector em Portugal e no Brasil. As aulas serão ministradas através de videoconferência ou presencialmente, e terão início a 30 de janeiro de 2012. A principal motivação deste programa é a integração das áreas de conhecimento em Geofísica, Geologia e Engenharia de Reservatórios, procurando formar profissionais capazes de trabalhar de forma integrada em todo o processo de exploração e produção de petróleo, com especial foco nas rochas carbonatadas do pré-sal brasileiro.

Durante o ano de 2011, a Academia Galp Energia preparou e elaborou as componentes de uma nova formação, o curso de formação avançada em Ciências Comerciais, o qual visa o desenvolvimento das competências dos quadros comercias da Empresa e que terá início em 2012.

Assim, a Academia Galp Energia contará, a partir de 2012, com o funcionamento de duas formações adicionais, uma focada na área de Exploração & Produção e outra focada na vertente comercial, passando a ministrar quatro cursos no seu âmbito de atuação.

Programa Competências-Base de Chefias

Em 2011, teve início o programa Competências-Base de Chefias (CBC), que envolveu as chefias-base e intermédias da Galp Energia, num total de cerca de 320 colaboradores, com o intuito de melhorar o desempenho das chefias da Empresa no âmbito das suas funções. Os principais objetivos do programa são fornecer uma visão das atividades onde a Galp Energia opera, bem como reforçar o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais indispensáveis à melhoria contínua da gestão das equipas de trabalho, nomeadamente no que à ética e à liderança diz respeito. Este programa tem a duração de 12 meses, num total de nove dias de formação, e é composto por quatro módulos, dos quais três são lecionados por quadros da Galp Energia e um por especialistas internos. Este último está orientado para o reforço de competências comportamentais associadas à coordenação de equipas e ao desenvolvimento de pessoas.

Políticas de recrutamento

Para ter êxito num mercado complexo e competitivo, a Galp Energia valoriza o recrutamento de quadros que, além de uma formação técnica robusta, manifestem competências nos planos da comunicação, do entusiasmo perante os novos desafios, da interação e do trabalho em equipa.

As políticas de recrutamento e seleção pretendem que a Empresa esteja permanentemente dotada de colaboradores com as competências técnicas e comportamentais necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos. A essência destas políticas pode ser sintetizada nas três ideias-chave que de seguida se indicam.

- Identificação, caracterização e comunicação anual por parte das várias unidades de gestão das respetivas necessidades de recrutamento, suporte indispensável à gestão de recursos humanos.
- Prioridade à mobilidade interna como forma de desenvolvimento de competências, alargamento da experiência profissional e promoção da mobilidade interna no Grupo.
- Desenvolvimento de protocolos de cooperação com universidades e outros estabelecimentos de ensino técnico ou superior, enquanto fontes privilegiadas de recrutamento externo, promovendo a atração de talento e de competências estratégicas para o Grupo.

Programas de estágio

A política de recursos humanos da Galp Energia assenta, em parte, no recrutamento externo, sobretudo através do programa Generation Galp, uma fonte de recrutamento de recém-licenciados de elevado potencial, oriundos das universidades de referência de Portugal.

Para garantir os meios humanos que no futuro irão assegurar a continuação do elevado desempenho da Galp Energia, foram desenvolvidas, em 2011, diversas ações de ligação às principais universidades portuguesas, numa política de captação dos alunos de maior talento. Destas ações resultou um aumento significativo do número de candidaturas espontâneas enviadas à Empresa, designadamente ao programa Generation Galp. Através deste processo de recrutamento, foram selecionados 41 estagiários, dez dos quais foram integrados e estão a receber formação aprofundada na área de Exploração & Produção.

Ao longo do programa de estágio, os jovens licenciados experimentam várias situações profissionais sob avaliação e acompanhamento contínuos. No final do programa, os melhores participantes são convidados a integrar os quadros da Galp Energia. Dos grupos referentes aos dois anos anteriores, foram contratados para os quadros da Empresa 82,5% dos participantes.

No processo de recrutamento para o programa anual – Generation Galp – são aferidas as ambições profissionais, o percurso pessoal e académico e o grau de compatibilidade do perfil pessoal com o nível de exigência que caracteriza o programa Generation Galp. São selecionados os candidatos com bons resultados académicos, que apresentem uma elevada sintonia com os objetivos do programa e que, simultaneamente, revelem um perfil adequado à cultura do grupo Galp Energia.

Aposta no segmento de negócio de Exploração & Produção

O ano de 2011 representou o reforço da estrutura de colaboradores no negócio de Exploração & Produção, tendo sido recrutados vários colaboradores, altamente qualificados e com experiência relevante neste sector, para funções consideradas críticas. No Brasil, reforçou-se o plano de recrutamento de quadros técnicos, com a contratação de 13 colaboradores com vista ao fortalecimento de uma equipa bem preparada para fazer face aos desafios dos projetos naquele país.

Recursos humanos em África

A Galp Energia tem vindo a implementar políticas transversais nas várias afiliadas do Grupo. Neste sentido, 2011 foi um ano em que se completaram etapas importantes de consolidação de políticas, práticas e processos de recursos humanos nos diversos países em que a Galp Energia opera no continente africano, nomeadamente em Moçambique, na Gâmbia e na Suazilândia, onde estas políticas, práticas e os respetivos processos foram já implementados.

Foram igualmente definidos os primeiros passos na Guiné-Bissau, com a realização do diagnóstico organizativo e do levantamento das necessidades de recursos humanos neste país.

No caso de Angola, as práticas e políticas estão desenvolvidas e implementadas de acordo com a regulamentação local, nomeadamente o documento-base local, denominado qualificador profissional.

Satisfação dos colaboradores

Continuando o trabalho de diagnóstico e monitorização do clima da organização iniciado em 2009, foi lançado, no final de 2010, um novo inquérito que permitiu avaliar a evolução do clima nos sete fatores associados aos níveis de satisfação e motivação profissional. No inquérito, participaram 1.524 colaboradores, mais 5,5% do que no ano anterior.

Esta última avaliação do clima, através dos fatores clareza, compromisso de equipa, flexibilidade, recompensa, responsabilidade, níveis de exigência e formação, revela um aumento de satisfação em todos os fatores em comparação com os resultados de 2009, quer no que respeita às unidades de negócio, quer no que respeita à Galp Energia como um todo. A responsabilidade foi a dimensão com melhor avaliação ao nível do Grupo.

Após o diagnóstico, a maior parte das unidades de negócio têm vindo a analisar os resultados com os colaboradores, de modo a implementarem propostas de melhoria.

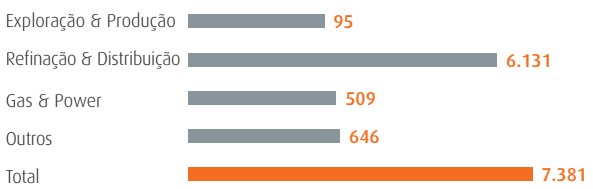
Caracterização dos colaboradores

Por género, a distribuição dos colaboradores da Galp Energia manteve-se estável relativamente a 2010, com as mulheres a representarem 40%.

Distribuição dos colaboradores por género em 2011

Por segmento de negócio, a distribuição dos colaboradores manteve-se em linha com a do ano anterior. É, no entanto, de salientar que o número total de colaboradores aumentou de 7.311, no final de 2010, para 7.381, no final de 2011, reflexo da contínua aposta da Empresa no reforço dos seus recursos humanos.

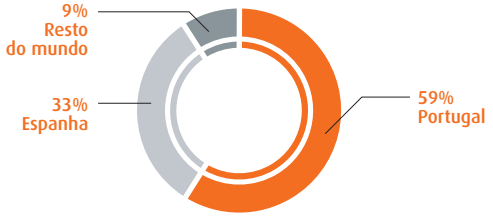
Colaboradores por segmento de negócio em 2011



Quanto à dispersão geográfica dos colaboradores, apesar de Portugal continuar a ser o país com maior número de colaboradores, com 59% do total, e de o número de colaboradores em Espanha continuar a ter uma importância

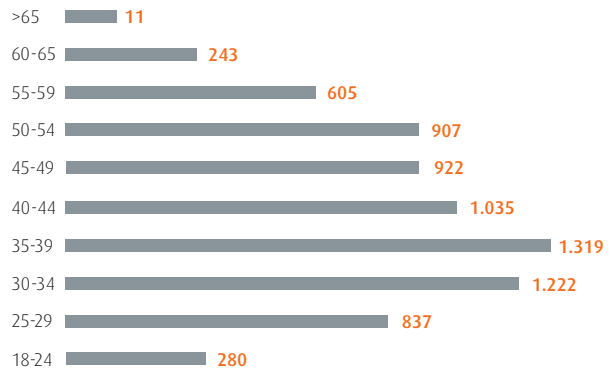
relevante, salienta-se o peso do número de colaboradores nos restantes países, que representava, no final de 2011, 9% do total, tendo sido de 4%, em 2010.

Dispersão geográfica dos colaboradores em 2011



Em 2011, 64% dos colaboradores tinha uma idade inferior a 45 anos. Não obstante a forte aposta da Galp Energia na captação de quadros de elevado potencial e no rejuvenescimento dos quadros, a contratação de quadros, para funções consideradas críticas, levou a que a idade média se mantivesse nos 41 anos de idade.

Distribuição dos colaboradores por classe etária em 2011



5.4 Segurança, saúde e ambiente

A Galp Energia tem vindo a implementar, numa perspetiva de melhoria contínua, uma política de segurança, saúde e ambiente (SSA) que visa atingir zero acidentes, sejam pessoais, materiais, ambientais, operacionais ou rodoviários.

Para este efeito, foi desenvolvido e implementado, em 2011, um sistema de gestão de SSA (segurança, saúde e ambiente) com vista à melhoria contínua do desempenho da Galp Energia nestas três vertentes. A este sistema de gestão foi dado o nome de Sistema G+.

No segmento de negócio Exploração & Produção, a implementação do Sistema G+ tem garantido a melhoria contínua dos níveis de segurança, saúde e ambiente. Com a identificação dos riscos inerentes às atividades e operações da Galp Energia, nomeadamente no *onshore* do Brasil, onde é operadora, foi possível definir medidas para o controlo, a minimização ou a eliminação dos riscos, o que contribuiu para o desenvolvimento sustentável do negócio.

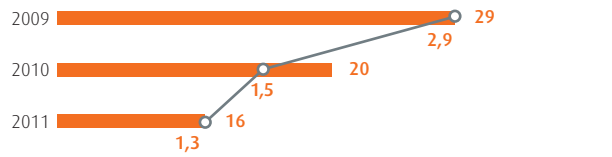
Uma vez que participa, ainda que minoritariamente, em consórcios para a exploração *offshore*, a Galp Energia é parte ativa nas discussões sobre matérias de segurança, saúde e ambiente, nomeadamente durante a preparação de campanhas sísmicas, na definição de programas de perfuração e na elaboração do plano de desenvolvimento dos diversos projetos. As matérias de SSA são essenciais na elaboração de planos de trabalho por parte da Empresa, estando bem definido o sistema de resposta a incidentes, a nível interno e externo, ainda que a sua probabilidade de ocorrência seja remota.

Considerando o contributo determinante dos parceiros da Galp Energia para este negócio, bem como dos diferentes prestadores de serviço, a Empresa tem vindo a desenvolver importantes práticas de verificação, de supervisão, de inspeção e de auditoria.

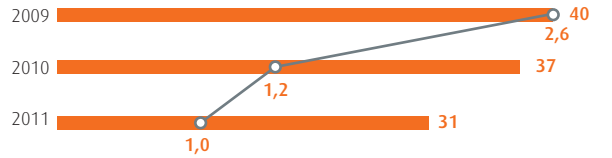
Segurança e saúde

Para alcançar a meta de zero acidentes e promover uma cultura sustentável de prevenção e de excelência, a Galp Energia monitoriza continuamente o respetivo desempenho relativo à segurança.

Acidentes no universo Galp Energia
Colaboradores



Colaboradores e prestadores de serviços

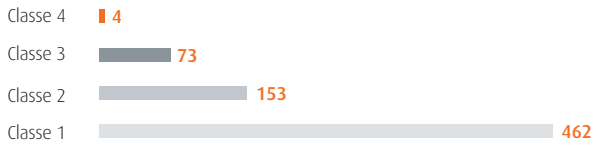


■ Acidentes com baixa — Índice de frequência (IF)

Os esforços realizados pela Empresa neste âmbito traduzem-se numa redução da sinistralidade laboral nos últimos anos, tendo-se verificado, em 2011, o menor número de acidentes pessoais com baixa, quer com colaboradores, quer com prestadores de serviços. Também o índice de frequência de acidentes pessoais atingiu o valor mínimo anual de 1,0 acidentes com baixa por milhão de horas trabalhadas (incluindo colaboradores e prestadores de serviço), uma redução de 62% desde 2009. Em 2011, o número de horas trabalhadas situou-se nos 24,7 milhões.

Também o relato e a investigação de ocorrências continuaram a evoluir positivamente, com o alargamento do perímetro de comunicação e investigação de incidentes (acidentes e quase-acidentes) a novas regiões, nomeadamente aos países em que a Galp Energia está presente no continente africano.

Total de incidentes em 2011 por classe crescente de gravidade



Entre os incidentes registados, contam-se aqueles que envolveram clientes e prestadores de serviços, quando dos mesmos tenha resultado danos no património ou que tenham envolvido bens ou serviços prestados pela Galp Energia, mesmo que não tenham ocorrido no desenvolvimento regular das atividades da Empresa.

No ano de 2011, há, contudo, a lamentar a ocorrência de quatro acidentes graves, os quais foram devidamente investigados. Destes, três envolveram produtos comercializados pela Galp Energia, mas em condições alheias à sua atividade e em condições não controláveis pela Empresa, nomeadamente um acidente rodoviário, que envolveu uma viatura de transporte de mercadorias perigosas, e dois acidentes em residências de clientes, com origem em GPL.

Ocorreu um acidente grave, concretamente um incêndio numa das instalações da Galp Energia, do qual resultaram danos materiais, não havendo a lamentar danos pessoais ou no meio ambiente. Tal como para os restantes acidentes, a investigação e consequente identificação das causas que estiveram na origem deste acidente conduziram à identificação de um conjunto de recomendações e a um plano de ação com vista a prevenir a sua recorrência.

A Galp Energia tem vindo a alinhar as suas práticas de segurança com as melhores práticas do sector, adotando a prática recomendada API 754 – Process Safety Performance Indicators for the Refining and Petrochemical Industries, que identifica indicadores avançados de segurança e permite identificar as possíveis causas de acidentes de processo com consequências danosas, nomeadamente os que envolvam fugas de produtos.

Apesar de a norma API 754 prever quatro níveis de indicadores, estabelecidos em função da gravidade dos potenciais acidentes, a Galp Energia considera, atualmente, apenas os dois níveis relativos aos eventos com as consequências mais graves. Neste âmbito, os resultados obtidos pela Galp Energia são comparáveis aos obtidos pelas empresas congéneres. A Empresa está, assim, alinhada com o estipulado pela CONCAWE (Conservation of Clean Air and Water in Europe), uma associação de empresas que opera no sector de Oil & Gas, que visa analisar questões ambientais relevantes para o sector.

Responsabilidade ambiental

Como operador integrado de energia, a Galp Energia tem vindo a promover uma maior responsabilidade ambiental, intensificando as suas ações neste domínio e implementando uma política que visa minimizar o impacto negativo que as suas atividades podem causar no ambiente.

Emissões de CO_2 em 2011 (mton)

Em 2011, a Galp Energia voltou a registar um excedente de licenças de emissão de CO_2, resultado dos esforços envidados nesse sentido.

Assim, ao abrigo do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), a Galp Energia registou pelo terceiro ano consecutivo, no período entre 2008 e 2012, emissões abaixo das licenças que lhe foram atribuídas, pelo que tem vindo a acumular excedentes, os quais são comercializados, gerando proveitos que variam em função dos preços de mercado das licenças de emissão.

Para melhorar o seu desempenho nas emissões de CO_2, a Galp Energia tem adotado diversas medidas como a redução do teor de carbono do portefólio de combustíveis, o recurso às centrais de cogeração para produção de eletricidade e vapor com elevada eficiência, e a racionalização energética na integração com as unidades existentes das novas unidades instaladas em ambas as refinarias.

De 2012 a 2020, preveem-se, ao abrigo do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), alterações no mercado de licenças de emissão, estando a Galp Energia a acompanhar esta evolução. Naquele período, a atribuição de licenças de emissão será feita através de leilão, de *benchmarking* ou a título gratuito, em casos excecionais. As empresas a operarem no sector da refinação poderão receber licenças de emissão gratuitas até à quantidade calculada com base no *benchmark*. No sector elétrico, apenas a produção em centrais de cogeração será objeto de distribuição gratuita de licenças de emissão. Neste caso, inserem-se as centrais de cogeração da Galp Energia.

Por reconhecer a importância de uma utilização de recursos mais sustentável além da necessidade de alcançar uma maior eficiência energética, a Galp Energia tem vindo a promover diversas ações de sensibilização da comunidade. Destaca-se a educação da comunidade escolar para a eficiência energética e a parceria com empresas clientes para a dinamização de medidas sustentáveis nas suas instalações.

A aposta nos biocombustíveis

Tendo em conta os novos desafios ambientais e a maior procura de energias limpas, a Galp Energia tem vindo a consolidar a sua posição no sector dos biocombustíveis, nomeadamente através da plantação de palma no Brasil e de *jatropha curcas L.* em Moçambique para produção de óleo vegetal.

No desenvolvimento do seu projeto de biocombustíveis, a Galp Energia pratica uma política exigente de responsabilidade ambiental, cultivando apenas terrenos em áreas rurais não desenvolvidas, cujos solos têm baixa aptidão para a produção agrícola, assegurando sempre a biodiversidade das regiões.

No Brasil, no final de 2011, encontrava-se em curso a segunda fase de plantação de palma. Após a conclusão desta fase, estarão plantados cerca de 13,6 mil hectares, do total de 48 mil hectares previstos nos próximos três anos. A primeira colheita de frutos para produção de *biodiesel* está prevista para 2013. Em Moçambique, no ano de 2011, prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento agronómico, numa área que ocupa já mil hectares, bem como se procedeu ao início de um estudo que visa aprofundar o conhecimento sobre processos que vão desde a colheita da planta ao estabelecimento de um polo agroindustrial de produção de óleo vegetal, projeto que segue com o apoio do Fundo de Apoio à Inovação.

Em 2011, a Galp Energia introduziu, em Portugal, cerca de 290 mil m^3 de *biodiesel*, ou seja, uma incorporação, no sector dos transportes rodoviários, de cerca de 5% de energia de fontes renováveis. Segundo os critérios da Diretiva Europeia de Renováveis (RED), esta incorporação representa um potencial de redução das emissões de gases de efeitos de estufa superior a 350 mton de CO_2 equivalentes, fator determinante para o cumprimento das metas impostas pela União Europeia.

Em Espanha, foram introduzidos cerca de 215 mil m^3 de biocombustíveis substitutos de gasóleo e de gasolina, em cumprimento da obrigação imposta pelo governo deste país. Esta incorporação traduziu-se numa redução potencial de cerca de 210 mton de CO_2 equivalentes.

Em 2012, e com a entrada em vigor dos mecanismos de verificação dos critérios de sustentabilidade impostos pela Diretiva 2009/28/CE, a Galp Energia continuará a sua política de incorporação de combustíveis de origem renovável no sector dos transportes, exigindo aos seus fornecedores informação relativa à sustentabilidade dos combustíveis adquiridos, visando a introdução destes combustíveis em Portugal, até 5% do total de energia, e em Espanha, até 6,5% do total de energia, cumprindo com a legislação em vigor nos mercados onde atua.

5.5 Qualidade

Em 2011, a Galp Energia consolidou o seu modelo de gestão da qualidade, baseado na articulação interfuncional e no alinhamento das diferentes unidades de negócio com as prioridades estratégicas da Empresa.

Programa de garantia de qualidade

Para a consolidação dos processos e das atividades da Galp Energia relativos à garantia de qualidade dos combustíveis brancos, nomeadamente a gasolina e o gasóleo, e de modo a ir ao encontro dos requisitos e das expectativas dos seus clientes, foi desenvolvido o programa de garantia de qualidade dos combustíveis brancos (Q2C). Este projeto, que prevê a implementação de um sistema de gestão para a garantia da qualidade de combustíveis brancos (SQ2C), visa o aumento da confiança nestes produtos.

Quatro vertentes fundamentais do SQ2C

A implementação deste sistema de gestão decorrerá durante cerca de um ano e meio, com início em 2012.

Evolução da qualidade dos produtos

A Galp Energia compromete-se, perante os seus *stakeholders,* a disponibilizar no mercado bens e serviços que satisfaçam ou excedam os requisitos legais ou contratuais aplicáveis. A Empresa assumiu também o compromisso de assegurar a utilização eficiente dos recursos, investindo em tecnologias inovadoras e nas melhores técnicas operacionais disponíveis, o que coloca desafios de eficiência e eficácia, só alcançáveis através da partilha de conhecimento, suportada nas vertentes científica, técnica, económica e legislativa.

Para este fim, a Galp Energia mantém uma série de participações em organismos nacionais e internacionais que lideram o controlo de qualidade dos produtos, o que lhe permite antever os riscos associados à alteração de especificações e consolidar cenários estratégicos.

Em relação aos combustíveis, a Galp Energia está a acompanhar o processo de revisão das normas EN 228, EN 590 e EN 14214. Estas contemplam a normalização europeia da incorporação de etanol na gasolina, da incorporação de éster metílico de ácidos gordos (FAME) no gasóleo e das especificações do FAME a ser incorporado.

A norma referente à especificação das gasolinas está sob revisão, para no futuro possibilitar a incorporação de 10% de etanol neste produto. A aprovação desta norma tem vindo a atrasar-se por falta de acordo quanto às características de volatilidade das gasolinas, o que, em último caso, poderá ter consequências

económicas quando se iniciar a incorporação de etanol. Quanto à norma referente às especificações do gasóleo, a falta de revisão da mesma poderá implicar a necessidade de as metas de incorporação de biocombustíveis no gasóleo serem revistas.

Qualificações

A Galp Energia dispõe de inúmeras certificações de sistemas de gestão nas vertentes de ambiente, qualidade, segurança e saúde no trabalho, continuando, em 2011, a ser reconhecida pelas entidades certificadoras nos vários sistemas abrangidos.

Em 2011, foram obtidas várias novas certificações: uma na vertente de qualidade (ISO 9001) no negócio de GPL da Galp Energia nos Açores, e as restantes nas vertentes ambiente, qualidade e segurança (ISO 9001, ISO 4001 e OHSAS 18001/NP 4397), atribuída às subsidiárias da Galp Energia a atuar no negócio de gás natural no Sul de Portugal. Estas certificações são reflexo do empenho contínuo da Empresa em melhorar a qualidade dos diversos produtos que comercializa.

Programa de auditorias internas

Em 2011, o programa de auditorias internas respeitantes ao ambiente, à qualidade e à segurança visou potenciar a utilização dos recursos disponíveis e consolidar o processo de auditoria, quer através do reforço de aspetos técnicos, quer através da melhoria do processo de acompanhamento de ações corretivas decorrentes da realização de auditorias.

Em 2011, foram realizadas 54 auditorias que envolveram 80 auditores internos, num total de 115 participações. Estas auditorias resultaram num rácio de não conformidades observadas e oportunidades de melhoria detetadas de 0,94, comparável com o rácio de 0,45 resultante de auditorias externas realizadas. Tais resultados refletem, por um lado, o empenho da Empresa na melhoria contínua das suas operações e, por outro, a capacidade de deteção de não conformidades por parte da Galp Energia face às auditoras externas contratadas.

5.6 Inovação

A Galp Energia promove uma cultura de investigação e desenvolvimento em todas as suas áreas de atividade para facilitar a aquisição de novas competências e o desenvolvimento de plataformas de relacionamento com o exterior, nomeadamente com a base tecnológica nacional e na participação ativa no desenvolvimento de políticas sectoriais que sirvam de base ao desenvolvimento futuro do sector energético.

Posto de carregamento rápido da Galp Energia

O objetivo passa por reforçar a política de inovação da Empresa, para assim diferenciar a sua oferta de produtos e serviços, melhorar a sua posição competitiva e aumentar o potencial de criação de valor.

Em 2011, foram desenvolvidos vários projetos que contribuíram para que a Galp Energia continuasse a seguir a sua vocação inovadora, criando, assim, ofertas diferenciadas para os seus clientes e contribuindo para uma utilização mais sustentável da energia.

Eficiência energética

A Galp Soluções de Energia (GSE) foi criada em 2009 com o objetivo de apoiar os clientes na otimização da utilização de energia, empregando as mais recentes tecnologias disponíveis e as melhores práticas da gestão energética.

Estes projetos visam assegurar a otimização dos consumos de energia e reduzir as emissões de carbono, mediante a instalação e utilização de sistemas eficientes, bem como a utilização de fontes renováveis para a produção autónoma

de energia, nomeadamente a reconversão dos sistemas de climatização, a recuperação de energia térmica para o aquecimento de águas sanitárias, a substituição de sistemas de iluminação, a instalação de centrais solares, de sistemas de cogeração e ainda de sistemas de gestão de desempenho energético, entre outras medidas.

A atuação da GSE (Galp Soluções de Energia) no mercado chega já a um conjunto diversificado de clientes, nomeadamente universidades, hotéis, aeroportos, instalações industriais, centros comerciais e empresas do sector de distribuição alimentar. Em 2011, a GSE desenvolveu vários projetos, destacando-se o conceito de "hotel energeticamente eficiente", o conceito de "*campus* universitário sustentável" e o conceito de "parque de estacionamento eficiente energeticamente". Neste contexto, foram celebrados acordos de eficiência energética com o Hotel Corinthia, a Universidade de Aveiro, a Universidade da Beira Interior e a Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa. O projeto no Hotel Corinthia, em Lisboa, o mais avançado relativamente à implementação, prevê, entre produção e poupança de energia, reflexos que podem ultrapassar os 20% ao nível do balanço energético do hotel.

Mobilidade elétrica

A Galp Energia obteve, em 2011, a licença de comercializador de eletricidade e a licença de operador de pontos de carregamento para a mobilidade elétrica.

Apesar de o número de veículos elétricos em circulação ainda se revelar muito reduzido, os desenvolvimentos registados em 2011 visam afirmar o papel da Galp Energia no mercado da mobilidade elétrica com uma resposta competitiva do sector energético.

Após ter instalado em 2010 aquele que foi o primeiro ponto de carga rápida numa estação de serviço europeia, a Galp Energia instalou, no decurso de 2011, quatro novos pontos de carregamento nas suas estações de serviço localizadas no percurso por autoestrada entre as cidades de Lisboa e Porto, no âmbito do projeto da rede-piloto promovido pelo Estado português. Estes carregadores cumprem as normas CHAdeMO de carregamento rápido e implicaram a instalação de infraestruturas eletrónicas de carregamento com uma potência máxima de 50 quilowatts (kW) e uma voltagem entre os 200 e 500 volts (V) que permitem carregar 80% da bateria em menos de 30 minutos. A Galp Energia é o único operador a disponibilizar o serviço de carregamentos rápidos em Portugal.

A Galp Energia posiciona-se, assim, como fornecedor de energia elétrica para o negócio da mobilidade e assume a responsabilidade pela instalação, operação e manutenção de pontos de carregamento para veículos elétricos.

Sistema científico e tecnológico

A Galp Energia desenvolveu, em 2011, uma unidade de investigação na refinaria de Sines, a qual integra uma unidade-piloto de *hydrocracking*. Esta replica o funcionamento da grande unidade industrial de *hydrocracker*, cujo arranque de funcionamento se encontra previsto para 2012. A referida unidade de investigação permitirá desenvolver vários testes que irão fornecer informação que pode ser aplicada na otimização do funcionamento do *hydrocracker* do sistema refinador da Galp Energia.

A Galp Energia tem ainda em curso um conjunto de projetos de Investigação & Desenvolvimento na área da refinação que visa aumentar a competitividade do sistema refinador. Estes projetos enquadram-se no Programa EngIQ, o programa de formação avançada e doutoral em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química.

Poupança energética

Em 2010, a Galp Energia arrancou com o desenvolvimento de um projeto inovador na área de *smart metering* do consumo de combustível, gás e eletricidade, designado Smart Galp – Solução inteligente de energia.

Durante o ano de 2011, a Galp Energia instalou os equipamentos necessários junto de clientes-piloto e desenvolveu todos os sistemas de informação de suporte ao projeto com os parceiros ISA – Intelligent Sensing Anywhere, Logica e MIT-Portugal. No final do ano, realizaram-se os testes finais com vista à disponibilização deste serviço aos clientes-piloto, em 2012.

O Smart Galp consiste no desenvolvimento de um portal comercial, "Trifuel", de interação com clientes domésticos, de eletricidade, gás natural e combustíveis, que terá capacidade de promover simultaneamente a gestão da utilização de energia e a promoção de formas inovadoras de relacionamento comercial integrado com os clientes. Em casa ou no carro, o projeto é suportado por um pacote de equipamentos inteligentes que permitem incentivar mudanças comportamentais ao nível da poupança de energia, a modelação mais eficiente dos consumos de energia, assim como testar novos modelos de relacionamento com o cliente.

06 • ANEXOS

6.1 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

6.2 INFORMAÇÃO ADICIONAL

6.3 CONTAS CONSOLIDADAS

6.4 RELATÓRIOS E PARECERES

6.5 GLOSSÁRIO E ABREVIATURAS

6.1 Proposta de aplicação de resultados

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia, SGPS, S. A.

A Galp Energia, SGPS, S. A., encerrou o exercício de 2011 com o resultado líquido positivo de 77.152 mil euros. Este resultado é o constante nas contas individuais da Galp Energia, SGPS, S. A., apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS – International Accounting Standards).

O conselho de administração propõe que o resultado líquido positivo de 77.152 mil euros seja aplicado na distribuição de dividendos.

Adicionalmente, o conselho de administração propõe que sejam distribuídos resultados acumulados no montante de 88.698 mil euros, o que corresponde à distribuição total de 165.850 mil euros (0,20 euros por ação).

Não foi constituída dotação para reservas legais, visto já se terem atingido os 20% de capital social legalmente exigidos.

6.2 Informação adicional

Órgãos e corpos sociais

Os atuais membros do conselho de administração foram eleitos para um mandato que se iniciou em 2008 e terminou no final de 2010, mas mantêm-se em exercício de funções até à nomeação do próximo conselho de administração.

Os membros dos restantes órgãos sociais foram eleitos na assembleia geral que decorreu no dia 30 de maio de 2011.

Assim, a composição atual dos órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S. A., é a que de seguida se apresenta.

Conselho de administração

Presidente
Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente
Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Joaquim José Borges Gouveia
Luigi Spelli
Maria Rita Galli
Luca Bertelli

Comissão executiva

Presidente
Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais
Claudio De Marco
Fernando Manuel dos Santos Gomes
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Fabrizio Dassogno

Conselho fiscal

Presidente
Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais
Gracinda Augusta Figueiras Raposo
Manuel Nunes Agria

Suplente
Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor oficial de contas

Efetivo
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), com o n.º 44, e na CMVM, com o n.º 1054, representada por Pedro João Reis de Matos Silva, ROC n.º 491.

Suplente
António Campos Pires Caiado, ROC n.º 588

Mesa da assembleia geral

Presidente
Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente
Victor Manuel Pereira Dias

Secretário
Dr. Pedro Antunes de Almeida

Secretário da sociedade

Efetivo
Rui Maria Diniz Mayer

Suplente
Maria Helena Claro Goldschmidt

Comissão de remunerações

Presidente
Caixa Geral de Depósitos
Representada por António Maldonado Gonelha

Vogais
Amorim Energia, B. V.
Representada por Américo Amorim
Eni, S. p. A.
Representada por Maurizio Cicia

Declarações e menções obrigatórias

Acionistas com participações qualificadas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2011

Nos termos do n.º 4 do artigo 448 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e artigo 20 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Acionistas	N.º de ações	% capital	% votos
Amorim Energia	276.472.161	33,34%	33,34%
CGD	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes acionistas	209.934.289	25,32%	25,32%
Total	**829.250.635**	**100,00%**	**100,00%**

Ações próprias

Nos termos da alínea d) do artigo 66 e do n.º 1 do artigo 325-A do CSC (Código das Sociedades Comerciais).

A Galp Energia não é detentora de ações próprias.

Durante o exercício de 2011, a Galp Energia não adquiriu nem liquidou nenhuma ação própria.

Posição acionista a 31 de dezembro de 2011 dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade na Galp Energia, SGPS, S. A.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447 do CSC.

		Aquisição			Alienação			
Membros do conselho de administração	**Total de ações a 31-12-2010**	**Data**	**N.º ações**	**Valor (€/ação)**	**Data**	**N.º ações**	**Valor (€/ação)**	**Total de ações a 31-12-2011**
Francisco Luís Murteira Nabo	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	-	-	85.640
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Manuel dos Santos Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900
José António Marques Gonçalves	45.660	09-08-2011	5.840	11,74	-	-	-	51.500
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	-	950
Carlos Nuno Gomes da Silva	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-	-
Claudio De Marco	-	-	-	-	-	-	-	-
Paolo Grossi	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabrizio Dassogno	-	-	-	-	-	-	-	-
Giuseppe Ricci	-	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-
Luigi Spelli	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Rita Galli	-	-	-	-	-	-	-	-
Luca Bertelli	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros do conselho fiscal								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Nunes Agria	-	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisor oficial de contas								
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC	-	-	-	-	-	-	-	-

Negócios de administradores com a Sociedade

Nos termos da alínea e) do artigo 66 e do artigo 397 do CSC.
Não se registaram, em 2011, autorizações a membros do conselho de administração da Galp Energia para a realização de negócios com a Empresa.

Exercício de outras atividades pelos administradores

Nos termos do artigo 398 do CSC.
Nenhum dos administradores exerceu, durante o exercício de 2011, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo, com exceção do administrador João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito, que, desde a sua eleição, em 2005, para vogal do conselho de administração, mantém suspenso o seu contrato de trabalho com a Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A.

Por deliberação dos acionistas em assembleia geral realizada em 6 de maio de 2008, foi, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 398 do CSC, conferida autorização aos administradores eleitos que exerçam atividade concorrente com a da Galp Energia, bem como foi aprovada a definição do regime de acesso a informação sensível da Galp Energia por parte dos mesmos administradores, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo.

Posições credoras sobre sociedades participadas

Nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro.
Ver nota 28 do anexo às demonstrações financeiras das contas individuais da Galp Energia.

6.3 Contas Consolidadas

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

Demonstrações consolidadas dos resultados para os exercícios em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010	
Proveitos operacionais:				
Vendas	5	16.362.671	13.747.406	
Prestação de serviços	5	441.265	316.288	
Outros proveitos operacionais	5	183.341	201.407	(a)
Total de proveitos operacionais:		16.987.277	14.265.101	(a)
Custos operacionais:				
Custo das vendas	6	14.569.679	11.996.630	
Fornecimentos e serviços externos	6	914.235	781.052	
Custos com o pessoal	6	326.719	344.370	(a)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades	6	403.958	331.204	
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	43.914	83.267	
Outros custos operacionais	6	87.092	79.480	(a)
Total de custos operacionais:		16.345.597	13.616.003	(a)
Resultados operacionais:		**641.680**	**649.098**	(a)
Proveitos financeiros	8	20.395	27.235	
Custos financeiros	8	(140.536)	(113.632)	
Ganhos (perdas) cambiais		(246)	(11.074)	
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	72.204	73.834	
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	(619)	702	
Outros ganhos e perdas		(1.680)	(1.493)	
Resultado antes de impostos:		**591.198**	**624.670**	(a)
Imposto sobre o rendimento	9	(149.092)	(166.437)	
Resultado antes dos interesses que não controlam:		**442.106**	**458.233**	(a)
Resultado afeto aos interesses que não controlam	21	(9.424)	(6.423)	
Resultado líquido consolidado do exercício	10	**432.682**	**451.810**	(a)
Resultado por ação - básico e diluido (valor em Euros)	10	**0,52**	**0,54**	(a)

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (vide Nota 2.23).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Ativo	Notas	2011	2010	1 de janeiro de 2010
Ativo não corrente:				
Ativos tangíveis	12	4.159.443	3.588.502	2.639.588
Goodwill	11	231.866	242.842	189.293
Ativos intangíveis	12	1.301.481	1.307.873	1.318.596
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	303.929	282.969	226.985
Participações financeiras em participadas	4	2.893	2.893	2.725
Outras contas a receber	14	171.342	90.560 (a)	67.835 (a)
Ativos por impostos diferidos	9	198.020	222.976 (a)	217.028 (a)
Outros investimentos financeiros	17	3.282	1.429	461
Total de ativos não correntes:		**6.372.256**	**5.740.044**	**4.662.511**
Ativo corrente:				
Inventários	16	1.874.807	1.570.131	1.228.833
Clientes	15	1.066.320	1.082.063	778.384
Outras contas a receber	14	532.074	562.179	571.695
Outros investimentos financeiros	17	2.283	5.065	1.803
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	9.251	-	1.807
Caixa e seus equivalentes	18	298.426	188.033	243.839
Total dos ativos correntes:		**3.783.161**	**3.407.471**	**2.826.361**
Total do ativo:		**10.155.417**	**9.147.515**	**7.488.872**

Capital próprio e passivo	Notas	2011	2010	1 de janeiro de 2010
Capital próprio:				
Capital social	19	829.251	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006	82.006
Reservas de conversão cambial	20	10.979	27.918	(10.761)
Outras reservas	20	193.384	193.384	193.364
Reservas de cobertura		(1.001)	(3.892)	(7.057)
Resultados acumulados - Ganhos e Perdas Atuariais		(106.359)	(76.094) (a)	(88.470) (a)
Resultados acumulados		1.444.541	1.158.581	1.324.431
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)	(49.755)
Resultado liquido consolidado do exercício		432.682	451.810	-
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		**2.885.483**	**2.613.209**	**2.273.009**
Interesses que não controlam	21	55.972	32.202 (a)	27.181 (a)
Total do capital próprio:		**2.941.455**	**2.645.411**	**2.300.190**
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Empréstimos	22	1.369.069	1.412.024	1.047.114
Empréstimos obrigacionistas	22	905.000	1.000.000	700.000
Outras contas a pagar	24	359.923	320.585	370.400
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	365.812	335.786 (a)	335.476 (a)
Passivos por impostos diferidos	9	84.486	84.275	56.684
Outros instrumentos financeiros	27	1.807	98	9.295
Provisões	25	110.650	156.257	153.244
Total do passivo não corrente:		3.196.747	3.309.025	2.672.213
Passivo corrente:				
Empréstimos e descobertos bancários	22	1.248.491	616.462	422.273
Empréstimos obrigacionistas	22	280.000	-	1.369
Fornecedores	26	1.364.737	1.489.805	1.121.574
Outras contas a pagar	24	1.033.498	1.034.083	971.013
Outros instrumentos financeiros	27	90.489	7.696	240
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	-	45.033	-
Total do passivo corrente:		**4.017.215**	**3.193.079**	**2.516.469**
Total do passivo:		**7.213.962**	**6.502.104**	**5.188.682**
Total do capital próprio e do passivo:		**10.155.417**	**9.147.515**	**7.488.872**

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (vide Nota 2.23).

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		16.708.028	13.879.966
Pagamentos a fornecedores		(12.217.358)	(9.373.270)
Pagamentos ao pessoal		(239.442)	(234.528)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.400.329)	(2.707.359)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(187.054)	(107.849)
Contribuições para o fundo de pensões		(10.180)	(6.714)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(16.214)	(15.158)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(11.386)	(10.663)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(592.589)	(705.603)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**1.033.476**	**718.822**
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		6.718	3.741
Ativos tangíveis		21.908	1.318
Ativos intangíveis		-	300
Subsídios de investimento	13	145	2.078
Juros e proveitos similares		2.192	903
Dividendos	4	64.969	60.024
Empréstimos concedidos		11.696	6.214
		107.628	**74.578**
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(31.319)	(98.017)
Ativos tangíveis		(1.224.135)	(1.281.121)
Ativos intangíveis		(66.455)	(75.714)
Empréstimos concedidos		(3.918)	(5.088)
		(1.325.827)	**(1.459.940)**
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(1.218.199)**	**(1.385.362)**
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.092.565	964.735
Juros e proveitos similares		5.378	1.483
Letras descontadas		22.217	15.603
		1.120.160	**981.821**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(420.594)	(163.745)
Juros de empréstimos obtidos		(163.679)	(24.046)
Juros e custos similares		(24.296)	(86.124)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(118.216)	(166.967)
Reembolso de letras descontadas		(9.453)	(6.858)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(75)	(94)
Juros de empréstimos obrigacionistas		-	(8)
		(736.313)	**(447.842)**
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**383.847**	**533.979**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		199.124	(132.561)
Efeito das diferenças de câmbio		(8.808)	2.650
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	(171.297)	(61.290)
Variação de perímetro	3	6.461	19.904
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	25.480	(171.297)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Resultado líquido consolidado do exercício	10	**432.682**	**451.810** (a)
Outro rendimento integral do exercício:			
Diferenças de conversão cambial (Empresas do Grupo)		(19.829)	31.804
Diferenças de conversão cambial (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	4	2.890	6.875
Outros aumentos/diminuições		-	20
		(16.939)	**38.699**
Aumentos / diminuições reservas de cobertura	27	4.295	4.189
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empr. Assoc. e Conj. Controladas	27	(227)	(97)
Imposto relacionado com as componentes de reservas de cobertura		(1.177)	(927)
		2.891	**3.165**
Ganhos e Perdas actuariais		(31.626)	12.780 (a)
Imposto relacionado com a componente de Ganhos e Perdas actuariais		1.361	(404)
		(30.265)	**12.376**
Rendimento integral do exercício líquido de imposto		**(44.313)**	**54.240**
Rendimento integral do exercício antes de interesses que não controlam:		**388.369**	**506.050**
Outros Ganhos e Perdas de interesses que não controlam		26.543	6.342 (a)
Total do rendimento integral do exercício		**414.912**	**512.392**

a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura
Saldo em 1 de janeiro de 2010		**829.251**	**82.006**	**(10.761)**	**193.364**	**(7.057)**
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-	-
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	38.679	20	3.165
Rendimento integral do exercício		-	-	38.679	20	3.165
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		**829.251**	**82.006**	**27.918**	**193.384**	**(3.892)**
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-	-
Variação do perímetro de consolidação	3 e 21	-	-	-	-	-
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(16.939)	-	2.891
Rendimento integral do exercício		-	-	(16.939)	-	2.891
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		**829.251**	**82.006**	**10.979**	**193.384**	**(1.001)**

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

Resultados acumulados - Ganhos e perdas actuariais		Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido consolidado do exercício		Sub-Total	Interesses que não controlam (Nota 21)		Total	
(88.470)	(a)	**977.159**	**(49.755)**	**347.272**	(a)	**2.273.009**	**27.184**		**2.300.193**	(a)
-		-	-	451.810	(a)	451.810	-		451.810	
12.376	(a)	-	-	-		54.240	6.342	(a)	60.582	(a)
12.376	(a)	-	-	451.810		506.050	6.342	(a)	512.392	(a)
-		(116.095)	(49.755)	-		(165.850)	(1.324)		(167.174)	
-		297.517	49.755	(347.272)		-	-		-	
(76.094)	(a)	**1.158.581**	**(49.755)**	**451.810**	(a)	**2.613.209**	**32.202**	(a)	**2.645.411**	(a)
-		-	-	432.682		432.682	9.424		442.106	
-		-	-	-		-	17.127		17.127	
(30.265)		-	-	-		(44.313)	(8)		(44.321)	
(30.265)		-	-	432.682		388.369	26.543		414.912	
-		(116.095)	-	-		(116.095)	(2.773)		(118.868)	
-		402.055	49.755	(451.810)		-	-		-	
(106.359)		**1.444.541**	**-**	**432.682**		**2.885.483**	**55.972**		**2.941.455**	

ÍNDICE

1 • NOTA INTRODUTÓRIA 85
a) Empresa – mãe: 85
b) O Grupo: 85
2 • PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 85
2.1 Bases de apresentação 85
2.2 Princípios de consolidação 86
2.3 Ativos tangíveis 88
2.4 Ativos intangíveis 89
2.5 Imparidade de ativos não correntes, exceto goodwill 89
2.6 Locações 90
2.7 Inventários 90
2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas 91
2.9 Provisões 91
2.10 Responsabilidades com pensões 91
2.11 Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida 92
2.12 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira 92
2.13 Proveitos e especialização de exercícios 92
2.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos 93
2.15 Imposto sobre o rendimento 93
2.16 Instrumentos financeiros 94
2.17 Licenças de emissão de CO_2 95
2.18 Classificação na demonstração da posição financeira 95
2.19 Eventos subsequentes 95
2.20 Informação por segmentos 95
2.21 Estimativas e julgamentos 95
2.22 Política de gestão de riscos e respetivas coberturas 96
2.23 Alteração de políticas contabilísticas 96
3 • EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO 97
4 • PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS 103
4.1 Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas 103
4.2 Participações financeiras em empresas associadas 105
4.3 Ativos disponíveis para venda 107
5 • PROVEITOS OPERACIONAIS 108
6 • CUSTOS OPERACIONAIS 109
7 • INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS 110
8 • PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS 112
9 • IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 112
10 • RESULTADOS POR AÇÃO 115
11 • GOODWILL 115
12 • ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS 118
13 • SUBSÍDIOS 122
14 • OUTRAS CONTAS A RECEBER 123
15 • CLIENTES 125
16 • INVENTÁRIOS 126
17 • OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS 127
18 • CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 127
19 • CAPITAL SOCIAL 127
20 • RESERVAS DE CONVERSÃO E OUTRAS RESERVAS 128
21 • INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM 128
22 • EMPRÉSTIMOS 129
23 • RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS 130
24 • OUTRAS CONTAS A PAGAR 137
25 • PROVISÕES 138
26 • FORNECEDORES 139
27 • OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS 139
28 • ENTIDADES RELACIONADAS 142
29 • REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 146
30 • DIVIDENDOS 147
31 • INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADO) 147
32 • GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS 148
33 • ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES 150
34 • INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS 152
35 • EVENTOS SUBSEQUENTES 153
36 • APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 153

Galp Energia, SGPS, S. A. e subsidiárias

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1 • NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa – mãe:
A Galp Energia, SGPS, S. A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura acionista da Empresa em 31 de dezembro de 2011 é evidenciada na Nota 19.

A Empresa encontra-se cotada em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:
Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo Galp ("Grupo") é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A. ("Petrogal") e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S. A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade no sector da eletricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S. A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Atividade de "Upstream" na área do petróleo bruto
O segmento de negócio de Exploração e Produção ("E&P") é responsável pela presença da Galp Energia no sector "upstream" da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, Uruguai e Venezuela.

b2) Atividade de "Downstream" na área do petróleo bruto
O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos ("Refinação e Distribuição") detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as atividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição engloba igualmente a maior parte das infraestruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta atividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Angola, Cabo-Verde, Espanha, Gâmbia, Guiné-Bissau, Moçambique e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo.

b3) Atividade de gás natural e produção e comercialização de energia
O segmento de negócio de Gás Natural e Power abrange as áreas de Aprovisionamento, Comercialização, Distribuição e Armazenagem de Gás Natural e Geração de Energia Elétrica e Térmica.

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as atividades relacionadas com a produção e comercialização de energia elétrica, térmica e eólica em Portugal e Espanha.

A área de Power produz atualmente energia elétrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Atualmente a Galp Energia detém participações em quatro centrais de cogeração, com uma capacidade instalada total de 160 MW e em parques eólicos.

A área de gás natural subdivide-se nas áreas de (i) Aprovisionamento e Comercialização e (ii) Distribuição e Comercialização.

A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m^3, a empresas produtoras de eletricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às UAG 's ("Unidades Autónomas de Gás"). A Galp mantém contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural em Portugal, integra as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas. Tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m3. A Galp opera igualmente em Espanha através de subsidiárias com atividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão, que fornece trinta e oito municípios adjacentes à cidade de Madrid. A atividade de comercialização de gás natural inclui a venda a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural a clientes.

As empresas subsidiárias do Grupo Galp que têm atividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português que terminam em 2045 no caso da atividade de armazenagem e 2047 no caso das atividades de distribuição de gás natural. Findo este prazo, os bens afetos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, comparticipações financeiras e subsídios a fundo perdido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

Os valores são apresentados em milhares de euros, exceto se expresso em contrário.

2 • PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas para o Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, evidenciadas na Nota 2.23, não existindo erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.16), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4) de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As normas "IAS/IFRS" aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2011 e com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	23 de novembro de 2011	após 30 de junho de 2011	2012	Sem impactos contabilísticos previsíveis

As normas "IAS/IFRS" aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2011 e com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações a aplicar em exercícios presentes, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Melhorias às IFRSs: IFRS 3, IAS 21, IAS 27, IAS 28, IAS 31, IAS 32, IAS 39 e IFRS 7	19 de fevereiro de 2011	após 30 de junho de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Melhorias às IFRSs: IFRS 1, IFRS 7, IAS 1, IAS 34 e IFRIC 13	19 de fevereiro de 2011	após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IFRIC 19 Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	24 de julho de 2010	após 30 de junho de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Revisão à norma IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas	20 de julho de 2010	após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IFRIC 14 pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	20 de julho de 2010	após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emenda à IFRS 1 Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adotantes pela primeira vez	1 de julho de 2010	após 30 de junho de 2010	2011	Não aplicável
Emendas à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	24 de dezembro de 2009	após 31 de janeiro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

O Grupo Galp Energia, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adotada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada de resultados, respetivamente na rubrica interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3, e podem ser revistos durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como "Goodwill" (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidas nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

b) Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. As empresas conjuntamente controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na Nota 4. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Goodwill) e mantida no valor do investimento financeiro na rubrica de participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas conjuntamente controladas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, bem como uma avaliação anual do valor do Goodwill, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão. Contudo, imparidades existentes em Goodwill não serão revertidas.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da empresa conjuntamente controlada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a empresa conjuntamente controlada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da empresa conjuntamente controlada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

c) Participações financeiras em empresas associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As Participações financeiras em empresas participadas são Ativos disponíveis para venda em conformidade com a classificação da nova IAS 39 e estão classificados como Ativos não correntes.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Goodwill) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, bem como uma avaliação anual do valor do Goodwill, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão. Contudo, imparidades existentes em Goodwill não serão revertidas.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) (Nota 11) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O Goodwill originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal ("deemed cost") àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O "Goodwill" deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas de imparidade.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, não sendo posteriormente revertida.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente, o Grupo Galp contabiliza a concentração usando a informação disponível. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados aquando da determinação final dos justos valores dos Ativos e Passivos a ocorrer até um período máximo de doze meses após a data de aquisição. O Goodwill ou qualquer outro ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

Na análise da imparidade do Goodwill, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos ("Weighted Average Cost of Capital") do Grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras: aquelas que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira e cuja moeda funcional difere da moeda de relato do Grupo.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos e proveitos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de conversão cambial". As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados (Nota 20).

O "Goodwill" e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão cambial do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nessas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da empresa são reciclados na rubrica de "Reservas de conversão cambial" constante dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

	Vigente no final do ano		Média do ano	
Divisa	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Dalasi da Gâmbia	37,91	37,32	39,42	36,70
Dirhams de Marrocos	11,11	11,14	11,25	11,14
Dólares dos Estados Unidos da América	1,29	1,34	1,39	1,33
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27	110,27	110,27
Francos CFA	655,96	655,96	655,96	655,96
Lilangeni da Suazilândia	10,58	8,81	10,18	9,66
Meticais de Moçambique	34,50	43,17	40,01	44,85
Reais do Brasil	2,42	2,22	2,33	2,33

f) A atividade de Exploração e Produção (E&P), do Grupo desenvolve-se essencialmente através de consórcios com outras entidades refletindo-se na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados na percentagem detida pelo Grupo nesses consórcios.

2.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Geral

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela empresa numa base individual durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data de entrada em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	Taxas
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20% - 3,13%
Edifícios e outras construções	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	2,20% - 12,50%
Equipamento de transporte	16,67% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo	5,00% - 33,33%
Taras e vasilhame	7,14% - 33,33%
Outros ativos tangíveis	10,00% - 33,33%

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

O Grupo não constituiu provisões para desmantelamento por considerar que os montantes são imateriais.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Na atividade de Exploração e Produção existem diversos métodos contabilísticos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. O Grupo Galp adota as políticas que considera que melhor reflete os dispêndios efetuados pelo grupo nesta atividade. Estas políticas baseiam-se no "Sucessful Efforts Method", apesar de serem capitalizados todos os dispêndios efetuados na fase de pesquisa/exploração, não reconhecendo despesas com poços que não têm viabilidade comercial. A Galp utiliza uma variante desse método em que se capitalizam as despesas suportadas na fase exploratória (pesquisa), porque se entende ser uma fase prematura para se efetuar um julgamento sobre se as áreas de desenvolvimento ou poços exploratórios terão ou não viabilidade comercial.

Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"), adicionadas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizadas em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso para imobilizado fixo, e são amortizadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas.

As despesas de desenvolvimento são depreciadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas ("proved developed reserves") determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método "UOP").

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais ("Total proved reserves") determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas totais utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de amortização de acordo com o método ("UOP"), foram determinadas por uma entidade especializada e independente.

As despesas de pesquisa afetas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em imobilizado em curso na rubrica de ativos tangíveis.

As despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou poder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento.

2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Geral

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis, se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados, durante o período de duração dos respetivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) e são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Atividade de gás natural

Com a aplicação da IFRIC 12, a Galp Energia classifica os ativos do Gás Natural, alvos da concessão e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo Intangível. Assim, os Ativos tangíveis dessas empresas com atividade regulada estão classificados como Ativos intangíveis, na rubrica de Acordos de Serviços de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica e de acordo com o modelo que melhor se adeqúe aos benefícios económicos deles resultantes, nomeadamente os decretados pelo regulador (ERSE) para efeito do apuramento das tarifas e consequente regulação de proveitos permitidos do Grupo Galp Energia.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-lei 140/2006 de 26 de julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

2.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos (Weighted Average Cost of Capital) do Grupo Galp Energia utilizado para o segmento de negócio e País a que o ativo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para deteção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento da refinação e distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento da Exploração, a unidade geradora de caixa é o bloco ou o país, consoante a fase do investimento; e no segmento do Gás & Power, a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de ativos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações, depreciações e perdas de imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Ativos do segmento de refinação e distribuição

Na data da demonstração da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes anuais de imparidade, considerando fontes internas e externas de informação, para os ativos tangíveis e intangíveis que se encontram afetos à atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos, nomeadamente no que respeita à rede de estações de serviço que o Grupo opera no mercado português e espanhol.

No teste anual de imparidade à atividade de distribuição de produtos petrolíferos, o Grupo identificou e considera como unidade geradora de caixa a rede de estações de serviço de cada país, tendo sido este critério aplicado de forma consistente. Esta consideração deriva do facto do relato da gestão interna ser baseado nas operações da rede de cada país, sendo as decisões operacionais e de investimento tomadas com base nesse pressuposto.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada estação de serviço em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada estação de serviço na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do custo médio ponderado do capital antes de impostos ("WACC") para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

Ativos do segmento de atividade de exploração e produção
As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada;
- Os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

A Empresa efetua uma avaliação anual quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, sendo selecionada a unidade geradora de caixa país ou bloco dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos.

A avaliação de imparidade por Bloco é efetuada pelo modelo EMV ("Expected Monetary Value") através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto que representa o custo médio ponderado do capital antes de impostos ("WACC"), calculados atendendo estimativas de:

(i) Reservas prováveis;
(ii) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
(iii) Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
(iv) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
(v) Preço de referência do Barril de Brent;
(vi) Taxa de câmbio Euro/US Dollar;
(vii) Mecanismos de tributação do Bloco/País.

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A informação constante nas alíneas:
(i) é determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas;
(ii), (iii), (iv) e (vii) é determinada internamente pela Galp Energia ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador de cada Bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Empresa e da informação legal disponibilizada; e
(v) e (vi) é a que consta do orçamento e plano a cinco anos do Grupo Galp Energia e constante após esse período.

A avaliação de imparidade por país é semelhante ao descrito por Bloco, todavia os fluxos de caixa são estimados atendendo apenas o referido nas alíneas (iii) a (vii) acima em virtude de ainda não se ter determinado a existência de reservas prováveis.

2.6 LOCAÇÕES
Os contratos de locação são classificados como:

(i) locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e
(ii) locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respetivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário
Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respetivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

O grupo Galp não tem contratos de locações operacionais ou financeiras materialmente relevantes para efetuar a divulgação em nota no anexo às demonstrações financeiras.

As rendas dos FPSO (Floating production storage and offloading) que estão a ser utilizados no negócio de exploração e produção (E&P) decorrem de contratos estabelecidos no âmbito dos consórcios existentes e são debitadas ao Grupo na proporção da quota detida em cada um dos consórcios.

2.7 INVENTÁRIOS
Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

O custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

a) Matérias-primas e subsidiárias
Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o Custo Médio Ponderado, aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais - O custo de aquisição, que inclui o preço de fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

b) Produtos e trabalhos em curso
O custo de produção, inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

c) Produtos acabados e intermédios
Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na atividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em stock em 31 de dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do stock de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos diretos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Contudo, o petróleo bruto extraído, cujos custos de produção são difíceis de mensurar é valorizado ao valor realizável líquido, em conformidade com a prática da indústria petrolífera.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra direta e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição (por ser similar a um direito aduaneiro), utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado.

Outros produtos acabados e intermédios – O custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio de saídas o Custo Médio Ponderado.

d) Mercadorias
O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

e) Under/Over Lifting
Relativamente à atividade de exploração e produção petrolífera, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos abaixo da sua quota de produção ("Underlifting") e as respetivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da "joint venture", as mesmas são valorizadas ao preço médio de mercado relativo ao mês em que os empréstimos foram concedidos e registadas como uma conta a receber na rubrica de outras contas a receber (Nota 14). Caso o preço de mercado no final de cada exercício for inferior ao preço considerado para valorização do empréstimo é reconhecido como custo uma perda por imparidade.

Por outro lado, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção ("Overlifting"), as respetivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado da data em que os empréstimos foram contraídos e registadas como uma conta a pagar na rubrica de outras contas a pagar (Nota 24).

A Empresa considera que na substância sobre a forma do PSA ("Production Share Agreement") não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos Grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de "Under" e "Overlifting" ser efetuada em produto físico (Barris de Petróleo Bruto).

2.8 SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS
Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no passivo, como Proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como outros proveitos operacionais, proporcionalmente às amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

2.9 PROVISÕES

Geral
As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Atividade de exploração e produção
As provisões de custo de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas.

O cálculo efetuado é com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador, a qual se aplica o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção daquele período ("Método "UOP").

2.10 RESPONSABILIDADES COM PENSÕES
Algumas empresas do Grupo Galp assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades foram constituídos fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas ("Fundo de Pensões Petrogal", "Fundo de Pensões Sacor Marítima", "Fundo de Pensão Galp Energia España" e "Fundo de Pensões GDP"), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no ativo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela GDL em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afetos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projetadas ("Projected Unit Credit Method") e comparam o montante das suas responsabilidades com serviços passados com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos atuariais, ajustamentos de experiência, são registados na demonstração do rendimento integral com reflexo na posição financeira.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Subgrupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Subgrupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas.

Em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S. A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A., a Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A. e a Galp eNova, S. A. (em 17 de dezembro de 2003, a Galp Energia, S. A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano as empresas do grupo contribuem, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11 OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA - CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respetivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23). Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projetadas ("Projected Unit Credit Method") e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados num exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

As diferenças de câmbio resultantes de empréstimos intra-grupo e que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira são registadas, em contas consolidadas, diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.16.f)).

2.13 PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa a reconhecer o respetivo montante.

Atividade de gás natural
O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de eletricidade em regime livre é estabelecido tendo por base acordos comerciais efetuados.

As tarifas reguladas, aplicadas na faturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para cada ano gás calculados para cada atividade regulada. Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos de exploração incorridos por cada atividade, a seguinte remuneração: (i) a atividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efetivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização, (ii) as atividades de receção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração de 8% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquelas atividades, (iii) a atividade de distribuição de gás natural uma remuneração de 9% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquela atividade. Os proveitos permitidos para as atividades/funções de "pass-through" pressupõem a recuperação dos custos reais incorridos. Consequentemente, cada atividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas faturadas aos clientes finais, as Empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as atividades.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, as diferenças para os proveitos permitidos apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem mensuráveis com fiabilidade e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para a Empresa. Os Regulamentos tarifários publicados no primeiro e segundo período regulatório incluem na fórmula de cálculo do proveito permitido de cada "Ano gás n" uma componente relativa ao ajustamento do "Ano gás n-2". Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios negativos para os proveitos permitidos, os quais são configuráveis como passivos e como custos.

Em anos anteriores, todas as diferenças para os proveitos permitidos reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, integralmente incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Nas atividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista o Grupo reflete nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos correntes, a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para cada ano gás, alocados a cada semestre de acordo com os coeficientes de sazonalidade acordados entre as empresas do sistema nacional de gás natural para o mecanismo de compensação – Proveito Permitido (Nota 14 e 24).

Na atividade de comercialização de último recurso grossista o Grupo reconhece nas rubricas de acréscimos e diferimentos a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e o custo efetivo do gás natural adquirido - Desvio Tarifário (Nota 14).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE nos seus documentos - Tarifas e Preços de Gás Natural para cada o Ano Gás, indicou os montantes previstos das compensações a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás Natural, no âmbito das suas atividades de comercialização de último recurso retalhista e distribuição de Gás Natural. De forma a garantir um procedimento prático, objetivo e transparente para a referida liquidação, as empresas com estas atividades acordaram voluntariamente nos coeficientes de sazonalidade a aplicar na emissão das faturas relativas à uniformidade tarifária. Foi estabelecida uma sazonalidade única para todo o Sistema Nacional de Gás Natural, que pretendeu enquadrar os diferentes mercados regionais. As diferenças de sazonalidade existentes entre as atividades de Comercialização e Distribuição repercutem a diferença dos prazos de pagamento existentes.

As leituras, faturação e respetivas cobranças relacionadas com a atividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não faturadas são registadas mensalmente na rubrica de outras contas a receber com base na faturação esperada de acordo com informação histórica real ou leituras efetuadas consoante o tipo de cliente e corrigidas em resultados no período em que é efetuada a faturação (Nota 14).

2.14 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 8). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Geral
O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Galp Energia.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Atividade de exploração e produção
Sempre que se realiza uma venda o Grupo paga Imposto de Rendimento do Petróleo – IRP ao Governo Angolano, registando o montante efetivamente pago na rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, nem todo o imposto pago deverá ser custo do exercício dado que o Grupo recorre a empréstimo de barris aos parceiros no consórcio de modo a poder realizar as vendas no seguimento do acordo de levantamento conjunto assinado entre os parceiros do bloco 14, ficando numa situação de "overlifting" (Nota 9).

Assim, e de modo a ter uma margem que esteja diretamente associada à rubrica de imposto sobre o rendimento, contabiliza-se um imposto diferido ativo no equivalente aos barris que toma de empréstimo e que se encontram sujeitos a pagamento de IRP, ficando apenas refletido o imposto sobre os barris que efetivamente tinha disponíveis para venda. O imposto diferido ativo reverte na direta proporção do reconhecimento da margem, através da produção que o Grupo vai tendo.

Quando o Grupo, concede empréstimos ("underlifting"), é calculado IRP sobre os barris concedidos, sendo estes registados na rubrica de imposto corrente sobre o rendimento a pagar.

2.16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Investimentos
Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. O Grupo Galp Energia não tem Investimentos detidos até ao vencimento a 31 de dezembro de 2011.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, no caso das Participações financeiras em empresas participadas.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros
As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo
Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros
As contas a pagar são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura
O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de "Discounted Cash-flows", modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes no Grupo Galp Energia, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, em situações específicas o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação
O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente "swaps" sobre petróleo bruto e produtos acabados. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, pelo que as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Estes instrumentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

g) Caixa e equivalentes de caixa
Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

2.17 LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO_2
As emissões de CO_2 realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as "licenças de CO_2" que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO_2, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma provisão ou (ii) se estime que as mesmas não sejam alienadas em caso de excedentes, situação em que é reconhecido um proveito.

2.18 CLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES
Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos (Nota 35).

2.20 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS
Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

Segmento de negócio é um grupo de ativos e operações do grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 7, onde estes se encontram identificados e caraterizados.

2.21 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada susceptibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a atividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de goodwill, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos atuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma, v) impostos diferidos e vi) provisões para abandono.

Reservas de petróleo bruto
As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afectos à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospectivos são utilizados, dependendo da fase de prospecção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos como abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Ver Nota 31 para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contabilísticos.

Goodwill
O Grupo efetua testes anuais de imparidade ao goodwill, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do goodwill encontra-se expresso na Nota 11.

Provisões para contingências
O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais
A Galp efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais (essencialmente para obrigações conhecidas com a descontaminação de solos), que são baseados na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos fatores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista. O montante de provisões para fazer face a passivos ambientais encontra-se expresso na Nota 25.

Pressupostos atuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma.
Ver Nota 23.

2.22 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPETIVAS COBERTURAS

As atividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.23 ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Grupo Galp tem vindo a reconhecer, em conformidade com a norma IAS 19, os ganhos e perdas atuariais em conformidade com o denominado "método do corredor". Assim, com esse método apenas eram contabilizados os ganhos e perdas atuariais do exercício se o líquido acumulado destes ganhos e perdas atuariais não reconhecidos no final do período (Desvio Total) excedesse em valor absoluto o maior de: 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo esse valor reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente àquele em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios.

Em junho de 2011 foi publicado pelo IASB (International Accounting Standards Board) a revisão da norma IAS 19, que estipula a abolição da aplicação do "método do corredor" a partir de 1 de janeiro de 2013.

Tendo em consideração a revisão da IAS 19 acima referida, o Grupo Galp, decidiu, no exercício de 2011, alterar a sua política contabilística, com base na norma IAS 19 vigente, quanto ao reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos, que também permite a não aplicação do "método do corredor" efetuando a reexpressão dos valores comparativos do ano de 2010. Assim, o Grupo passou a reconhecer integralmente todos os ganhos e perdas atuariais nas demonstrações de rendimento integral com reflexo na sua posição financeira.

Tal como oportunamente divulgado ao mercado, a Empresa reconheceu em 2010 os custos e o rédito associado à construção de ativos concessionados enquadráveis na IFRIC 12 na rubrica de proveitos operacionais. Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo entendeu reexpressar os valores comparativos de 31 de dezembro de 2010 e apresentar o rédito e o custo proveniente da construção de ativos ao abrigo da IFRIC 12, no valor de mEuros 38.684, nas rubricas de proveitos e custos operacionais, respetivamente.

Devido às alterações das políticas contabilísticas, quanto ao reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios de empregados os montantes comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos à data de 31 de dezembro de 2010, sendo os efeitos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados representados nos quadros seguintes:

Demonstração da posição financeira:

Rubricas	dezembro 2010	Transferência dos ganhos e perdas atuariais para a demonstração de rendimento integral	dezembro 2010 reexpresso
Ativo:			
Outras contas a receber			
Custos diferidos - Benefícios de reforma (Nota 14)	21.297	(21.297)	-
Impostos diferidos			
Benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 9)	77.437	6.682	84.119
	98.734	**(14.615)**	**84.119**
Capital Próprio:			
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios de reforma			
Afetas ao fundo	-	58.246	58.246
Ativos	-	(306)	(306)
Reformados	-	869	869
Pré-reformas	-	1.948	1.948
Reformas antecipadas	-	1.214	1.214
Prémios de reforma	-	455	455
Seguro social voluntário	-	1.798	1.798
Ganhos e perdas atuariais - Outros benefícios			
Cuidado de saúde	-	18.414	18.414
Seguro de vida	-	569	569
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	-	(433)	(433)
Imposto Diferido	-	(6.680)	(6.680)
	-	**76.094**	**76.094**
Resultado líquido consolidado do exercício	441.375	10.435	451.810
Interesses que não controlam (Nota 21)	32.201	1	32.202
	473.576	**86.530**	**560.106**
Passivo:			
Responsabilidades com benefícios de reforma			
Afetas ao fundo	(375)	(28.253)	(28.628)
Ativos	(1.040)	294	(746)
Reformados	(4.307)	(739)	(5.046)
Pré-reformas	(36.400)	(1.948)	(38.348)
Reformas antecipadas	(54.174)	(1.161)	(55.335)
Prémios de reforma	(6.883)	(455)	(7.338)
Seguro social voluntário	-	(1.379)	(1.379)
Responsabilidades com outros benefícios			
Cuidado de saúde	(174.958)	(17.388)	(192.346)
Seguro de vida	(2.911)	(441)	(3.352)
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	(3.696)	428	(3.268)
Impostos diferidos			
Benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 9)	(5.300)	(3)	(5.303)
	(290.044)	**(51.045)**	**(341.089)**

Demonstração de resultados:

Rubricas	dezembro 2010	Transferência dos Ganhos e perdas atuariais para o Capital Próprio	dezembro 2010 reexpresso
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 6)	55.503	(10.437)	45.066
	55.503	**(10.437)**	**45.066**

3 • EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	
A) Empresas do grupo						
Empresa-Mãe:						
Galp Energia, SGPS, S. A.		Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Subsidiárias:						
Galp Bioenergy B. V.	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Exercício de atividades relacionadas com projetos de biocombustíveis, incluindo mas não limitado à pesquisa, produção, transformação logística, comercialização de grãos, óleo vegetal, produtos de biocombustíveis e seus derivados; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.
Galp Trading, S. A.	(a)	Genebra	Suiça	100%	-	Desenvolvimento da atividade de trading físico de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading.
Next Priority SGPS, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	
Galp Energia Netherlands B. V.	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Brazil Services B. V. e subsidiárias:	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Subgrupo Petrogal:						
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A. Sucursal en España e subsidiárias:		Madrid	Espanha	-	-	Gestão de participações sociais de sociedades do sector da distribuição de produtos refinados na península ibérica.
Galp Distribuición Oil España, S. A. U.	(e)	Madrid	Espanha	-	100%	Armazenamento, transporte, importação, exportação e comercialização de todos os produtos petrolíferos, produtos químicos, gás e seus derivados.
Madrileña Suministro de Gas SUR, S. L.		Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outros efluentes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Galp Energia España, S. A. e subsidiárias:		Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S. L. U.		Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
Galp Serviexpress, S. L. U.		Madrid	Espanha	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e subprodutos.
Madrileña Suministro de Gas, S. L.		Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outros efluentes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Retail Operating Company, S. L.	(e)	Madrid	Espanha	-	100%	Exploração ou gestão, direta ou indireta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Sacor Marítima, S. A. e subsídiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Transportes Marítimos em navios próprios ou fretados.
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.		Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes Marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul - Sociedade de Gestão de Navios, Lda.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
S.M. Internacional - Transportes Marítimos, Lda.		Funchal	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. e subsidiárias:		Funchal	Portugal	100%	100%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.		Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Galp Energia Overseas B. V.	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galpbúzi - Agro-Energia, S. A.	(f)	Cidade da Beira	Moçambique	90%	66,67%	Desenvolvimento de projetos e a promoção do cultivo agrícola, próprio ou de terceiros, de sementes de oleaginosas, o seu transporte e processamento em unidades de transformação próprias ou de terceiros, para a produção de óleos vegetais transformáveis em biodiesel ou outro combustível que a técnica permita, a importação e exportação desses óleos vegetais assim produzidos ou dos produtos deles extraídos, a prestação de assistência técnica e de serviços no âmbito dessas atividades.
Gite - Galp International Trading Establishment		Vaduz	Liechtenstein	24%	24%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S. A.		Maputo	Moçambique	50%	50%	O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida.
Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S. A. e subsidiária:		Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.		Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e ou exploração de estações de enchimento e respetivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S. A. e subsidiárias:		Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	
CLCM - Companhia Logistica de Combustíveis da Madeira, S. A.		Funchal	Portugal	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte, receção, movimentação, enchimento e expedição; e outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S. A.		Funchal	Portugal	100%	100%	A sociedade tem por objeto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração direta ou indireta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e atividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Galp Energia Portugal Holdings B. V. e subsídiárias:	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Galp Energia Rovuma B. V.	(b)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. e subsídiárias:	(d)	Mindelo	Cabo Verde	48%	48%	Importação, processamento, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, incluindo betumes, óleos base e lubrificantes, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação, enchimento e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço, de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, designadamente solar, eólica, hídrica e outras de fontes renováveis, a exploração das respetivas instalações, bem como outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com este objeto principal.
Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S. A.	(d)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Transportes marítimos e atividades relacionadas
EnacolGest , Lda.	(d)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Importação e comercialização, gestão do aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção das instalações e postos de abastecimento.
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:		Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo. e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%	Comércio de bancas marítimas.
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.		Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL
C.L.T. - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S. A.		Matosinhos	Portugal	100%	100%	Exploração de Terminais marítimos e atividades conexas.
Combustiveis Líquidos, Lda.		Lisboa	Portugal	99,8%	99,8%	Comércio de combustíveis, lubrificantes e acessórios de automóveis, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e que não dependa de autorização especial.
CORS – Companhia de Exploração de Estações de Serviço e Retalho de Serviços Automóvel, Lda.	(c)	Lisboa	Portugal	100%	100%	A exploração, operação e/ou gestão de posto ou postos de abastecimento de combustíveis e das demais atividades neles exercidas, incluindo gestão de pessoal afeto a postos de abastecimento de combustíveis.
Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Realização de operações e a prestação de serviços de informação e comércio electrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio "on-line".
Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	O comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos, em Timor-Leste.
Galp Gambia, Limited		Banjul	Gambia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento .
Galp Logística Aviação, S. A.	(c)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo a aeronaves.
Galp Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados, bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	
Galp Serviexpress - Serviços de Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de combustíveis líquidos, gasosos, óleos base e outros derivados do petróleo nos mercados interno e externo. A exploração direta ou indireta de centros de distribuição de combustíveis e atividades auxiliares, nomeadamente, estações de serviço, oficinas, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Galp Swaziland (PTY) Limited		Matsapha	Suazilândia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento .
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração ou gestão, direta ou indireta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Petrogal Angola, Lda.		Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Brasil, S. A.	(g)	Recife	Brasil	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural.
Petrogal Cabo Verde, Lda.		São Vicente	Cabo Verde	100%	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Petrogal Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Trading Limited		Dublin	Irlanda	100%	100%	Desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Probigalp - Ligantes Betuminosos , S. A.		Amarante	Portugal	60%	60%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminoso de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		Lisboa	Portugal	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S. A.		Lisboa	Portugal	51%	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes, e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas atividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Soturis - Sociedade Imobiliária e Turística, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Atividade imobiliária designadamente, a gestão, compra e venda e revenda de imóveis.
Tagus Re, S. A.		Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro diretas.
Tanquisado - Terminais Marítimos, S. A.		Setúbal	Portugal	100%	100%	Desenvolvimento e Exploração de Terminais Marítimos.
Subgrupo GDP:						
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:						
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S. A.		Viseu	Portugal	59,51%	59,51%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S. A.		Vila Real	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
GDP Serviços, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Lisboagás Comercialização, S. A.	(c)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A.	(c)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A.	(c)	Aveiro	Portugal	85,71%	85,71%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lusitaniagás Comercialização, S. A.	(c)	Aveiro	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Setgás Comercialização, S. A.	(c)	Setúbal	Portugal	66,95%	-	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Galp Gás Natural, S. A. e subsidiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infraestruturas e equipamentos conexos.
Transgás, S. A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso grossista de gás natural.

Empresas	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2011	2010	
Subgrupo Galp Power:					
Galp Power , SGPS, S. A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indireta de exercício da atividade económica.
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A.	Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
Galp Power, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de atividades direta ou indiretamente relacionados com energia.
Portcogeração, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S. A.	Lisboa	Portugal	70%	70%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo conceção, construção e operação de sistemas ou instalações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o perímetro foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

a) Empresas constituídas:
A Galp Energia, SGPS, S. A. subscreveu 100% da Galp Trading, S. A., a qual foi constituída em agosto de 2011, não tendo realizado qualquer operação no exercício findo 31 de dezembro de 2011.

b) Reorganização de sociedades com sede na Holanda:
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o grupo procedeu a reorganização das sociedades com sede na Holanda.

- A Galp Energia, SGPS, S. A. subscreveu 100% da Galp Energia Netherlands B. V., a qual foi constituída em junho de 2011, com objetivo de ser a detentora das participações sociais correspondentes aos Projetos de Exploração e Produção;

- Em agosto de 2011, de forma a separar os negócios de exploração e produção dos negócios de biocombustíveis, a Galp Energia E&P B. V. sofreu um processo de cisão, que resultou na constituição de uma nova sociedade a Galp Bioenergy B. V. que passou a deter os negócios de biocombustíveis. Esta nova sociedade é detida a 100% pela Galp Energia, SGPS, S. A.

- Em setembro foi realizada uma permuta de participações sociais entre a Galp Energia, SGPS, S. A. e a Galp Energia Netherlands B. V., com o intuito de que esta nova sociedade passe a deter a totalidade da participação na Galp Energia E&P B. V.. No decurso deste processo a Galp Energia E&P B. V. foi redenominada para Galp Brazil Services B. V.

- A Galp Energia Portugal Holdings B. V. subscreveu 100% da Galp Energia Rovuma B. V., a qual foi constituída em agosto de 2011. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. procedeu a cessão da participação de 10% que detinha no contrato de concessão do Bloco 4 (Rovuma) sito em Moçambique, a favor da Galp Energia Rovuma B. V. que passará a desenvolver as atividades operacionais no âmbito da participação detida.

- A Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. subscreveu 100% da Galp Energia Overseas B. V., a qual foi constituída em dezembro de 2011. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. procedeu a cessão dos interesses participativos que detinha nos diversos contratos de concessão sitos em Angola (bloco 14, 14k, 32, 33 e bloco gás) e a cessão da participação de 1% na subsidiária Petrogal Brasil, S. A. a favor da Galp Energia Overseas B. V. que passará a desenvolver as atividades operacionais no âmbito das participações detidas.

c) Reorganização de participações nas subsidiárias de gás natural:
De forma a autonomizar o negócio regulado de distribuição de gás natural, o Grupo deu início em junho de 2011 ao processo de reorganização das participações que detém nas subsidiárias distribuidoras de gás natural e nas comercializadoras de gás natural de último recurso.

- A distribuidora de gás natural, Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A. (detida em 85,71% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S. A. que foi totalmente adquirida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 3.423.

  A subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S. A., que era anteriormente detida a 85,71% passou assim a ser detida a 100% pelo Grupo, decorrente da aquisição dos restantes 14,2861% aos anteriores acionistas, registou-se na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, o montante mEuros 122 referente a diferenças de aquisição negativas (Nota 4.2 e 21).

- A associada distribuidora de gás natural, Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A. (detida em 45% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Setgás Comercialização, S. A., sendo 66,946% adquiridos pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A. e 33,054% adquiridos pela Enagás, S. A. entidade que não pertence ao Grupo Galp Energia. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 2.109.

- A subsidiária Setgás Comercialização, S. A. passou assim a ser incluída na consolidação pelo método integração global tendo passado a nomear a maioria representativa de votos nas reuniões do conselho de administração. Decorrente da aquisição dos 21,9461%, o Grupo registou na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, o montante mEuros 608 referente a diferenças de aquisição negativas (Nota 4.2).

- A distribuidora de gás natural, Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A. (detida em 100% pelo Grupo), alienou 100% da sua participação na subsidiária Lisboagás Comercialização, S. A. à GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.. Para determinação do preço de mercado e de forma a cumprir os requisitos legais, foi solicitado um estudo independente que determinou o valor de venda de mEuros 7.261.

  Visto tratar-se de uma operação entre duas empresas do Grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp Energia.

d) Empresas incluídas:
Embora o Grupo Galp detenha através das suas subsidiárias Petrogal e Petrogal Cabo Verde apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S. A. R. L, passou a controlar, com expectável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Devido a este facto, o Grupo procedeu à reclassificação da participação financeira detida na Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S. A. R. L de associada para subsidiária, passando assim a ser consolidada pelo método de consolidação integral (Nota 4.2).

A Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol S. A. R. L. detém participação nas subsidiárias: i) Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S. A. (100%); ii) EnacolGest, Ld.ª (100%); e iii) Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S. A. R. L. (30%).

As participações detidas na Enamar - Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S. A. e na EnacolGest, Ld.ª passaram a ser consolidadas pelo método integral e a Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S. A. R. L. é incluída na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas (Nota 4.2).

e) Empresas fundidas:
No dia 1 de setembro de 2011, a subsidiária Galp Distribuición Oil España, S. A. U. foi integrada na Galp Energia España, S. A., através de um processo de fusão por incorporação com efeitos a 1 de janeiro de 2011.

No dia 1 de outubro de 2011, a subsidiária Retail Operating Company, S. L. foi integrada na Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S. L. U., através de um processo de fusão por incorporação com efeitos a 1 de janeiro de 2011.

f) Empresas adquiridas:
A subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. adquiriu mais 23,33% do capital da Galpbúzi - Agro-Energia, S. A., passando assim o Grupo a deter 90% do seu capital. Decorrente desta aquisição, o Grupo registou na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas, o montante mEuros 190 referente a diferenças de aquisição positivas (Nota 4.2 e 21).

g) Outras alterações:
Em maio de 2011 a subsidiaria Petrogal Brasil, Lda. foi transformada em sociedade anónima tendo sido redenominada para Petrogal Brasil, S. A. De forma a transformar-se em sociedade anónima procedeu-se a conversão das 906.200 quotas em 906.200 ações nominativas ordinárias totalmente subscritas e realizadas pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A (897.138). e pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A (9.062). Nesta mesma data a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A transferiu 1 ação ordinária por cada um os membros do conselho de administração (7 ações), passando assim o Grupo a deter 99,9993% da participação na Petrogal Brasil, S. A. Resultante desta transferência reconheceu-se mEuros 4 na rubrica interesses que não controlam (Nota 21).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 procedeu-se a alteração da sede social da subsidiária Petrogal Brasil, S.A de Recife para Macaé.

Em dezembro de 2011 a participação detida pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. na Petrogal Brasil, S. A. foi transferida para a Galp Energia Overseas B. V.. (Nota 3 c)).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a subsidiaria Petrogal Brasil, S. A. passou assim a ter a seguinte estrutura acionista: (i) Portugal - Petrogal, S.A (98,9993%), (ii) Galp Energia Overseas B. V. (1%) e (iii) outros acionistas (0,0007%).

As entradas no perímetro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp Energia:

Demonstração da posição financeira:

Rubricas	Nota	Total	Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L e subsidiárias: (31 de dezembro de 2010)	Setgás Comercialização, S. A. (31 de maio de 2011)
Ativos não correntes				
Ativos tangíveis e intangíveis	12	17.886	17.886	-
Participações financeiras em associadas	4	318	318	-
Ativos por impostos diferidos	9	173	90	83
Ativos correntes				
Inventários		11.705	11.705	-
Clientes		19.174	16.944	2.230
Imposto corrente sobre rendimento a receber		330	10	320
Outras contas a receber		13.800	8.153	5.647
Caixa e seus equivalentes		6.461	5.160	1.301
Passivos não correntes				
Provisões	25	(115)	(115)	-
Empréstimos		(1.968)	(1.968)	-
Imposto corrente sobre rendimento a pagar		(2.483)	(2.400)	(83)
Outras contas a pagar		(31.062)	(24.581)	(6.481)
Interesses que não controlam	21	(17.127)	(16.130)	(997)
Total adquirido / integrado		**17.092**	**15.072**	**2.020**
Valor da participação financeira	4	(19.401)	(19.401)	-
Diferença de aquisição positiva	4 e 11	4.329	4.329	-
Diferença de aquisição negativa	4	(608)	-	(608)
Custo de aquisição líquido		**1.412**	**-**	**1.412**

Demonstração de resultados:

	Total	Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L e subsidiárias	Setgás Comercialização, S. A. (31 de maio de 2011)
Proveitos operacionais:			
Vendas	174.244	165.016	9.228
Prestação de Serviços	7.342	605	6.737
Outros proveitos operacionais	562	562	-
Total de proveitos operacionais:	**182.148**	**166.183**	**15.965**
Custos operacionais:			
Custo das vendas	137.534	137.534	-
Fornecimentos e serviços externos	14.596	7.709	6.887
Custos com o pessoal	4.125	4.125	-
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	2.598	2.598	-
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	1.171	1.198	(27)
Outros custos operacionais	1.564	1.551	13
Total de gastos operacionais:	**161.588**	**154.715**	**6.873**
Resultados operacionais:	**20.560**	**11.468**	**9.092**
Proveitos e custos financeiros	370	178	192
Ganhos (perdas) cambiais	(514)	(514)	-
Resultado antes de impostos:	**20.416**	**11.132**	**9.284**
Imposto sobre o rendimento	(2.837)	(2.591)	(246)
Resultado antes de interesses que não controlamos:	**17.579**	**8.541**	**9.038**
Resultado afeto aos interesses que não controlamos (Nota 21)	(3.798)	(3.627)	(171)
Resultado líquido	**13.781**	**4.914**	**8.867**

4 • PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

		Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa conjuntamente controlada				
Empresas		**Localidade**	**País**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**Ativos**	**Passivos**	**Proveitos**	**Resultado exercicio**	**Principal atividade**
Ventinveste, S. A.	(a)	Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	51.372	(52.407)	2.276	(50)	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
Ventinveste Eólica, SGPS, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	19.617	(20.128)	1.168	(19)	Gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indireta do exercício de atividades económicas de construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico da Serra do Oeste, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	1.213	(1.254)	5	(23)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Torrinheiras, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	43	(4)	-	(4)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale do Chão, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	2.937	(2.928)	1	(13)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Cabeço Norte, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	231	(363)	6	(12)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico de Vale Grande, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	20.826	(21.418)	783	(241)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Douro Sul, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	6.504	(6.702)	9	(79)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	1.041	(2.217)	-	(1.108)	Construção e exploração de parques eólicos.
Parque Eólico do Planalto, S. A.		Lisboa	Portugal	34,00%	34,00%	-	-	811	(832)	-	(22)	Construção e exploração de parques eólicos.
Spower, S. A.	(a)	Lisboa	Portugal	50,00%	50,00%	-	-	8.493	(8.577)	6	(7)	Produção e comercialização de energia elétrica, incluindo a conceção, construção e exploração de uma central termo elétrica de ciclo combinado, bem como o exercício de quaisquer outras atividades conexas.
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a) (g)	Oeiras	Portugal	50,00%	-	1.707	-	11.975	(12.438)	(410)	65	Produção de energia elétrica e eólica.
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	(b)	Aveiras de Cima	Portugal	65,00%	65,00%	29.020	31.713	160.765	(116.118)	30.463	7.358	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte. Outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa conjuntamente controlada				Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	2011	2010	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercicio	
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(c)	Elvas	Portugal	50,00%	50,00%	-	-	50	(151)	994	(115)	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer atividades e a prestação de quaisquer serviços conexionados com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	(b)	Sines	Portugal	60,00%	60,00%	-	-	16.371	(16.371)	5.589	-	Conceção construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	(b)	Lisboa	Portugal	50,00%	50,00%	46	10	386	(293)	1.155	9	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.
Belem Bio Energy B. V.	(d)	Roterdão	Holanda	50,00%	50,00%	3.746	10	7.492	-	-	-	Gerir participações em empresas que desenvolvam projetos de biocombustíveis, incluindo pesquisa, produção, logística, comercialização de grãos, matérias primas, óleos vegetais, bicombustíveis e co-produtos bem como companhias ou negócios relacionados com geração e comercialização de energia elétrica necessária à sua operação.
Tupi B. V.	(e)	Roterdão	Holanda	10,00%	10,00%	55.869	30.036	659.897	(83.122)	(15.739)	1.941	Gestão, Construção, Compra, Venda e Aluguer de materiais e equipamentos destinados à exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, incluindo plataformas, navios FPSOs (floating-production-storage e off-loading), navios de transporte de crude, navios de abastecimento e outros tipos de navios.
						90.388	**61.769**					
menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)	(f)					(1.332)	(631)					
						89.056	**61.138**					

(a) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S. A.
(b) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.
(c) Participação detida pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S. A.
(d) Participação detida pela Galp Bioenergy B. V.
(e) Participação detida pela Galp Brazil Services B. V.
(f) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão para partes de capital das empresas associadas, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos.
(g) O controlo da subsidiária Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., é partilhado entre: a Galp Power, SGPS, S. A. e a Martifer Renewables, SGPS, S. A., detendo cada uma 50% do seu capital social.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que se encontram refletidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas		Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos/ Perdas	Ajustamento conversão cambial	Ajustamento reserva cobertura	Resultados exercícios anteriores	Dividendos	Transferências/ regularizações	Saldo final
Participações financeiras										
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.		31.713	-	4.782	-	-	-	(7.475)	-	29.020
Tupi B. V.	(a)	30.036	25.249	(194)	775	-	3	-	-	55.869
Belem Bio Energy B. V.	(b)	10	3.736	-	-	-	-	-	-	3.746
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(d)	-	-	(32)	-	-	(47)	-	1.786	1.707
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.		10	-	4	-	-	32	-	-	46
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		61.769	**28.985**	**4.560**	**775**	**-**	**(12)**	**(7.475)**	**1.786**	**90.388**
Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25)										
Ventinveste, S. A.		(575)	-	(534)	-	(130)	-	-	-	(1.239)
Spower, S. A.		(38)	-	(4)	-	-	-	-	-	(42)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(c)	(18)	25	(58)	-	-	-	-	-	(51)
		(631)	**25**	**(596)**	**-**	**(130)**	**-**	**-**	**-**	**(1.332)**
		61.138	**29.010**	**3.964**	**775**	**(130)**	**(12)**	**(7.475)**	**1.786**	**89.056**

(a) mEuros 25.249 corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Brazil Services B. V.. O controlo da subsidiária Tupi B. V. é partilhado entre: a Galp Brazil Services B. V., a Petrobras Netherlands B. V. e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respectivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.

(b) mEuros 3.736 corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Bioenergy B. V.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, resultante de um processo de cisão, foi constituição de uma nova sociedade a Galp Bioenergy B. V. que passou a deter os negócios de biocombustíveis (Nota 3 b)). Assim a participação anteriormente detida pela Galp Energia E&P B. V. (agora redenominada para Galp Brazil Services B. V.), passou a ser detida pela Galp Bioenergy B. V. O controlo da subsidiária Belém Bio Energy B. V. é partilhado entre: a Galp Bioenergy B. V. e a Petrobras Netherlands B. V., detendo cada uma 50% do seu capital social.

(c) mEuros 25 corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, S. A. à subsidiária Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda., cujo valor foi provisionado.

(d) O controlo da subsidiária Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., é partilhado entre: a Galp Power, SGPS, S. A. e a Martifer Renewables, SGPS, S. A., detendo cada uma 50% do seu capital social. Assim, montante mEuros 1.786 foi transferido da rubrica participações financeiras em empresas associadas para a rubrica participações financeiras em empresas conjuntamente controladas.

4.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

		Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada				
Empresas		**Localidade**	**País**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**Ativos**	**Passivos**	**Proveitos**	**Resultado exercício**	**Principal atividade**
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd.	(a)	Madrid	Espanha	27,40%	27,40%	75.761	71.247	463	(105)	(308)	(220)	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S. A.	(f) (j)	Madrid	Espanha	5,00%	5,00%	57.363	56.854	1.995.682	(1.799.316)	(550.320)	(158.087)	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos bem como das respetivas estruturas de transporte.
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	(b) (g)	Setúbal	Portugal	45,00%	45,00%	24.116	20.143	181.171	(127.632)	(37.210)	(8.753)	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	(a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%	17.792	17.600	70.949	(17.100)	(28.225)	(10.036)	Construção e exploração do gasoduto Tarifa–Córdoba.
Gasoduto Extremadura, S. A.	(a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%	15.322	15.147	34.342	(3.073)	(20.369)	(8.262)	Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	(b)	Santarém	Portugal	41,33%	41,33%	8.540	6.044	87.786	(67.123)	(29.241)	(4.642)	Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
Galp Disa Aviacion, S. A.	(f)	Santa Cruz de Tenerife	Espanha	50,00%	50,00%	5.551	5.143	11.100	(1)	(2.867)	(2.857)	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma direta ou via participação em Empresas com a mesma atividade.
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(e)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%	5.257	4.606	113.598	(102.862)	(79.607)	(1.579)	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(i)	Oeiras	Portugal	-	50,00%	-	1.786	11.975	(12.438)	(410)	65	Produção de energia elétrica e eólica.
Metragaz, S. A.	(a)	Tânger	Marrocos	26,99%	26,99%	1.537	1.395	12.552	(6.873)	(16.284)	(1.336)	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magrehb-Europa.
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	(d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%	993	1.055	21.528	(14.775)	(3.072)	261	Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	45,00%	45,00%	563	492	2.493	(1.378)	(496)	(207)	Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim.

Empresas		Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada				Principal atividade
		Localidade	País	2011	2010	2011	2010	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S. A. R. L	(k)	Mindelo	Cabo-Verde	30,00%	-	318	-	1.059	-	-	-	Produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais.
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	(i)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%	227	169	27.017	(26.186)	(35.120)	(577)	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	(b)	Lisboa	Portugal	20,00%	20,00%	138	144	6.062	(5.377)	(6.882)	(64)	Atividades de construção e engenharia civil em geral, projeto, construção e manutenção de instalações.
Aero Serviços, S. A. R. L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	50,00%	50,00%	63	63	963	(836)	-	-	A prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo e aeronaves e prática de outras actividades acessórias, conexas ou complementares.
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L.	(k)	Mindelo	Cabo-Verde	48,29%	48,29%	-	19.312	-	-	-	-	Comercialização de hidrocarbonetos e actividades acessórias.
						213.541	**221.200**					

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S. A.
(b) Participação detida pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.
(c) Participação detida pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.
(d) Participação detida pela Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.
(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.
(f) Participação detida pela Galp Energia España, S. A.
(g) Participação detida pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.
(h) Participação detida pela Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L.
(i) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S. A.. O montante mEuros 1.786 foi transferido para a rubrica participações financeiras em empresas conjuntamente controladas (Nota 4.1)
(j) Apesar de o Grupo deter apenas 5% do capital, o Grupo exerce uma influência significativa, motivo pelo qual a participação é valorizada tal como descrito na nota 2.2 c).
(k) Em 31 de dezembro de 2011, passou a ser incluída pelo método de consolidação integral (Nota 3 d)) .

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

Empresas		Saldo inicial	Aumento participação	Ganhos/ Perdas	Ajustamento conversão cambial	Ajustamento reservas cobertura	Resultados exercícios anteriores	Dividendos	Transferências/ Regularizações	Saldo final
Participações financeiras										
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd		71.247	-	43.306	2.822	-	-	(41.614)	-	75.761
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S. A.	(a)	56.854	16	7.904	-	-	(33)	(7.378)	-	57.363
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.		20.143	-	3.944	-	-	29	-	-	24.116
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.		17.600	-	3.316	-	-	-	(3.124)	-	17.792
Gasoduto Extremadura, S. A.		15.147	-	4.049	-	-	-	(3.874)	-	15.322
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.		6.044	-	1.919	-	(34)	611	-	-	8.540
Galp Disa Aviacion, S. A.		5.143	-	1.429	-	-	64	(1.085)	-	5.551
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.		4.606	-	1.362	(711)	-	-	-	-	5.257
Metragaz, S. A.		1.395	-	357	4	-	-	(219)	-	1.537
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.		1.055	-	(61)	-	-	(1)	-	-	993
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.		492	-	71	-	-	-	-	-	563
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S. A. R. L	(c)	-	-	-	-	-	-	-	318	318
Energin - Sociedade de Produção de Eletricidade e Calor, S. A.		169	-	171	-	-	(113)	-	-	227
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.		144	-	13	-	-	(19)	-	-	138
Aero Serviços, S. A. R. L - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários		63	-	-	-	-	-	-	-	63
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L.	(b)	19.312	-	-	-	-	89	-	(19.401)	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(d)	1.786	-	-	-	-	-	-	(1.786)	-
		221.200	**16**	**67.780**	**2.115**	**(34)**	**627**	**(57.294)**	**(20.869)**	**213.541**

(a) Resultante do contrato de compra estabelecido para a aquisição da participação detida na CLH - Compañia Logística de Hidrocarboros, S. A., o custo da participação é anualmente revisto, até 10 anos a partir da data do contrato, face ao valor de vendas efetuado. O valor pago no exercício como adicional ao custo de compra ascende a mEuros 16.
(b) A subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L, passou a ser incluída no perímetro de consolidação (Nota 3). O montante de mEuros 19.401 registado em Transferências /Regularizações inclui Goodwill no montante de mEuros 4.329 e o montante de mEuros 15.072 correspondentes a 48,29% dos capitais próprios na subsidiária, detidos pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O montante respeitante ao Goodwill passou a ser registado na rubrica de Goodwill (Nota 12) e o montante de mEuros 15.072 foi substituído pela integração dos ativos, passivos e Interesses que não controlam da subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L (Nota 3).
(c) A Subsidiaria Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L, detêm 30% do capital da Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S. A. R. L.. O montante de mEuros 318 registado em Transferências /Regularizações, diz respeito ao valor que se encontrava reconhecido na rubrica de Participações financeiras em associadas nas demonstrações financeiras da subsidiaria Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. (Nota 3) no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.
(d) O controlo da subsidiária Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., é partilhado entre: a Galp Power, SGPS, S. A. e a Martifer Renewables, SGPS, S. A., detendo cada uma 50% do seu capital social. Assim, montante mEuros 1.786 foi transferido da rubrica participações financeiras em empresas associadas para a rubrica participações financeiras em empresas conjuntamente controladas.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	67.780
Empresas associadas - correções relativas a exercícios anteriores	627
Empresas conjuntamente controladas	3.964
Empresas conjuntamente controladas - correções relativas a exercícios anteriores	(12)
Efeito do acerto de preço de alienação de partes de capital de empresas do grupo e associadas:	
Acerto do valor da menos-valia ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 referente a alienação de 100% da participação da COMG - Comercialização de Gás, S. A.	(512)
Efeito da alienação de Ativos disponíveis para venda/Participações financeiras em empresas participadas:	
Menos-valia na alienação de 0,07% da participação da Central-E, S. A.	4
Diferenças de aquisição de partes de capital de empresas do grupo e associadas (Nota 3):	
Aquisição de 21,9461% da participação da Setgás Comercialização, S. A.	608
Aquisição de 14,2861% da participação da Lusitaniagás Comercialização, S. A.	122
Aquisição de 23,33% da participação da Galpbúzi - Agro-Energia, S. A.	(190)
Efeito do acerto do preço de aquisição de partes de capital de empresas do grupo e associadas:	
Acerto do custo de aquisição referente a participação da Galp Distribuición Oil España, S. A. U. ocorrida no exercicio findo em 31 de dezembro de 2008.	(187)
	72.204

Foi refletido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e associadas (Nota 4.1 e 4.2), o montante total de mEuros 64.769 relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de mEuros 64.969.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas no montante de mEuros 200 refere-se a diferenças cambiais favoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados.

O Goodwill positivo relativo a empresas associadas, que se encontra incluído na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas, conjuntamente controladas, foi objeto de teste de imparidade e efetuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era:

		2011	2010
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S. A.		47.545	47.545
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. (Nota 3 d))	(a)	-	4.329
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.		1.939	1.939
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.		143	143
		49.627	**53.956**

(a) Em 2011 a Enacol passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral, pelo que o Goodwill foi reclassificado para a rubrica de Goodwill (Nota 11).

4.3 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

	Sede Social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
Empresas	**Localidade**	**País**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos	Madrid	Espanha	n.d.	n.d.	1.808	1.808
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.	Porto	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.	Lisboa	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
Agene - Agência para a Energia, S. A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omegás - Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Ressa - Red Española de Servicios, S. A.	Barcelona	Espanha	n.d.	n.d.	23	23
Ambélis - Agência para a modernização Económica de Lisboa, S. A.	Lisboa	Portugal	2,00%	2,00%	20	20
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P. I. M.-Parque Industrial da Matola, S. A. R. L.	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	19	15
Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	13
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Moçambique	15,38%	15,38%	12	9
Cooperativa de Habitação da Petrogal , CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	7	7
Oil Insurance Limited	Hamilton	Bermuda	1,00%	1,00%	8	7
Outras empresas relacionadas e participadas	-	-	n.d.	n.d.	40	44
					3.116	**3.112**
Imparidades de Empresas Participadas						
Ambélis - Agência para a modernização Económica de Lisboa, S. A.					(7)	(7)
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.					(52)	(52)
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.					(145)	(145)
P. I. M.-Parque Industrial da Matola, S. A. R. L					(19)	(15)
					(223)	**(219)**
					2.893	**2.893**

As participações em participadas foram refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição tal como descrito na Nota 2.2 alínea c). O valor líquido contabilístico dessas participações ascende a mEuros 2.893.

5 • PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Rubricas	2011	2010
Vendas:		
de produtos	7.180.423	5.687.712
de mercadorias	9.182.248	8.059.694
	16.362.671	**13.747.406**
Prestação de serviços	**441.265**	**316.288**
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	62.740	84.310
Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12	39.274	38.684 a)
Subsídios à exploração	14.818	18.201 a)
Trabalhos para a própria empresa	144	188
Subsídios ao investimento (Nota 13)	9.684	8.482
Ganhos em imobilizações	14.705	3.077
Outros	41.976	48.465
	183.341	**201.407**
	16.987.277	**14.265.101**

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A variação na rubrica de Vendas deve-se essencialmente à subida das cotações internacionais dos produtos refinados, que teve como consequência o aumento dos preços de venda.

A rubrica de prestação de serviços e vendas inclui o montante de mEuros 19.135 relativos à atividade de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural dos quais (Nota 14):

- mEuros 25.473 positivos relativo ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados relativamente à atividade de distribuição, comercialização e armazenagem, referente ao 2º semestre do Ano Gás 2010-2011 e ao 1º semestre do Ano Gás 2011-2012 (Ano civil 2011 na Nota 14);

- mEuros 3.380 positivos relativos ao ajuste efetuado pela ERSE na fixação dos desvios tarifários – proveitos permitidos das Empresas referentes ao segundo semestre do Ano Gás 2009;

- mEuros 12.237 negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente ao 1º semestre do Ano Gás 2009;

- mEuros 2.519 positivos relativos a amortização do ajustamento do Proveito Permitido Ano gás 2008-2009.

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a devolver no Ano Gás 2011-2012 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica de Outros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 inclui essencialmente o montante de (i) mEuros 14.498 referentes a venda de títulos de emissão de CO_2 (Nota 34);e (ii) mEuros 2.000 relativos à indemnização decorrente de um processo que a subsidiária CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A. apresentou em tribunal contra terceiros, devido ao não cumprimento de um contrato de construção. No exercício findo em 31 de dezembro a empresa recebeu mEuros 500 e os restantes mEuros 1.500 foram recebidos em janeiro de 2012 (Nota 14).

A diminuição da rubrica de Proveitos suplementares deve-se ao facto de no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 terem sido reconhecidos mEuros 29.998 relativos à renegociação do contrato de cessão e aluguer de fibra ótica com a Onitecom que culminou com a antecipação do prazo final do contrato para 31 de dezembro de 2010.

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

	2011	2010
Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12	(39.274)	(38.684) (a)
Proveitos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 6)	39.274	38.684 (a)
Margem	-	-

(a) Estes montantes foram reclassificados de forma a ficarem refletidos nas rubricas de Proveitos e de Custos Operacionais (Nota 6).

6 • CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram afetados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

Rubricas	2011	2010	
Custo das Vendas:			
Matérias primas e subsidiárias	7.375.031	5.906.526	
Mercadorias	5.007.003	3.550.149	
Imposto sobre produtos petrolíferos	2.429.888	2.725.778	
Variação da produção	(231.623)	(187.810)	
Imparidade de inventários (Nota 16)	6.075	4.922	
Derivados financeiros (Nota 27)	(16.695)	(2.935)	
	14.569.679	**11.996.630**	
Fornecimento e serviços externos:			
Subcontratos - utilização de redes	215.082	117.559	
Transporte de mercadorias	117.037	112.226	
Armazenagem e enchimento	79.637	80.166	
Rendas e alugueres	74.846	83.259	
Conservação e reparação	53.092	51.087	
Seguros	26.162	29.389	
Comissões	22.229	20.935	
Publicidade	19.320	22.644	
Subcontratos	10.967	12.207	
Royalties	11.678	4.530	
Serviços e taxas portuárias	9.585	8.378	
Outros serviços especializados	152.708	121.895	
Outros fornecimentos e serviços externos	63.465	62.447	
Outros custos	58.427	54.330	
	914.235	**781.052**	
Custos com pessoal:			
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	5.403	5.053	
Remunerações do pessoal	217.761	230.709	
Encargos sociais	54.251	52.648	
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 23)	40.019	45.068	(a)
Outros gastos	9.285	10.892	
	326.719	**344.370**	
Amortizações. depreciações e imparidades:			
Amortizações e imparidades de ativos tangíveis (Nota 12)	326.499	272.819	
Amortizações e imparidades de ativos intangíveis (Nota 12)	43.595	26.404	
Amortizações e imparidades de acordos de concessão (Nota 12)	33.864	31.981	
	403.958	**331.204**	
Provisões e imparidade de contas a receber			
Provisões e reversões (Nota 25)	19.890	67.962	
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	22.431	12.865	
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	1.593	2.440	
	43.914	**83.267**	
Outros custos operacionais			
Outros impostos	15.240	12.381	
Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 5)	39.274	38.684	(b)
Perdas em Imobilizações	1.861	3.774	
Outros custos operacionais	30.717	24.641	
	87.092	**79.480**	
	16.345.597	**13.616.003**	

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

(b) Estes montantes foram reclassificados de forma a ficarem refletidos nas rubricas de Proveitos e de Custos Operacionais (Nota 5).

A variação na rubrica de Custo das vendas deve-se essencialmente á subida das cotações internacionais dos produtos refinados, que teve como consequência o aumento dos preços de compra.

A rubrica de Subcontratos - utilização de redes refere-se às tarifas de utilização da i) rede de distribuição (URD);ii) da rede de transporte (URT); e iii) de utilização global de sistema (UGS).

O montante de mEuros 215.082 registado nesta rubrica inclui essencialmente o montante de mEuros 70.070 debitado pela Ren Gasodutos e mEuros 80.183 debitados pela Madrileña Red de Gas. O aumento verificado deve-se principalmente ao facto, das subsidiárias Madrileña Suministro de Gas, S. L. e Madrileña Suministro de Gas SUR, S. L., terem sido adquiridas em 30 de abril de 2010, e consequentemente só passaram a ser incluídas no perímetro de consolidação a partir dessa data.

A variação ocorrida na rubrica de Amortizações, depreciações e imparidades face ao período homólogo refere-se essencialmente ao aumento de:

- mEuros 41.958 na subsidiária Petrogal Brasil, S. A., que se deve ao facto de no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 terem sido transferidos de imobilizado em curso para equipamento básico os investimentos no Campo Lula (bloco BMS11), aumentando assim as respetivas amortizações do exercício, tendo sido constituídas imparidades para fazer face ao abate das despesas de pesquisa e dos direitos (bónus assinatura) nos blocos da bacia de Santos e Potiguar (Brasil), sem viabilidade económica.

	2011	2010
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	17.479	186
Imparidades de ativos tangíveis e intangíveis	36.602	11.937
	54.081	**12.123**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram utilizadas imparidades no montante de mEuros 34.814.

- mEuros 7.926 na subsidiária Galp Exploração e Produção (Timor Leste), S. A. relativos à imparidade constituída nos Blocos A PSC S06-1, B PSC S06-2, E PSC S06-4 e H PSC S06-5 devido à baixa prospeção encontrada.

- mEuros 2.598 na subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. que se deve ao facto da empresa ter sido incluída no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A rubrica de outros custos operacionais inclui o montante de mEuros 1.084 referente a donativos à Fundação Galp Energia.

7 • INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- Exploração e produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio "outros", o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S. A., e empresas com atividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S. A. e a Galp Energia, S. A., tratando-se de uma resseguradora e de uma prestadora de serviços ao nível corporativo, respetivamente.

Na Nota 1 é apresentada uma descrição das atividades de cada um dos segmentos de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Gás Natural e Eletricidade		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	
	2011	2010(*)	2011	2010(*)
Proveitos				
Vendas e Prestações Serviços	2.275.174	1.735.735	14.691.736	12.388.372
Inter-segmentais	228.474	128.121	64.609	1.124
Externas	2.046.700	1.607.614	14.627.127	12.387.248
EBITDA (1)	**297.782**	**273.981**	**524.921**	**595.603**
Gastos não Desembolsáveis				
Amortizações e Perdas por Imparidade	(50.017)	(41.195)	(197.202)	(178.796)
Provisões	(3.870)	(42.471)	(26.412)	(8.698)
Resultados Segmentais IAS/IFRS	**243.895**	**190.315**	**301.307**	**408.109**
Resultados relativos Particip. Financeiras	56.643	55.519	16.463	18.843
Outros Result. Não Operacionais	(21.253)	(17.982)	(134.978)	(96.940)
Imposto sobre o Rendimento	(78.223)	(61.090)	(29.847)	(53.116)
Interesses que não controlam	(5.653)	(3.234)	(3.771)	(3.189)
Resultado Líquido consolidado do exercício	**195.409**	**163.528**	**149.174**	**273.707**
Em 31 dezembro 2011 e 31 de dezembro de 2010				
OUTRAS INFORMAÇÕES				
Ativos do Segmento (2)				
Participações Financeiras (3)	138.600	128.188	108.440	127.458
Outros Ativos	2.187.937	1.920.956	6.793.955	6.019.385
Ativos Totais Consolidados	2.326.537	2.049.144	6.902.395	6.146.843
Passivos Totais Consolidados	1.408.193	1.421.869	6.590.208	5.820.812
Investimento Ativos Tangíveis e Intangíveis	54.975	86.955	641.013	820.199

(*) Valores reexpressos face às contas publicadas conforme nota 2.1 ABDR

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e Prestações de Serviços Inter-segmentais

Segmentos	Gás e Power	Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	Exploração e Produção	Outros	TOTAL
Gás Natural e Eletricidade	na	64.031	-	23.812	87.843
Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	228.474	na	285.228	75.218	588.920
Exploração e Produção	-	34	na	5.178	5.212
Outros	-	544	-	na	544
	228.474	**64.609**	**285.228**	**104.208**	**682.519**

As principais transações inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Gás e Power: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Leixões e Sines (Refinação e distribuição de produto petrolíferos);

- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos: abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;

- Exploração e Produção: venda de crude ao segmento de Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;

- Outros: serviços de *back-office* e de gestão.

Exploração e Produção		Outros		Eliminações		Consolidado	
2011	2010(*)	2011	2010(*)	2011	2010(*)	2011	2010(*)
395.803	214.025	123.742	131.318	(682.519)	(405.756)	16.803.936	14.063.694
285.228	164.588	104.208	111.923	(682.519)	(405.756)	-	-
110.575	49.437	19.534	19.395	-	-	16.803.936	14.063.694
252.313	**186.379**	**11.266**	**6.539**	**3.270**	**1.067**	**1.089.552**	**1.063.569**
(153.589)	(108.859)	(3.150)	(2.354)	-	-	(403.958)	(331.204)
(13.739)	(28.732)	107	(3.366)	-	-	(43.914)	(83.267)
84.985	**48.788**	**8.223**	**819**	**3.270**	**1.067**	**641.680**	**649.098**
(191)	65	(711)	(593)	-	-	72.204	73.834
(411)	(1.032)	37.226	18.759	(3.270)	(1.067)	(122.686)	(98.262)
(29.901)	(45.866)	(11.121)	(6.365)	-	-	(149.092)	(166.437)
-	-	-	-	-	-	(9.424)	(6.423)
54.482	**1.955**	**33.617**	**12.620**	**-**	**-**	**432.682**	**451.810**
59.612	30.045	170	171	-	-	306.822	285.862
1.351.494	1.188.536	3.614.264	3.186.346	(4.099.055)	(3.453.570)	9.848.595	8.861.653
1.411.106	1.218.581	3.614.434	3.186.517	(4.099.055)	(3.453.570)	10.155.417	9.147.515
281.556	171.884	3.033.061	2.541.109	(4.099.056)	(3.453.570)	7.213.962	6.502.104
274.202	341.474	4.912	4.578	-	-	975.102	1.253.206

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas susceptíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

Segmentos geográficos

Os proveitos das vendas e prestações de serviços e os ativos totais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 respeitam essencialmente à atividade desenvolvida em Portugal e Espanha. A atividade de exploração e produção é essencialmente desenvolvida em Angola e Brasil. A componente da atividade localizada em Espanha, respeitante a atividade de distribuição e comercialização de combustíveis e gás natural que têm a seguinte composição:

	Proveitos das vendas e prestações de serviços		Ativos totais	
Área geográfica	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Espanha	4.788.645	3.794.634	1.706.523	1.711.885

8 • PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Rubricas	**2011**	**2010**
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	6.958	3.881
Outros proveitos financeiros	11.336	21.727
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	2.101	1.627
	20.395	**27.235**
Custos financeiros:		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(156.114)	(94.100)
Juros capitalizados nos ativos fixos	59.325	27.067
Outros custos financeiros	(43.396)	(46.264)
Juros suportados relativos a outros acionistas	(223)	(225)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	(128)	(110)
	(140.536)	**(113.632)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 59.325, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção.

A rubrica de outros proveitos financeiros e outros custos financeiros inclui os montantes de mEuros 10.714 e mEuros 9.371 respetivamente referentes às operações de Trading de Energia, negociando contratos de futuros de CO_2 e de eletricidade na Bolsa ICE (Ice Futures Europe Exchange) e OMIP Futures.

9 • IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo com sede em Portugal Continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 90% passaram, a partir de 31 de dezembro de 2001, a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S. A.

A partir do exercício de 2010, as empresas do grupo com sede em Portugal, passaram a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com o normativo IFRS/IAS, sendo esse também o normativo aplicável para efeitos de determinação dos resultados tributáveis do exercício.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 representa um imposto a recuperar no montante de mEuros 9.251.

As empresas com sede fiscal em Espanha, e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 75% passaram a partir do exercício de 2005 a ser tributadas numa óptica consolidada. Neste momento, a referida consolidação fiscal é efetuada pela Petrogal S. A. – Sucursal em Espanha.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

(i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

(ii) Durante os exercícios de 2001 a 2011, a subsidiária Petrogal, S. A. foi objeto de diversas inspeções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2008 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos v) a xii) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.

(iii) Durante o exercício de 2009, foi concluída uma ação de inspeção ao exercício de 2005 e de 2006 da Galp Energia, SGPS, S. A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal SGPS, S. A., cujas correções são resumidas no ponto ix) seguinte.

(iv) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2009 a 2010 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que, as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2001, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correção à matéria coletável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respetivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal apresentou reclamações graciosas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos. No decorrer do exercício de 2006, a reclamação relativa ao exercício de 1998 foi indeferida. Por não concordar com o indeferimento, a Petrogal apresentou impugnação judicial da decisão proferida. Relativamente a reclamação graciosa respeitante ao exercício de 2009, a mesma também foi indeferida, tendo a empresa optado por não contestar a decisão tendo procedido ao pagamento do imposto devido no decurso do exercício de 2011.Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 não incluem qualquer provisão para fazer face a esta contingência.

(vi) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria coletável comunicada a Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respetivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de mEuros 11.865. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 7.394 (Nota 25 e 33).

(vii) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspeção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correção à matéria coletável comunicada à Petrogal no montante de mEuros 12.098 a que corresponde uma liquidação de mEuros 5.265, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de mEuros 2.568 tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.

(viii) Conforme mencionado nos pontos ii) e iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspeção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia SGPS e das subsidiárias Petrogal, S. A. e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A.. Desta, resultaram correções às matérias colectáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de mEuros 23.587, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de mEuros 27.010. Por não concordar com a correção efetuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efetuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apoiada pelos seus consultores fiscais e legais, apresentou uma reclamação graciosa e ainda a respetiva impugnação judicial onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, tendo a Galp Energia SGPS, S. A. constituído provisão pelo montante de mEuros 3.230 e a sua subsidiária GDP SGPS pelo montante de 2.092 para esse efeito (Nota 25 e 33).

(ix) Adicionalmente e em consequência de processos inspetivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal S.A foram objeto de correções que originam montantes de imposto a pagar de mEuros 479 e mEuros 190, respetivamente. Por discordar parcialmente das correções efectuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de mEuros 304 relativamente ao exercício de 2006 e de mEuros 87 relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou ou irá apresentar a respetiva Reclamação Graciosa.

(x) No decurso do exercício de 2011, a subsidiária Petrogal, S. A. foi alvo de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2008, tendo desta resultado correções ao Lucro Tributável a que corresponde um imposto a pagar de mEuros 492. Por discordar de parte das correções antes referidas, a empresa irá apresentar no prazo legal a respetiva reclamação graciosa. Nesta data, encontra-se em curso a inspeção fiscal incidente sobre o exercício de 2009 da subsidiária Petrogal S. A.

(xi) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, S. A. em consequência de processo inspectivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objeto de uma correção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de mEuros 4.577. Atendendo ao facto da referida correção respeitar um aspecto meramente formal, a Empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a Empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico onde contesta a antedita correção, tendo ambos sido indeferidos. A empresa por manter a convicção da sua razão apresentou impugnação judicial das decisões antes referidas, não tendo considerado qualquer provisão para esse efeito.

(xii) Relativamente à subsidiária Galp Energia España, existem um conjunto de processos em contencioso com a Administração Tributária espanhola e que se relacionam essencialmente com as correções comunicadas à Empresa em sede de impostos de sociedades dos exercícios de 1990 a 2003 e que ascendem a um montante de mEuros 4.125 (Nota 25). A Empresa entendeu constituir uma provisão pela totalidade do valor suprarreferido.

(xiii) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP") determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de dezembro de 2011 encontram-se pendentes de pagamento as liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas às correções existentes com respeito aos exercícios de 2008 e 2009 e que se encontram em discussão com o Ministério das Finanças de Angola. O Grupo entendeu proceder a constituição de uma provisão para esse efeito. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão constituída ascende a mEuros 1.795 (Nota 25).

(xiv) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal e desde que gerados em exercícios anteriores a 2010 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, sendo que os prejuízos fiscais gerados a partir de 2010 são reportáveis apenas por quatro exercícios. No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do grupo com sede em território Brasileiro, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. No que se refere aos prejuízos fiscais das empresas do grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 anos. O Grupo entendeu registar impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas seguras de recuperação. Em 31 de dezembro de 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente mEuros 122.184 e respeitavam essencialmente a empresas com sede em Espanha e no Brasil nos montantes de mEuros 101.365 e mEuros 20.819 respetivamente.

(xv) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respetivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos nos casos em que não haja lugar a dedução por dispensa de dupla tributação económica.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados como segue:

Rubricas	**2011**	**2010**
Imposto corrente	127.399	171.766
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(19.534)	(13.379)
Imposto diferido	41.227	8.050
	149.092	**166.437**

No decurso do exercício de 2011 a Empresa reconheceu o montante de mEuros 15.763 relativo ao excesso da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício de 2010, o qual se deveu essencialmente à inclusão dos benefícios fiscais relativos a investimentos no Regime Fiscal ao Investimento (RFAI) e do Sistema de Incentivos Fiscais a Investigação e Desenvolvimento Industriais (Sifide), na declaração fiscal de 2010 não incluídos na estimativa de imposto a 31 de dezembro de 2010.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e o detalhe dos impostos diferidos:

Rubricas	2011	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2010	Taxa	Imposto sobre o rendimento
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo IFRS/IAS:	**591.198**	**29,00%**	**171.447**	**624.670**	**29,00%**	**181.154** (a)
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Equivalência patrimonial		-1,38%	(8.148)		-0,85%	(5.315)
Benefícios fiscais		-0,15%	(858)		-0,14%	(902)
Realizações de utilidade social		0,55%	3.240		0,14%	904
Diferenças de taxa de imposto		2,11%	12.501		2,98%	18.603
Prejuízos fiscais sem constituição de impostos diferidos		0,24%	1.390		0,00%	-
Outras deduções à colecta		-1,19%	(7.055)		0,00%	-
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior		-3,30%	(19.534)		-2,14%	(13.379)
Tributação autónoma		0,22%	1.310		0,18%	1.151
Outros acréscimos e deduções		-0,88%	(5.201)		-2,53%	(15.780)
Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros		**25,22%**	**149.092**		**26,64%** (a)	**166.437**

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o Grupo suportou, relativamente ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) pago pela sua subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. em Angola, o montante de mEuros 42.568, determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção ("CPP") em que o Grupo participa.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

	Impostos Diferidos 2011 - Ativos						
Rubricas	**Saldo inicial**	**Efeitos em resultados**	**Efeito em capital próprio**	**Efeito da variação cambial**	**Variação do perímetro de consolidação**	**Outros ajustamentos**	**Saldo final**
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	4.545	(1.466)	-	4	-	1.112	4.195
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	9.698	26.742	-	1.404	-	(18.232)	19.612
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor	157	(157)	-	-	-	-	-
Ajustamentos em existências	217	1.383	-	13	-	-	1.613
Ajustamentos Overlifting	918	9.878	-	-	-	-	10.796
Benefícios de reforma e outros benefícios	84.119 (a)	(2.107)	1.361	-	-	-	83.373
Dupla tributação económica	18.324	(13.079)	-	-	-	-	5.245
Instrumentos financeiros	1.521	(13)	(961)	-	-	-	547
Prejuízos fiscais reportáveis	66.248	(40.159)	21.534	(1.823)	-	(290)	45.510
Provisões não aceites fiscalmente	33.356 (a)	(11.783)	-	-	83	-	21.656
Outros	3.871	1.506	-	-	90	6	5.473
	222.974	**(29.255)**	**21.934**	**(402)**	**173**	**(17.404)**	**198.020**

	Impostos Diferidos 2011 - Passivos						
Rubricas	**Saldo inicial**	**Efeitos em resultados**	**Efeito em capital próprio**	**Efeito da variação cambial**	**Variação do perímetro de consolidação**	**Outros ajustamentos**	**Saldo final**
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(3)	(1.347)	-	(206)	-	-	(1.556)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(17.119)	-	-	-	-	17.119	-
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor	(20.412)	2.977	-	-	-	(5.875)	(23.310)
Ajustamentos Underlifting	-	(1.850)	-	-	-	-	(1.850)
Benefícios de reforma e outros benefícios	(5.303) (a)	1.349	-	-	-	-	(3.954)
Dividendos	(35.319)	(12.791)	-	-	-	-	(48.110)
Instrumentos financeiros	(174)	-	(299)	-	-	-	(473)
Reavaliações contabilísticas	(4.601)	306	-	48	-	33	(4.214)
Outros	(1.344)	(616)	-	12	-	929	(1.019)
	(84.275)	**(11.972)**	**(299)**	**(146)**	**-**	**12.206**	**(84.486)**

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

A variação do imposto diferido refletido no Capital Próprio nas rubricas de reservas de cobertura e em benefícios de reforma e outros benefícios, no montante de mEuros 117 negativos referem-se às variações dos impostos diferidos das referidas rubricas das empresas consolidadas no montante negativo de mEuros 101 subtraído do imposto diferido referente a interesses que não controlam no montante de mEuros 16.

O montante de mEuros 21.534 com efeito em Capital Próprio refere-se ao imposto diferido resultante da reclassificação das diferenças cambiais (Nota 20).

Os Outros ajustamentos refletidos nos Impostos diferidos ativos e passivos, nos montantes de mEuros 17.404 e mEuros 12.206, respetivamente, incluem uma reclassificação entre impostos diferidos ativos e passivos no montante de mEuros 17.119.

10 • RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011	2010
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (resultado líquido consolidado do exercício)	432.682	451.810 (a)
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por ação básico (valores em Euros):	**0,52**	**0,54** (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11 • GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

			Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição			Movimento do Goodwill				
Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	%	Montante	2010	Aumentos/ (Diminuições) por imputação do justo valor	Diferenças cambiais (g)	Aumento	Diminuições	2011
Galp Energia España, S. A.										
Galp Comercializacion Oil España, S. L. (a)	2008	176.920	100,00%	129.471	47.449	-	-	-	-	47.449
Petróleos de Valência, S. A. Sociedad Unipersonal (a)	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	-	-	-	-	7.838
Galp Distribuición Oil España, S. A. U. (b)	2008	172.822	100,00%	123.611	49.211	-	-	-	-	49.211
					104.498	**-**	**-**	**-**	**-**	**104.498**
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.							**-**			
Galp Comercialização Portugal, S. A. (c)	2008	146.000	100,00%	69.027	50.556	-	-	-	-	50.556
					50.556	**-**	**-**	**-**	**-**	**50.556**
Madrileña Suministro de Gas S. L.	2010	43.356	100,00%	12.641	44.274 (d)	(10.349)	-	-	(3.210) (e)	30.715
Galp Swaziland (PTY) Limited	2008	18.117	100,00%	651	17.466	-	(1.203)	-	-	16.263
Madrileña Suministro de Gas SUR S. L.	2010	12.523	100,00%	3.573	9.275 (d)	(1.207)	-	882 (e)	-	8.950
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S. L. U.	2003	6.938	100,00%	1.370	5.568	-	-	-	-	5.568
Galp Gambia, Limited	2008	6.447	100,00%	1.693	4.754	-	(280)	-	-	4.474
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L	2007 e 2008	8.360	15,77%	4.031	-	-	-	4.329 (f)	-	4.329
Galp Moçambique, Lda.	2008	5.943	100,00%	2.978	2.965	-	62	-	-	3.027
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S. A.	2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	-	-	-	-	1.640
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A.	2002/3 e 2007/8/9	1.440	1,543%	856	584	-	-	-	-	584
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S. A.	2007	720	10,00%	190	530	-	-	-	-	530
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S. A.	2005	50	100,00%	(353)	403	-	-	-	-	403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.	2005	858	67,65%	580	278	-	-	-	-	278
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S. A.	2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	-	-	-	-	51
					242.842	**(11.556)**	**(1.421)**	**5.211**	**(3.210)**	**231.866**

(a) As subsidiárias Petróleos de Valência, S. A. Sociedad Unipersonal e Galp Comercializacion Oil España, S. L. foram integradas na Galp Energia España, S. A., através de um processo de fusão por incorporação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Galp Distribuición Oil España, S. A. U., foi integrada na Galp Energia España, S. A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Nota 3 e)).

(c) A subsidiária Galp Comercialização Portugal, S. A., foi integrada na Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(d) Goodwill calculado provisoriamente na data de aquisição.

(e) Acertos ao preço de compra das participações. Os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos foram ajustadas em 2011 com referência à data de aquisição, tal como previsto pela IFRS 3.

(f) A subsidiária passou a estar incluída no perímetro de consolidação (Nota 3 d) e Nota 4.2).

(g) As diferenças cambiais resultam da conversão do Goodwill registado na moeda funcional das empresas, para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras (Nota 2.2 d)).

O apuramento final do Justo Valor dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes das aquisições foi efetuado como se segue:

Madrileña Suministro de Gas, S. L.
Em 30 de abril de 2010, o Grupo Galp Energia adquiriu 100% das ações da empresa Madrileña Suministro de Gas, S. L., cuja atividade é a comercialização de gás natural em regime livre, que inclui a venda de gás natural a clientes finais não regulados, que abrangem trinta e oito municípios adjacentes à cidade de Madrid. O negócio inclui ainda o fornecimento de energia elétrica e outros serviços de valor acrescentado.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e Goodwill são como seguem:

Custo da aquisição	46.566
Ajuste ao preço de aquisição	(3.210)
Justo valor dos ativos líquidos adquiridos	12.641
Goodwill	**30.715**

O Goodwill é atribuído à rendibilidade do negócio, bem como às sinergias já obtidas e que se espera obter com a integração do negócio na estrutura já existente do grupo Galp Energia.

Os ativos e passivos (apresentados de forma agregada) resultantes da aquisição são como seguem:

Rubricas	Valor líquido contabilístico na data da compra	Justo Valor	Variação para o Justo Valor
ATIVO			
Ativos intangíveis - Carteira de Clientes (Nota 12)	-	16.005	(16.005)
Outras contas a receber	383	74	309
Clientes	23.812	22.085	1.727
Outras contas a receber	313	313	-
Caixa e seus equivalentes	9.841	9.841	-
Total do ativo:	**34.349**	**48.318**	**(13.969)**
PASSIVO			
Passivos por impostos diferidos	-	4.801	(4.801)
Outras contas a pagar	6	6	-
Fornecedores	26.763	25.582	1.181
Outras contas a pagar	5.288	5.288	-
Total do passivo:	**32.057**	**35.677**	**(3.620)**
Ativos menos Passivos	**2.292**	**12.641**	**(10.349)**

O Justo Valor, Goodwill e restantes valores contabilísticos apresentados no exercício de 2010 foram apurados provisoriamente. Os valores agora apresentados são finais.

Durante o exercício de 2011 foram reconhecidos em resultados do exercício os respectivos efeitos contabilísticos associados ao apuramento do Justo Valor em conformidade com os normativos contabilísticos. Os impactos em resultados são apresentados como se segue:

Amortização-Justo Valor atribuído à Carteira de Clientes (Nota 12)	5.928
Imposto diferido	(1.778)
Outros custos operacionais	855
Impacto em resultados	**5.005**

O impacto total do reconhecimento parcial do Justo Valor na demonstração de resultados do exercício de 2011 resultou numa diminuição de resultados líquidos consolidados em mEuros 5.005.

Madrileña Suministro Gas SUR, S. L.
Em 30 de abril de 2010, o Grupo Galp Energia adquiriu 100% das ações da empresa Madrileña Suministro de Gas SUR, S. L., cuja atividade é a comercialização de gás natural em regime regulado, que inclui a venda de gás natural a clientes finais regulados, que abrangem trinta e oito municípios adjacentes à cidade de Madrid. O negócio inclui ainda o fornecimento de energia elétrica e outros serviços de valor acrescentado.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e Goodwill são como seguem:

Custo da aquisição	11.641
Ajuste ao preço de aquisição	882
Justo valor dos ativos líquidos adquiridos	3.573
Goodwill	**8.950**

O Goodwill é atribuído à rendibilidade do negócio, bem como às sinergias já obtidas e que se espera obter com a integração do negócio na estrutura já existente do grupo Galp Energia.

Os ativos e passivos (apresentados de forma agregada) resultantes da aquisição são como seguem:

Rubricas	Valor líquido contabilístico na data da compra	Justo valor	Variação para o justo valor
ATIVO			
Ativos intangíveis - Carteira de Clientes (Nota 12)	-	3.578	(3.578)
Clientes	32.128	25.657	6.471
Outras contas a receber	37	37	-
Caixa e seus equivalentes	10.179	10.179	-
Total do ativo:	**42.344**	**39.451**	**2.893**
PASSIVO			
Passivos por impostos diferidos	-	1.073	(1.073)
Fornecedores	39.676	34.503	5.173
Outras contas a pagar	239	239	-
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	63	63	-
Total do passivo:	**39.978**	**35.878**	**4.100**
Ativos menos Passivos	**2.366**	**3.573**	**(1.207)**

Os valores de Justo Valor, Goodwill e restantes valores contabilísticos apresentados no exercício de 2010 foram apurados provisoriamente. Os valores agora apresentados são finais.

Durante o exercício de 2011 foram reconhecidos em resultados do exercício os respectivos efeitos contabilísticos associados ao apuramento do Justo Valor em conformidade com os normativos contabilísticos. Os impactos em resultados são apresentados como se segue:

Amortização-Justo Valor atribuído à Carteira de Clientes (Nota 12)	1.325
Imposto diferido	(398)
Outros custos operacionais	1.298
Impacto em resultados	**2.225**

O impacto total do reconhecimento parcial do Justo Valor na demonstração de resultados do exercício de 2011 resultou numa diminuição de resultados líquidos consolidados em mEuros 2.225.

Análise de imparidade do Goodwill

Na análise da imparidade do Goodwill, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC ("Weighted Average Cost of Capital") do Grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

		Pressupostos		
Unidade geradora de caixa	**Modelo de avaliação**	**Fluxos de caixa**	**Fator de crescimento**	**Taxas de desconto**
Participação Financeira (compreendida em segmentos de negócios)	DCF (Discounted Cash-Flow)	Volume de vendas de orçamentado para 5 anos	Modelo de Gordon com factor de crescimento para a perpetuidade de 2%	WACC entre: R&D [7%-11,6%] E&P [9,9%-16,4%] G&P [6%-9,4%]

De acordo com os pressupostos definidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não se verificaram perdas por imparidades na rubrica do Goodwill.

Foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da WACC e dos fluxos de caixa em mais e menos 10%, das quais não resultavam igualmente quaisquer imparidades.

12 • ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios
Custo de aquisição:					
Saldo em 01 de janeiro	**284.353**	**861.243**	**4.045.914**	**25.574**	**3.956**
Adições	51	1.542	7.690	403	126
Abates/vendas	(301)	(1.985)	(20.520)	(598)	(36)
Regularizações	529	1.183	(424)	(109)	8
Transferências	125	13.634	686.451	364	522
Variação de perímetro (Nota 3)	859	10.816	15.551	5.456	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro	**285.616**	**886.433**	**4.734.662**	**31.090**	**4.576**
Saldo de imparidades em 01 de janeiro	**(2.765)**	**(16.935)**	**(15.397)**	**-**	**(63)**
Aumento de Imparidades	(983)	(183)	(1.098)	-	-
Reversões de Imparidades	15	541	-	-	-
Utilização/transferências de imparidades	(574)	1.492	42	-	-
Saldo de imparidades em 31 de dezembro	**(4.307)**	**(15.085)**	**(16.453)**	**-**	**(63)**
Saldo em 31 de dezembro	**281.309**	**871.348**	**4.718.209**	**31.090**	**4.513**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 01 de janeiro	**(1.725)**	**(536.263)**	**(3.123.707)**	**(22.176)**	**(3.578)**
Depreciações do exercício	(165)	(32.417)	(233.308)	(1.809)	(221)
Abates/venda	2	1.568	19.908	533	36
Regularizações	22	(679)	1.066	64	(4)
Transferências	148	(213)	(29.588)	(108)	-
Variação de perímetro (Nota 3)	-	(4.343)	(10.680)	(3.317)	-
Saldo Acumulado em 31 de dezembro	**(1.718)**	**(572.347)**	**(3.376.309)**	**(26.813)**	**(3.767)**
Valor líquido:					
em 31 de dezembro	**279.591**	**299.001**	**1.341.900**	**4.277**	**746**

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

As regularizações de ativos tangíveis no montante de mEuros 57.033 dizem respeito essencialmente à variação da posição à data de fecho da rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas no montante de mEuros 20.493, à conversão cambial dos ativos tangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira no montante de mEuros 36.302.

A variação do perímetro é proveniente da entrada e saída de ativos fixos, à data das alterações no perímetro de consolidação mencionadas na Nota 3.

Ativos tangíveis						
2011						2010
Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outras imoilizações tangíveis	Imobilizado em curso	Adiantamentos por conta ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
163.211	**155.209**	**153.956**	**2.005.867**	**23.792**	**7.723.075**	**6.575.177**
1.401	337	2.165	924.612	-	938.327	1.164.467
(3.438)	(3.040)	(1.190)	(24.147)	-	(55.255)	(64.830)
(42)	971	(52)	(38.604)	(20.493)	(57.033)	59.550
7.808	3.602	(52.791)	(665.082)	-	(5.367)	(5.616)
2.937	5.287	129	1.505	-	42.540	(5.673)
171.877	**162.366**	**102.217**	**2.204.151**	**3.299**	**8.586.287**	**7.723.075**
(1.232)	**(1)**	**(2.507)**	**(35.266)**	**-**	**(74.166)**	**(74.065)**
(85)	-	-	(35.499)	-	(37.848)	(13.163)
-	-	-	36	-	592	6.195
-	-	51	28.451	-	29.462	6.867
(1.317)	**(1)**	**(2.456)**	**(42.278)**	**-**	**(81.960)**	**(74.166)**
170.560	**162.365**	**99.761**	**2.161.873**	**3.299**	**8.504.327**	**7.648.909**
(130.927)	**(139.847)**	**(102.184)**	**-**	**-**	**(4.060.407)**	**(3.861.524)**
(10.449)	(5.287)	(5.587)	-	-	(289.243)	(267.190)
3.410	3.037	1.089	-	-	29.583	56.048
6	(483)	(10)	-	-	(18)	3.521
2.203	-	27.442	-	-	(116)	8.738
(2.046)	(4.198)	(99)	-	-	(24.683)	-
(137.803)	**(146.778)**	**(79.349)**	**-**	**-**	**(4.344.884)**	**(4.060.407)**
32.757	**15.587**	**20.412**	**2.161.873**	**3.299**	**4.159.443**	**3.588.502**

	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespasses	Reconversão de consumos para gás natural
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de janeiro	**4.539**	**465.102**	**24.341**	**18.809**
Adições	-	7.684	173	-
Abates/vendas	(4.082)	(51.248)	-	(18.258)
Regularizações	(13)	17.042	-	-
Transferências	(186)	19.765	(4.030)	-
Variação de perímetro (Nota 3)	-	98	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro	**258**	**458.443**	**20.484**	**551**
Saldo de imparidades em 01 de janeiro	**(5)**	**(4.763)**	**(236)**	**-**
Aumento de Imparidades	-	(9.969)	-	-
Reversões de Imparidades	-	-	-	-
Utilização Imparidades	-	9.036	-	-
Saldo de imparidades em 31 de dezembro	**(5)**	**(5.696)**	**(236)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**253**	**452.747**	**20.248**	**551**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 01 de janeiro	**(4.325)**	**(217.772)**	**(12.372)**	**(18.632)**
Amortizações do exercício	(11)	(32.991)	(585)	(33)
Abates/venda	4.088	35.496	-	18.258
Regularizações	10	(347)	116	-
Transferências	(15)	(1.977)	1.825	-
Variação de perímetro (Nota 3)	-	(69)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**(253)**	**(217.660)**	**(11.016)**	**(407)**
Valor líquido:				
em 31 de dezembro	**-**	**235.087**	**9.232**	**144**

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As amorttizações são apuradas conforme definidas na mesma nota.

As regularizações de ativos intangíveis no montante de mEuros 17.786 dizem respeito essencialmente ao justo valor atribuído à carteira de clientes das subsidiárias Madrileña Suministro de Gas S. L. e Madrileña Suministro de Gas Sur S. L., no montante de mEuros 19.583 (Nota 11), e ao montante negativo de mEuros 2.306 relativo à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro e consequentes aumentos nos ativos intangíveis nas subsidiárias.

As amortizações do exercício de 2011 e 2010 decompõem-se da seguinte forma:

	2011			2010		
	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Total	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Amortizações / depreciações do exercício	289.243	33.626	322.869	265.851	27.067	292.918
Amortizações do exercício acordos concessão	-	33.864	33.864	-	31.984	31.984
Aumento de imparidades	37.848	9.969	47.817	12.841	-	12.841
Diminuição de imparidades	(592)	-	(592)	(5.873)	(663)	(6.536)
Amortizações (Nota 6)	**326.499**	**77.459**	**403.958**	**272.819**	**58.388**	**331.207**

Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:
Os aumentos verificados nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 995.084 incluem essencialmente:

(i) Segmento de exploração e produção petrolífera
- mEuros 181.946 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- mEuros 40.135 relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola;
- mEuros 15.758 relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa;
- mEuros 10.835 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 4 em Moçambique;
- mEuros 9.525 relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 e 33 em Angola;
- mEuros 5.600 relativos a despesas do floating de LNG no Brasil;
- mEuros 4.921 relativos a despesas de pesquisa de gás natural em Angola;
- mEuros 2.983 relativos a despesas de pesquisa em blocos em Timor-Leste;
- mEuros 1.236 relativos a despesas de pesquisa dos blocos 3 e 4 no Uruguai.

Do total dos investimentos, foi transferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 os montantes de mEuros 198.822 e de mEuros 156.669 da rubrica de imobilizado em curso para a rubrica de equipamento básico referentes ao campo Lula no Brasil e ao Bloco 14 em Angola, respetivamente.

(ii) Segmento de gás e power
- mEuros 39.274 relativos à construção de infraestruturas (redes, ramais, lotes e outras infraestruturas) de gás natural abrangidos pela IFRIC 12 (Nota 5 e 6);
- mEuros 13.111 relativos ao início das atividades de concepção e construção das Centrais de Cogeração de Matosinhos e de Sines.

(iii) Segmento de refinação e distribuição de produtos petrolíferos
- As Refinarias de Sines e Matosinhos efetuaram investimentos industriais no montante de mEuros 600.067;
- mEuros 41.215 relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.

Ativos intangíveis

2011					2010
Outros ativos intangíveis	Acordos de concessão	Imobilizado em curso	Imobilizado em curso acordos concessão	Total de ativos intangíveis	Total de ativos intangíveis
1.291	**1.395.684**	**11.706**	**16.355**	**1.937.827**	**1.893.653**
1	252	10.135	38.512	56.757	62.593
(253)	(3.945)	-	-	(77.786)	(6.597)
27	-	17	-	17.073	5.511
(544)	36.824	(9.638)	(36.824)	5.367	(17.333)
-	-	-	-	98	-
522	**1.428.815**	**12.220**	**18.043**	**1.939.336**	**1.937.827**
-	**-**	**-**	**-**	**(5.004)**	**(5.499)**
-	-	-	-	(9.969)	-
-	-	-	-	-	663
-	-	-	-	9.036	(168)
-	**-**	**-**	**-**	**(5.937)**	**(5.004)**
522	**1.428.815**	**12.220**	**18.043**	**1.933.399**	**1.932.823**
(1.025)	**(370.824)**	**-**	**-**	**(624.950)**	**(569.558)**
(6)	(33.864)	-	-	(67.490)	(59.048)
247	2.626	-	-	60.715	4.915
(27)	1	-	-	(247)	585
290	-	-	-	123	(1.844)
-	-	-	-	(69)	-
(521)	**(402.061)**	**-**	**-**	**(631.918)**	**(624.950)**
1	**1.026.754**	**12.220**	**18.043**	**1.301.481**	**1.307.873**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante de mEuros 133.041, como resultado da atualização do cadastro de imobilizado que foi levada a cabo neste período e incluem:

(i) mEuros 34.687 relativos a abates relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação que na sua maioria se encontravam totalmente amortizados;
(ii) mEuros 33.535 relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos na bacia de Santos (Brasil) sem viabilidade económica;
(iii) mEuros 22.035 relativos a abates de despesas de desenvolvimento e venda de bens de gás natural os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados;
(iv) mEuros 15.525 relativos a abates nas refinarias de Matosinhos e de Sines;
(v) mEuros 6.210 relativos ao abate de direitos de superfície em Espanha.

Encontram-se constituídas imparidades de ativos imobilizados no montante de mEuros 87.897, os quais incluem mEuros 35.284 e mEuros 8.971,para fazer face à imparidade de blocos operados e não operados no Brasil e em Timor-Leste respectivamente.

No decorrer de 2011 foi incluído no perímetro de consolidação a subsidiária Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. (Nota 3), a qual acresceu à rubrica de Ativos tangíveis o montante de mEuros 42.540 em ativos brutos deduzidos de mEuros 24.683 de amortizações acumuladas, e à rubrica de Ativos intangíveis o montante de mEuros 98 em ativos brutos deduzidos de mEuros 69 de amortizações acumuladas.

A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de ativos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é composto como se segue:

	Ativo
Projetos de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos	705.012
Investimentos Industriais afetos às Refinarias	662.453
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	359.577
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	205.822
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e de Matosinhos	72,469
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique, Timor e Uruguai	34.796
Renovação e expansão da rede	28.313
Pesquisa de gás em Angola e Guiné	20.611
Floating LNG-Brasil	19.483
Pesquisa em Moçambique	16.942
Armazenagem subterrânea de gás natural	16.328
Construção de navio	9.984
Outros projetos	43.645
	2.195.435

13 • SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores acumulados recebidos de subsídios eram os seguintes:

	Valor recebido	
Programa	**2011**	**2010**
Programa Operacional Economia	223.921	223.972
Programa Energia	114.919	114.919
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513
Dessulfuração de Matosinhos	35.307	35.307
Protede	19.708	19.708
Interreg II	19.176	19.176
Programa Operacional Regional do Centro	1.907	1.907
Programa Operacional do Algarve	174	174
Sistemas de Incentivos à Inovação	102	-
Outros	21.569	21.569
	476.296	**476.245**
Valor acumulado reconhecido como proveito	(222.236)	(212.552)
Subsídios ao investimento por receber (Nota 14)	1	88
Subsídios a reconhecer (Nota 24)	**254.061**	**263.781**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 102, que têm origem no apoio a projetos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas. Ocorreu ainda a restituição de valores recebidos do Programa Operacional Economia mEuros 51, devido ao não cumprimento adequado dos procedimentos de contratação pública.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 foram reconhecidos na demonstração de resultados mEuros 9.684 e mEuros 8.482, respetivamente (Nota 5).

14 • OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

	2011		2010	
Rubricas	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	3.787	-	4.999	-
ISP	1.358	-	-	-
Outros	48	-	1.633	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	34.531	-	54.606	-
Taxas de subsolo	21.366	-	6.595	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	19.268	-	20.913	-
Subsídios à exploração a receber	15.203	-	11.488	-
Underlifting	14.146	-	21.318	-
Meios de pagamento	13.533	-	8.745	-
Adiantamentos a fornecedores	8.471	-	11.550	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	5.176	9.440	9.408	10.274
Over cash-call do parceiro Petrobrás em blocos operados	4.920	-	7.851	-
Processo Spanish Bitumen	2.568	-	2.568	-
Pessoal	2.260	-	2.173	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	757	-	2.406	-
Empréstimos a clientes	631	1.961	581	2.073
Contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações	459	-	1.252	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	258	47.657	132	53.675
Subsídios ao investimento a receber (Nota 13)	1	-	88	-
Contas a receber do consorcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	-	-	16.701	-
Outras contas a receber	69.538	19.531	55.263	24.538
	218.279	**78.589**	**240.270**	**90.560**
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas	127.114	-	88.499	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	60.471	-	53.446	-
Acertos de desvio tarifário - "pass through" - regulação ERSE	19.402	-	14.090	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE	12.632	92.475	74.274	-
Neutralidade financeira - regulação ERSE	8.733	-	-	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	5.150	-	5.072	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	2.469	-	2.492	-
Compensações pela uniformidade tarifária	1.008	-	1.381	-
Rappel a receber sobre compras	863	-	523	-
Juros a receber	342	-	148	-
Indemnizações a receber	12	-	10.000	-
Outros acréscimos de proveitos	19.861	-	13.671	-
	258.057	**92.475**	**263.596**	**-**
Custos diferidos:				
Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	36.642	-	39.807	-
Juros e outros encargos financeiros	8.325	-	8.988	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.152	-	197	-
Custos com catalisadores	1.625	-	3.237	-
Seguros pagos antecipadamente	364	-	387	-
Benefícios de reforma (Nota 23)	-	-	-	- (a)
Outros custos diferidos	17.346	278	14.595	-
	66.454	**278**	**67.211**	**-**
	542.790	**171.342**	**571.077**	**90.560** (a)
Imparidade de outras contas a receber	(10.716)	-	(8.898)	-
	532.074	**171.342**	**562.179**	**90.560** (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro (nota 3)	Saldo final
Outras contas a receber	8.898	1.877	(284)	(429)	(87)	741	10.716

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de Outras contas a receber no montante líquido de mEuros 1.593 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

A rubrica de taxas de subsolo no montante de mEuros 21.366 refere-se a taxas de ocupação de subsolo já pagas às Câmaras Municipais. De acordo, com o Contrato de Concessão da atividade de Distribuição de Gás Natural entre o Estado Português e as empresas do Grupo e de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 8 de abril, as empresas têm o direito de repercutir para as entidades comercializadoras ou para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação de subsolo liquidado às autarquias locais que integram a área de concessão.

O montante de mEuros 19.268 na rubrica de Outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de dezembro.

A rubrica de subsídios à exploração a receber no montante de mEuros 15.203 é referente a compensações à exploração atribuídas pelo Governo de Moçambique à Petrogal Moçambique e pelo Fundo Regional de Coesão dos Açores à Galp Açores, em virtude da fixação dos preços de venda de combustíveis.

O montante de mEuros 14.146 registado na rubrica de Outras contas a receber – Underlifting corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (underlifting) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2011.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 13.533 diz respeito a valores a receber por vendas efetuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de dezembro de 2011 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 14.616 registado na rubrica Outras contas a receber - empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica Outras contas a receber não corrente inclui o montante de mEuros 10.000 referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S. A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S. A. em 3 de dezembro de 2009, o qual é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um "spread" de 3,12% ao ano, cujo recebimento está previsto ocorrer em 3 de dezembro de 2016.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não faturadas refere-se essencialmente à faturação de consumo de gás natural de dezembro a emitir a clientes em janeiro e corresponde essencialmente à faturação a emitir pela Galp Gás Natural, S. A., pela Madrileña Suministro de Gas, pela Madrileña Suministro de Gas SUR, pela Transgás, S. A. e pela Lisboagás Comercialização, S. A., nos montantes de mEuros 39.714, mEuros 22.545, mEuros 21.182, mEuros 6.526 e mEuros 5.799, respetivamente.

A rubrica de acréscimos de proveitos – Outros acréscimos de proveitos inclui, ainda mEuros 1.500 referentes à indemnização decorrente de um processo interposto pela subsidiária CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A. (Nota 5).

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.469 diz respeito a consumos efetuados até 31 de dezembro de 2011 através do cartão Galp Frota e que irão ser faturados nos meses seguintes.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respetivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

A rubrica de acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE, apresenta o seguinte detalhe:

Atividade comercialização gás grossista défice tarifário - Tarifa de energia (CURG)	2010	Recuperação do desvio da tarifa de energia	Variação	2011
Ano Gás 2008-2009				
Tarifa de energia Valor a recuperar	74.274	(3.734)	34.567	105.107
Tarifa de energia Valor a pagar (Nota 24)	(1.307)	-	1.307	-
	72.967	**(3.734)**	**35.874**	**105.107**

O montante de mEuros 105.107 diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE, para cada Ano Gás, aplicadas na faturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses, mais 1,75 spread.

A Galp reclassificou, durante o exercício de 2011, um valor mEuros 92.475 referente a desvio tarifário de energia de Ativo corrente para Ativo não corrente. Esta reclassificação visa refletir a publicação por parte da ERSE, do período estimado para a recuperação do desvio tarifário, que é de 6 anos.

No decurso do exercício de 2011 verificou-se a recuperação do desvio da tarifa de energia relativa ao Ano Gás 2008-2009 no montante de mEuros 3.734 tendo este desvio sido incorporado na parcela II da tarifa UGS e posteriormente faturado ao operador da rede de transportes REN Gasodutos, S. A., de acordo com o regulamento tarifário.

A rubrica de acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

Atividades de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural	2010	Ajustamento do proveito permitido real ano gás (Nota 5)	Amortização/ Reversão da diferença do proveito permitido ano gás (Nota 5)	Ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos facturados (Nota 5)	Reclassificação para função de compra e venda de gás natural (a)	Outras reclassificações	2011
Ano Gás 2008-2009							
1.º Semestre Ano gás 2008-2009 (31.12.2008)	(2.059)	-	-	-	-	345	(1.714)
2.º Semestre Ano gás 2008-2009 (30.06.2009)	(4.753)	-	-	-	-	(229)	(4.982)
Ajustamento do Proveito Permitido Real Ano gás de 2008-2009	554	-	-	-	-	419	973
Amortização da diferença do Proveito Permitido Ano gás 2008-2009	3.457	-	2.519	-	-	(253)	5.723
	(2.801)	**-**	**2.519**	**-**	**-**	**282**	**-**
2º Semestre 2009							
2º Semestre Ano 2009	26.619	-	-	-	-	596	27.215
Ajustamento do 2º Semestre 2009	-	3.380	-	-	(5.501)	98	(2.023)
Reversão do PP 2º Semestre 2009	-	-	(12.237)	-	-	-	(12.237)
	26.619	**3.380**	**(12.237)**	**-**	**(5.501)**	**694**	**12.955**
Ano Civil 2010							
1.º Semestre Ano 2010	1.476	-	-	-	-	(26)	1.450
2.º Semestre Ano 2010	18.049	-	-	-	-	1.557	19.606
	19.525	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.531**	**21.056**
Ano Civil 2011							
1.º Semestre Ano 2011	-	-	-	(8.488)	-	-	(8.488)
2.º Semestre Ano 2011	-	-	-	33.961	-	-	33.961
	-	**-**	**-**	**25.473**	**-**	**-**	**25.473**
	43.343	**3.380**	**(9.718)**	**25.473**	**(5.501)**	**2.507**	**59.484**
Acréscimos de Custos (Nota 24)	(10.103)	-	-	-	-	9.116	(987)
Acréscimos de Proveitos	53.446	3.380	(9.718)	25.473	(5.501)	(6.609)	60.471
	43.343	**3.380**	**(9.718)**	**25.473**	**(5.501)**	**2.507**	**59.484**

(a) Incluído na rubrica acréscimos de proveitos - Acertos de desvio tarifário - "pass through" - regulação ERSE.

A rubrica de acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos no montante de mEuros 60.471 diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrente da faturação real emitida (Nota 2.13). Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada ano gás são apresentados para cada atividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada ano gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A partir de 2010 as contas para a ERSE – Entidade Reguladora do Sector Energético passaram a ser reportadas de acordo com o ano civil. Consequentemente os saldos iniciais foram reclassificados para uma ótica de ano civil.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ocorreu a fixação das diferenças para os Proveitos Permitidos do Grupo referentes ao 2.º Semestre de 2009, os quais ascenderam ao montante a recuperar de 25.192 Euros. Em virtude de a especialização efectuada ser inferior face ao montante fixado o Grupo reconheceu na rubrica de vendas a respetiva aumento no montante mEuros 3.380 (Nota 5). Adicionalmente o montante mEuros 5.501 negativo relativos à função de compra e venda de gás natural foi reclassificado para a rubrica acréscimos de proveitos - Acertos de desvio tarifário - "pass through" - regulação ERSE.

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2011-2012 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A coluna Outras reclassificações inclui um montante de mEuros 2.018 referentes à alteração do perímetro, esta alteração deve-se à aquisição da Setgás Comercialização, S. A. (Nota 3).

A rubrica de acréscimos de proveitos – neutralidade financeira – regulação ERSE diz respeito à reposição gradual da neutralidade financeira, associada à extinção do mecanismo do alisamento do custo com capital do primeiro período regulatório, resultante da diferença entre o custo com o capital alisado e não alisado, a recuperar durante 6 anos. Os montantes especializados referem-se aos valores a recuperar na tarifa do Ano gás 11-12 e do Ano gás 12-13.

Apresenta-se abaixo um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Aging contas a receber	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2011								
Bruto	692.807	3.547	1.438	887	1.709	2.685	11.059	714.132
Imparidades	-	(11)	(101)	(313)	(645)	(2.262)	(7.384)	(10.716)
	692.807	**3.536**	**1.337**	**574**	**1.064**	**423**	**3.675**	**703.416**
2010								
Bruto	625.901 (a)	10.391	1.150	6.271	4.918	4.179	8.827	661.637
Imparidades	-	(121)	(67)	(390)	(2.567)	(264)	(5.489)	(8.898)
	625.901	**10.270**	**1.083**	**5.881**	**2.351**	**3.915**	**3.338**	**652.739**

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com outras contas a receber que não estão em mora e as rubricas de acréscimos de proveitos e custos diferidos nos montantes de mEuros 324.511 e mEuros 330.807 de 2011 e 2010 respetivamente.

Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram imparidades correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

A Galp Energia possui garantias colaterais relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de cerca de mEuros 88.299.

15 • CLIENTES

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2011	2010
Clientes conta corrente	1.028.510	1.046.552
Clientes de cobrança duvidosa	137.091	126.289
Clientes - títulos a receber	23.882	13.881
	1.189.483	**1.186.722**
Imparidades de contas a receber	(123.163)	(104.659)
	1.066.320	**1.082.063**

O movimento das imparidades de clientes no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Imparidade de contas a receber	104.659	26.143	(3.712)	(6.682)	(840)	3.595	123.163

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de mEuros 22.431 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Aging clientes	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2011								
Bruto	888.752	140.629	27.535	22.428	12.683	8.637	88.819	1.189.483
Ajustamentos	-	(1.991)	(10.671)	(12.333)	(10.101)	(7.277)	(80.790)	(123.163)
	888.752	**138.638**	**16.864**	**10.095**	**2.582**	**1.360**	**8.029**	**1.066.320**
2010								
Bruto	936.170	129.155	1.845	29.636	4.478	4.799	80.639	1.186.722
Ajustamentos	(6)	(17.780)	(1.677)	(10.220)	(1.896)	(1.926)	(71.154)	(104.659)
	936.164	**111.375**	**168**	**19.416**	**2.582**	**2.873**	**9.485**	**1.082.063**

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

16 • INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Rubricas	2011	2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	308.575	139.938
Outras matérias-primas e materiais diversos	71.200	49.811
Matérias-primas em trânsito	82.474	273.147
	462.249	**462.896**
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(10.773)	(11.104)
	451.476	**451.792**
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	479.074	339.038
Produtos intermédios	443.048	310.640
Produtos acabados em trânsito	-	23.452
	922.122	**673.130**
Imparidade de produtos acabados e intermédios	(6.101)	-
	916.021	**673.130**
Produtos e trabalhos em curso	-	(12)
	-	(12)
Imparidade de produtos e trabalhos em curso	-	-
	-	(12)
Mercadorias	505.793	447.646
Mercadorias em trânsito	3.091	32
	508.884	**447.678**
Imparidade de mercadorias	(1.601)	(2.503)
	507.283	**445.175**
Adiantamento por conta de compras	27	46
	1.874.807	**1.570.131**

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 505.793, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de mEuros 83.746, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S. A., Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. e Petrogal Moçambique, Lda. nos montantes de mEuros 375.780, mEuros 20.946 e mEuros 6.794 respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 207.578 e mEuros 170.361 respetivamente e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 24).

Em novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade de inventários no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Variação de perímetro	Saldo final
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.104	235	(614)	-	48	-	10.773
Imparidade de produtos acabados e intermédios	-	6.101	-	-	-	-	6.101
Imparidade de produtos e trabalhos em curso	-	-	(2)	-	2	-	-
Imparidade de mercadorias	2.503	587	(232)	24	(1.655)	374	1.601
	13.607	**6.923**	**(848)**	**24**	**(1.605)**	**374**	**18.475**

O montante líquido de aumentos e diminuições no montante de mEuros 6.075 foi registado por contrapartida da rubrica de custo das vendas – imparidade de inventários da demonstração de resultados (Nota 6).

17 • OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

	2011		2010	
Outros investimentos financeiros	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**
Derivados financeiros ao Justo Valor através dos Lucros ou Prejuízos (Nota 27)				
Swaps sobre Commodities	2.240	750	1.672	727
Swaps sobre sobre Taxa de Juro	-	1.032	-	702
	2.240	**1.782**	**1.672**	**1.429**
Depósitos bancários (Nota 18)				
Depósitos a prazo	43	1.500	3.393	-
	43	**1.500**	**3.393**	**-**
	2.283	**3.282**	**5.065**	**1.429**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respetivo reportado aquelas datas (Nota 27).

18 • CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	**2011**	**2010**
Numerário	5.690	6.477
Depósitos a ordem	170.808	115.065
Depósitos a prazo	2.983	697
Outros títulos negociáveis	3.663	3.720
Outras aplicações de tesouraria	115.282	62.074
Caixa e seus equivalentes no balanço	**298.426**	**188.033**
Outros investimentos financeiros correntes (Nota 17)	43	3.393
Descobertos bancários (Nota 22)	(272.989)	(362.723)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	**25.480**	**(171.297)**

A rubrica de Outros títulos negociáveis inclui essencialmente:
- mEuros 2.329 de Futuros sobre commodities (Brent);
- mEuros 1.209 de Futuros sobre eletricidade;
- mEuros 122 de Futuros sobre CO_2.

Estes Futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez (Nota 27).

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes Empresas do Grupo:

Rubricas	**2011**	**2010**
Galp Gás Natural, S. A.	52.365	21.402
Petrogal Brasil, S. A.	21.532	10.762
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.	17.398	-
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A.	15.165	18.450
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S. A.	3.620	5.130
Galp Energia España, S. A.	2.070	-
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	1.682	1.751
Sacor Marítima, S. A.	765	1.609
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S. A.	685	-
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A.	-	970
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	-	2.000
	115.282	**62.074**

19 • CAPITAL SOCIAL

Estrutura do capital

Em 25 de julho de 2011, foi publicado o decreto-Lei n.º 90/2011, o qual estipula a revogação dos direitos especiais do acionista Estado em entidades participadas, anteriormente consignados no artigo 4º do Decreto-Lei nº 261-A/99, de 7 de julho – 1ª fase de privatização da Galp Energia, SGPS, S. A.. Na sequência da publicação daquele diploma legal a Empresa convocou uma Assembleia Geral de Acionistas, que se realizou em 3 de agosto de 2011, tendo procedido às alterações dos estatutos, onde aqueles direitos especiais estão consignados.

Assim sendo o capital social, integralmente subscrito e realizado, representado por 829.250.635 ações ordinárias (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, passou a ter uma subdivisão de 58.079.514 ações que constituem uma categoria especial de ações sujeitas a processo de privatização.

As ações da categoria sujeitas a processo de privatização podem ser convertidas em ações ordinárias através de simples solicitação dirigida à Sociedade pelo(s) respetivo(s) titular(es). A referida conversão operará por efeito imediato da referida solicitação, não carecendo da aprovação de qualquer órgão da Sociedade.

A titularidade das ações da categoria sujeitas a processo de privatização terá de pertencer a entes públicos, na acepção da alínea e) do nº 2 do artigo 1º da Lei nº 71/88, de 24 de maio.

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% Capital
Amorim Energia, B. V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	8.292.510	1,00%
Eni S. p. A.	276.472.161	33,34%
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S. A.	58.079.514	7,00%
Restantes acionistas	209.934.289	25,32%
	829.250.635	**100,00%**

20 • RESERVAS DE CONVERSÃO E OUTRAS RESERVAS

Reservas de conversão cambial

A variação da rubrica de reservas de conversão no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de mEuros 16.939 respeita:

(i) mEuros 14.309 às diferenças cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para Euros;

(ii) mEuros 29.827 às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A. e da Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A. à Petrogal Brasil, S. A., denominadas em Euros e Dólares dos Estados Unidos, as quais não são remuneradas e não existe intenção de reembolso, pelo que são assemelhadas a capital social ("quasi capital") fazendo parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21;

(iii) mEuros 1.421 relativo às diferenças cambiais negativas resultantes da atualização cambial do Goodwill.

Outras reservas

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2011 a rubrica de reservas legais não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica é detalhada da seguinte forma:

	2011	2010
Reservas Legais	165.850	165.850
Reservas Livres	27.977	27.977
Reservas Especiais	(443)	(443)
	193.384	**193.384**

Do montante de mEuros 443 na rubrica de reservas especiais mEuros 463 dizem respeito a uma correção de impostos diferidos - reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A. e mEuros 20 negativos dizem respeito a uma doação na subsidiária Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S. A.

21 • INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos interesses que não controlam incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

		Saldo em dezembro de 2010 (f)	Capital e reservas	Diferenças de perímetro de consolidação (Nota 3)	Dividendos atribuídos (a)	Resultados de exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Resultados acumulados -Ganhos e perdas atuariais	Resultados do exercício	Saldo em dezembro de 2011
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A.	(b)	17.057	(122)	-	-	-	-	-	-	2.899	19.834
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L		-	-	16.130	(1.913)	-	-	-	-	3.627	17.844
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S. A.		8.376	-	-	-	-	-	31	-	1.967	10.374
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S. A.		3.082	-	-	(85)	-	-	-	-	2	2.999
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.		1.398	-	-	(165)	-	-	-	(2)	229	1.460
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.		1.007	-	-	(247)	-	-	-	-	603	1.363
Setgás Comercialização, S. A.		-	-	997	-	-	-	-	-	171	1.168
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A.		(389)	-	-	-	-	-	-	-	1.400	1.011
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		1.246	-	-	(363)	-	-	-	-	99	982
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A.		607	-	-	-	-	-	-	-	312	919
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S. A.		(69)	-	-	-	-	-	10	-	304	245
Gite - Galp International Trading Establishment		36	-	-	-	-	2	-	-	-	38
Petrogal Brasil, S. A.	(c)	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Combustíveis Líquidos, Lda.		2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Galpbúzi - Agro-Energia, S. A.	(d) (e)	(262)	190	-	-	17	(22)	-	-	(17)	(94)
Petrogás Guiné Bissau - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(e)	(255)	-	-	-	-	-	-	-	14	(241)
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S. A.	(e)	28	-	-	-	(70)	(46)	-	-	(175)	(263)
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S. A.	(e)	338	-	-	-	-	-	-	-	(2.011)	(1.673)
		32.202	**72**	**17.127**	**(2.773)**	**(53)**	**(66)**	**41**	**(2)**	**9.424**	**55.972**

(a) Do montante mEuros 2.773 de dividendos atribuídos, foram liquidados no exercício findo em 30 de dezembro de 2011 o montante de mEuros 2.121 (Nota 30).

(b) A subsidiária Lusitaniagás Comercialização, S. A., que era anteriormente detida pelo Grupo a 85,71% passou a ser detida a 100%. Decorrente da aquisição dos 14,2861%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante negativo de mEuros 122 referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 4).

(c) A subsidiária Petrogal Brasil, S. A., que era anteriormente detida pelo Grupo a 100% passou a ser detida a 99,9993%. Decorrente da diminuição de 0,0007%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante de mEuros 4 referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3 f)).

(d) A subsidiária Galpbúzi - Agro-Energia, S. A., que era anteriormente detida a 67,67% passou a ser detida a 90% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 23,33%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante negativo de mEuros 190 referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3 f)).

(e) Em 31 de dezembro de 2011 estas subsidiárias apresentam capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquelas subsidiárias, motivo pelo qual os interesses que não controlam apresentam um saldo devedor.

(f) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

22 • EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	933.215	719.601	220.770	739.977
Empréstimos externos	24.725	649.799	21.643	672.513
Descobertos bancários (Nota 18)	272.989	-	362.723	-
Desconto de letras	17.560	-	11.324	-
	1.248.489	**1.369.400**	**616.460**	**1.412.490**
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	2	213	2	174
	1.248.491	**1.369.613**	**616.462**	**1.412.664**
Project Finance Fees	-	(544)	-	(640)
	1.248.491	**1.369.069**	**616.462**	**1.412.024**
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S. A.	280.000	420.000	-	700.000
Emissão de 2010 - Galp Energia, SGPS, S. A.	-	300.000	-	300.000
Emissão de 2011 - Galp Energia, SGPS, S. A.	-	185.000	-	-
	280.000	**905.000**	**-**	**1.000.000**
	1.528.491	**2.274.069**	**616.462**	**2.412.024**

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 31 de dezembro de 2011 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2013	983.782
2014	658.392
2015	81.257
2016	99.194
2017	149.598
2018 e seguintes	302.390
	2.274.613

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

		2011		2010	
Divisa		Montante global inicial	Montante em dívida (mEuros)	Montante global inicial	Montante em dívida (mEuros)
Dalasi	GMD	-	-	1.995	53
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	2.320	227	3.020	678
Escudos de Cabo Verde	CVE	218.384	1.981	-	-
Euros	EUR	2.412.632	2.324.860	1.805.834	1.651.287
Lilangeni Suazi	SZL	641	45	472	66
Meticais	MZM	7.839	227	121.684	2.819
			2.327.340		**1.654.903**

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2011 e 2010 foram 4,35% e 3,55% respetivamente.

Os empréstimos à taxa fixa têm em 2011 e em 2010, uma taxa média de 4,71% e 4,27%, respectivamente, e os empréstimos à taxa variável uma taxa média em 2011 e 2010 de 3,85% e 3,29%, respectivamente. Os empréstimos a taxa fixa representam em 2011 e 2010 cerca de 33% e 29%, respectivamente, do total dos empréstimos obtidos.

Nos termos dos contratos celebrados com as entidades financiadoras, e em linha com as normas legais e regulamentares vigentes em matéria de concorrência e com as práticas observáveis no mercado, nem a Galp Energia nem as suas contrapartes estão autorizadas a divulgar outras informações relativas às características e conteúdo das operações de financiamento a que esses contratos respeitam, sem prejuízo da liberdade reconhecida a cada um dos intervenientes de identificar as entidades signatárias e os montantes globais dos financiamentos.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.060.000, que se dividem em mEuros 200.000 de médio e longo prazo e mEuros 860.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 635.000 a curto prazo.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de spreads variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 677.101, realizados pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A., Sucursal em España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S. A., Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A. e a Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S. A.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respetivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável e à taxa fixa revisível. No decorrer de 2011, já se procedeu ao reembolso de mEuros 2.519 referente à primeira tranche e de mEuros 1.197 referente à segunda tranche deste empréstimo.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Matosinhos, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projeto de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 300.000 e mEuros 200.000, com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com exceção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S. A.

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 270.725, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 528.231.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S. A.
Em 13 de maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S. A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de maio de 2012 e 60% em 20 de maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S. A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S. A.

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S. A., o Caixa – Banco de Investimento, S. A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., o Banco BPI, S. A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S. A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merril Lynch International e a Société Générale.

Emissão de 2010 – Galp Energia, SGPS, S. A.
Em 12 de novembro de 2010 a Galp Energia, SGPS, S. A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 300.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 50% em 12 de novembro de 2013 e 50% em 12 de novembro de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de seis bancos internacionais: Citibank International plc, ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal, Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, Banco Español de Credito S. A. (Banesto), Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona "la Caixa" e BB Securities Limited.

Emissão de 2011 – Galp Energia, SGPS, S. A.
Em 3 de agosto de 2011 a Galp Energia, SGPS, S. A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 185.000, pelo prazo de 3 anos, com juros calculados com base em taxa variável, fixando-se a taxa de juro para o primeiro cupão em 5,32%.

A emissão foi participada por um conjunto de três bancos internacionais na qualidade de Joint Lead Managers: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., J.P. Morgan Securities Ltd. e Banco Itaú BBA International, S. A. – Sucursal de Londres.

23 • RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Conforme mencionado nas Notas 2.10. e 2.11., algumas empresas do grupo assumiram responsabilidades com benefícios de reforma. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as empresas do Grupo efetuaram dotações para o Fundo de Pensões respetivo, no montante de mEuros 10.180 para cobertura parcial das suas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, valorizadas ao justo valor, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respetiva:

	2011	2010
Obrigações	180.259	215.276
Ações	49.947	63.223
Investimentos alternativos	36.572	11.434
Imobiliário	36.659	36.245
Liquidez	14.955	9.798
Efeito da projeção	-	113
	318.392	**336.089**

O efeito da projeção deve-se ao facto de se ter utilizado uma estimativa para a valorização do património para o cálculo do estudo atuarial que não correspondeu à valorização do mesmo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

Rubricas	Passivo	Capital Próprio
Benefícios de reforma		
Afetas ao fundo	(53.069)	85.227
Ativos	(808)	(329)
Reformados	(4.781)	954
Pré-reformas	(33.318)	2.275
Reformas antecipadas	(56.441)	(217)
Prémios de reforma	(8.903)	2.021
Seguro social voluntário	(2.177)	2.718
Outros benefícios		
Cuidado de saúde	(198.650)	21.394
Seguro de vida	(3.373)	504
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	(4.292)	(94)
	(365.812)	**114.453**

A rubrica de benefícios de reforma – afetas ao fundo inclui um montante de mEuros 49 para fazer face a reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2012.

A rubrica de pré-reformas no montante de mEuros 33.318 inclui: (i) mEuros 28 referentes a custos com pré-reformas concedidas a trabalhadores da Sacor Marítima, e que, serão utilizadas até ao ano 2013; (ii) mEuros 111 referente a custos de pré-reformas concedida a trabalhador da Tanquisado, que serão utilizadas até ao ano 2014 e (iii) um aumento da provisão no montante de mEuros 1.447, sendo mEuros 545 da Petrogal e mEuros 902 da Lisboagás, para fazerem face a pré-reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2012.

Adicionalmente, o Grupo tem ainda um montante de mEuros 1.612 para reformas antecipadas que se encontram acordadas, mas que só irão ser efetivadas em 2012.

A rubrica de Custos com pessoal – Benefícios de reforma no montante de mEuros 40.019 (Nota 6) inclui essencialmente: (i) mEuros 7.642 referentes a benefícios afetos ao fundo; (ii) mEuros 16.837 dos restantes benefícios de reforma; (iii) mEuros 13.601 dos outros benefícios; (iv) mEuros 2.130 do plano de contribuição definida e (v) um menos custo de mEuros 2.450 referentes a reversão de pré-reformas e reformas antecipadas não incluídas nos outros benefícios.

A diferença de mEuros 8.094, no detalhe do Capital próprio apresentado acima e a rubrica de Resultados acumulados – Ganhos e perdas atuariais da demonstração da posição financeira consolidada respeita ao montante de imposto diferido.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Grupo em Portugal	
	2011	**2010 - Reexpresso**
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	5,25%	5,25%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do período anterior	361.105	374.681
Custo dos Serviços Correntes	2.469	2.635
Custo dos Juros	18.352	18.810
(Ganhos)/Perdas Atuariais	9.226	(11.632)
Pagamento de benefícios efectuados pelo Fundo	(26.087)	(25.216)
Cortes - Reformas antecipadas	3.771	4.224
Cortes - Pré-reformas	17	(506)
Outros Ajustamentos	1.627	(1.891)
RSP no final do período corrente	**370.480**	**361.105**
Evolução dos Ativos Financeiros de Cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do período anterior	336.089	338.360
Rendimento esperado	16.933	15.617
Contribuição do Associado	9.108	5.645
Pagamento de benefícios	(26.035)	(25.197)
Outros ajustamentos	(774)	-
Ganhos/(perdas) Financeiras	(16.929)	1.664
Valor dos ativos no final do período corrente	**318.392**	**336.089**
Reconciliação de Ganhos e Perdas		
(Ganhos)/perdas por reconhecer no início do exercício	-	502
Outros impactos	-	(502)
(Ganhos)/perdas por reconhecer no final do exercício	**-**	**-**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira		
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(25.016)	(35.819)
Custo líquido do exercício	(7.676)	(9.540)
Contribuições do Associado	9.108	5.645
Benefícios pagos diretamente pela empresa	52	19
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(26.155)	13.296
Efeito de outros ajustamentos	(2.401)	1.383
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(52.088)**	**(25.016)**
Custo Líquido do Exercício		
Custo dos Serviços Correntes	2.469	2.635
Custo dos Juros	18.352	18.810
Rendimento esperado	(16.933)	(15.617)
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	**3.888**	**5.828**
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	3.771	4.224
Impacto de cortes- Pré-Reformas	17	(506)
Outros ajustamentos	-	(6)
Custo Líquido do Exercício	**7.676**	**9.540**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral		
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	55.671	66.855
(Ganho)/perda atuarial de experiência	26.155	(13.297)
Outros impactos	-	2.113
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**81.826**	**55.671**

	Grupo em Espanha	
	2011	2010 - Reexpresso
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	5,25%	5,25%
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	PERMF 2000P	PERMF 2000P
Tábua de mortalidade reformados	PERMF 2000P	PERMF 2000P
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do período anterior	8.033	8.214
Custo dos Serviços Correntes	8	15
Custo dos Juros	405	436
(Ganhos)/Perdas Atuariais	(8)	37
Pagamento de benefícios efectuados pelo Fundo	(654)	(669)
RSP no final do período corrente	**7.784**	**8.033**
Evolução dos Ativos Financeiros de Cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do período anterior	7.837	7.086
Rendimento esperado	394	393
Contribuição do Associado	1.072	1.069
Pagamento de benefícios	(654)	(669)
Ganhos/(perdas) Financeiras	(834)	(42)
Valor dos ativos no final do período corrente	**7.815**	**7.837**
"Asset ceiling"		
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(1.016)	(1.353)
Ajuste ao ativo liquido do plano	53	337
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(963)**	**(1.016)**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira		
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(1.212)	(2.481)
Custo líquido do exercício	34	279
Contribuições do Associado	1.072	1.069
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(826)	(79)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(932)**	**(1.212)**
Custo Líquido do Exercício		
Custo dos Serviços Correntes	8	15
Custo dos Juros	405	436
Rendimento esperado	(394)	(393)
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	**19**	**58**
Alteração no efeito do "asset ceiling"	**(53)**	**(337)**
Custo Líquido do Exercício	**(34)**	**(279)**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral		
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	2.575	2.496
(Ganho)/perda atuarial de experiência	826	79
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**3.401**	**2.575**

	Grupo em 2011						
	Ativos	Reformados	Pré-reformas	Reformas Antecipadas	Prémios de Reforma	Seguro Social Voluntário	Total
Pressuposto							
Taxa de rendimentos dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do período anterior	736	5.046	40.814	49.709	7.338	1.379	105.022
Custo dos Serviços Correntes	56	-	-	560	224	-	840
Custo dos Juros	39	244	1.735	2.470	375	67	4.930
(Ganhos)/Perdas Atuariais	(23)	85	327	(1.431)	1.566	920	1.444
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	-	(659)	(10.590)	(5.624)	(406)	(245)	(17.524)
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	-	9.518	(209)	56	9.365
Cortes - Pré-reformas	-	-	2.061	(374)	15	-	1.702
Outros Ajustamentos	-	-	(2.615)	-	-	-	(2.615)
RSP no final do período corrente	**808**	**4.716**	**31.732**	**54.828**	**8.903**	**2.177**	**103.164**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira							
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(736)	(5.046)	(40.814)	(49.709)	(7.338)	(1.379)	(105.022)
Custo líquido do exercício	(95)	(244)	(3.796)	(12.174)	(405)	(123)	(16.837)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	659	10.590	5.624	406	245	17.524
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	23	(85)	(327)	1.431	(1.566)	(920)	(1.444)
Efeito de outros ajustamentos	-	-	2.615	-	-	-	2.615
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(808)**	**(4.716)**	**(31.732)**	**(54.828)**	**(8.903)**	**(2.177)**	**(103.164)**
Custo Líquido do Exercício							
Custo dos Serviços Correntes	56	-	-	560	224	-	840
Custo dos Juros	39	244	1.735	2.470	375	67	4.930
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	**95**	**244**	**1.735**	**3.030**	**599**	**67**	**5.770**
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	-	9.518	(209)	56	9.365
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	-	2.061	(374)	15	-	1.702
Custo Líquido do Exercício	**95**	**244**	**3.796**	**12.174**	**405**	**123**	**16.837**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral							
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	(306)	869	1.948	1.214	455	1.798	5.978
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(23)	85	327	(1.431)	1.566	920	1.444
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**(329)**	**954**	**2.275**	**(217)**	**2.021**	**2.718**	**7.422**

	Grupo em 2010 - Reexpresso							
	Ativos	Reformados	Pré-reformas	Reformas antecipadas	Prémios de reforma	Seguro social voluntário	Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	Total
Pressuposto								
Taxa de rendimentos dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	5,25%	
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)								
RSP no final do período anterior	556	5.320	30.162	42.503	6.941	352	11.075	96.909
Custo dos Serviços Correntes	50	-	-	568	232	-	-	850
Custo dos Juros	30	261	1.385	2.116	355	17	-	4.164
(Ganhos)/Perdas Atuariais	(72)	(192)	1.970	2.302	(40)	1.156	-	5.124
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	-	(685)	(9.084)	(4.664)	(270)	(196)	-	(14.899)
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	-	6.884	-	50	-	6.934
Cortes - Pré-reformas	-	-	15.847	-	120	-	-	15.967
Cortes - Cisão	(7)	(1.486)	-	-	-	-	-	(1.493)
Liquidações	-	-	-	-	-	-	(11.075)	(11.075)
Saldo inicial via fusão	-	1.828	-	-	-	-	-	1.828
Outros Ajustamentos	179	-	534	-	-	-	-	713
RSP no final do período corrente	**736**	**5.046**	**40.814**	**49.709**	**7.338**	**1.379**	**-**	**105.022**
Reconciliação de Ganhos e Perdas								
(Ganhos)/perdas por reconhecer no início do exercício	-	-	-	-	-	-	1.169	1.169
Efeito das liquidações	-	-	-	-	-	-	(1.169)	(1.169)
(Ganhos)/perdas por reconhecer no final do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira								
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(556)	(5.320)	(30.162)	(42.503)	(6.941)	(352)	(9.906)	(95.740)
Custo líquido do exercício	(73)	1.225	(17.232)	(9.568)	(707)	(67)	-	(26.422)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	685	9.084	4.664	270	196	-	14.899
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	72	192	(1.970)	(2.302)	40	(1.156)	-	(5.124)
Efeito das liquidações	-	-	-	-	-	-	9.906	9.906
Efeito dos saldos inicial via fusão	-	(1.828)	-	-	-	-	-	(1.828)
Efeito de outros ajustamentos	(179)	-	(534)	-	-	-	-	(713)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(736)**	**(5.046)**	**(40.814)**	**(49.709)**	**(7.338)**	**(1.379)**	**-**	**(105.022)**
Custo Líquido do Exercício								
Custo dos Serviços Correntes	50	-	-	568	232	-	-	850
Custo dos Juros	30	261	1.385	2.116	355	17	-	4.164
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	**80**	**261**	**1.385**	**2.684**	**587**	**17**	**-**	**5.014**
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	-	6.884	-	50	-	6.934
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	-	15.847	-	120	-	-	15.967
Impacto de cortes- Cisão	(7)	(1.486)	-	-	-	-	-	(1.493)
Impactos liquidações	-	-	-	-	-	-	(9.906)	(9.906)
Outros ajustamentos	-	-	514	-	-	-	-	514
Custo Líquido do Exercício	**73**	**(1.225)**	**17.746**	**9.568**	**707**	**67**	**(9.906)**	**17.030**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral								
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	(234)	1.061	2.593	(1.088)	495	642	-	3.469
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(72)	(192)	(645)	2.302	(40)	1.156	-	2.509
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**(306)**	**869**	**1.948**	**1.214**	**455**	**1.798**	**-**	**5.978**

Conforme mencionado na Nota 2.10, em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2011, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 2.130 relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2011, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos ativos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor atual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos atuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

	Grupo em 2011			
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%	5,25%	
Taxa de crescimento dos custos	3,00%	3,00%	3,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do período anterior	196.761	3.352	3.268	203.381
Custo dos Serviços Correntes	2.679	117	537	3.333
Custo dos Juros	9.926	171	171	10.268
(Ganhos)/Perdas Atuariais	2.980	(64)	339	3.255
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(11.386)	(203)	(23)	(11.612)
Outros Ajustamentos	(2.310)	-	-	(2.310)
RSP no final do período corrente	**198.650**	**3.373**	**4.292**	**206.315**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(196.761)	(3.352)	(3.268)	(203.381)
Custo líquido do exercício	(12.605)	(288)	(708)	(13.601)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	11.386	203	23	11.612
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(2.980)	64	(339)	(3.255)
Efeito de outros ajustamentos	2.310	-	-	2.310
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(198.650)**	**(3.373)**	**(4.292)**	**(206.315)**
Custo Líquido do Exercício				
Custo dos Serviços Correntes	2.679	117	537	3.333
Custo dos Juros	9.926	171	171	10.268
Custo Líquido do Exercício	**12.605**	**288**	**708**	**13.601**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	18.414	568	(433)	18.549
(Ganho)/perda atuarial de experiência	2.980	(64)	339	3.255
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**21.394**	**504**	**(94)**	**21.804**
Interesses que não controlam (Nota 21)	(1)	(3)	6	2
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**21.395**	**507**	**(100)**	**21.802**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 13.601 foram registados na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal.

	Grupo em 2010- Reexpresso			
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	5,25%	5,25%	5,25%	
Taxa de crescimento dos custos	3,00%	3,00%	3,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50% EVK 80	
Idade normal de reforma	65	65	65	
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do período anterior	194.496	3.368	2.772	200.636
Custo dos Serviços Correntes	2.486	120	447	3.053
Custo dos Juros	9.935	172	146	10.253
(Ganhos)/Perdas Atuariais	403	(115)	(61)	227
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(10.559)	(193)	(262)	(11.014)
Outros Ajustamentos	-	-	226	226
RSP no final do período corrente	**196.761**	**3.352**	**3.268**	**203.381**
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(194.496)	(3.368)	(2.772)	(200.636)
Custo líquido do exercício	(12.421)	(292)	(593)	(13.306)
Contribuições do Associado	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	10.559	193	262	11.014
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(403)	115	61	(227)
Efeito de outros ajustamentos	-	-	(226)	(226)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	**(196.761)**	**(3.352)**	**(3.268)**	**(203.381)**
Custo Líquido do Exercício				
Custo dos Serviços Correntes	2.486	120	447	3.053
Custo dos Juros	9.935	172	146	10.253
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	**12.421**	**292**	**593**	**13.306**
Outros ajustamentos	-	-	196	196
Custo Líquido do Exercício	**12.421**	**292**	**789**	**13.502**
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	22.425	683	(372)	22.736
(Ganho)/perda atuarial de experiência	403	(115)	(61)	227
Outros impactos	(4.414)	-	-	(4.414)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**18.414**	**568**	**(433)**	**18.549**
Interesses que não controlam (Nota 21)	-	(1)	-	(1)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	**18.414**	**569**	**(433)**	**18.550**

Análise de sensibilidade

Foi efectuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto. Para este efeito, considerámos uma variação positiva de 25 p.p. na taxa de desconto.

Responsabilidades	Taxa de desconto 5,25%	Taxa de desconto 5,50%	Variação
Benefícios de reforma:			
Afetas ao fundo de pensões	377.943	368.792	-2,42%
Não afetas ao fundo de pensões	102.744	101.478	-1,23%
	480.687	**470.270**	
Outros benefícios:			
Cuidados de saúde	198.650	192.570	-3,06%
Seguro de vida	3.373	3.292	-2,39%
Benefício mínimo do plano contribuição definida	4.292	4.102	-4,47%
	206.315	**199.964**	
	687.002	**670.234**	

Pela análise do quadro acima, podemos concluir que o acréscimo em 1 ponto percentual na taxa de desconto, mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se numa redução das responsabilidades por serviços passados em cerca de:

Responsabilidades	Percentagem
Benefícios de reforma:	
Afetas ao fundo de pensões	-9,70%
Não afetas ao fundo de pensões	-4,92%
Outros benefícios:	
Cuidados de saúde	-12,24%
Seguro de vida	-9,56%
Benefício mínimo do plano contribuição definida	-17,86%

Taxa de tendência dos custos médicos

A taxa de crescimento de custos médicos de médio longo prazo considerada pelo Grupo Galp Energia, com base nas taxas históricas de crescimento dos prémios e da sinistralidade, é de 4%. A análise de sensibilidade efetuada para a Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A., que representa cerca de 91% do universo total do Grupo Galp Energia, reflete que um aumento de 1% na taxa de crescimento dos prémios implica um acréscimo de 14% nas responsabilidades, enquanto que um decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos prémios resulta num decréscimo de 11% das responsabilidades.

Análise de sensibilidade do seguro de saúde

Rubricas	3,00%	4,00%	5,00%
Custo dos Serviços Correntes	1.792	2.313	3.022
Custo dos Juros	8.026	9.062	10.322
	9.818	**11.375**	**13.344**
Impacto nos Custo dos Serviços Correntes e Custo dos Juros	(1.556)	-	1.969
Responsabilidades por serviços passados	161.705	181.724	206.080
Impacto nas Responsabilidades por serviços passados	(20.019)	-	24.356

Análise histórica dos ganhos e perdas atuariais

A análise histórica dos ganhos e perdas atuariais foi realizada com referência à Petrogal, uma vez que esta representa 94% do universo total do Grupo Galp Energia.

taxa de desconto	5,25%	5,25%	5,25%	6,10%	5,45%
	2011	**2010**	**2009**	**2008**	**2007**
Valor das Responsabilidades (a)	336.401	329.908	339.565	311.357	328.220
Valor do Fundo (b)	288.047	304.235	308.472	302.572	333.403
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais	(8.694)	8.833	(32.210)	12.871	24.205
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por alteração de pressupostos	-	-	(27.009)	20.337	30.430
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por experiência (c)	(8.694)	8.833	(5.201)	(7.466)	(6.225)
Ganhos (+) e Perdas (-) Financeiros (d)	(15.219)	1.706	11.013	(26.840)	(7.363)
(c)/(a)	-3%	3%	-2%	-2%	-2%
(d)/(b)	-5%	1%	4%	-9%	-2%
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	0,3%	4,8%	8,9%	-2,9%	3,1%
Retorno Real dos Ativos do Plano	125	15.857	25.535	(9.796)	9.694

24 • OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

	2011		2010	
Rubricas	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**
Estado e outros entes públicos:				
IVA a pagar	243.429	-	187.397	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	121.957	-	102.208	-
Segurança social	6.090	-	6.779	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	5.550	-	5.736	-
Outras tributações	15.447	-	12.465	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	207.578	-	170.361	-
Fornecedores de ativos tangíveis	99.500	102.496	302.327	54.426
Overlifting	55.664	-	20.490	-
Saldos credores de clientes	34.078	-	7.747	-
Contas a pagar ao consorcio do bloco 14 em Angola (insuficiência de "profit-oil" a pagar)	12.462	-	-	-
Pessoal	7.304	-	7.258	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	2.520	-	11.470	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	1.263	-	760	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	365	2.902	-	2.902
Outras contas a pagar - Outros acionistas	271	-	375	-
Adiantamentos de clientes	4	-	345	-
Empréstimos - Outros acionistas	-	4.760	-	5.308
Outros credores	25.814	2.868	19.121	3.402
	839.296	**113.026**	**854.839**	**66.038**
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	68.878	-	37.567	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	28.536	-	27.205	-
Juros a liquidar	24.334	-	16.896	-
Acertos de desvio tarifário - outras atividades - regulação ERSE	16.345	-	16.618	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	7.030	-	4.994	-
Brindes Fastgalp	5.413	-	5.944	-
Prémios de seguro a liquidar	2.502	-	924	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 14)	987	-	10.103	-
Custos e perdas financeiros	937	-	915	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	136	-	61	-
Prémios de produtividade	69	-	11.852	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE (Nota 14)	-	-	1.307	-
Outros acréscimos de custos	10.502	-	7.294	-
	165.669	**-**	**141.680**	**-**
Proveitos diferidos:				
Subsídios ao Investimento (Nota 13)	9.806	244.255	9.925	253.856
Prestação de Serviços	3.609	-	5.887	-
Fibra óptica	396	2.555	2.751	595
Outros	14.722	87	19.001	96
	28.533	**246.897**	**37.564**	**254.547**
	1.033.498	**359.923**	**1.034.083**	**320.585**

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de mEuros 207.578 é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

A rubrica de Fornecedores de ativos tangíveis teve uma redução significativa face ao exercício de 2010, esta deve-se ao facto do investimento em 2011 ter sido inferior ao do exercício anterior em consequência da aproximação da conclusão do projeto de conversão das refinarias e também a uma diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

O montante de mEuros 55.664 registado na rubrica de Outras contas a pagar – Overlifting, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.7 e).

O "PSA" (Production sharing agreement), aplicável aos blocos que o Grupo detém participação em Angola, prevê que uma percentagem do valor das vendas realizadas seja recuperado em termos fiscais no petróleo para recuperação de custos ("cost-oil"), estando a restante quantidade de barris, a que respeita o petróleo lucro ("profit-oil"), sujeitos ao pagamento imediato de IRP depois de expurgados os barris que são contratualmente cedidos à concessionária (Sonangol). O "cost-oil" é utilizado pelos parceiros na recuperação dos custos em pesquisa, desenvolvimento e produção na declaração anual de rendimentos que apresenta ao Ministério das Finanças de Angola, pelo que sempre que os custos disponíveis para a recuperação sejam superiores à taxa de "cost-oil" praticada durante o ano fiscal, deverá ser apurada a taxa de "cost-oil" efetiva, até ao máximo definido pelo PSA, por compensação da taxa de "profit-oil", originando um aumento nas quantidades "net entitlement" a que o Grupo tem direito, e a uma diminuição das quantidades cedidas à concessionária. No decurso do exercício de 2010 foi necessário proceder ao ajustamento de "cost-oil", pela razão atrás mencionada, diminuindo o valor do "profit-oil", o que originou um aumento de barris que o Grupo teria disponível para venda, no montante de mEuros 16.701(Nota 14). No decurso do primeiro semestre de 2011 houve uma alteração da fórmula de cálculo, o que originou uma redução de mEuros 29.163. Este valor foi apurado tendo por base os preços fiscais de 2011.

O montante de mEuros 2.520, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 2.000 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de dezembro de 2011, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 4.760 registado na rubrica de Empréstimos - Outros acionistas refere-se essencialmente a:

- mEuros 704, mEuros 704 e mEuros 352 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S. A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda. e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S. A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S. A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;

- mEuros 1.154 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S. A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiaria Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;

- O montante de mEuros 282 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S. A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S. A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;

- O montante de mEuros 1.367, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S. A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S. A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 5.413 registado na rubrica de Acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de dezembro de 2011, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

A variação na rubrica de Prémios de produtividade deve-se principalmente à diminuição de especializações relativas a remunerações variáveis.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 254.061 (Nota 13).

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos – Fibra ótica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de dezembro de 2011, por reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 2.951.

25 • PROVISÕES

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a rubrica de provisões apresentava o seguinte movimento:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Transferências	Regularizações	Variação de perímetro (Nota 3)	Saldo final
Processos judiciais	12.763	5.908	(2.112)	(721)	2.517	107	-	18.462
Investimentos financeiros (Nota 4)	631	596	-	(25)	-	130	-	1.332
Impostos	24.545	120	(2.547)	(1.285)	-	-	-	20.833
Meio ambiente	4.431	-	-	(96)	-	-	-	4.335
Abandono de blocos	-	15.108	-	-	35.427	(19)	-	50.516
Outros riscos e encargos	113.887	7.411	(3.998)	(63.773)	(37.944)	(526)	115	15.172
	156.257	**29.143**	**(8.657)**	**(65.900)**	**-**	**(308)**	**115**	**110.650**

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições foram registados por contrapartida das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados:

Provisões (Nota 6)	19.890
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas (Nota 4)	596
	20.486

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso no montante de mEuros 18.462 inclui essencialmente: o montante de mEuros 6.128 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo da subsidiária Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A. relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos e mEuros 5.317 referente a processo por incumprimento contratual de gestão em estação de serviço pela Galp Energia España, S. A. O valor de mEuros 2.517 registado em transferências resulta de reclassificação de provisões registadas na rubrica de Outros riscos e encargos.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme se segue (Nota 4).

Impostos
A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 20.833 inclui essencialmente:

(i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correção à matéria coletável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 9 e 33);

(ii) mEuros 5.322 para fazer face a correções efetuadas à matéria coletável, no decurso da inspeção fiscal à declaração de IRC dos exercícios de 2005 e 2006 da Galp Energia, SGPS, S. A. e da subsidiária GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A. A contingência fiscal está relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000 (Nota 9 e 33);

(iii) mEuros 4.115 para fazer face a contingência fiscal, relacionada com a inspeção aos anos de 1990 a 2003 da subsidiária Galp Comercializacion Oil España, S. L., empresa fundida na Galp Energia España, S. A. (Nota 9 e 33);

(iv) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, SGPS, S. A.

Meio Ambiente
O montante mEuros 4.335 registado na rubrica de provisões para meio ambiente é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. No exercício findo foi utilizado o montante de mEuros 96 na descontaminação de solos nas refinarias.

Abandono de blocos
O montante de m Euros 50.516 registado na rubrica de provisões para abandono de blocos, destina-se essencialmente para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14 em Angola no montante de mEuros 50.057 e o remanescente montante de mEuros 460 a instalações no Brasil. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas.

Outros riscos e encargos
Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica provisões – outros riscos e encargos no montante de mEuros 15.172 refere-se essencialmente a:

(i) mEuros 4.561 para fazer face a processos relativos a responsabilidades por "sanções" aplicadas pelas Autoridades Aduaneiras devido a um atraso na declaração de destino aduaneiro de cargas de navios recebidos em Sines;

(ii) mEuros 1.795 de liquidações adicionais em sede de IRP dos anos de 2008 e 2009;

(iii) mEuros 1.202 para fazer face ao pagamento de ISP dos biocombustíveis;

(iv) mEuros 1.150 de juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate da monoboia do terminal oceânico de Leixões.

As principais variações no exercício findo a 31 de dezembro de 2011 de outras provisões no montante de mEuros 7.411 de aumentos e mEuros 3.998 de diminuições referem-se essencialmente a mEuros 4.561 ao aumento referente à responsabilidade por "sanções" aduaneiras aplicadas pelas Autoridades Aduaneiras de Sines.

A utilização de provisões no montante de mEuros 63.773 deve-se essencialmente a:

(i) mEuros 45.815 referentes ao pagamento de faturas de revisão preços de compra de gás natural;

(ii) mEuros 16.538 referentes ao pagamento de liquidações de IRP referentes aos anos de 2005 e 2006.

As transferências registadas na rubrica de outros riscos e encargos devem ao facto de terem sido reclassificados:

(i) mEuros 2.517 para processos judiciais em curso;

(ii) mEuros 35.427 para abandono de blocos na empresa Galp Exploração e Produção Petrolífera, S. A.

O montante de mEuros 115 na variação do perímetro deve-se à entrada da Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L. (Nota 3).

26 • FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2011	2010
Fornecedores c/c	566.907	737.640
Fornecedores - faturas em receção e conferência	797.283	752.150
Fornecedores - títulos a pagar	547	15
	1.364.737	**1.489.805**

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27 • OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e eletricidade os quais afectam o valor financeiro dos ativos e dos "cash-flows" futuros esperados da sua atividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como "ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos" ou "passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos". Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de "cobertura de fluxo de caixa". Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de "cobertura de justo valor".

O justo valor dos derivados financeiros foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Em conformidade com a norma IFRS 7 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços) quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

O justo valor dos derivados financeiros (swaps) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2). Os futuros são transacionados em Bolsa sujeitos à Câmara de compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1).

Derivados financeiros – Swaps

Os derivados financeiros apresentam a 31 de dezembro de 2011 as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Ativo	**Justo valor por resultados**			
Swaps	Paga Euribor 6m Recebe entre 3,438% e 3,872%	mEur 29.639	2013	156
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Swaps	Paga entre 1,305% e 1,610% Recebe Euribor 6m	mEur 265.000	2013-2014	876
Passivo	**Justo valor por resultados**			
Swaps	Paga 3,33% Recebe Euribor 6m	mEur 29.639	2013	(74)
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Swaps	Paga entre 1,480% e 1,610% Recebe Euribor 6m	mEur 280.000	2013-2014	(1.682)
Swaps	Paga 6,24% Recebe Euribor 6m	mEUR 1.201	2013	(50)
				(774)

Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Valor nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Ativo	**Justo valor por resultados**			
Swaps	Gás Natural	Sell 564.282 MwH	2013	636
Swaps	Gás Natural	Buy 1.016.382 MwH	2012-2013	1.632
Swaps	Brent	Buy 381.275 bbl	2012	722
Passivo	**Justo valor por resultados**			
Swaps	Brent	Buy 581.350 bbl	2012	(46)
Prepaid Swaps	Produtos petrolíferos refinados	Buy 127.500 mt	2012	(90.443)
				(87.499)

Swaps sobre Taxa de Juro

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro, classificados como Ativos ou Passivos de justo valor por resultados, apresentam durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as seguintes evoluções:

	Ativo		Passivo	
Derivados sobre Taxa de Juro	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	**-**	**-**	**(9.294)**	**(240)**
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	(972)	-	77	7.593
Recebimento/(Pagamento) de Juros refletido em resultados	972	-	(77)	(7.593)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	702	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no Capital próprio	-	-	9.196	(4.872)
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	**702**	**-**	**(98)**	**(5.112)**
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	4.029	-	49	82
Recebimento/(Pagamento) de Juros refletido em resultados	(4.029)	-	(49)	(82)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	(543)	-	(74)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no Capital próprio	873	-	(1.635)	5.112
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 17)	**1.032**	**-**	**(1.806)**	**-**

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

Variação de Justo Valor nos Capitais Próprios	Dezembro 2011	Dezembro 2010
Empresas do Grupo	4.295	4.189
Interesses que não controlam	56	135
	4.351	**4.324**
Empresas associadas	(227)	(97)
	4.124	**4.227**

Swaps sobre Commodities

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2011 e 2010 na rubrica do Custo das Vendas pode ser visualizado no quadro seguinte:

	Ativo		Passivo	
Derivados sobre Commodities	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	**300**	**300**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) na liquidação durante o período	-	170	-	(640)
Recebimento/(Pagamento) na liquidação refletido em resultados	-	(170)	-	640
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	427	1.372	-	(2.584)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	**727**	**1.672**	**-**	**(2.584)**
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) na liquidação durante o período	-	-	-	(89.494)
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados	-	-	-	2.952
Recebimento/(Pagamento) na liquidação refletido em resultados	23	568	-	(1.363)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 17)	**750**	**2.240**	**-**	**(90.489)**

Derivados financeiros – Futuros

O Grupo Galp Energia transaciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como Futuros. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transacionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como Ativos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os futuros sobre commodities (Brent) estão classificados na rubrica de Custo das Vendas, enquanto que os futuros sobre eletricidade ou CO_2 estão classificados na rubrica de resultados financeiros. Como os Futuros são transacionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados, conforme quadro seguinte:

	Ativo		Passivo	
Futuros sobre Commodities (Brent)	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	**-**	**1.378**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	53.269	-	-
Alienações durante o período	-	(56.584)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados	-	3.250	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	**-**	**1.313**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	79.618	-	-
Alienações durante o período	-	(93.117)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados	-	14.515	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 18)	**-**	**2.329**	**-**	**-**

Além destes Futuros, o Grupo transaciona Futuros sobre Eletricidade, que são classificados como Ativos financeiros ao justo valor por resultados – detidos para negociação. Os ganhos e perdas com estes Futuros estão classificados como resultados financeiros. Os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados em Resultados financeiros, conforme quadro seguinte:

	Ativo		Passivo	
Futuros sobre Eletricidade	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	**-**	**-**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	9.060	-	-
Alienações durante o período	-	(5.508)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados financeiros	-	(1.523)	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	**-**	**2.029**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	8.579	-	-
Alienações durante o período	-	(9.314)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados financeiros	-	(85)	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 18)	**-**	**1.209**	**-**	**-**

Em 31 de dezembro de 2011, a Galp Power, S. A. detém em carteira 140 lotes de Futuros sobre CO_2 com vencimento em dezembro de 2012. Estes Futuros sobre CO_2 representam 140.000 toneladas/C02 com uma valorização e registo contabilístico a 31 de dezembro de 2011 no montante de mEuros 122 e classificados como ativos financeiros ao justo valor por resultados - detidos para negociação. Os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados em resultados financeiros, conforme quadro seguinte:

	Ativo		Passivo	
Futuros sobre CO_2	**Não corrente**	**Corrente**	**Não corrente**	**Corrente**
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	**-**	**396**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	1.646	-	-
Alienações durante o período	-	(1.760)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados financeiros	-	94	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	**-**	**376**	**-**	**-**
Aquisições durante o período	-	1.591	-	-
Alienações durante o período	-	(893)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda refletido em resultados financeiros	-	(952)	-	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 18)	**-**	**122**	**-**	**-**

28 • ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2011 e 2010, respetivamente podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

	2011						
		Não corrente		Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota14)	Clientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas							
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	14.608	12.491	-	2.064	-	50	3
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	8.832	3.778	-	2.430	-	2.020	604
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	5.253	4.653	-	-	-	-	600
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	5.130	5.046	-	-	-	-	84
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	3.640	-	-	(3)	-	-	3.643
Gasoduto Extremadura, S. A.	908	-	-	-	-	-	908
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	350	-	-	345	-	5	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	320	-	-	156	-	129	35
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	242	-	-	242	-	-	-
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	135	-	-	3	110	22	-
Tagusgás Propano, S. A.	72	-	-	72	-	-	-
Metragaz, S. A.	33	-	-	-	-	5	28
Aero Serviços, S. A. R. L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	22	-	-	-	22	-	-
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S. A.	1	-	-	-	-	1	-
	39.546	**25.968**	**-**	**5.309**	**132**	**2.232**	**5.905**
Empresas conjuntamente controladas							
Ventinveste, S. A.	11.850	11.821	-	1	-	2	26
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	9.868	-	9.297	88	-	459	24
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	6.651	6.637	-	-	-	-	14
Spower, S. A.	5.371	3.231	-	-	-	2.133	7
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	504	-	-	132	-	310	62
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	38	-	-	32	-	4	2
Ventinveste Eólica, SGPS, S. A.	24	-	-	3	-	21	-
Parque Eólico do Douro Sul, S. A.	10	-	-	10	-	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S. A.	4	-	-	4	-	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S. A.	4	-	-	4	-	-	-
Parque Eólico do Planalto, S. A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S. A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S. A.	1	-	-	(1)	-	2	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
	34.330	**21.689**	**9.297**	**277**	**-**	**2.932**	**135**
Empresas participadas e relacionadas							
Adene - Agência para a Energia, S. A.	93	-	90	2	-	1	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal , CRL	53	-	53	-	-	-	-
Eni, S. p. A.	38	-	-	100	-	11	(73)
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	28	-	-	28	-	-	-
Fundação Galp Energia	13	-	-	13	-	-	-
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.	2	-	-	2	-	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.	1	-	-	1	-	-	-
Outras Empresas Associadas	126	-	-	-	126	-	-
	354	**-**	**143**	**146**	**126**	**12**	**(73)**
	74.230	**47.657**	**9.440**	**5.732**	**258**	**5.176**	**5.967**

	2010						
		Não corrente		Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	Clientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas							
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	14.252	11.992	-	1.575	-	651	34
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	10.198	9.635	-	-	-	-	563
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	7.772	3.521	-	1.953	-	1.612	686
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	6.651	6.651	-	-	-	-	-
Gasoduto Extremadura, S. A.	5.702	4.833	-	-	-	-	869
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	5.123	5.113	-	-	-	-	10
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	3.672	-	-	(3)	-	36	3.639
Setgás Comercialização, S. A.	3.552	-	-	1.902	-	2	1.648
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	2.046	-	-	1.918	-	94	34
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	328	-	-	323	-	2	3
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	257	-	-	256	-	-	1
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	164	-	-	-	110	54	-
Tagusgás Propano, S. A.	103	-	-	103	-	-	-
Aero Serviços, S. A. R. L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	35	-	-	13	22	-	-
Metragaz, S. A.	28	-	-	-	-	-	28
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S. A.	1	-	-	-	-	1	-
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L	(88)	-	-	146	-	(234)	-
Outras Empresas Associadas	349	-	-	-	-	349	-
	60.145	**41.745**	**-**	**8.186**	**132**	**2.567**	**7.515**
Empresas conjuntamente controladas							
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	11.405	-	10.131	119	-	1.138	17
Ventinveste, S. A.	8.870	8.840	-	1	-	7	22
Spower, S. A.	4.461	3.090	-	(22)	-	1.386	7
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	734	-	-	73	-	578	83
Ventinveste Eólica, SGPS, S. A.	23	-	-	1	-	19	3
Parque Eólico do Douro Sul, S. A.	17	-	-	15	-	1	1
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	14	-	-	9	-	3	2
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S. A.	10	-	-	8	-	1	1
Parque Eólico da Serra do Oeste, S. A.	8	-	-	6	-	1	1
Parque Eólico do Planalto, S. A.	5	-	-	3	-	1	1
Parque Eólico de Vale do Chão, S. A.	4	-	-	2	-	1	1
Parque Eólico de Vale Grande, S. A.	2	-	-	1	-	1	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S. A.	1	-	-	-	-	1	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S. A.	1	-	-	-	-	1	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
	25.556	**11.930**	**10.131**	**216**	**-**	**3.140**	**139**
Empresas participadas e relacionadas							
Eni, S. p. A.	3.702	-	-	74	-	3.701	(73)
Adene - Agência para a Energia, S. A.	92	-	90	2	-	-	-
Fundação Galp Energia	63	-	-	63	-	-	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal , CRL	53	-	53	-	-	-	-
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.	2	-	-	2	-	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.	2	-	-	2	-	-	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	1	-	-	1	-	-	-
	3.915	**-**	**143**	**144**	**-**	**3.701**	**(73)**
	89.616	**53.675**	**10.274**	**8.546**	**132**	**9.408**	**7.581**

Os empréstimos a empresas associadas, empresas conjuntamente controladas e empresas participadas e relacionadas não correntes e correntes em 31 de dezembro de 2011 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas seguintes subsidiárias:

	Ativo corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14)	Ativo não corrente - Empréstimos concedidos (Nota 14)	Juros respeitantes a empréstimos concedidos (Nota 8)
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	-	4.653	191
Gasoduto Extremadura, S. A.	-	-	86
pela Galp Gás Natural, S. A.	**-**	**4.653**	**277**
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	-	5.046	176
Spower, S. A.	-	3.231	142
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	6.637	262
Ventinveste, S. A.	-	11.821	459
pela Galp Power, SGPS, S. A.	**-**	**26.735**	**1.039**
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	-	9.413	397
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	-	3.778	257
pela GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.	**-**	**13.191**	**654**
Aero Serviços, S. A. R. L. - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	22	-	-
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	110	-	-
pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	**132**	**-**	**-**
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	-	3.078	131
pela Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.	**-**	**3.078**	**131**
Outras empresas associadas	126	-	-
pela Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	**126**	**-**	**-**
	258	**47.657**	**2.101**

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

	2011					
		Não corrente	Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas						
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	20.923	-	-	20.923	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	4.720	-	-	1.890	-	2.830
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	2.188	-	-	1.489	-	699
Gasoduto Extremadura, S. A.	1.910	-	-	1.910	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	1.869	-	-	1.869	-	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	835	-	-	22	813	-
	32.445	**-**	**-**	**28.103**	**813**	**3.529**
Empresas conjuntamente controladas						
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	82.784	-	-	82.784	-	-
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	848	-	-	848	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	114	-	-	114	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(1)	-	-	-	(1)	-
	83.745	**-**	**-**	**83.746**	**(1)**	**-**
Empresas participadas e relacionadas						
Eni, S. p. A.	4.172	2.902	-	535	109	626
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	129	-	-	129	-	-
Central-E, S. A.	27	-	-	27	-	-
Adene - Agência para a Energia, S. A.	1	-	-	1	-	-
Outros Acionistas do Grupo	707	-	365	-	342	-
	5.036	**2.902**	**365**	**692**	**451**	**626**
	121.226	**2.902**	**365**	**112.541**	**1.263**	**4.155**

	2010					
		Não corrente	Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)	Acréscimos e diferimentos
Empresas associadas						
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	16.091	-	-	16.091	-	-
Gasoduto Extremadura, S. A.	1.863	-	-	1.863	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	1.823	-	-	1.823	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	1.569	-	-	884	-	685
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	548	-	-	94	-	454
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L	541	-	-	536	5	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	333	-	-	2	331	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	105	-	-	1	104	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	103	-	-	103	-	-
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	54	-	-	54	-	-
Setgás Comercialização, S. A.	29	-	-	27	2	-
	23.059	**-**	**-**	**21.478**	**442**	**1.139**
Empresas conjuntamente controladas						
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	85.976	-	-	85.776	195	5
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	477	-	-	-	-	477
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	54	-	-	54	-	-
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	2	-	-	2	-	-
	86.509	**-**	**-**	**85.832**	**195**	**482**
Empresas participadas e relacionadas						
Eni, S. p. A.	4.451	2.902	-	84	94	1.371
Central-E, S. A.	24	-	-	24	-	-
Outros Acionistas do Grupo	29	-	-	-	29	-
	4.504	**2.902**	**-**	**108**	**123**	**1.371**
	114.072	**2.902**	**-**	**107.418**	**760**	**2.992**

O montante de mEuros 2.902 registado a médio e longo prazo a pagar à Eni, S. p. A. respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

Transações

	2011			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	4.236	(4.279)	-	(257)
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	60.042	(3.618)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	14.616	(1.526)	-	(528)
Gasoduto Extremadura, S. A.	11.460	(908)	-	(86)
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1	(881)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	11.212	(599)	-	(191)
Metragaz, S. A.	-	(512)	-	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	114	(344)	-	-
Tagusgás Propano, S. A.	-	(275)	-	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(40)	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	-	(4)	-	(176)
	101.681	**(12.986)**	**-**	**(1.238)**
Empresas conjuntamente controladas				
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	3.272	(3.212)	-	-
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	16.219	(1.836)	-	-
Spower, S. A.	-	(744)	-	(142)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	12	(262)	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S. A.	-	(41)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S. A.	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S. A.	-	(17)	-	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S. A.	(58)	(12)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S. A.	-	(9)	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S. A.	-	(6)	-	-
Ventinveste, S. A.	-	(6)	-	(459)
Parque Eólico de Vale Grande, S. A.	-	(3)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S. A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S. A.	-	(1)	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	705	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	(262)
	20.150	**(6.171)**	**-**	**(863)**
Empresas participadas e relacionadas				
Eni, S. p. A.	23.881	(83.018)	128	-
Fundação Galp Energia	-	(135)	-	-
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.	-	(35)	-	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	105	(31)	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.	-	(16)	-	-
Adene - Agência para a Energia, S. A.	1	(15)	-	-
Agência de Energia do Porto	2	-	-	-
Amorim Energia,B. V..	536	-	-	-
Central-E, S. A.	150	-	-	-
	24.675	**(83.250)**	**128**	**-**
	146.506	**(102.407)**	**128**	**(2.101)**

O montante de mEuros 102.407 na rubrica de proveitos operacionais refere-se essencialmente a vendas e prestações de serviço.

O montante de mEuros 83.018 registado na rubrica de proveitos operacionais com a Eni, S. p. A. refere-se essencialmente a compras de gás natural efectuadas pela subsidiária Galp Gás Natural, S. A..

	2010			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Setgás Comercialização, S. A.	229	(16.439)	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.	-	(13.758)	-	(191)
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S. A.	2.987	(4.710)	-	(240)
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	61.346	(3.901)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S. A.	4.468	(2.075)	-	(440)
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	4	(909)	-	-
Metragaz, S. A.	-	(432)	-	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S. A.	45	(318)	-	-
Tagusgás Propano, S. A.	-	(207)	-	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(52)	-	-
C. L. C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	-	(22)	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	154	-	-	(158)
Gasoduto Al-Andaluz, S. A.	10.937	651	-	(167)
Gasoduto Extremadura, S. A.	11.179	879	-	(84)
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S. A. R. L.	-	6.537	-	-
	91.349	**(34.756)**	**-**	**(1.280)**
Empresas conjuntamente controladas				
Sigás - Armazenagem de Gás, A. C. E.	4.304	(3.538)	-	-
C. L. C. - Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	20.074	(1.616)	-	-
Spower, S. A.	-	(913)	-	(62)
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	7	(217)	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S. A.	-	(50)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S. A.	-	(28)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S. A.	-	(21)	-	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S. A.	(57)	(20)	-	-
Ventinveste, S. A.	-	(14)	-	(285)
Parque Eólico do Planalto, S. A.	-	(11)	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S. A.	-	(7)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S. A.	-	(4)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S. A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinheiras, S. A.	-	(1)	-	-
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	649	-	-	-
	24.977	**(6.441)**	**-**	**(347)**
Empresas participadas e relacionadas				
Eni, S. p. a.	2.281	(64.406)	110	-
Fundação Galp Energia	-	(160)	-	-
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S. A.	-	(33)	-	-
SABA - Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	-	(16)	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A.	-	(15)	-	-
Adene - Agência para a Energia, S. A.	-	(13)	-	-
Amorim Energia, B. V.	586	-	-	-
Central-E, S. A.	181	-	-	-
	3.048	**(64.643)**	**110**	**-**
	119.374	**(105.840)**	**110**	**(1.627)**

29 • REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compõe-se como segue:

	Dezembro de 2011						Dezembro de 2010					
	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS												
Administradores executivos	3.162	-	792	216	409	4.579	3 171	355	917	156	58	4.657
Administradores não executivos	1.226	-	194	46	98	1.564	1 284	68	69	45	-	1.466
Conselho Fiscal	97	-	-	-	-	97	93	-	-	-	-	93
Assembleia Geral	7	-	-	-	-	7	4	-	-	-	-	4
	4.492	**-**	**986**	**262**	**507**	**6.247**	**4.552**	**423**	**986**	**201**	**58**	**6.220**
Órgãos sociais de empresas subsidiárias												
Administradores executivos	1.160	-	-	63	(14)	1.209	935	30	-	62	-	1.027
Assembleia Geral	7	-	-	-	-	7	8	-	-	-	-	8
	1.167	**-**	**-**	**63**	**(14)**	**1.216**	**943**	**30**	**-**	**62**	**-**	**1.035**
	5.659	**-**	**986**	**325**	**493**	**7.463**	**5.495**	**453**	**986**	**263**	**58**	**7.255**

Dos montantes totais de mEuros 7.463 e mEuros 7.255, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respetivamente, mEuros 5.403 e mEuros 5.053 foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e mEuros 2.060 e mEuros 2.202 foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Na rubrica de "Outros encargos e regularizações" de 2011 está incluído o montante de mEuros 435 de prémios recebidos pelos administradores relativos ao exercício de 2010.

Ao abrigo da política atualmente adoptada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp Energia, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

A informação relativa aos honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas e auditoria externa encontra-se divulgada no Relatório de Governo da Sociedade.

30 • DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2010 atribuídos aos acionistas do Grupo ascenderam a mEuros 165.850, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de maio de 2011, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 49.755 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o restante montante de mEuros 116.095.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram liquidados dividendos no montante de mEuros 2.121 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal (Nota 21).

Como consequência do referido anteriormente, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 118.216.

31 • INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADO)

Os resultados das operações, no negócio de Exploração e Produção por zona geográfica, dos anos de 2011 e 2010 são como se segue:

Resultado das operações de Exploração e Produção

unid: milhares de Euros	África	América Latina	Portugal	Timor-Leste	Total
31 de dezembro de 2011					
Vendas	289.995	105.808	-	-	395.803
Custo das Vendas	(61.754)	6.428	-	-	(55.326)
Outras receitas	3.523	944	-	-	4.467
Custos operacionais	(50.545)	(30.540)	(49)	(14)	(81.148)
Custos com Pessoal	(4.820)	(6.853)	-	-	(11.673)
Amortizações e depreciações do exercício	(91.053)	(17.486)	-	-	(108.539)
Imparidades	-	(36.601)	-	(8.449)	(45.050)
Provisões	(12.403)	(1.336)	-	-	(13.739)
Resultados Financeiros	**1.798**	**(2.321)**	**-**	**(80)**	**(603)**
Resultado antes de impostos	**74.741**	**18.043**	**(49)**	**(8.543)**	**84.192**
Impostos	(24.456)	(7.709)	-	2.264	(29.901)
Resultado líquido	**50.285**	**10.334**	**(49)**	**(6.279)**	**54.291**
31 de dezembro de 2010					
Vendas	184.128	30.435	-	-	214.563
Custo das Vendas	29.360	1.165	-	-	30.525
Outras receitas	2.011	(503)	1.003	-	2.511
Custos operacionais	(43.123)	(6.100)	(1.742)	(6)	(50.971)
Custos com Pessoal	(3.940)	(4.919)	(1.390)	-	(10.249)
Amortizações e depreciações do exercício	(96.200)	(192)	-	-	(96.392)
Imparidades	(7)	(11.937)	-	(522)	(12.466)
Provisões	(28.732)	-	-	-	(28.732)
Resultados Financeiros	**1.024**	**(1.399)**	**(604)**	**12**	**(967)**
Resultado antes de impostos	**44.521**	**6.550**	**(2.733)**	**(516)**	**47.822**
Impostos	(43.242)	(2.762)	-	138	(45.866)
Resultado líquido	**1.279**	**3.788**	**(2.733)**	**(378)**	**1.956**

Os Ativos tangíveis e intangíveis acumulados na área de Exploração e Produção que se encontram reflectidos na posição financeira do Grupo são como se segue:

Ativos tangíveis e intangíveis em Exploração e Produção

unid: milhares de Euros	África	América Latina	Portugal	Timor-Leste	Total
31 de dezembro 2011					
Bónus de Assinatura	17.417	15.649	-	6.773	39.839
Equipamento Básico	675.395	198.822	-	-	874.217
Outro imobilizado fixo	2.636	2.931	-	-	5.567
Imobilizado em curso	246.310	408.349	30.012	3.548	688.219
Ativo Bruto	**941.758**	**625.751**	**30.012**	**10.321**	**1.607.842**
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(440.336)	(46.042)	-	-	(486.378)
Ativo Líquido	**501.422**	**579.709**	**30.012**	**10.321**	**1.121.464**
31 de dezembro de 2010					
Bónus de Assinatura	17.802	27.280	-	6.773	51.855
Equipamento Básico	638.099	4	-	-	638.103
Outro imobilizado fixo	3.323	2.265	-	-	5.588
Imobilizado em curso	216.509	485.088	14.254	9.535	725.386
Ativo Bruto	**875.733**	**514.637**	**14.254**	**16.308**	**1.420.932**
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(351.488)	(32.593)	-	-	(384.081)
Ativo Líquido	**524.245**	**482.044**	**14.254**	**16.308**	**1.036.851**

Os ativos, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do Grupo Galp, sendo que para as empresas sedeadas em África e Brasil, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respectivo em conformidade com a política contabilística definida em 2.12.

Os investimentos e custos acumulados representam todo o dispêndio acumulado efectuado na Exploração e Produção por zona geográfica:

Investimentos Brutos acumulados em exploração e produção

unid: milhares de Euros	África	América Latina	Portugal	Timor-Leste	Total
31 de dezembro 2011					
Bónus de Assinatura (valor líquido)	16.959	15.106	-	6.773	38.838
Exploração (valor líquido)	179.123	340.018	30.012	3.548	552.701
Desenvolvimento (valor líquido)	305.340	233.920	-	-	539.260
Amort., depr., impar. e abates acumulados	440.336	70.910	-	8.971	520.217
Total incorrido (valor bruto)	**941.758**	**659.954**	**30.012**	**19.292**	**1.651.016**
31 de dezembro 2010					
Bónus de Assinatura (valor líquido)	17.383	26.507	-	6.773	50.663
Exploração (valor líquido)	140.102	310.422	14.254	9.013	473.791
Desenvolvimento (valor líquido)	366.760	145.115	-	-	511.875
Amort., depr., impar. e abates acumulados	351.488	61.498	-	522	413.508
Total incorrido (valor bruto)	**875.733**	**543.542**	**14.254**	**16.308**	**1.449.837**

Nota: Os valores não estão acrescidos das Provisões para abandono

As reservas provadas totais (1P) em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são evidenciadas no quadro abaixo, incluem as reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas e foram utilizadas para efeitos de amortização do imobilizado fixo e constituição de provisões para custos de abandono com base no critério "UOP" (Unit of Production). Estas reservas foram apuradas por uma entidade independente, cuja metodologia adoptada se encontra de acordo com o Petroleum Resources Management System ("PMRS"), aprovado em Março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers ("SPE"), o World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa óptica de "net-entitlement", que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a actividade de Exploração e Produção, foi de 111 US Dólares/bbl e 79,49 US Dólares/bbl, que corresponde ao preço médio de mercado do "Brent" praticado ao longo do ano de 2011 e 2010, respectivamente.

Reservas petrolíferas e de gás

unid: milhares de Barris	África	América Latina*	Portugal	Timor-Leste	Total
31 de dezembro 2011					
Reservas provadas totais do ano anterior	13.521	112.934	-	-	126.455
Variação de reservas (excluindo produção)	50	22.765	-	-	22.815
Produção do ano	(3.265)	(1.064)	-	-	(4.329)
Total de Reservas	**10.306**	**134.635**	**-**	**-**	**144.941**
31 de dezembro 2010					
Reservas provadas totais do ano anterior	24.492	-	-	-	24.492
Variação de reservas (excluindo produção)	(7.558)	112.934	-	-	105.376
Produção do ano	(3.413)	-	-	-	(3.413)
Total de Reservas	**13.521**	**112.934**	**-**	**-**	**126.455**

* Inclui 25.799 mbbl e 13.704 mbbl, equivalente de reservas de gás de 2011 e 2010, respetivamente.

A variação das reservas petrolíferas provadas entre períodos resulta da produção do ano, das variações das estimativas, de novas descobertas em resultado de investimentos efectuados e da variação do preço de venda do barril de petróleo. A variação de reservas referente a África e respeitante ao ano de 2011 deve-se essencialmente à variação do preço de venda do barril de petróleo que foi compensada por um ligeiro aumento das reservas, e a variação de reservas referente ao Brasil deve-se a novas descobertas.

Esta variação de reservas teve um impacto direto no valor de amortizações, cuja contabilização é de acordo com o método do "UOP" que é descrito na Nota 2.3.

32 • GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos de mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e seus derivados e da taxa de câmbio.

Riscos de mercado

a) Risco do preço das commodities

Devido à natureza do seu negócio, a Galp Energia está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla e gere este risco através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação e os stocks, de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural, o Grupo controla e gere este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp Energia reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os "cash-flows". O nível de exposição dos "cash-flows" e especialmente demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp Energia controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de dezembro de 2011, não se encontravam em vigor quaisquer contratos de cobertura de risco de câmbio.

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como "swaps".

d) Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 7

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do "Brent" ou Gás Natural, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como ativos e passivos financeiros e derivados financeiros registados na posição financeira a 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os instrumentos financeiros afectados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com Clientes, Outros Devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Disponibilidades e Derivados financeiros. Quando for aplicado cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica de reservas de cobertura, no Capital Próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efetuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o grupo, não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no Capital Próprio.

Foram considerados os seguintes pressupostos na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/-1%;
- A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com Clientes, Outros devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Derivados financeiros e Disponibilidades.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada às taxas de câmbio, registados no Demonstração da posição financeira:

Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

			2011			2010		
			Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio	Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio
Empréstimos - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1%	mEur	62.517	625	-	404	4	-
	-1%			(625)	-		(4)	-
Fornecedores - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1%	mEur	261.566	(2.616)	-	487.714	(4.877)	-
	-1%			2.616	-		4.877	-
Clientes - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1%	mEur	103.862	1.039	-	61.164	612	-
	-1%			(1.039)	-		(612)	-
Fornecedores - Desvalorização/(Valorização) de x% do Euro face ao GBP	+1%	mEur	501	(5)	-	729	(7)	-
	-1%			5	-		7	-

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade do preço da "commodity":

- Variação do preço de +/- 1% sobre o preço da "commodity";
- Ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- A análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivados financeiros sobre "commodities".

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de "Brent".

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada ao preço das commodities, registados no Demonstração da posição financeira:

			2011			2010		
			Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio	Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre commodities de Gás Natural	+1%	mEur	28.227	282	-	5.300	(53)	-
	-1%			(282)	-		53	-
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre commodities de Oil	+1%	mEur	3.225	(109)	-	-	-	-
	-1%			109	-		-	-

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- Deslocação paralela de 0,01% na estrutura temporal das taxas de juro;
- A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro;
- O resultado antes de impostos é afectado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com exceção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afectará o Capital Próprio.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efectuada aos instrumentos financeiros, registados no Demonstração da posição financeira:

			2011			2010		
			Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio	Montante de exposição	Demonstração de resultados	Capital próprio
Deslocação paralela na taxa de juro (a)	+0,01%	mEur	3.130	(248)	118	2.340	(262)	16
	-0,01%			248	(118)		262	(16)

(a) Do montante de total de exposição cerca de 20% encontra-se coberto por derivados

Risco de liquidez
O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash-flows" do negócio são afectados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seu compromissos de exploração e investimentos.

O Grupo Galp Energia financia-se através dos "cash-flows" gerados pela sua atividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (plafond), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados, ascendem a cerca 1,1 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2011, sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

Risco de crédito
O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

33 • ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Ativos contingentes

(i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S. A., representada por 440.000 ações com valor nominal por ação de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S. A. (atualmente designada Galp Energia, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S. A. (atualmente designada Galp Gás Natural, S. A.) à EDP, S. A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S. A. a 093X ou qualquer entidade direta ou indiretamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 ações de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 ações	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S. A., Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S. A. e EDP, S. A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das ações da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S. A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S. A. à Thorn Finance, S. A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um "upside" para estas empresas, a pagar pela EDP, S. A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S. A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S. A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

(ii) Em 31 de dezembro de 2011 existe um processo a decorrer no Tribunal Arbitral, no qual o Grupo exige ao fornecedor de imobilizado, o pagamento de uma indeminização pelo incumprimento do contrato de construção do navio "Sacor II", no montante aproximadamente de mEuros 9.000, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades contingentes
Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

(i) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de mEuros 17.720. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/ opuseram-se às liquidações exigidas pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo;

Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de Dezembro de 2011 e os respectivos juros de mora que venham a ser aplicados, seriam repercutidos nas tarifas futuras, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer responsabilidade com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2011 os valores pagos às autarquias ascendiam a mEuros 25.608 e foram facturados a clientes o montante de m Euros 4.022 relativamente às taxas de ocupação de subsolo (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são aprovados pela ERSE).

(ii) Processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de mEuros 39.377 para os quais existem provisões no montante de mEuros 16.831 (Nota 9 e 25);

(iii) Em 31 de dezembro de 2011 encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines interposta pela Endesa Generación Portugal, S. A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S. A. a posição de contrainteressada. A Galp Power, SGPS, S. A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade nem se encontra afectada a legitimidade do investimento já efectuado;

(iv) Em 31 de dezembro de 2011 encontra-se em curso, no Tribunal Marítimo de Lisboa, a ação declarativa intentada contra o Grupo, por um subempreiteiro envolvido na construção do navio "Sacor II", no montante de mEuros 2.274. A Administração da Empresa suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade para o Grupo.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 são:

- mEuros 288.046, mEuros 6.730, mEuros 23.616 e mEuros 7.816 de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrogal, Sacor Marítima, Grupo GDP e Grupo Espanha respetivamente (Nota 23);

- mEuros 39.177 relacionados com encomendas não satisfeitas de ativos tangíveis;

- mEuros 17.348 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;

- A Galp Power, SGPS, S. A. na qualidade de acionista da Ventinveste, S. A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projeto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

  As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos acionistas, Galp Power, SGPS, S. A., Martifer, SGPS, S. A. e Martifer Renewables, SGPS, S. A. igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Direto total, no montante de mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

- Como garantia do empréstimo contraído pela Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela Empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

  A Galp Power, SGPS, S. A. constituiu-se fiadora e principal pagadora de um crédito da sua subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S. A. O limite da fiança é de 65% que corresponde à participação social na empresa, atingido no seu máximo o montante de mEuros 11.700.

- O Grupo Galp tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam "covenants" que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2011, a dívida de médio e longo prazo do Grupo ascendia a 2,3 mil milhões Euros. Do total desta dívida, os contratos que comportam "covenants" ascendem a 1,6 mil milhões de Euros. Os "covenants" existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Companhia, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de Total Net Debt to Consolidated EBITDA é o mais utilizado e a 31 de dezembro de 2011 era de 4,36. O valor do rácio ficou abaixo do valor fixado em todos os contratos, com exceção de um empréstimo do BEI, no montante de 296 milhões de Euros, em que o valor fixado é inferior, podendo o BEI vir a solicitar garantias adicionais. A Galp tem a expectativa de reduzir substancialmente a sua dívida líquida, uma vez que irá efetuar uma operação de aumento de capital na Petrogal Brasil e na Galp Brazil Services B. V., com a entrada de um novo parceiro, no montante global de 4,8 mil milhões de dólares (ver Nota 35). Ainda assim, dispõe a 31 de dezembro de 2011 de contratos negociados e não utilizados no montante de 1,1 mil milhões de Euros.

- O Grupo Galp tem em vigor contratos, de médio e longo prazo, de fornecimento de gás celebrados com fornecedores e clientes, que garantem um mínimo de aquisição e vendas, permitindo assegurar um standard de performance em linha com as demonstrações financeiras.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2011 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 147.032, mUSD 7.491 e mReal 199.691 sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 59.820 prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos;

- Garantias no montante de mEuros 30.216 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;

- Garantias no montante de mEuros 10.818 prestadas a favor da Direção Geral das Alfândegas;

- Garantias no montante de mEuros 5.500 prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S. A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S. A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S. A.;

- Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S. A.;

- Garantias no montante de mEuros 4.261 prestadas a favor da APS-Administração do Porto de Sines;

- Garantias no montante de mEuros 3.346 prestadas a favor do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas ao Investimento;

- Garantias no montante mEuros 3.054 constituídas a favor da Direção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infraestruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural em Vila Real, Bragança e Chaves; e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema eléctrico de serviço público;

- Garantias no montante de mEuros 3.200 prestadas a favor do Tribunal Judicial de Oeiras;

- Garantia prestada no montante de mEuros 3.000 a favor da EDP – Distribuição de Energia, S. A., para garantir que a empresa possa fornecer eletricidade no mercado eléctrico português;

- Garantias prestadas no montante de mEuros 2.144 a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15º do Decreto-lei 13/71 de 23/01 e têm como objetivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;

- Garantia prestada no montante de mEuros 2.009 a favor da EDP - Energias de Portugal, S. A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoeléctricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;

- Garantia prestada no montante de mEuros 100 a favor da EDF - Electricidade de França, para garantir que a Empresa possa operar no mercado de eletricidade francês;

- Garantias prestadas a Tribunais no montante de mEuros 82 pela Caixa Geral de Depósitos devido a ações litigiosas relacionadas com servidões;

- Em 31 de dezembro de 2011, existiam ainda outras garantias no montante de mEuros 14.482 constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes;

- Em 31 de dezembro de 2011, existiam garantias no montante de mEuros 82.657 (Reais 199.691.233) de garantias bancárias ao Governo do Brasil que resultam de uma imposição contratual constante no Contrato de Concessão assinado entre o Governo do Brasil e os parceiros dos blocos no Brasil dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio;

- Em 31 de dezembro de 2010, existiam garantias no montante de mEuros 5.789 (mUSD 7.491) de garantias bancárias ao Governo de Timor-Leste que resultam de uma imposição contratual constante no Contrato de Concessão assinado entre o Governo de Timor-Leste e os parceiros dos cinco blocos em Timor-Leste dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio.

34 • INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na atividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objetivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 243-A/2004, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das atividades industriais constantes no Anexo I do mesmo, nas quais estão incluídas instalações do Grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações atualmente em operação, considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

Durante o ano de 2010, o Grupo Galp Energia foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo à instalação de cogeração de Sines (incluída no quadro abaixo na instalação da Refinaria de Sines), que se repartem da seguinte forma até ao ano de 2012:

- 2009: 241.635 Ton/CO_2 (das quais 239.772 t CO_2 correspondem ao período de testes e ensaios);
- 2010: 169.735 Ton/CO_2;
- 2011: 44.248 Ton/CO_2;
- 2012: 44.248 Ton/CO_2.

Nos quadros abaixo apresentam-se as instalações atualmente operadas pelo Grupo, as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), denominadas como EUA's (Emission Unit Allowances), certificados de redução de emissão, denominados como CER's (Certified Emission Reduction), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO_2) por instalação/empresa:

EUA's

Empresa	Instalações	EUA's detidas Ton/CO_2 a 01/01/2011	Licenças Ton/CO_2 atribuídas PNALE II	Licenças Ton/CO_2 utilizadas	Licenças Ton/CO_2 transferidas	Licenças Ton/CO_2 vendidas	EUA's detidas Ton/CO_2 a 31/12/2011
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	1.667.619	2.181.798	(2.050.718)	(792.000)	-	1.006.699
	Refinaria de Matosinhos	769.454	1.098.025	(781.425)	(558.000)	-	528.054
		2.437.073	**3.279.823**	**(2.832.143)**	**(1.350.000)**	**-**	**1.534.753**
Carriço Cogeração	Cogeração	87.609	161.539	(112.929)	-	-	136.219
Powercer	Cogeração	25.057	47.192	(33.552)	-	-	38.697
		112.666	**208.731**	**(146.481)**	**-**	**-**	**174.916**
Galp Power	n.a.	-	-	-	1.350.000	(1.350.000)	-
		2.549.739	**3.488.554**	**(2.978.624)**	**-**	**(1.350.000)**	**1.709.669**

(a) Inclui na coluna de licenças atribuídas PNALE II, licenças da Cogeração de Sines.

CER's

Empresa	Instalações	CER's detidas Ton/CO_2 a 01/01/2011	Certificados Ton/CO_2 comprados	Certificados Ton/CO_2 utilizados	Certificados Ton/CO_2 transferidos	Certificados Ton/CO_2 vendidos	CER's detidos Ton/CO_2 a 31/12/2011
Petrogal	Refinaria de Sines	570.000	-	-	-	-	570.000
	Refinaria de Matosinhos	285.000	-	-	-	-	285.000
		855.000	**-**	**-**	**-**	**-**	**855.000**
Carriço Cogeração	Cogeração	35.000	-	-	-	-	35.000
Powercer	Cogeração	10.000	-	-	-	-	10.000
		45.000	**-**	**-**	**-**	**-**	**45.000**
Galp Power	n.a.	-	-	-	-	-	-
		900.000	**-**	**-**	**-**	**-**	**900.000**

Titulos detidos

Empresa	Instalações	EUA's detidas Ton/CO_2 a 31/12/2011	CER's detidos Ton/CO_2 a 31/12/2011	EUA's e CER's detidos Ton/CO_2 a 31/12/2011	Gases emitidos até dezembro de 2011 (a)	Excesso/ (Insuficiência) de licenças/certificados estimadas
Petrogal	Refinaria de Sines	1.006.699	570.000	1.576.699	1.762.739	(186.040)
	Refinaria de Matosinhos	528.054	285.000	813.054	843.929	(30.875)
		1.534.753	**855.000**	**2.389.753**	**2.606.668**	**(216.915)**
Carriço Cogeração	Cogeração	136.219	35.000	171.219	135.485	35.734
Powercer	Cogeração	38.697	10.000	48.697	37.030	11.667
		174.916	**45.000**	**219.916**	**172.515**	**47.401**
Galp Power	n.a.	-	-	-	-	-
		1.709.669	**900.000**	**2.609.669**	**2.779.183**	**(169.514)**

(a) Valores pro-forma de gases CO_2 emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

A 31 de dezembro de 2011, a Galp Power, S. A. detém em carteira 140 lotes de Futuros sobre CO_2 com vencimento em dezembro de 2012 (Nota 27). Estes Futuros sobre CO_2 representam 140.000 Ton/CO_2.

Durante o ano de 2011 o Grupo Galp Energia vendeu licenças sobre gases com emissões de estufa (EUA) na quantidade de 1.350.000 Ton/CO_2. Resultante destas transações foi gerado um ganho líquido de mEuros 14.498 registado como proveito operacional (Nota 5).

Dado que os valores pró-forma de gases com emissões de estufa excederam as previsões de final de ano, ocorreu uma insuficiência de licenças em carteira consolidada de 169.514 Ton/CO_2, avaliadas em Euros 4,07 Ton/CO_2 à cotação de mercado dos CER's, para as quais foram constituídas provisões do exercício no montante de mEuros 883.

35 • EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2011, a Galp Energia lançou um projeto visando um aumento de capital na Petrogal Brasil e na Galp Brasil Services B. V., com vista a dotar as empresas de recursos adequados para os desafios originados pelas mais recentes descobertas nos blocos em que a Petrogal Brasil participa, nomeadamente na bacia de Santos.

Em 11 de novembro de 2011 a Galp Energia assinou um Acordo de Investimento com a TipTop Energy, Ltd., empresa pertencente ao Grupo Sinopec, contendo os termos e condições do investimento relacionado com os aumentos de capital a realizar na Petrogal Brasil e na Galp Brasil Services B. V.

Em consequência deste acordo de investimento, realizou-se em março de 2012, o "closing" da operação, com a entrada da Winland International Petroleum, S. A. R. L. (W.I.P.), subsidiária da TipTop Energy, S. A. R. L., no capital social da Petrogal Brasil e da Galp Brazil Services B. V., passando aquela empresa a deter 30% das ações e direitos de voto de ambas as Companhias. O valor da transação ascendeu a US$4.797.528.044,74 (quatro mil setecentos e noventa e sete milhões quinhentos e vinte e oito mil, quarenta e quatro dólares e setenta e quatro cêntimos), valor integralmente pago pela W.I.P. na data acima referida. Nos termos do acordo de investimento a W.I.P. subscreveu 30% dos empréstimos anteriormente concedidos pela Galp Energia à Petrogal Brasil, o que permitiu à Galp Energia reembolsar empréstimos no montante de US$ 358.873.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões e oitocentos e setenta e três mil dólares).

Em resultado desta transação a Galp Energia obteve um encaixe de US$5.156.401.044.74 (cinco mil cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e um mil e quarenta e quatro dólares e setenta e quatro cêntimos) e manteve o controlo das Companhias, das quais passa a deter 70% do capital, continuando a consolidar os seus ativos pelo método integral.

Para análise do impacto da operação foram preparadas contas pro forma não auditadas simulando a realização desta operação de aumento de capital a 31 de Dezembro de 2011. A ser realizada a operação naquela data o valor do encaixe ascenderia a 5.069 milhões de dólares. Deduzindo deste valor um crédito a favor da Sinopec no montante de 1.229 milhões de dólares, o impacto sobre a dívida em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2011 e deduzidos os custos da transação, seria de 2.961 milhões de euros.

Assim, com base nas contas pro forma não auditadas, caso a transação tivesse ocorrido a 31 de Dezembro de 2011 a dívida líquida bancária do grupo, que ascendeu a 3.504 milhões de euros, ficaria em 543 milhões de euros.

36 • APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Concelho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

6.4 Relatórios e pareceres

Relatório de auditoria
Contas consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia, SGPS, S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 10.155.417 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.941.455 milhares de euros, o qual inclui interesses não controlados de 55.972 milhares de euros e um resultado líquido de 432.682 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S. A. ("Empresa") do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total do ativo de 10.155.417 milhares de euros e um total do capital próprio de 2.941.455 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 432.682 milhares de euros e um total da rubrica de "interesses que não controlam" de 55.972 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IAS/IFRS")), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a atividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S. A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Março de 2012

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por Pedro Matos Silva

Declaração de conformidade do conselho de administração

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do CVM (Código dos Valores Mobiliários).

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM para as contas individuais e consolidadas (i) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; (ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e (iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

O conselho de administração

Presidente
Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente
Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Joaquim José Borges Gouveia
Luigi Spelli
Maria Rita Galli
Luca Bertelli

Relatório e parecer do conselho fiscal

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2011 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S. A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e das suas subsidiárias mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não nos deparámos com quaisquer constrangimentos.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência. Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

a) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;

b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e do Grupo;

c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;

d) o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, somos do parecer que:

a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas;

c) seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2011.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S. A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2012

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal - Manuel Nunes Agria

6.5 Glossário e abreviaturas

Glossário

Aromáticos
Hidrocarbonetos cíclicos insaturados caracterizados por terem pelo menos um anel de benzeno. São conhecidos por aromáticos pelo seu aroma doce. Os aromáticos mais comuns são o benzeno, o tolueno e o xileno.

Barril de petróleo (bbl)
Unidade de volume utilizada na indústria petrolífera que equivale a 0,15891 m^3 de petróleo bruto a 60 ºF (15,6 ºC).

Barril equivalente de petróleo (boe)
Unidade de energia utilizada na indústria petrolífera que se baseia na queima de aproximadamente um barril de petróleo. Um barril equivalente de petróleo equivale a 160 m^3 de gás natural.

Betume
Mistura de hidrocarbonetos sólidos, semissólidos ou viscosos, obtido através da destilação primária de petróleo bruto ou da destilação no vácuo do resíduo da destilação atmosférica. Tem propriedades adesivas e isolantes, e é sobretudo utilizado na pavimentação de estradas, podendo também servir para fins industriais.

Biocombustível
Combustível renovável, líquido ou gasoso, produzido a partir de matéria orgânica vegetal, usado em meios de transporte com vista à diminuição das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera.

Biodiesel
Combustível *diesel* que contém componentes derivados de matérias-primas tais como óleos vegetais e gordura animal.

Brent
Petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9º.

CER
Certificados de redução de emissão atribuídos no âmbito de projetos CDM (Clean Development Mechanism) que visam reduzir a emissão de gases com efeito de estufa.

CO_2
Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

Cogeração
Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de eletricidade e de calor. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de captar o calor produzido pela queima do combustível, ao contrário do que sucede no caso da geração tradicional de eletricidade, em que este calor é perdido. Este processo permite também que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

Complexidade
Medida relativa utilizada na indústria da refinação que procura medir a capacidade de uma refinaria processar petróleo bruto e outras matérias-primas, transformando, por exemplo petróleo bruto mais pesado e com um teor de enxofre mais elevado em produtos de valor acrescentado. Tipicamente, quanto mais elevada for a complexidade e mais flexível for a utilização de diferentes tipos de matérias-primas, melhor posicionada se encontrará a refinaria para tirar partido da utilização de diferentes tipos de petróleo bruto que em determinado momento sejam mais vantajosos no que respeita ao custo e, desta forma, aproveitar oportunidades de incremento da margem bruta.

Condensados
Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

Conversão
Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

Crack spread
Diferença entre o preço de um produto final e o preço do petróleo bruto.

Cracking
Transformação por rutura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

***Dated* Brent**
Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, na África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado *spot*.

Densidade API
Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula: APIº = (141,5/g) – 131,5, em que g é a densidade do petróleo a 60 ºF (15,6 ºC). É utilizada internacionalmente para determinar a (API) densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

Destilação
Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final.

Destilação atmosférica
Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

Destilação a vácuo
Destilação que se realiza numa coluna de fracionamento a uma pressão inferior à pressão atmosférica. É o resíduo (fração mais pesada) obtido por destilação atmosférica que é submetido à destilação no vácuo. A redução da pressão provoca o abaixamento do ponto de ebulição das frações pesadas e permite separá-las dos resíduos a uma temperatura que não corre o risco de os decompor. Aplica-se, por exemplo, no início da cadeia de fabrico dos óleos-base.

Destilados
Qualquer tipo de produto produzido através da destilação do petróleo bruto.

Emissões
Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de dióxido de carbono durante a queima de combustível.

Energia eólica
Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

Energia renovável
Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes, naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

Exploração *offshore*
Exploração de petróleo que tem lugar no mar, podendo ser dividida em três tipos: águas rasas, águas profundas e águas ultraprofundas, consoante a exploração ocorra a uma profundidade inferior a 1.000 pés, entre 1.000 e 5.000 pés, ou superior a 5.000, respetivamente.

Exploração *onshore*
Exploração de petróleo que tem lugar em terra.

Free float
Percentagem das ações de uma sociedade cotada que é livremente transacionada no mercado, ou seja, que não é detida pelos denominados investidores estratégicos.

Fuelóleo
Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, o que condiciona a utilização dos mesmos.

Gás de petróleo liquefeito (GPL)
Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e o armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

Gás natural
Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

Gás natural liquefeito (GNL)
Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160º C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

Gasóleo ou *diesel*
Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

Gasolina
Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

Geração
Processo de produção de energia elétrica através da transformação de outras formas de energia. A energia pode ser expressa em joules, quilowatt-hora, calorias ou unidades térmicas britânicas. Estas unidades podem ser aplicadas a qualquer tipo de energia, independentemente da sua origem.

Hidrante
Para o abastecimento de aeronaves, são necessários equipamentos específicos, a que deram o nome de unidades de abastecimento de aeronaves. Entre estas unidades, encontram-se o camião-tanque abastecedor e o servidor de hidrantes. O servidor de hidrantes é um veículo que tem um módulo de abastecimento, com equipamentos para transferir, filtrar e medir quantidades de combustível, tal como o camião-tanque abastecedor, entre a rede hidrante – sistema de integração de produtos das instalações fixas (tanques, bombas e filtros), por meio de tubagens, até o ponto de hidrantes no pátio de estacionamento de aeronaves, onde o servidor é chamado para ser realizada a operação de abastecimento – e a aeronave.

Hydrocracking
Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

Hydroskimming
É um dos tipos mais simples de refinarias, que estão equipadas com unidades de destilação atmosférica, unidades de tratamento de nafta e outras unidades de tratamento. As refinarias *hydroskimming* executam principalmente o processo de destilação atmosférica, produzindo produtos petrolíferos de menor valor do que os das refinarias complexas, para uma mesma gama de crudes.

ICE
A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC (*over-the-counter*) sobre energia e *commodities*, assim como outros produtos derivados financeiros.

Índice de complexidade
A complexidade de uma refinaria é medida por um índice de complexidade, que é calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela

capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada dez vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

Jet
Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

Lubrificantes
Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

Margem de refinação *benchmark*
Margem de refinação mais utilizada como referência na Europa. As margens de refinação são normalmente comparadas com as margens de referência dos três principais centros de refinação do mundo: a Costa do Golfo Americana, a Europa do Noroeste (NWE – Roterdão) e Singapura. Em cada um destes casos, as margens baseiam-se num tipo único de petróleo bruto próprio da região e num conjunto otimizado de produtos com base numa configuração genérica da refinaria, também própria dessa região. As margens são estabelecidas numa base semivariável, ou seja, margens deduzidas de todos os custos variáveis e dos custos fixos de energia. A margem de refinação da Europa do Noroeste é determinada pela utilização, como referência, dos preços formados na refinação de produtos na região de Antuérpia – Roterdão – Amesterdão.

Matéria-prima
É definida como um produto de elevada homogeneidade, produzido em larga escala por muitos produtores diferentes. Exemplos de matérias-primas são o petróleo, os cereais e os metais.

Mercado *spot*
Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

Nafta química
Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

Obrigação *take-or-pay*
Obrigação, tipicamente utilizada em contratos de fornecimento de gás natural, que obriga uma parte a comprar quantidades acordadas, quer a entrega tenha efetivamente lugar ou não.

Parque eólico
Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

Produção *net entitlement*
Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção.

Produção *working interest*
Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

Recursos contingentes
Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um mais elevado grau de incerteza. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

Recursos de exploração
Os recursos de exploração referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospeto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. Os recursos de exploração *mean estimate risked* têm subjacente um maior grau de certeza que os recursos de exploração *mean estimate unrisked*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas nem recursos contingentes.

Refinaria
Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias, ditas de "segunda geração" (por exemplo, indústria petroquímica).

Regaseificação
Processo de passagem do gás natural liquefeito para o estado gasoso por permuta térmica, com água ou ar atmosférico.

Reservas provadas (1P)
De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo "certeza razoável" destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de

90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo "provada" refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa, ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas provadas e prováveis (2P)
As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE (Society of Petroleum Engineers) e pelo WPC (World Petroleum Council), as reservas prováveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de serem recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

Reservas provadas, prováveis e possíveis (3P)
As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não provadas. As reservas não provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

Resultados *replacement cost* (RC)
Por as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas é valorizado a custo médio ponderado (CMP), o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existam grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas de *stocks* que podem não traduzir o desempenho operacional da Empresa, a que chamamos efeito *stock*. De acordo com esta metodologia, o custo da mercadoria vendida e da matéria-prima consumida é valorizado ao *replacement cost*, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo, consequentemente, adotado para efeitos da valorização de existências e não reflete o custo de substituição de outros ativos.

Resultados *replacement cost* ajustados (RCA)
Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os resultados ajustados excluem determinados eventos de carácter não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de restruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa, e que não traduz o seu desempenho operacional.

Seabed coring
Processo de recolha de amostras abaixo do fundo do mar para estudo das diversas camadas de sedimentos, que facilita o estudo sobre a geração, maturação e migração de hidrocarbonetos numa determinada área.

Taxa de utilização
Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de exploração dessas unidades.

Visbreaker
Unidade de viscorredução. Este processo consiste num *cracking* pouco severo do resíduo ou também de gasóleos pesados provenientes da destilação, com o objetivo de lhes reduzir a viscosidade através da destruição das moléculas mais pesadas. Processa-se na ausência de catalisadores.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

ADR: aquisição de dados do reservatório.
Amorim Energia: Amorim Energia, B. V.
AIPQR: Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação.
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível.
API: American Petroleum Institute.
ARL: Aprovisionamento, Refinação e Logística.
bbl: barril de petróleo.
BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco.
BCE: Banco Central Europeu.
bcm: mil milhões de metros cúbicos.
BG Group: BG Group, plc.
boe: barril de petróleo equivalente.
BP: BP, p.l.c.
CBC: Competências-base de chefias.
CCGT: Centro de Ciclo Combinado a Gás Natural.
CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão.
CEO: *chief executive officer*.
CFO: *chief financial officer*.
CGD: Caixa Geral de Depósitos, S. A.
CMP: custo médio ponderado.
CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
CNPE: Conselho Nacional de Política Energética.
CO_2: dióxido de carbono.
CONCAWE: Conservation of Clean Air and Water in Europe.
COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.
CPT: *compliant piled tower*.
CSC: Código das Sociedades Comerciais.
CVM: Código dos Valores Mobiliários.
C&Q: consumos e quebras.
D&A: depreciações e amortização.
DeMac: DeGolyer and MacNaughton.
Ebitda: e*arnings before interest, taxes, depreciation and amortization*; resultados antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
EIA: Energy Information Administration.
EMPL: Europe Magrebe Pipeline.
EngIQ: Engenharia da Refinação e Química.
Eni: Eni, S. p. A.
EPC: *engineering, procurement and construction*.
ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
EUA: Estados Unidos da América.
EUR (ou €): euro.
E&P: Exploração & Produção.
FAME: *fatty acid methyl ester*; éster metílico de ácidos gordos.
FEED: *front-end engineering and design*.
FLNG: liquefação de gás natural flutuante.
FMI: Fundo Monetário Internacional.
FPSO: *floating, production, storage and offloading*.
Fundação: Fundação Galp Energia.
Galp Energia: Galp Energia, SGPS, S. A., Empresa, Grupo ou Sociedade.
GEE: gases com efeito de estufa.
GNL: gás natural liquefeito.
GPL: gás de petróleo liquefeito.
GWh: gigawatt por hora.
G&P: Gas & Power.
ICE: Intercontinental Exchange.
IFRS: International Financial Reporting Standards; Normas Internacionais de Relato Financeiro.
IF: índices de frequência.
km: quilómetro.
kW: quilowatt.
m^3: metro cúbico.
Mm^3: milhões de metros cúbicos.
Mbbl: milhões de barris.
mboepd: milhares de barris de petróleo equivalente (petróleo e gás natural) por dia.
Mboe: milhões de barris de petróleo equivalente.
Mboepd: milhões de barris de petróleo equivalente por dia.
mbopd: milhares de barris de petróleo por dia.
Mbopd: milhões de barris de petróleo por dia.
MIBEL: Mercado Ibérico de Electricidade.
mton: milhares de toneladas.
Mton: milhões de toneladas.
MW: megawatt.
M€: milhões de euros.
NE: nordeste.
NERCHA: National Emergency Response Council on HIV and Aids.
NWE: Europa do Noroeste.
NYSE: New York Stock Exchange.
NLNG: Nigéria LNG.
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
OMEL: polo espanhol responsável pela gestão do mercado organizado diário e intradiário de eletricidade.
OMIP: polo português responsável pela gestão do mercado organizado a prazo de eletricidade.
OMV: OMV Aktiengesellschaft.
OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
OTC: *over-the-counter*.
PDVSA: Petróleos de Venezuela, S. A.
Petrobras: Petróleo Brasileiro, S. A.
PIB: produto interno bruto.
POC: Plano Oficial de Contabilidade.
PSA: contrato de partilha de produção.
p. p.: pontos percentuais.
Q2C: garantia da qualidade de combustíveis brancos.
RC: *replacement cost*.
RCA: *replacement cost* ajustado.
RCM: Reliability Centered Maintenance.
Repsol: Repsol YPF, S. A.
R&D: Refinação & Distribuição.
RLA: resultado líquido por ação.
ROC: revisor oficial de contas.
Shell: Royal Dutch Shell, plc.
SROC: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
SPE: Society of Petroleum Engineers.
SQ2C: sistema de gestão para a garantia da qualidade de combustíveis brancos.
SSA: segurança, saúde e ambiente.
SW: sudoeste.
SXEP: índice Dow Jones Europe STOXX Oil & Gas.
SXXP: Dow Jones STOXX 600.
Tcf: *trillion cubic feet*.
TL: Tômbua-Lândana.
TLD: teste de longa duração.
ton: tonelada.
Total: Total, S. A.
UAG: unidades autónomas de gás.
UE: União Europeia.
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USD: dólar americano.
V: volt.
VGO: gasóleo de vácuo.
WAG: *water-alterning-gas*; injeção alternada de água e gás.
WPC: World Petroleum Council.
ZIC: zona de interesse comum.

DISCLAIMER

Este relatório e contas contém declarações prospetivas (*forward looking statements*), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da Galp Energia, bem como alguns planos e objetivos da Empresa relativamente a estas questões. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia" e outros similares visam identificar tais *forward looking statements*. Os *forward looking statements* envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias suscetíveis de ocorrerem no futuro. Os resultados e desenvolvimentos reais poderão diferir significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações, em virtude de diferentes fatores. Estes incluem, mas não se limitam a, mudanças respeitantes a custos, a alterações ao nível de condições económicas e a alterações regulamentares.

Os *forward looking statements* reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os atualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões por que os resultados efetivamente verificados são, eventualmente, diferentes.

EDIÇÃO

galp energia

REVISÃO DE TEXTO

[S] SINÓPTICA

Letrário
Consultoria em Língua Portuguesa

FOTOGRAFIAS NÃO CREDITADAS
AO LONGO DO RELATÓRIO

Manuel Aguiar e Banco de Imagens

DESIGN E CONCEÇÃO

STRAT

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO ATENDENDO
ÀS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.

galp energia

Galp Energia, SGPS, S. A.
Sociedade Aberta
Direção de Relações com Investidores
e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpenergia.com
www.galpenergia.com